Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Simone Campos Pires

A valorização do território de identidade de São Pedro do Itabapoana

Rio de Janeiro

2017

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Simone Campos Pires

A valorização do território de identidade de São Pedro do Itabapoana

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Prof[a]. Dr[a]. Lia Motta

Rio de Janeiro

2017

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do Iphan do Espírito Santo em Vitória.

PIRES, Simone Campos

A valorização do território de identidade de São Pedro do Itabapoana/ Simone Campos Pires – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017.

209 f. : il.

Orientador: Lia Motta.

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2017.

1. Patrimônio cultural. 2. Referência cultural. 3. Memória. 4. Território de identidade. 5. São Pedro do Itabapoana. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. A valorização do território de identidade de São Pedro do Itabapoana.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Simone Campos Pires

A valorização do território de identidade de São Pedro do Itabapoana

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré- requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017.

Banca examinadora

_____

Professora Dra . Lia Motta (orientadora)

_____

Elisa Machado Taveira (supervisora) – Superintendência do IPHAN no Espírito Santo

_____

Professor Dr. Marcelo Antônio Sotratti – PEP-MP/IPHAN

_____

Professora Dra . Flávia Brito do Nascimento – FAU/USP

AGRADECIMENTOS

À Lia, pessoa incrível que tive o prazer de ter como orientadora. Obrigada por todo apoio e dedicação, por acreditar em mim e me estimular a crescer.

Ao professor Dalmo, por me apresentar o Iphan, me iniciar no campo do patrimônio, por tudo que me ensinou e por estar sempre disposto a uma boa e produtiva conversa.

À Elisa, supervisora dedicada e uma grande amiga, com quem aprendi muito e vivi bons momentos. Fez com que eu me sentisse em casa na cidade estranha. Obrigada também por dar total liberdade às minhas escolhas de pesquisa.

À Lu, companheira de Iphan-ES com quem dividi tantos momentos, da pesquisa de Revalidação do Registro das Paneleiras de Goiabeiras, aos almoços, dividindo também a sala, a mesa, boas conversas e lamúrias. E a partir dela estendo meu agradecimento a toda a equipe do Iphan-ES, por terem me acolhido com carinho e estarem sempre dispostos a me ajudar.

Aos colegas de turma do PEP, em especial às amigas do apê 304 com quem dividi a casa durante os módulos de aula no Rio de Janeiro. Obrigada por todo aprendizado, amizade e apoio. Vocês fizeram toda a diferença. Levo-as no coração.

Aos poucos e bons amigos que fiz em Vitória-ES, Max, Rovena, Manu, Denise, Jéssica e Thiago, por tornar minha vida na nova cidade mais agradável e divertida.

À minha família, em especial pai, mãe, Biel e Lucas por todo apoio e incentivo para eu realizar mais este sonho, por todo amor e preocupação. Ao Lucas também agradeço toda a ajuda, companhia, abrigo, conversas e churrascos em Vitória. Foi muito bom esse tempo que passamos mais próximos.

Ao Leo, meu amor, que esteve todo o tempo desta jornada ao meu lado, me dando todo o apoio, escutando meus desabafos e me colocando pra cima sempre. Você me deu amor, paz, estímulo e segurança.

Aos amigos de Floripa, por entenderem a minha ausência e sempre me receberem de braços abertos quando retornava. Grandes amigos que me faziam esquecer um pouquinho de tudo e relaxar.

À Christine, por gentilmente me iniciar em São Pedro do Itabapoana, me apresentando o lugar e as pessoas. Sua ajuda foi muito valiosa.

À Dona Zefina, pessoa maravilhosa que me recebeu com tanto carinho em sua casa em São Pedro do Itabapoana sem nem me conhecer, fazendo eu me sentir da família. Obrigada também por toda a colaboração com a pesquisa. A você meu imenso carinho.

Aos moradores de São Pedro, pela hospitalidade com que me receberam durante as pesquisas de campo. Por dedicarem seu tempo a colaborar com a pesquisa e para participar das oficinas. Apaixonei-me por São Pedro e por vocês. Em especial preciso agradecer à Glícia, amiga querida que fiz e que não mediu esforços para colaborar e mobilizar a todos a sua volta.

Aos colegas da Secult, obrigada por toda ajuda e troca.

À Sonia, Fernanda, Mariana, Simone Scifoni e a todos que ajudaram na preparação e realização das oficinas com os moradores de São Pedro. Equipe maravilhosa, aprendi muito com vocês.

RESUMO

PIRES, Simone Campos. **A valorização do território de identidade de São Pedro do Itabapoana**. 2017. 209 f. Dissertação – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

Esta dissertação discute a preservação de São Pedro do Itabapoana, no Espírito Santo, e em que medida o Iphan pode contribuir para o seu reconhecimento enquanto patrimônio nacional. Seu desenvolvimento foi orientado pelos conceitos de referência cultural, memória, identidade e território. A partir de uma construção compartilhada entre técnicos, comunidade e pesquisadores, que dialoga com a noção de referência cultural e com a Constituição Federal no que tange a construção institucional de um patrimônio cultural que atenda às demandas expressas por determinados grupos sociais, a pesquisa levou à construção de um valor de patrimônio de São Pedro do Itabapoana, que extrapola o sítio urbano, constituindo um território de identidade, relacionado à produção cafeeira que deu sentido e marcou a ocupação da região. Trata-se de um território que diz respeito à memória, à identidade e aos modos de vida local, e cujas hipóteses para a sua preservação também será discutido neste trabalho. As hipóteses levantadas foram o tombamento, a chancela da paisagem cultural e o museu de território.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Referência cultural; Memória; Território de identidade; São Pedro do Itabapoana.

ABSTRACT

PIRES, Simone Campos. **The valorization of the São Pedro do Itabapoana's territory of identity**. 2017. 209 f. Dissertação – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

This paper discusses the preservation of de São Pedro do Itabapoana, in Espírito Santo, and how Iphan can contribute to its recognition as a Brazilian heritage. Its development was guided by the concepts of cultural reference, memory, identity and territory. Based on a shared construction between analysts, community and researchers, which dialogues with the notion of cultural reference and with the Brazilian Constitution about a institutional construction of a cultural heritage that meets the demands expressed by certain social groups, the research gave rise to the construction of a patrimony value of São pedro do itabapoana, which extrapolates the urban site, constituting a territory of identity, related to the coffee production that gave meaning and marked the occupation of the region. It is a territory about memory, identity and local ways of life, and whose hypotheses for its preservation will also be discussed in this paper. The identified hypotheses were the protection of architectural heritage, the protection of cultural landscape and the territory museum.

Keywords: Cultural heritage; Cultural reference; Memory; Territory of identity; São Pedro do Itabapoana.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa com a fazenda Muribeca. 39
Figura 2 - Expansão da cultura cafeeira no séc. XIX. 40
Figura 3 - Gráfico comparativo entre a produção de café e açúcar no Espírito Santo entre os anos de 1845 e 1870 e Mapa comparativo do crescimento da população escrava. 41
Figura 4 - Mapas comparativos entre a produção de café e açúcar no Espírito Santo entre os anos de 1852 e 1873. 41
Figura 5 - Influência da exportação de café na receita do Espírito Santo 1892-1910 e 1914-1918. 43
Figura 6 - Mapa da freguesia de São Pedro do Itabapoana em 1863, enquanto parte do Município de Itapemirim. 44
Figura 7 – Sede do município de São Pedro do Itabapoana, sem data. 45
Figura 8 - Território hipotético do município de São Pedro do Itabapoana em 1887 (constituído pelos atuais municípios de Mimoso do Sul, Apiacá, Bom Jesus do Norte e São José do Calçado). 45
Figura 9 - Cidade de São Pedro do Itabapoana em 1910. 47
Figura 10 - São Pedro do Itabapoana em 1920 registrando a chegada carros. 47
Figura 11 - No sentido horário: Fazenda União; Fazenda Santa Fé; Casas de colonos e gado descansando; e Engenho da Fazenda da Cascata. 48
Figura 13 - Traçado das estradas de ferro no município de São Pedro do Itabapoana para transportar o café até a capital, Rio de Janeiro. 52
Figura 14 - Traçado das estradas de ferro no município de São Pedro do Itabapoana para transportar o café até a capital, Rio de Janeiro. 53
Figura 15 - Panorama geral do que vinha a ser o município de São Pedro do Itabapoana em 1930. Em vermelho a rede de estradas. 54
Figura 16 – Evolução administrativa de São Pedro do Itabapoana. 56
Figura 17 – Hoje o antigo município de São Pedro do Itabapoana está divido em quatro municípios: Mimoso do Sul, Apiacá, São José do Calçado e Bom Jesus do Norte. 57
Figura 18 - Croquis da vila, o primeiro com a identificação dos 41 imóveis cadastrados a serem tombados e a delimitação do perímetro que deveria ser levantado pelo ITC - Instituto de Terras e Cartografias. Levantamento presencial realizado em 20 de agosto de 1986 por Fernando Augusto de Barros Bettarello e Fernando Antonio de Moraes Achiamé. 63

Figura 19 - Croquis de alguns imóveis cadastrados para serem tombados. Levantamento presencial realizado em 20 de agosto de 1986 por Fernando Augusto de Barros Bettarello e Fernando Antonio de Moraes Achiamé. 63
Figura 20 - Mapa da APAC do Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana. 66
Figura 21 - Tabela de uso e ocupação da Secult para a Área de Proteção do Ambiente Cultural de São Pedro do Itabapoana 66
Figura 22 - Macrozoneamento de Mimoso do Sul com a indicação das áreas urbanas, dentre elas a sede do distrito de São Pedro do Itabapoana. 68
Figura 23 - Zoneamento de São Pedro do Itabapoana (área urbana). 68
Figura 24 - Tabela de uso e ocupação do Plano Diretor de Mimoso do Sul para a Zona de Interesse Histórico de São Pedro do Itabapoana. 69
Figura 25 – Zonas de proteção do sítio histórico de interesse de preservação São Pedro do Itabapoana segundo o Plano Diretor Municipal. 71
Figura 26 - Localização da região sul cafeeira do Espírito Santo e dos seis municípios abarcados pelo Inventário das fazendas de café e dos Sítios Históricos de São Pedro do Itabapoana e Muqui. 74
Figura 27 - Em sentido horário: Mapa de tipologias; Mapa de estado de conservação; Mapas de usos; Mapa de gabaritos. 75
Figura 28 - Mapa de implantação com a identificação dos imóveis levantados e com as áreas de tombamento e entorno sugeridas. 76
Figura 29 - Mapa com a identificação das fazendas de café inventariadas pelo Iphan. 77
Figura 30 - Levantamento georreferenciado do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana realizado pelo Iphan. 78
Figura 31 - Aula de viola do Núcleo Musical de Sanfona e Viola registrado em visita de campo à São Pedro do Itabapoana em julho de 2016. 80
Figura 32 - Registros do 19º Festival de Sanfona e Viola de São Pedro do Itabapoana em julho de 2016. Na sequência: Palco da praça do Sítio Histórico; Palco intermediário; Palco da entrada. 81
Figura 33 - Registros do 19º Festival de Sanfona e Viola de São Pedro do Itabapoana em julho de 2016. Em sentido horário: Roda sanfona e viola percorrendo o sítio histórico acompanhado do Boi Pintadinho; Loja enxovais da Zezé instala na casa da mãe Dona Nilce; Missa sertaneja; e Palco da praça com apresentação de dia. 82
Figura 34 - Folder com a programação do “Vem viver o patrimônio” de 2017. 84

Figura 35 - Folder com a programação do “1º Leilão de Antiguidades com Sanfona e Viola” de 2016, com destaque para o mapa produzido pela comunidade indicando os locais de hospedagem, alimentação, comércio e lazer. 84
Figura 36 - Folder com a programação do evento Casa Aberta do inverno de 2016. 85
Figura 37 - Fotos da atividade com os adultos. Em sentido horário: apresentação dos elementos escolhidos individualmente; Grupo organizando as categorias; Idem; Painel final de um dos grupos. 115
Diagrama 1 – Comparativo entre as categorias dos quatro grupos. 119
Figura 38 - Mapa mental coletivo. 119
Figura 39 - Trecho do mapa mental coletivo com a categoria relacionada às características da comunidade. 120
Figura 40 - Trecho do mapa mental coletivo com a categoria tombamento dos casarios e paisagens do entorno. Fonte: a autora (2017). 121
Figura 41 - Trecho do mapa mental coletivo relativo ao Festival e a musicalidade, o clima e a culinária local. 122
Figura 42 - Fotos da atividade com as crianças e jovens. 123
Figura 43 - Representações em sentido horário: Igreja e a viola; Escola Catharina Giovanini Faber; O campo de futebol; A pista de laço; O museu de São Pedro do Itabapoana; A Venda do Gonzaga localizada no centro histórico e os acessos para os assentamentos rurais. 124
Figura 44 - Representações em sentido horário: Paisagem; Montanhas; Cachoeira da Paraíba; Centro histórico composto por montanhas ao fundo, o casario junto ao calçamento em pé-de-moleque, o parquinho e os jardins de São Pedro do Itabapoana. 125
Figura 45 - Representações em sentido horário: acesso de São Pedro do Itabapoana com destaque para o início do centro histórico representado pelo calçamento em pé-de-moleque; o acesso para Bom Jesus do Itabapoana; o acesso para Mimoso do Sul. 126
Figura 46 - Representações em sentido horário: o casario com a placa escrito “tombado”, acompanhado de jardins e montanhas ao fundo; casa tombada; calçamento em pé-de-moleque; calçamento em pé-de-moleque e o casario do centro histórico. 126
Figura 47 - Representações da esquerda para a direita: o clube e o coreto com a representação do autor do desenho no clube, frequentando às aulas de viola; o armazém Bertonceli acompanhado do frio, da sanfona e da viola, representando as festas que lá acontecem. 127
Figura 48 - Representações da esquerda para a direita: portal de boas vindas do centro histórico; parquinho. 128
Figura 49 - Os dois mapas mentais representam o festival de Sanfona e Viola. 128

Figura 50 - O território de identidade de São Pedro do Itabapoana. Escala territorial. 139
Figura 51 - O território de identidade de São Pedro do Itabapoana. Escala do sítio histórico. 140
Figura 52 – Núcleo urbano de São Pedro do Itabapoana, acessos e visadas. 143
Figura 53 - Ilustração da Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara em 1879. 144
Figura 54 – Fachada frontal da Igreja hoje com feições ecléticas. 144
Figura 55 – Fachada posterior e lateral da Igreja hoje com feições ecléticas. 144
Figura 56 – A formação de quintais nos fundos das casas. Fachadas frontal e posterior respectivamente. 145
Figura 57 – A formação de quintais nos fundos das casas. Fachadas frontal e posterior respectivamente. 145
Figura 58 – Núcleo urbano de São Pedro do Itabapoana, cheios e vazios. 146
Figura 59 – Paisagem urbana de São Pedro do Itabapoana. 148
Figura 60 – Mapa de pavimentação. 149
Figura 61 – Praça Coronel Clarindo Lino. 150
Figura 62 – Inauguração da Casa de Câmara e Cadeia de São Pedro do Itabapoana, 1896. .. 151
Figura 63 – Prédio da Prefeitura, após a reforma da década de 1920, quando retirada a cadeia. 151
Figura 64 – Antigo coreto em madeira inaugurado em 1921. 151
Figura 65 – Em primeiro plano o coreto atual e em segundo a antiga Casa de Câmara e Cadeia após a reforma da década de 1960, atual Clube Recreativo de São Pedro do Itabapoana. 151
Figura 66 – Detalhe do forro em tabuado contendo arremate lateral decorado em recortes na madeira. 152
Figura 67 – Detalhe do forro em tabuado saia e camisa. 152
Figura 68 – Vista de sala de jantar com piso tabuado 152
Figura 69– Vista de sala de jantar com piso de tabuado e forro em tabuado tipo saia e camisa. 152
Figura 70 – Aproveitamento do declive dos terrenos. 153
Figura 71 – Aproveitamento do declive dos terrenos. 153
Figura 72 – Aproveitamento do declive dos terrenos. Fachadas frontal e posterior respectivamente. 153
Figura 73 – Aproveitamento do declive dos terrenos. Fachadas frontal e posterior respectivamente. 153
Figura 74 – Características dos imóveis. 154

Figura 75 – Aspectos da antiga cidade. 155
Figura 76 – Zonas de expansão urbana. 156
Figura 77 – Mapa de gabaritos. 157
Figura 78 – Mapa de usos. 158
Figura 79 – Uso misto na entrada principal do sítio histórico. 159
Figura 80 – Novos usos e incorporações. 160
Figura 81 – Criação de gado leiteiro vista da estrada que da acesso à Fazenda Independência. 161
Figura 82 – Vista da Fazenda Rosa a partir da estrada de chão que dá acesso ao sítio histórico de São Pedro do Itabapoana 161
Figura 83 – Plantação de café vista da estrada asfaltada que dá acesso ao sítio histórico de São Pedro do Itabapoana. 161
Figura 84 – A rede do território de SãoPedro do Itabapoana. 162
Figura 85 – Estação Ferroviária Dona América. 163
Figura 86 – Entorno da Estação Ferroviária Dona América. 163
Figura 87 – Cachoeira da Paraíba, Mimoso do Sul. 163
Figura 88 – Vista do Mirante da Torre. 163
Figura 89 – Localização das fazendas de café do antigo município de São Pedro do Itabapoana. 164
Figura 90 - Mapa com a identificação das fazendas presentes na história oral dos moradores de São Pedro do Itabapoana 166
Figura 91 - Implantação da Fazenda Independência. 167
Figura 92 –Terreiro de café com sede da Fazenda Independência ao fundo. 168
Figura 93 - Terreiro de café, aqueduto e estruturas laborais da Fazenda Independência. 168
Figura 94 - Capela, Fazenda Independência. 168
Figura 95 - Casa de colono, Fazenda Independência. 168
Figura 96 – Antigo sistema de captação de água e moinho da Fazenda Fazendinha. 168
Figura 97 – Antiga escola, depois capela e hoje tulha da Fazenda Harmonia. 168
Figura 98 – Sede da Fazenda da Conquista onde funcionava uma escola no térreo. 168
Figura 99 – Capela da Fazenda Pastinho que deu origem a um povoado. 168
Figura 100 – Identificação das fazendas que continuam produzindo café atualmente. 169
Figura 101 – Implantação da Fazenda Barra da Forquilha. 170
Figura 102 – Sede da Fazenda Barra da Forquilha. 170
Figura 103 – Tulha da Fazenda Barra da Forquilha. 170

Figura 104 – Casa de colono da Fazenda Barra da Forquilha. 170
Figura 105 - Terreiro de café com casa de colono e tulha ao fundo. 170
Figura 106 – Implantação da Fazenda Recreio. 171
Figura 107 – Antiga venda da Fazenda Recreio. 171
Figura 108 – Secagem de café no terreiro e tulha ao fundo, Fazenda Recreio. 171
Figura 109 – Conjunto rural com resquícios do antigo aqueduto e a sede da fazenda ao fundo, Fazenda Recreio. 171
Figura 110 – Antiga unisa de energia da Fazenda Recreio. 172
Figura 111 – Maquinário de beneficiamento do café na Fazenda União. 172
Figura 112 – Plantação de café na Fazenda Recreio. 172
Figura 113 – Estado de conservação das sedes das fazendas de café segundo o Inventário do Iphan (2013a). 173
Figura 114 – Aspectos do sistema construtivo, revestimentos e mobiliário das sedes das fazendas. 175
Figura 115 – Sede da Fazenda Santa Marta. 176
Figura 116 - Piscina da Fazenda Santa Marta. 176
Figura 117 – Fazenda Pastinho. Sede da Fazenda Pastinho com bar à esquerda. 177
Figura 118 - Vista interna do bar da Fazenda Pastinho. 177
Figura 119 – Conjunto rural da Fazenda União em processo de arruinamento. 178
Figura 120 - Vista interna da sede da Fazenda União em processo de arruinamento. 178
Figura 121 - Resquícios do aqueduto e da fábrica de cachaça da fazenda União. 178
Figura 122 – Mapa com a identificação dos Assentamentos Rurais. 179
Figura 123 – Imagens do projeto do Complexo de turismo e lazer da Fazenda União. 179
Figura 124 – Mapa com a identificação das fazendas apontadas no Plano Diretor de Mimoso do Sul como de interesse para o tombamento municipal, e daquelas com projeto de restauração e reforma da Secult. 180
Figura 125 – Mapa com a classificação das fazendas conforme nível de proteção sugerido no Inventário do Iphan. 181
Figura 126 - Problemática da preservação do território de identidade de São Pedro do Itabapoana. 183

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Moradores com residência em São Pedro do Itabapoana. 94
Gráfico 2 – Fluxo de moradores antigos em São Pedro do Itabapoana. 95
Gráfico 3 – Ocupação dos entrevistados. 97
Gráfico 4 – Respostas à pergunta sobre a importância de São Pedro do Itabapoana. 99
Gráfico 5 – Opinião sobre o tombamento federal. 106
Gráfico 6 – Referências culturais do grupo 4. 116
Gráfico 7 – Referências culturais do grupo 5. 116
Gráfico 8 – Referências culturais do grupo 3. 117
Gráfico 9 – Referências culturais do grupo 7. 117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Processos de tombamento federal no Espírito Santo.....32
Tabela 2 - O crescimento do número de habitantes e da exportação de café no município de São Pedro do Itabapoana. 46
Tabela 3 – Cronologia das ações de preservação dos órgãos estadual e municipal em São Pedro do Itabapoana. 72
Tabela 4 – Cronologia das ações de identificação e valorização dos bens culturais relacionados ao processo econômico do café na região sul do estado do Iphan desenvolvidas pelo Iphan. 78
Tabela 5 – Pontos positivos e negativos do tombamento estadual.....104
Tabela 6 - Expectativas de maior ocorrência nas entrevistas. 107
Tabela 7 - Expectativas de menor ocorrência nas entrevistas. 107
Tabela 8 – Fazendas de café do antigo município de São Pedro do Itabapoana. 165
Tabela 9 – Descrição dos aspectos do sistema construtivo, revestimentos e mobiliário das sedes das fazendas. 176

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMSPI	Associação de Moradores de São Pedro do Itabapoana
APAC	Área de Proteção do Ambiente Cultural
APP	Área de Preservação Permanente
Art	Artigo
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CNRC	Centro Nacional de Referências Culturais
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
E. F.	Estrada de Ferro
EMESCAM	Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia
ES	Estado do spírito Santo
FCA	Ferrovia Centro Atlântica
Fig.	Figura
I N^{a} S^{a}	Igreja Nossa Senhora
I	Igreja
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IJSN	Instituto Jonas dos Santos Neves
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Info	Informação
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Iphan-ES	Superintendência do Iphan no Espírito Santo
MG	Estado de Minas Gerais
PDM	Plano Diretor Municipal
Repep	Rede Paulista de Educação Patrimonial
RJ	Estado do Rio de Janeiro
SECEC	Sociedade Espiritossantense de Ciência, Educação e Cultura
Secult	Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do Iphan
SP	Estado de São Paulo
Ton.	Toneladas

UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ZEIS	Zona de Expansão Urbana
ZEU	Zona Especial de Interesse Social
ZIH	Zona de Interesse Histórico
ZPP	Zona de Proteção Paisagística

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 20

CAPÍTULO 1 – O IPHAN NO ESPÍRITO SANTO E SÃO PEDRO DO ITABAPOANA 30

1.1 O IPHAN NO ESPÍRITO SANTO E A AMPLIAÇÃO DOS TRABALHOS 30
1.2 INVESTIGAÇÃO DA HISTÓRIA DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA 38

CAPÍTULO 2 – AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA. 59

2.1 O TOMBAMENTO ESTADUAL DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA E O PLANO DIRETOR MUNICIPAL 59
2.2 INVENTÁRIOS E ESTUDOS REALIZADOS PELO IPHAN 72
2.3 AÇÕES DE PRESERVAÇÃO E DE RECUPERAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM SÃO PEDRO DO ITABAPOANA 79

CAPÍTULO 3 – SÃO PEDRO DO ITABAPOANA ENQUANTO PROCESSO CULTURAL 87

3.1 A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA E O CONCEITO DE REFERÊNCIA CULTURAL 87
3.2 ENTREVISTA COM OS MORADORES DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA 92
3.3 A IDENTIFICAÇÃO DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA – NAS OFICINAS 112

CAPÍTULO 4 – TERRITÓRIO DE IDENTIDADE: PROPOSTA PARA SÃO PEDRO DO ITABAPOANA 131

4.1 MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO 131
4.2 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA 135
4.2.1 A proposta de preservação 137
4.2.2 Nó principal – O sítio histórico de São Pedro do Itabapoana 140
4.2.3 Caminhos e marcos 160
4.3 A PROBLEMÁTICA DA PRESERVAÇÃO DO BEM TERRITORIAL 182

CONSIDERAÇÕES FINAIS 192

REFERÊNCIAS 195

APÊNDICE A – PROPOSTA DE TOMBAMENTO FEDERAL PARA O SÍTIO HISTÓRICO DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA 202

APÊNDICE B – PROPOSTA DE TOMBAMENTO FEDERAL PARA O CONJUNTO DE FAZENDAS DE CAFÉ.....206

INTRODUÇÃO

Formada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, dei início ao Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em agosto de 2015. Foi quando iniciou minha integração no cotidiano da prática profissional na Superintendência do Iphan no Espírito Santo, em Vitória, onde me aprofundei em quatro grandes temas sugeridos pela instituição como potenciais pesquisas a serem desenvolvidas no âmbito do mestrado. As quatro possibilidades foram: Imigração europeia no Espírito Santo; O ciclo do café no sul do Espírito Santo; Normativas para entorno de bens tombados e; O patrimônio religioso do estado dentro da perspectiva de trabalhar com educação patrimonial.

A partir do estudo das temáticas, da análise das possibilidades de contribuição e das expectativas internas e externas existentes sobre cada uma delas foi escolhido trabalhar com "O ciclo do café no sul do Espírito Santo ". A escolha se deu por diversos motivos dentre eles a existência de uma grande expectativa do Iphan-ES em realizar o tombamento federal do Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana localizado na região, a ser o primeiro conjunto tombado pela instituição no estado, e da existência[1] de demanda da comunidade local[2] pelo reconhecimento nacional do seus bens culturais. O sítio histórico de São Pedro do Itabapoana, tombado pelo governo estadual em 1987, corresponde à sede do Distrito de São Pedro do Itabapoana, município de Mimoso do Sul. O município está localizado no extremo sul do Espírito Santo e faz divisa com o estado do Rio de Janeiro através do Rio Itabapoana.

O Iphan-ES também desenvolveu três pesquisas na região sul, ou seja, já existe um material produzido e uma expectativa a respeito do seu prosseguimento. Na primeira pesquisa, desenvolvida em 2008, foi feito o levantamento histórico, urbanístico e arquitetônico do sítio histórico de Muqui, com vistas a subsidiar o possível tombamento federal. Depois em 2013, o "Inventário de conhecimento do acervo de bens materiais relacionado ao processo econômico nos séculos XIX e XX no sul do Espírito Santo" tinha como objetivo levantar o acervo relativo à produção arquitetônica rural e urbana relacionada à

[1] Embora seja assunto presente dentro do Iphan e na Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo - Secult, a demanda comunitária não tem nenhum registro formal. Não existe nenhum pedido de tombamento formalizado pela comunidade, porém tal interesse foi revelado em manifestações espontâneas dos moradores do sítio presenciadas pelos técnicos de ambas as instituições, e em algumas conversas informais entre o Iphan e moradores locais. No âmbito da pesquisa, foram realizadas entrevistas com os moradores que explicitaram a demanda pelo reconhecimento nacional dos seus bens culturais.

[2] Entende-se que comunidade não é uniforme e nem única, entretanto o termo será utilizado ao longo da dissertação considerando o grupo de moradores que representa a voz da vontade de preservação dos seus bens culturais.

economia do café no sul do estado, dentro da ideia de sistematização do conhecimento em rede, através de um eixo temático, o café. Esse estabelecimento em rede deveria fortalecer as ações de proteção e valorização dos bens (IPHAN, 2013a). No inventário consta o levantamento do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana e de 91 fazendas de café dentro do recorte temporal e territorial especificado, em seis municípios da região sul.

Em 2015 foi concluído um novo inventário sobre a região sul, o "Inventário do Patrimônio Cultural de Muqui e Mimoso do Sul", dedicado a investigar as manifestações culturais dos dois municípios, resultante da miscigenação provocada pelo cultivo do café. Depois de uma varredura sobre alguns bens culturais identificados, o inventário focou em duas manifestações consideradas mais expressivas e existentes nas áreas rurais e urbanas dos dois municípios, a Folia de Reis e o Boi Pintadinho.

A pesquisa que orientou esta dissertação parte do princípio que o Iphan tem o papel de atribuir valor de patrimônio aos bens culturais e o compromisso de contribuir para a construção da identidade nacional considerando a diversidade cultural na formação do território. Dentro dessa perspectiva e a partir da vivência na Superintendência do Iphan no Espírito Santo, o primeiro estranhamento que moveu esta pesquisa foi a falta de representatividade desse estado entre os valores do patrimônio nacional. Desta forma, procurou-se refletir sobre de que forma São Pedro do Itabapoana pode contribuir para o compromisso da instituição e em que medida atende a inclusão do estado entre os valores de patrimônio nacional.

Quando se trata do Espírito Santo, a presença do café e da mão de obra para sua produção, constituída de escravos africanos, colonos e imigrantes, é marcante e desconhecida. Segundo Almada (1984, p. 60), a produção cafeeira do Espírito Santo não atingia os volumes de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, porém "a sua cultura atuará como elemento vivificador da economia e da sociedade espírito-santense". O estado deve ao café a sua ampliação populacional e a sua recuperação econômica após o marasmo no período colonial, que se deu em virtude de decisões políticas, econômicas e da decadência da economia açucareira. O cultivo do café se tornou a alternativa econômica do Brasil no século XIX após a decadência da exploração do ouro e da produção de açúcar. Alguns bens culturais foram selecionados pelo Iphan como representantes do período, entretanto, os bens do Espírito Santo não foram contemplados.

As escolhas do Iphan, desde o início de sua atuação, marcado pela instituição do tombamento através do Decreto-Lei nº 25 de 1937, até a década de 1980, justificam essa exclusão. Neste período o Iphan escolheu a valorização da arquitetura colonial,

principalmente as construídas até o século XVIII. Selecionou o que havia de mais excepcional no país, segundo os critérios da época, privilegiando a arte e arquitetura barroca de Minas Gerais. No Espírito Santo, representando a ancestralidade das raízes portuguesas foi escolhida a arquitetura religiosa jesuíta (CHUVA, 2011, p. 43).

O Iphan quando tombou bens relacionados à produção cafeeira, neste mesmo período, buscava os exemplares mais significativos, com características monumentais ou arquitetônicas/estilísticas excepcionais, em virtude das concepções que usava. Os bens tombamentos relativos a este período econômico do país limitam-se ao conjunto urbano de Vassouras/RJ (tombado em 1952) e fazendas de café distribuídas pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais como a Fazenda Barbacena (1964).

O Espírito Santo foi excluído de representar este importante período da história brasileira, enquanto também participante e guardião de um importante acervo preservado e vivificado pela população local. Mais recentemente o Iphan tombou o Conjunto Histórico e Paisagístico de São Luis do Paraitinga/SP, em 2010, e outras fazendas em MG, SP e RJ, ou seja, no seu momento atual da instituição, novos bens culturais representantes do sudeste cafeeiro têm sido valorados como patrimônio nacional. Desse modo, além das demandas locais, o momento é propício para uma reflexão acerca da valoração dos bens culturais relacionados ao período de produção cafeeira no Espírito Santo.

No começo dos trabalhos do Iphan as comunidades locais também não reivindicavam tombamentos e nem tinham noções sobre patrimônio, conceito que foi sendo construído pela instituição e apropriado pela sociedade. O Iphan, portanto, se atinha a alguns exemplares a partir de sua noção de patrimônio e das suas possibilidades de execução, considerando o que vinha a ser excepcional para o corpo técnico do período. A partir da década de 1970, identificam-se, na história da preservação, demandas de grupos organizados pela proteção de imóveis e sítios urbanos, que deram início ao que pode ser observado no momento atual do Iphan. Nesse momento vem sendo dado atenção às comunidades que reivindicam o reconhecimento dos seus bens materiais, buscando implementar procedimentos de interação com os grupos sociais, conforme será visto nesta dissertação a partir do interesse dos moradores de São Pedro do Itabapoana.

Os critérios e o recorte escolhido para o inventário produzido pelo Iphan em 2013, relativo ao "Processo econômico do café no século XIX e XX", demonstram o valor atribuído pelo órgão aos bens culturais da região cafeeira do estado: o valor arquitetônico e o valor histórico enquanto importante centro da economia cafeeira do Espírito Santo. Enquanto isso, a comunidade de São Pedro do Itabapoana traz na sua perspectiva o valor de referência cultural.

A comunidade o faz na forma como vivencia, cria e recria São Pedro do Itabapoana, no seu discurso relacionado aos laços afetivos com o território, através do movimento de (re)construção de tradições e da apropriação dos bens para uma produção no presente, como forma de sobrevivência e modos de vida. São perspectivas que hoje podem interagir na construção de valores de patrimônio.

A questão principal desta pesquisa é discutir em que medida o Iphan pode contribuir com o reconhecimento das referências culturais locais em sua relação com os significados de São Pedro do Itabapoana como patrimônio nacional. Ou seja, como construir discursos técnicos, a partir dos movimentos locais de valorização do patrimônio cultural que resultem na inclusão daquele território de produção do café no patrimônio nacional. Quais vestígios materiais em São Pedro do Itabapoana fazem parte da memória da comunidade e da história do estado como parte do período de apogeu do café, como marco balizador do território do café no Sudeste que se estendeu de São Paulo ao Espírito Santo a partir do Rio de Janeiro.

Incorporar São Pedro do Itabapoana ao patrimônio nacional é também a oportunidade de atender ao que determina a Constituição Federal de 1988, não só no que tange o conceito ampliado de patrimônio, reconhecendo os bens culturais portadores de referência para os grupos sociais, mas também no que tange a construção coletiva do patrimônio cultural integrado, compreendido por diferentes bens e valores a eles atribuídos independentemente da sua natureza. Existe uma comunidade local organizada cujos valores atribuídos a São Pedro do Itabapoana não se limitam às qualidades arquitetônicas do sítio histórico.

No sentido de ter a Constituição Federal como marco de novas ações de valorização do patrimônio cultural brasileiro, essa dissertação foi orientada pelos conceitos de referência cultural, de memória e identidade. A respeito do conceito de referência cultural destaca-se inicialmente que seu uso vem sendo identificado com o patrimônio de natureza imaterial, valendo aqui alguns esclarecimentos. Segundo Lia Motta (2017) esta associação iniciou-se dentro do CNRC, onde se desenvolveu conceitualmente a ideia de referência cultural. Neste momento a instituição tinha como objetivo valorizar os produtos a partir dos seus processos de produção. Para Motta, ao longo do tempo já no Iphan, o investimento na conceituação da referência cultural também se desenvolveu de modo a relacioná-la aos bens imateriais, tendo como marco principal os trabalhos que levaram ao Decreto n^{o} 3551 que cria o Registro de ens de natureza imaterial.

Motta (2017) destaca que embora o texto da Constituição não faça distinção entre bens materiais e imateriais quando trata dos bens portadores de referência cultural, assim como os

textos produzidos abordando a temática, não houve influência nas práticas de preservação do patrimônio material.

No que tange o patrimônio edificado, segundo Motta (2017), ainda que nas décadas de 70 e 80 tenham sido incorporados ao patrimônio nacional outros estilos arquitetônicos para se somar aos bens do período colonial valorizados até então pela instituição, e embora o Iphan tenha desenvolvido alguns trabalhos significativos para a renovação das práticas de preservação[3]

> (...) não houve modificações significativas na valorização dos bens de natureza material, tais como os sítios urbanos, (...). Manteve-se a apreciação e a seleção dos bens pautados nos critérios de qualidades estilísticas, uniformidade dos sítios urbanos, excepcionalidade e/ou sua vinculação a fatos memoráveis da história (MOTTA, 2017, p.14-15).

Temos hoje que fazer um esforço no uso de procedimentos e métodos para superar a valoração dos bens de natureza material apenas pelos critérios de excepcionalidade, de aspectos estilísticos, e de uniformidade do conjunto. É necessário exercitar na prática a adoção da noção de referência cultural ao patrimônio edificado para que se torne habitual dentro da instituição. Nesse sentido, em atenção às demandas sociais, como a que vem sendo feita por um grupo representativo da comunidade de São Pedro do Itabapoana, foram explorados os conceitos de memória e identidade.

A respeito do conceito de memória, a partir da resenha de Elsa Peralta "Abordagens teóricas ao estudo da Memória Social: uma resenha crítica" (2007), que traz diversos teóricos que desenvolvem o tema, e de outros teóricos que não são explorados pela autora, como Michael Pollak (1989, 1992), se considerou a memória da comunidade da região em estudo como uma construção social, parte do processo que vivem hoje de valorização de seu passado, de manutenção de seus modos de vida e de sobrevivência na região. A comunidade de São Pedro do Itabapoana tem inventado tradições com base na história local que vem ao encontro da construção de suas memórias. A esse respeito foi considerada a análise de Hobsbawm e Ranger (1997), sobre a invenção das tradições. Assim, a partir de Pollak a memória da comunidade de São Pedro do Itabapoana está sendo compreendida como um sistema de

[3] Na busca por processos de tombamento neste período que fizeram uso da noção de referência cultural, Motta (2017) destaca alguns casos exemplares, que embora não contenham a expressão na instrução de tombamento, demonstram a intenção de incluir os bens portadores de referência para diferentes grupos sociais. O próprio conceito de cidade-documento utilizado na época indicava transformações na prática de preservação dos sítios, uma vez que tinha como referência a história de produção dos sítios históricos e preocupava-se menos com a uniformidade do conjunto. Dentre os casos exemplares citados pela autora estão o Terreiro da Casa Branca em Salvador-BA, a Fábrica de Vinho Tito Silva em João Pessoa-PA, o Centro Histórico de Laguna-SC, o Engenho do Mate em Campo Largo-PR, a Casa Presser em Nova Hamburgo-RS e o Casarão do Chá em Moji das Cruzes-SP.

representação do passado, produzido de forma intencional em função do presente, através do discurso e fazendo uso de pontos de referência.

Esses pontos de referência vão se tornar marcos territoriais, que por sua vez configuram o território de identidade de São Pedro do Itanapoana. É por meio da construção dessa memória e das estratégias para valorizar o sítio histórico, reafirmando um passado que consideram constituidor de uma identidade da comunidade local, que os bens materiais se constituem em patrimônio cultural. Uma vez compreendido que a memória se apoia em pontos de referência, que se tornam marcos territoriais a constituir a identidade local de São Pedro do Itabapoana, o conceito de identidade e sua relação com território será abordado a partir de Rogério Haesbaert (1999) e Stuart Hall (2003).

A partir da questão principal e dos conceitos principais que orientam a dissertação, surgiu uma série de perguntas relativas aos procedimentos de atribuição de valores, que se buscou responder no desenvolvimento da pesquisa e junto à Superintendência do Iphan no Espírito Santo, ciente de que são questões bastante atuais dentro do Iphan no seu contexto nacional: Como trabalhar a participação social nos processos de identificação e atribuição de valor de patrimônio? Como conciliar a participação social e o saber técnico nos processos de patrimonialização? Como o saber técnico pode contribuir para desenvolver concepções e adotar novas categorias visando o reconhecimento e a valoração de bens? Em que medida novas categorias de patrimônio que abordam a paisagem, o território e o lugar podem contribuir para a proteção dos bens? Qual o método mais adequado para identificar e delimitar o recorte de proteção do bem cultural em estudo?

Para responder a essas perguntas alguns trabalhos orientaram a pesquisa e os procedimentos em campo. O tombamento federal de Iguape-SP, aprovado em 2009, foi utilizado como referência em virtude das novidades que trouxe para a política de preservação do Iphan, principalmente no que tange a participação da comunidade local durante o processo de identificação e patrimonialização do sítio histórico tombado. Já o trabalho "Rotas da Alforria: trajetórias da população afrodescendente na região de Cachoeira/BA" (COPEDOC/IPHAN, 2008), serviu de referência para refletir sobre a possibilidade do emprego das categorias espaciais da geografia nas políticas de preservação dos bens culturais, uma vez que fez uso da categoria território, nesse caso destacando o entendimento de território como uma construção, delimitação feita pelos pesquisadores a partir de referências locais e da história, que indicam os modos de ocupação e transformação dos espaços.

Os conceitos da geografia, mais precisamente o território, orientaram um olhar para a configuração material do território do café a partir de São Pedro do Itabapoana, possibilitando

compreender e identificar valores para além dos arquitetônicos. Nesse sentido o conceito de território foi trabalhado a partir de Claude Raffestin (1993), Marcos Aurélio (2010) e Haesbaert (1999), entendido a partir das discussões da geografia humanista que se iniciou na década de 60 não mais apenas como palco de relações de poder, mas como um produto social construído também culturalmente. Desta forma, segundo Haesbaert (1999), o território passa a ser um meio de identificação.

As reflexões propostas são importantes para se pensar nas novas ações da instituição no estado e também em seu contexto nacional, diante de tantos desafios colocados pela Constituição Federal, dentro de um contexto que requer políticas de patrimônio mais inclusivas, o emprego de instrumentos de identificação e gestão participativos, e a abertura para novas possibilidades de atribuição de valor a partir da nova concepção de patrimônio e das novas demandas. Diante do exposto, o objeto de estudo desta pesquisa é a problemática da preservação dos bens culturais de São Pedro do Itabapoana, considerando as demandas, expectativas e conflitos associados ao tema da sua preservação.

O primeiro capítulo se inicia com uma breve análise crítica acerca da atuação do Iphan no Espírito Santo, com o intuito de compreender o número reduzido de bens tombados e de que forma São Pedro do Itabapoana se encaixa na perspectiva atual da instituição. Em seguida será apresentada a história de São Pedro do Itabapoana, desde o início da ocupação das terras, passando pela sua ascensão enquanto município, declínio e o seu contexto atual.

O levantamento histórico foi necessário de imediato para conhecer o contexto estadual em que está inserido São Pedro do Itabapoana, qual a sua conformação cultural, e para a compreensão da abrangência territorial dos seus bens culturais uma vez detectado nas primeiras pesquisas de campo e bibliográficas que existe uma série de outros elementos naturais, materiais e simbólicos além do sítio histórico tombado pelo estado, que são dotados de referência cultural para os moradores, que contam a história de ocupação do território e são essenciais para compreensão de São Pedro do Itabapoana.

Dentre as fontes bibliográficas pesquisadas estão Gabriel Bittencourt (1987a, 1987b), Vilma Almada (1984), Newton Braga (1986), o IBGE, os Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros: Primeira República, 1892-1930 disponibilizados pela Biblioteca Nacional, o Inventário de conhecimento do acervo de bens materiais relacionado ao processo econômico nos séculos XIX e XX no sul do Espírito Santo do Iphan, bem como o livro de

Grinalson Medina[4] , a dissertação de Marcelo Pedrosa Pereira e alguns blogs locais para tratar especificamente de São Pedro do Itabapoana. O material bibliográfico foi complementado com fontes orais, com o acervo fotográfico do Iphan e com o material cartográfico encontrado na bibliografia sobre o Espírito Santo, e disponibilizado pelo Arquivo Nacional, IJSN e Biblioteca Nacional.

O segundo capítulo trata das ações de valorização que já aconteceram e acontecem em São Pedro do Itabapoana desde a década de 80, abordando o papel e a atuação das instâncias municipal, estadual e federal, bem como as ações de iniciativa da comunidade local ao passo que foram identificados alguns movimentos culturais iniciados no final da década de 90, multiplicados e fortalecidos a cada ano até os dias de hoje. As fontes de pesquisa foram o processo de tombamento estadual, bem como normativas e pesquisas realizadas pelo órgão estadual de preservação, o plano diretor de Mimoso do Sul, os inventários do Iphan sobre a região sul cafeeira, fontes orais e trabalho de campo.

Os movimentos culturais identificados demonstram a forma como a comunidade vem se apropriando da história, dos vestígios materiais e da cultura local. A comunidade o faz através da música, da gastronomia e do artesanato, em prol do fortalecimento da identidade local e do desenvolvimento do turismo de base comunitária como forma de sobrevivência e para a preservação do patrimônio edificado. Dentro desses movimentos observa-se o resgate e a reformulação de antigos costumes, o que Hobsbawm e Ranger (1997) chamam de "invenção das tradições", um processo legítimo e comum em todo o mundo.

Apresentada a problemática de estudo, os capítulos 3 e 4 serão dedicados a responder à questão da preservação dos bens culturais de São Pedro do Itabapoana e às expectativas e interesses dos diversos atores envolvidos, com base nas discussões atuais sobre a noção de patrimônio e alicerçado no que determina a Constituição Federal no que tange a noção integrada de patrimônio cultural, a inclusão dos bens culturais portadores de referência cultural para os diversos grupos formadores da sociedade brasileira, e a garantia da participação social nos processos de patrimonialização.

O terceiro capítulo é iniciado por fundamentação teórica sobre o tema da participação social nas ações de preservação e o conceito de referência cultural. Com base em Márcia Chuva (2011), Ulpiano Meneses (2012) e Paulo Garcez Marins (2016) serão discutidas as novidades da Constituição Federal de 1988, no que tange o desafio e a responsabilidade do

[4] Comerciante, político e jornalista de São Pedro do Itabapoana, traz em seu livro, escrito na década de 30, um trabalho de escrita e compilação de dados sobre a história do Município de São Pedro, a partir de fontes primárias e orais.

Iphan em efetivar a participação das comunidades locais nos processos de patrimonialização, dentro da sua competência de selecionar e atribuir valor de patrimônio nacional aos bens culturais. A partir Maria Cecília Londres (2000) será discutida a noção de referência cultural, e juntamente com Boaventura de Souza Santos (2005) serão abordados os aspectos acerca do intercâmbio de conhecimento entre pesquisador e comunidade e da necessidade de um espaço democrático para discussão e tomada de decisão com a participação de todos os atores envolvidos em torno do bem cultural em questão.

Para corresponder a novas possibilidades de atribuição de valor a partir da noção de referência cultural foram realizadas oficinas com os moradores de São Pedro do Itabapoana, objetivando identificar e conhecer os bens culturais portadores de referência à identidade e à memória local, quais os valores atribuídos por eles aos vestígios materiais tombados pelo estado e inventariados pelo Iphan e o que representam hoje para a comunidade. Com base em Kevin Lynch (1997), Yu-Fu Tuan (1983) e Salete Kozel (2010) foi escolhido o mapa mental como ferramenta de trabalho. Ciente da falta de participação no processo de tombamento estadual e da ausência de informações atuais sobre os moradores do local na bibliográfica encontrada e nos estudos desenvolvidos pelo Iphan, antes da realização das oficinas foi necessária entrevistar moradores e usuários de São Pedro do Itabapoana. O resultado das entrevistas também será apresentado neste capítulo.

As entrevistas foram o primeiro contanto com a comunidade. Objetivaram conhecer a realidade atual do Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana, quem são seus moradores, o que os mantém e de que forma se relacionam com o local. As entrevistas também foram utilizadas para investigar sobre a relação entre os moradores e o tombamento estadual, e a existência da demanda local pelo reconhecimento federal. O terceiro capítulo é encerrado com a análise das oficinas, que trouxe importantes indicadores para se pensar em uma nova forma de identificar, delimitar e atribuir valor aos bens culturais de São Pedro do Itabapoana.

O Capítulo 4 traz a proposta de delimitação de um território de identidade de São Pedro do Itabapoana para preservação. Antecede a proposta uma reflexão teórica sobre os conceitos de identidade, memória e território. Esses conceitos foram considerados, a partir da pesquisa realizada, fundamentais para pensar na preservação dos bens culturais de São Pedro do Itabapoana. Por isso orientaram a identificação e a espacialização dos marcos de referência de memória para a comunidade, para a constituição do território a ser preservado.

A proposta de proteção propõe à Superintendência do Iphan no Espírito Santo um olhar sobre São Pedro do Itabapoana que não se limita ao valor de patrimônio historicamente consagrado pelas práticas de preservação no Brasil, considerando a produção arquitetônica e

urbanística dos séculos XIX e início do XX, no caso de São Pedro do Itabapoana. Buscou-se reconhecer também os valores que diferenciam São Pedro do Itabapoana das demais localidades e que conformam a identidade da comunidade. É o modo de vida e de receber os visitantes, a forma como os moradores se relacionam entre si e com o ambiente natural e construído, e a (re)apropriação dos bens materiais e seus significados.

Uma vez reconhecida a abrangência territorial do bem cultural a ser preservado serão discutidos os possíveis caminhos para a sua proteção e apontados alguns instrumentos aplicáveis com vistas a demonstrar que é possível propor novas formas de identificação, atribuição de valor e preservação frente aos novos desafios postos pela concepção atualizada de patrimônio que a instituição precisa encarar com responsabilidade.

CAPÍTULO 1 – O IPHAN NO ESPÍRITO SANTO E SÃO PEDRO DO ITABAPOANA

Este capítulo foi desenvolvido a partir do estranhamento inicial acerca da participação dos bens culturais do Espírito Santo no panorama do patrimônio nacional, principalmente no que tange os bens materiais. Uma vez detectado um número pequeno de bens valorados pelo Iphan no estado, as primeiras reflexões tiveram o objetivo de compreender a atuação da instituição, procurando contextualizar as ações de preservação e a atual situação da Superintendência. Dentro do contexto atual do Iphan no Espírito Santo, também serão apresentadas as demandas e expectativas atuais, incluindo os bens culturais do período cafeeiro e São Pedro do Itabapoana, e de que forma a Superintendência se coloca diante dos novos desafios.

Uma vez desenvolvida a reflexão sobre a atuação do Iphan no Espírito Santo e a participação do estado no patrimônio nacional, será apresentado como se deu a escolha por São Pedro do Itabapoana, de que forma este bem se encaixa nas expectativas atuais da instituição e o potencial de se trabalhar com o conceito de referência cultural formalmente trazido pela Constituição Federal de 1988.

O processo de escolha perpassa pela demanda da Superintendência e pela forma como a comunidade local atribui valor aos seus bens culturais, relacionada à memória coletiva e ao processo de construção de uma identidade, fazendo uso da história de São Pedro do Itabapoana, desde o século XIX a partir da chegada dos primeiros posseiros na região com o objetivo de cultivar o café. Dada a sua importância, este capítulo também trará uma investigação da história de São Pedro do Itabapoana como forma de estabelecer uma primeira narrativa para compreensão do objeto de estudo: a problemática da preservação dos bens culturais de São Pedro do Itabapoana.

A narrativa histórica abordará como se deu a ocupação de São Pedro do Itabapoana, a transição para município, até chegar nos dias de hoje enquanto distrito de Mimoso do Sul. Uma maior ênfase foi dada ao período da história em que São Pedro do Itabapoana era município, visto que está muito presente no imaginário popular junto com o ressentimento da perda da sede municipal para Mimoso do Sul.

1.1 O IPHAN NO ESPÍRITO SANTO E A AMPLIAÇÃO DOS TRABALHOS

As primeiras reflexões buscaram compreender o porquê do esquecimento deste estado pela instituição em suas ações de preservação do patrimônio, mesmo com toda a sua

ancianidade, um dos critérios bastante utilizado no processo de seleção dos bens culturais preservados na trajetória do Iphan no Brasil, e sua localização na região sudeste, privilegiada juntamente com a região nordeste em detrimento dos bens culturais das demais regiões. Ao verificar os bens valorados pelo Iphan no Espírito Santo, ao longo dos quase 80 anos de atuação no estado[5], fica evidente que o número é pouco expressivo.

No Espírito Santo foi eleito para o rol de bens inscritos basicamente a arquitetura religiosa localizada ao longo do litoral e os bens imateriais[6] muito dentro do que Marins chama de "lócus simbólico da mestiçagem entre brancos e negros" no país, uma vez que não inclui a contribuição das populações indígenas e de imigrantes na formação cultural do estado. Marins (2016, p.26) coloca que mais do que reconhecer a diversidade ou de praticar sínteses apaziguadoras é preciso reconhecer as fraturas e as diferenças que constituem o país. Da parte dos bens materiais do estado, uma variedade de bens ainda não foi reconhecida como patrimônio nacional, inclusive do período colonial. Permanecem sem proteção federal bens do período imperial, conjuntos de arquitetura eclética, a arquitetura militar, a contribuição dos imigrantes europeus e bens naturais que historicamente são marcos referenciais nas paisagens capixabas. Os bens inscritos pelo Iphan de fato não representam a diversidade cultural presente no estado.

Existe um total de vinte e cinco processos de tombamento relativos aos bens materiais do estado, dos quais quatorze resultaram em tombamento, oito foram indeferidos e três permanecem abertos em instrução. Ao analisar apenas os quatorze processos deferidos verificou-se que todos os tombamentos foram realizados entre os anos de 1940 e 1970 (dos quais dois são bens móveis e doze são edificações). Este período praticamente coincide com a chamada "fase heroica"[7] do Iphan e os tombamentos no estado seguiram a mesma lógica do restante do país: número expressivo de bens protegidos e processo de seleção a partir dos critérios monumentalidade e ancianidade, com predomínio da arte e arquitetura colonial, onde

[5] A história do Iphan no Espírito Santo se inicia praticamente junto com a criação do SPHAN, quando Rodrigo Melo Franco de Andrade nomeia André Carloni como primeiro representante da instituição no estado, no ano de 1939.

[6] Desde a instituição do registro, através do Decreto nº 3.551 de 2000, quatro bens foram registrados no estado: o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (2002), o Jongo no Sudeste (2005), o Ofício dos Mestres de Capoeira (2008) e a Roda de Capoeira (2008).

[7] Diversos autores nomeiam como "fase heroica" as primeiras décadas de existência do Iphan, correspondente a gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade, quando a instituição ainda se chamava SPHAN. Segundo Luís Saia (apud RUBINO, 1996, p. 97) a "fase heroica" inicia-se logo após o Decreto-Lei no 25 de 1937 (que institui o instrumento do tombamento) com o lançamento da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e termina com o fim da gestão de Rodrigo, 31 anos depois. Esta fase caracterizou-se pelo número expressivos de tombamentos realizados. Segundo Rubino (1996, p. 98) foram realizados 689 tombamentos, distribuídos de forma desigual com privilégio das regiões sudeste e nordeste com destaque para os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia.

a arquitetura religiosa representativa dos primeiros séculos do país colonizado foi privilegiada.

Nome atribuído	Município	Classificação	Ano de Abertura	Situação	Inscrição nos livros
Conjunto Rural Casa e Chácara do Barão de Monjardim	Vitória	Conjunto Rural	1940	TOMBADO	out/40 - Tombo Belas Artes
Igreja Nossa Senhora da Assunção e residência	Anchieta	Edificação e Acervo	1940	TOMBADO	set/43 - Tombo Histórico
Igreja dos Reis Magos e residência	Serra	Edificação e Acervo	1940	TOMBADO	set/43 - Tombo Histórico e Belas Artes
Convento e Igreja de Nossa Senhora da Penha	Vila Velha	Edificação e Acervo	1940	TOMBADO	set/43 - Tombo Histórico e Belas Artes
Igreja de Santa Luzia	Vitória	Edificação e Acervo	1939	TOMBADO	ago/46 - Tombo Histórico
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Vitória	Edificação e Acervo	1946	TOMBADO	jul/46 - Tombo Histórico
Igreja de São Gonçalo	Vitória	Edificação e Acervo	1948	TOMBADO	nov/48 - Tombo Histórico e Belas Artes
Imagens de Nossa Senhora da Conceição, 02 e alfaias	Viana	Bens móveis e integrados	1950	TOMBADO	mar/50 - Tombo Belas Artes
Imagem de Nossa Senhora da Penha da Igreja de N S do Rosário	Vila Velha	Bens móveis e integrados	1950	TOMBADO	mar/50 - Tombo Belas Artes
Igreja de Nossa Senhora da Ajuda	Viana	Edificação e Acervo	1950	TOMBADO	mar/50 - Tombo Histórico
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Vila Velha	Edificação e Acervo	1950	TOMBADO	mar/50 - Tombo Histórico
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Guarapari	Edificação e Acervo	1946	TOMBADO	set/70 - Tombo Histórico
Casa à rua José Marcelino, 197	Vitória	Edificação	1967	TOMBADO	out/67 - Tombo Histórico
Casa à Rua José Marcelino, 203-205	Vitória	Material - Edificação	1967	TOMBADO	nov/67 - Tombo Histórico
Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	Viana	Edificação e Acervo	Info não encontrada	INDEFERIDO em 1962	
Casa: Antiga Câmara e Cadeia de Santa Cruz; Câmara de Santa Cruz	Santa Cruz	Edificação	1958	INDEFERIDO em 2010	
Igreja de São João Batista	Serra	Edificação e Acervo	1981	INDEFERIDO em 1986	
Morro: O Frade e a Freira	Itapemirim	Paisagem	1981	INDEFERIDO em 1987	
Conjunto Paisagístico da Ilha de Trindade	Vitória	Paisagem	1997	INDEFERIDO em 2014	
Prédio do Palácio Anchieta	Vitória	Edificação	1997	INDEFERIDO em 2014	
Sede da Fazenda Independência.	Mimoso do Sul	Edificação	2004	INDEFERIDO em 2014	
Sítio da Praia do Ribeiro	Vila Velha	Paisagem	2014	INDEFERIDO em 2016	
Igreja: São Francisco (do Antigo Convento)	Vitória	Material - Edificação e Acervo	1973	INSTRUÇÃO	
Museu de Biologia Profº. Mello Leitão	Santa Tereza	Edificação	1984	INSTRUÇÃO	
Sítio Histórico e Arqueológico do Queimado	Serra	Sítio arqueológico	2015	INSTRUÇÃO	

Tabela 1 - Processos de tombamento federal no Espírito Santo.
Fonte: a autora (2017).

O estado não apresenta conjuntos urbanos tombados em nível federal, portanto todos os tombamentos são de edificações isoladas. Entre os bens edificados protegidos predominam as igrejas datadas dos séculos XVI e XVII, com número expressivo das exemplares jesuítas[8]. Apenas três bens correspondem à arquitetura civil, todas representantes do período colonial.

Fica claro o reflexo das políticas de construção de uma identidade nacional do período nos tombamentos realizados no Espírito Santo, através da escolha de bens excepcionais do período colonial. Conforme disse Chuva (2011), a criação do SPHAN fez parte de uma política cultural nacionalista do Estado Novo. E foi sobre a ótica de construir uma "nação brasileira" de feição civilizada que se deu o processo de seleção dos bens culturais formadores da identidade nacional

A unificação se daria a partir de uma origem e ancestralidade comum a toda a nação. Segundo Rubino (1996, p. 102-103) foi eleita uma história vinculada a períodos, lugares e personagens específicos, contínua, sem conflitos e contrastes. Existiu uma predileção pelos primeiros séculos de existência do país, séculos XVI, XVII e principalmente XVIII. Segundo Rubino (1996), para alguns grupos da geração de Rodrigo Mello Franco de Andrade havia uma necessidade clara de excluir as marcas do passado mais recente e indesejável.

A partir da década de 1980 o Iphan adota uma nova noção de patrimônio, em resposta às discussões iniciadas ainda na década de 1970 durante a gestão de Aloísio Magalhães[9], entre os anos de 1979 e 1982, acerca da diversidade regional e da noção de referência cultural. A Constituição Federal de 1988 adotou novidades expressivas no que tange o conceito de patrimônio cultural e o reconhecimento da pluralidade cultural do país que deveria ser representada na atribuição de seleção do Iphan. Neste momento o tombamento ainda era o único instrumento de proteção do patrimônio cultural.

Deu-se início ao tombamento de exemplares representativos de expressões, grupos, áreas geográficas e períodos até então não reconhecidos pela instituição como patrimônio nacional, com vistas a alcançar a "diversidade cultural" enfatizada por Aloísio Magalhães (MARINS, 2016, p. 12). Dentre os casos que marcaram a trajetória da instituição estão o

[8] A presença dos jesuítas foi fundamental para a colonização e ocupação do território capixaba. O Espírito Santo foi a primeira capitania onde os missioneiros aportaram, ainda em 1549. Para representar o legado da Companhia de Jesus e a sua contribuição para a formação da nação o Iphan escolheu a arquitetura de cunho religioso. Residências e colégios em geral foram protegidos quando atrelados à igreja. Os critérios de seleção variavam entre o valor histórico e o arquitetônico (MENEZES, 2008). Desta forma, foram tombadas quatro igrejas jesuítas no estado: I Na Sa da Assunção e residência em Anchieta, I dos Reis Magos e residência na Serra, I Na Sa da Ajuda em Viana, e a I Na Sa da Conceição em Guarapari, todas inscritas no Livro do Tombo Histórico, com exceção da I dos Reis Magos, também inscrita também no de Belas Artes.

[9] Sob iniciativa de Aloísio Magalhães foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), que a partir de 1975, dentre outra atividades, propunha discutir sobre os sentidos da preservação e a concepção de patrimônio, contribuindo para a ampliação do conceito nos anos seguintes (IPHAN, 2014).

Terreiro de Casa Branca em Salvador e o Centro Histórico de Laguna em Santa Catarina. O tombamento de Laguna trouxe uma nova perspectiva das cidades históricas a partir do conceito de "cidade-documento"[10].

A partir da década de 80 o Iphan também tombou edificações de imigrantes europeus dos séculos XIX e XX no sul do país e os centros históricos de Antônio Prado e Nova Hamburgo no Rio Grande do Sul, passando a incluir esses grupos sociais como parte da cultura nacional. O momento era favorável para o reconhecimento dos bens relativos à imigração no Espírito Santo e dos conjuntos urbanos dos séculos XIX e XX, entretanto o estado não teve novos bens inseridos no rol do patrimônio nacional. Os novos discursos e o conceito ampliado de patrimônio não foram correspondidos pelo Iphan no Espírito Santo.

Observou-se que no Espírito Santo durante a década de 80, o CEC/Secult[11], órgão estadual de preservação, tombou um número expressivo de bens. Segundo Motta e Silva (1998), este período foi marcado pelo estímulo à política de preservação descentralizada no país, também com a ocorrência de parcerias entre Iphan e demais órgãos públicos e instituições. Além da arquitetura religiosa foi tombado pelo estado exemplares da arquitetura rural, da imigração, patrimônio natural, expressões do ecletismo bem como conjuntos como o Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana.

Nota-se que esta política de descentralização também se faz presente nos processos de tombamento indeferidos pelo Iphan no estado. Diferente dos primeiros indeferimentos em que a justificativa se pautava nas palavras do Decreto-lei 25/37, no caso da "Igreja de São João Batista" e do "Morro: O Frade e a Freira", durante o período que corria o processo de tombamento, o Conselho Estadual de Cultura despertou interesse sobre os mesmos e os tombou em nível estadual. Mesmo o Iphan realizando uma série de levantamentos e reconhecendo o excepcional[12] valor arquitetônico e artístico da igreja e o excepcional valor paisagístico do patrimônio natural em questão, julgou que uma vez tombados pelo estado e para evitar o sombreamento de tombamentos, não era mais necessário seu reconhecimento nacional. Os dois processos foram indeferidos na década de 80, durante a parceria do Iphan com a UFES[13].

---

[10] Segundo Motta (2011) este novo conceito trouxe maior abrangência do sítio tombado, que passa a considerar as transformações sofridas como vestígios do processo de ocupação, com informações importantes acerca de quem os produziu e de que forma utilizou. Esta nova perspectiva valoriza a forma de ocupação do sítio, considerando outros aspectos arquitetônicos e urbanísticos do sítio que não só as características estilísticas.

[11] Conselho Estadual de Cultura da Secretaria do Estado da Cultura do Espírito Santo.

[12] Fazendo uso dos termos contidos no Art 1º do Decreto-Lei 25/37.

[13] O Escritório Técnico do Iphan no Espírito Santo manteve convênio com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no período entre os anos de 1984 e 1990.

A partir da análise da atuação do Iphan no Espírito Santo concluiu-se que a ampliação do conceito de patrimônio, expresso na Constituição Federal de 1988, foi correspondida na prática apenas no que diz respeito ao patrimônio imaterial, relegando a proteção do patrimônio edificado apenas àqueles bens correspondentes aos critérios estético-estilísticos[14] utilizados nos primórdios do Iphan. Depois dos tombamentos, realizados todos até o ano de 1970, os novos bens acautelados no estado foram quatro de natureza imaterial, e três correspondentes ao patrimônio ferroviário[15].

Embora não tenham resultado em abertura de processo de tombamento, foram desenvolvidos alguns estudos relacionados aos bens edificados no estado[16] dentre eles as Igrejas São João Batista na Serra e Nossa Senhora das Neves em Presidente Kennedy em 2012, o estudo para o tombamento do sítio histórico de Muqui em 2008 e o próprio Inventário do Café realizado em 2012 nas antigas fazendas de café e no sítio histórico de São Pedro do Itabapoana. Ainda representam um número pequeno e que pouco expressa a diversidade cultural do estado, a exemplo do centro de Vitória, das antigas colônias de imigrantes, do sítio histórico e arqueológico de Queimado, do Forte de São Francisco Xavier da Piratininga, do Porto de São Mateus e dos diversos monumentos naturais, dentre eles o emblemático morro o Frade e a Freira, que ainda não receberam a devida atenção do órgão federal de preservação.

Embora o número de estudos seja pequeno, demonstram a intenção da Superintendência do Iphan no Espírito Santo de ampliar o repertório dos bens culturais protegidos no estado que venha a preencher uma grande lacuna dentro da trajetória do Iphan no estado. Desde 2004, quando elevada a 21ª Superintendência do Iphan[17], a instituição adquiriu autonomia de atuação, passou a funcionar em sede própria e teve seu quadro técnico ampliado com a realização de concursos públicos.

Os indeferimentos mais recentes dos processos de tombamento e a condução dos estudos e processos em instrução demonstram também um novo olhar do Iphan-ES sobre os

[14] Dentro dos critérios utilizados na época, estético e estilístico não podem ser dissociados e por isso formam uma única palavra. Isto porque, diante dos estilos arquitetônicos, havia uma seleção de acordo com os valores atribuídos pelos arquitetos que estavam à frente do Iphan, tomando as decisões de análise e escolha.

[15] Foram valoradas três estações ferroviárias, localizadas nos municípios de Alfredo Chaves, Domingos Martins e Vila Velha. Os processos de valoração surgiram a partir de uma nova função atribuída ao Iphan, desde que a Lei 11.483, de 31 de maio de 2007, regulamentada através da Portaria Iphan nº 407/2010, determina que o Instituto deve analisar os bens móveis e imóveis provenientes da extinta Rede Ferroviária Federal AS (RFFSA) quanto ao seu valor artístico, histórico e cultural para integrá-los ou não ao acervo protegido.

[16] Sobre os bens imateriais, diversos inventários foram realizados no estado sem resultar, até o momento, em processos de registro. São eles o INRC das Comunidades Quilombolas do Norte do Espírito Santo (finalizado em 2008), Sapê do Norte (2009), Muqui e Mimoso do Sul (2014), Pomerados (2014), Bandas de Congo e Ticumbi (2015) e o INRC Nhemongueta e Poraive Xondaro dos Mbya Guarani nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo (2015).

[17] Até esta data a representação do Iphan no Espírito Santo era vinculada à Diretoria Regional do Rio de Janeiro, embora com quadro técnico próprio desde 1993 com o escritório técnico é elevado a 6a Sub-Regional II.

bens culturais do estado. O processo em instrução aberto mais recentemente, em 2015, trata-se do tombamento do Sítio Histórico e Arqueológico de Queimado[18]. Localizado no município de Serra, é considerado símbolo da resistência contra a escravidão no estado. A reivindicação pela sua preservação partiu da Fundação Palmares. A instrução de tombamento está levando em conta não apenas seu valor arqueológico indicado no processo, mas principalmente pelos seus valores históricos e simbólicos visto que o local está vinculado à memória das comunidades quilombolas.

Mesmo quando se trata de bens culturais que se assemelham em muitos aspectos ao que historicamente foi valorizado pelo Iphan, como é o caso do Convento franciscano São Francisco, dos bens culturais da região sul cafeeira, como é o caso do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana, cujos aspectos remetem à arquitetura colonial brasileira, a Superintendência sugere estudos mais abrangentes que favoreçam a preservação dos bens culturais em contexto ampliado em detrimento da proteção isolada do bem edificado.

Atualmente a Superintendência também se mostra disposta a garantir a participação social nos processos de identificação, patrimonialização e gestão do patrimônio protegido, e aberta à discussão dos métodos e procedimentos para a identificação dos bens culturais e novas abordagens para a leitura dos sítios estudados a que esta pesquisa de mestrado se dispôs. O momento é favorável para rever processos indeferidos, como o Morro: o Frade e a Freira, valorizar as expressões culturais da imigração europeia no estado, e dar continuidade aos estudos realizados nos conjuntos urbanos. Dentre os conjuntos estudados está Muqui[19] e São Pedro do Itabapoana.

O caso de São Pedro do Itabapoana foi escolhido como objeto de estudo desta pesquisa porque representa a oportunidade para o Iphan trabalhar um novo olhar a partir das referências dos moradores. A comunidade local é bastante unida e atuante. Apesar das limitações financeiras, preserva o local, se apropria dos vestígios materiais, reinventa seu patrimônio de forma a reforçar sua identidade e garantir sua sobrevivência. O Iphan tem a oportunidade de reconhecer e valorizar todo esse processo a partir da noção de referência cultural. A Superintendência está disposta a desenvolver um trabalho compartilhado com a

[18] No Sítio, localizado no município de Serra, está a ruína da Igreja de São José do Queimado, palco do episódio denominado Insurreição de São José do Queimado.

[19] Muqui é outro conjunto urbano em estudo na Superintendência do Espírito Santo, que assim como São Pedro do Itabapoana, teve o café como propulsor de ocupação e desenvolvimento. No caso de Muqui, a arquitetura eclética se faz marcante, juntamente com outras incorporações de uma cidade que não parou no tempo.

comunidade, que vem demonstrando interesse, e também tem se articulado com outras instâncias públicas como a Secretaria de Estado da Cultura (Secult)[20] e a prefeitura local.

Além da possibilidade de desenvolver um trabalho compartilhado com a comunidade local e outras instâncias governamentais, outro potencial de se trabalhar com São Pedro do Itabapoana é a oportunidade de explorar novos procedimentos para a leitura do sítio e para a delimitação da área a ser preservada, à luz da noção de referência cultural e que já indicava a necessidade de se trabalhar considerando a abrangência territorial dos valores da comunidade. Os estudos preliminares e as visitas ao local[21] revelaram que São Pedro do Itabapoana, e o seu conjunto de bens culturais, corresponde a um território mais amplo que o sítio histórico determinado pelo tombamento estadual. Trata-se de uma rede de bens culturais, que ao se relacionarem configuram São Pedro do Itabapoana e traduzem o seu valor histórico e cultural. É a rede que dá a dimensão histórica, simbólica e espacial do patrimônio cultural de São Pedro do Itabapoana e que deve nortear as políticas de sua preservação e gestão.

Esta situação abre caminho para que a pesquisa e o instrumento de proteção extrapolem os limites físicos do sítio histórico atualmente protegido pela Secult e explorem os conceitos de território, memória e identidade. Não se trata de minimizar a importância do centro histórico já protegido pelo governo estadual, mas de valorizar São Pedro do Itabapoana como foco nodal da cultura cafeeira naquela região do Espírito Santo, entendida atualmente pelos moradores e usuários pelo seu potencial para construção de uma memória e identidade que os situe novamente como produtores de uma cultura cafeeira que um dia teve importância no panorama nacional.

O empenho dos moradores em construir uma memória e uma identidade local indica o sentido de se trabalhar com a noção de referência cultural, o que leva à necessidade e a possibilidade de fazer uso de outras abordagens, dentre elas as categorias geográficas como o território, a paisagem e o lugar na valorização de São Pedro do Itabapoana como patrimônio cultural. Tais abordagens possibilitam ensaiar a atribuição de outros valores a partir de um novo olhar, que pode se somar aos usuais tombamentos dos núcleos coloniais e com base nos critérios históricos ou arquitetônicos consagrados pelo Iphan. Permite reconhecer seu maior

[20] Sobre a articulação entre Iphan e Secult destacam-se os seminários de capacitação técnica voltados para os servidores da Superintendência do Iphan no Espírito Santo e Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo, com objetivo de promover o intercâmbio de conhecimento entre as duas instituições que são parceiras na defesa do patrimônio cultural do estado. O primeiro seminário ocorreu em novembro de 2016.

[21] As visitas a campo foram utilizadas para conhecer a região e a comunidade de São Pedro do Itabapoana, participar do Festival de Sanfona e Viola, para a realização de mapeamentos e levantamentos fotográficos, e para a realização de entrevistas com os moradores.

valor, a forma como aquela comunidade se organizou no território e permanece se relacionando e reinventando, seja na forma física ou através da memória.

O caso de São Pedro do Itabapoana e a Superintendência do Iphan no Espírito Santo ao abrir espaço para o desenvolvimento deste trabalho contribuem para o processo atual da instituição de "dilatar o que então passou a ser chamado de "estoque patrimonial" do Iphan e de romper barreiras geográficas do patrimônio historicamente instituídas", conforme coloca Marins (2016, p 21).

1.2 INVESTIGAÇÃO DA HISTÓRIA DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA

Para iniciar o assunto acerca de São Pedro do Itabapoana e a problemática da sua preservação, segue abaixo um breve resumo da condição de São Pedro do Itabapoana no século XIX e XX, retirada do parecer de 1986 de Fernando Augusto de Barros Bettarello, contido no processo de tombamento estadual do Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana (Processo nº 31/86-CEC).

> Um aglomerado urbano, como São Pedro, que teve como função dar suporte à atividade rural que se desenvolvia nos vales dos rios Itapemirim e Itabapoana, quando se formou no século passado [séc. XIX], tinha como preocupação a facilidade de escoamento de seus produtos e o abastecimento da cidade. Instalou-se nas encostas do vale de um ribeirão, não muito distante do rio Itabapoana, que era alcançado pelas tropas quando tinham que despachar o café.

A história de São Pedro do Itabapoana foi pouco encontrada nos livros sobre a história do Espírito Santo, onde normalmente a região sul cafeeira é tratada de forma generalizada. Da mesma forma ocorre no Inventário do Iphan produzido em 2013. Para tratar especificamente de São Pedro foram utilizadas quatro fontes principais: o livro de Grinalson Medina, o blog de Gerson França[22], o trabalho de conclusão de mestrado de Marcelo Pedrosa Pereira[23], e os Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros: Primeira República, 1892-1930 relativos ao Espírito Santo e disponibilizados pela Biblioteca Nacional.

As referências citadas foram complementadas por outras fontes dentre elas o acervo fotográfico do Iphan de Eutychio D'Olivier, fontes orais, e o material cartográfico encontrado na bibliografia sobre o Espírito Santo, no Arquivo Nacional, no IJSN e na Biblioteca Nacional.

[22] No seu blog, o historiador e pesquisador capixaba interessado na temática compartilha suas pesquisas.
[23] Finalizado em 2009 teve como tema "São Pedro do Itabapoana: memória e identidade sul capixaba".

As terras onde se instalou o município de São Pedro do Itabapoana faziam parte da Capitania São Tomé, doada em 1538 a Pero Goés da Silveira para a colonização do território. A faixa se estendia de Cachoeiro-ES até Macaé-RJ (PEREIRA, 2009, p. 15-16).

Segundo França (2010a; 2010c)[24], o início da ocupação se deu através da fundação da Fazenda Muribeca[25] (Fig. 1) pelo padre jesuíta André de Almeida em meados do século XVII, por volta de 1620. A fazenda tinha como objetivo abastecer o Colégio jesuíta de Vitória, inicialmente com a produção de açúcar e a partir do século XVIII com a criação de gado.



Figura 1 - Mapa com a fazenda Muribeca.
Fonte: www.multirio.rj.gov.br (Março, 2016).

Após a fundação da fazenda, o padre Almeida estabeleceu um pequeno aldeamento de poucos índios, vindos da Aldeia Reritiba, na região das primeiras cachoeiras do rio Itabapoana, onde no futuro se tornaria Limeira, primeira sede da Freguesia de São Pedro do Itabapoana. O pequeno povoado recebeu o nome de aldeia de São Pedro Apóstolo. Havia cerca de cinquenta moradores no início, que vivam da pesca e da agricultura de subsistência. O povoado subsistiu precariamente por mais de dois séculos, resistindo ao ataque dos puris e à expulsão dos jesuítas. Em 1800 o povoado já não tinha mais que cinco casas e seus últimos caboclos deixaram as terras quando da chegada dos fazendeiros de café (FRANÇA, 2010a; 2010c).

O nome São Pedro foi preservado no rio que desemboca próximo as citadas cachoeiras. É na margem deste rio que irá surgir o arraial de São Pedro de Alcântara e que se tornará sede no município São Pedro do Itabapoana. Os primeiros posseiros, com origem na zona da mata

[24] Existem algumas versões acerca de como se deu a ocupação dessas terras. Foi escolhida a versão de Gerson França visto que o autor faz uma análise crítica de diversas fontes e datações a respeito do tema a partir de fontes mais concretas.
[25] A Fazenda teve como marco inicial a construção da Capela Nossa Senhora das Neves, no atual município de Presidente Kennedy.

mineira e no norte fluminense, começaram a chegar na região em 1837. Francisco José Lopes da Rocha é o primeiro a se instalar onde no futuro se tornaria a sede no município São Pedro do Itabapoana, entre 1843 e 1846 (FRANÇA, 2010a; 2015).



Figura 2 - Expansão da cultura cafeeira no séc. XIX.
Fonte: http://www.multirio.rj.gov.br (Março, 2016).

Conforme coloca Bittencourt (1987b, p. 19), como uma "mancha de óleo", o café chega aos vales e encostas do Espírito Santo, seu limite ecológico norte do século XIX. A expansão cafeeira a partir do Vale do Paraíba chega ao sul do Espírito Santo na segunda metade do século XIX (Fig. 2). Em busca de terras férteis, fazendeiros fluminenses e mineiros encontram as terras virgens e desabitadas do Vale dos Rios Itabapoana e Itapemirim, condições ideais para estabelecimento do cultivo da planta[26]. (BITTENCOURT, 1987a).

Os posseiros que começaram a ocupar as terras, praticamente inabitadas da região sul do estado no século XIX, com o cultivo do café, que aos poucos substituiu a produção açucareira já em decadência no estado. Trouxeram consigo a arquitetura luso-brasileira e a cultura agrícola de grandes propriedades, mantendo o regime escravocrata de mão de obra e a monocultura (IPHAN, 2013a; ANOXIMANDRO, 2013). As figuras abaixo (Fig. 3 e Fig. 4) demonstram a ascensão do café em detrimento do açúcar, e o crescimento da população escrava nos locais onde se desenvolveu o cultivo da planta no Espírito Santo.

[26] Os inúmeros rios que cortam a região eram utilizados como fonte de água, para o transporte do café e como fonte de energia para hidroelétricas e para movimentar engenhos e serrarias nas fazendas da região (MEDINA, 1961).

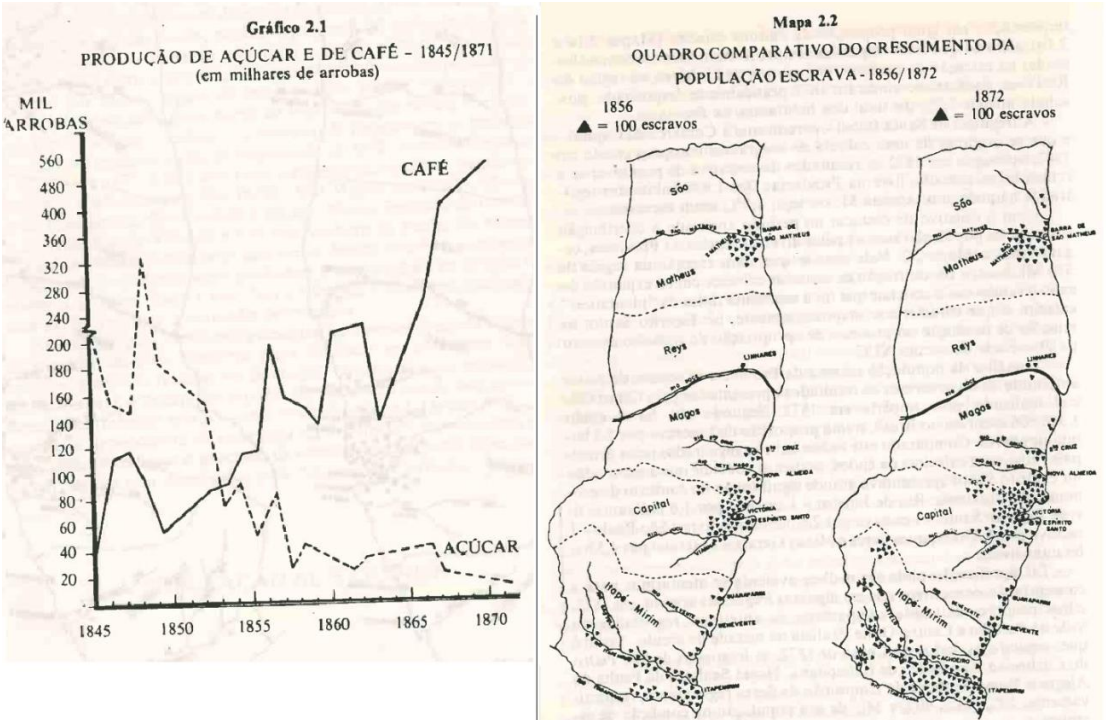


Figura 3 - Gráfico comparativo entre a produção de café e açúcar no Espírito Santo entre os anos de 1845 e 1870 e Mapa comparativo do crescimento da população escrava.
Fonte: Almada (1984, p. 66 e 72).

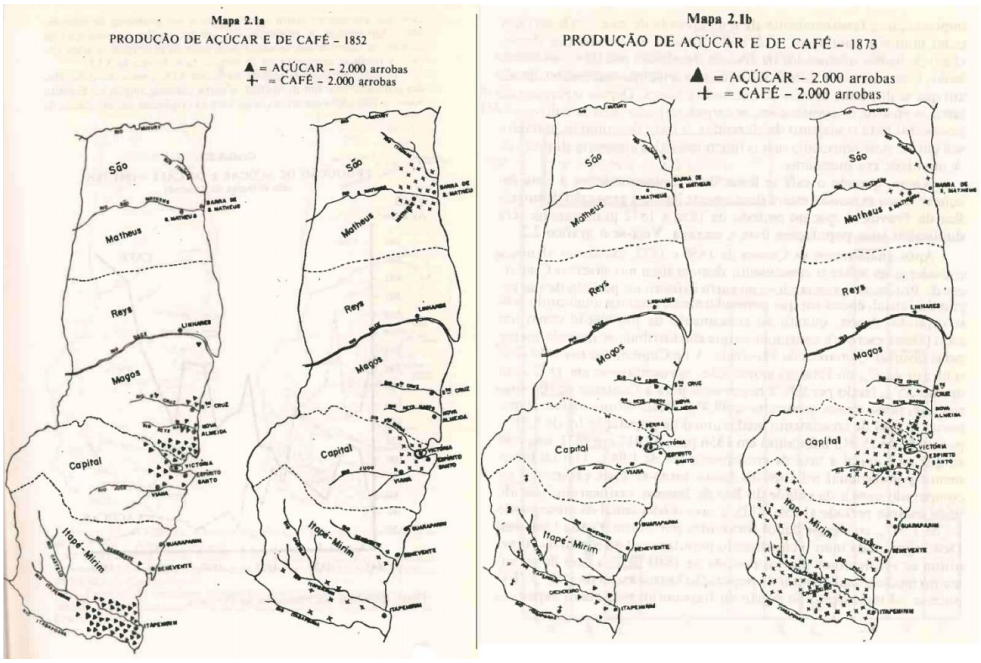


Figura 4 - Mapas comparativos entre a produção de café e açúcar no Espírito Santo entre os anos de 1852 e 1873.
Fonte: Almada (1984, p. 65 e 67).

Segundo Bittencourt (1987b) o plantio do café já existia no Espírito Santo desde 1811, no norte e nos arredores de Vitória, porém, em pequena escala. O cultivo da planta foi incentivado pelo governador Francisco Alberto Rubim, motivado pelo alto preço do produto

no mercado. Todavia, a cultura do café só ganha destaque quando se estabelece na região sul da Província, também pelo incremento populacional.

Antes da chegada do café, em meados do século XIX, toda a região sul do estado era coberta por densas florestas e habitadas por índios. O Espírito Santo era pouco povoado e considerado uma das capitanias mais improdutivas e estagnadas economicamente da colônia portuguesa. No século XVIII, Dom Joao VI descreveu o Espírito Santo como uma "porção obscura e marginalizada do Brasil" e composta por uma "população insignificante e isolada das demais" (QUINTÃO, 2011, p. 167).

Segundo Bittencourt (1987b, p.15) o Espírito Santo foi relegado a uma "economia de sobrevivência" durante o período colonial, sem modificação da sua situação periférica após a independência do Brasil. O autor indica uma série de fatores e decisões políticas e econômicas que contribuíram para tal posição. Desde o início a população enfrentava condições adversas, florestas densas, ataque dos índios e rios encachoeirados, que dificultavam o acesso ao interior. Os primeiros donatários além de pouco interessados na agricultura também foram omissos, delegando a administração da capitania a capitães-mores, fator que contribuiu para a ausência de uma orientação econômica para integrar a capitania à economia tropical de exportação.

A capitania também era carente de braços e de capital, necessários à dinamização econômica e ocupação do território. A ocupação restringiu-se ao litoral por muitos séculos, expandindo-se timidamente para o norte a para o sul a partir de Vitória, sempre pela costa. A primeira investida no interior sul foi por volta de 1745 para a exploração do ouro na região de Castelo. Entretanto não teve sucesso, uma vez que os garimpeiros sofriam com as dificuldades da mata fechada e dos ataques dos índios e não tardaram a fugir para o litoral. No próximo século, poucas lavouras se estabeleceram na região, dedicadas principalmente ao cultivo da cana-de-açúcar. Apesar de ter se tornado a base da economia local e responsável pelo aparecimento de povoados, os números da economia permaneciam pouco expressivos (BRAGA, 1986; BITTENCOURT,1987b).

Entretanto, segundo Bittencourt (1987b, p.15), o principal obstáculo da interiorização e do desenvolvimento estado foi a condição de "cinturão armado de proteção", imposta pela coroa portuguesa a partir da descoberta do ouro em Minas Gerais, entre os séculos XVII e XVIII. A metrópole, temendo ataques às minas e o contrabando dos minérios pelo litoral, determinou à Capitania do ES a construção e remodelação de fortificações de Vitória, ampliação do destacamento militar, e a proibição de abrir estradas para o interior. O Espírito

Santo chega ao período imperial com a função de posto militar, despovoado, com seu quadro econômico atrofiado e atrasado em relação às províncias vizinhas.

O cultivo do café foi fundamental no desenvolvimento econômico, social e cultural do Espírito Santo, e determinante para o desbravamento da floresta, a ocupação do solo e a ampliação do seu contingente populacional. O excedente da produção cafeeira permitiu diversos investimentos, dentre eles a política de imigração europeia, promovendo a transição para o trabalho assalariado, o desenvolvimento da infraestrutura viária e urbana do estado e o dos meios de transporte. A partir do século XIX o estado passa a contar com mais estradas de rodagem, navegação a vapor com mais regularidade e a inserção das ferrovias, determinante para o escoamento do café. O café inseriu o estado, ainda que tardiamente, no processo produtivo do Sudeste, e manteve-se como produto de maior destaque na economia (Fig. 5). Atualmente a produção de café do estado está entre as maiores do país (BITTENCOURT, 1987b; ANAXIMANDRO, 2013).

ANO	Exportação de café		Valor Oficial Total	Direitos Pagos	Receita Geral	Receita de outras fontes	Receita do café em relação ao total
	Em quilos	Em sacos de 60 kg					
1892	16.665.961	277.766	15.271.510$700	1.679:866$177	3.181:458$896	1.503:592$721	52,0%
1893	21.763.169	362.717	27.418:367$284	2.864:638$579	3.185:138$353	321:499$774	90,0%
1894	23.217.161	387.619	28.562:625$116	3.419:084$930	4.489:042$647	1.069:957$717	76,0%
1895	24.630.683	410.511	31.527:477$189	3.750:125$697	4.669:417$168	919:291$471	80,0%
1896	25.143.751	419.229	24.842:217$813	2.968:410$495	3.875:021$495	906:610$996	76,0%
1897	34.791.488	579.858	28.574:962$985	3.413:048$004	4.170:324$733	757:276$729	81,0%
1898	33.449.901	557.498	24.858:370$944	2.956:016$155	3.660:755$600	704:739$445	80,0%
1899	27.379.764	456.329	19.468:573$266	2.336:228$792	3.130:592$286	794:363$494	74,0%
1900	23.649.222	394.153	17.398:730$020	2.084:327$653	2.926:282$909	841:955$256	71,0%
1901	31.719.447	428.657	14.966:300$783	1.795:956$094	2.496:312$228	700:356$034	71,0%
1902	38.623.379	643.722	17.180:4665125	2.061:655$935	2.801:585$252	739:929$317	73,0%
1903	39.472..878	657.881	17.552:717$383	2.106:326$086	2,214:985$541	108:659$455	95,0%
1904	36.427.943	607.130	15.606:054$026	1,872:726$483	2.365:464$414	492:737$931	78,0%
1905	35.327.841	588.797	14.602:330$566	1.752:279$668	2.471:987$185	719:706$517	70,0%
1906	35.987.444	589.790	15.017:933$033	1.802:031$961	2.442:799$407	640:747$446	73,0%
1907	44.857.221	747.603	16.649:611$295	1.997:953$352	2.444:862$272	446:908$920	81,0%
1908	42.501.207	708.353	14.779:815$725	1,773:577$887	2.403:053$401	629:478$514	73,0%
1909	27.667.551	416.125	12.173:551$958	1.460:826$235	2.663:900$602	1,203:074$367	54,0%
1910	24.478.255	407.970	12.229:862$991	1.467:853$559	3.162:841$914	1.695:258$355	46,0%

ANO	EXPORTAÇÃO DE CAFÉ		VALOR OFICIAL		DIREITOS	RECEITA	RECEITA DE OUTRAS	RECEITA CAFÉ EM RELAÇÃO RECEITA TOTAL
	Em kg	SACOS 60 kg	TOTAL	Média p/ ARROBA	PAGOS	GERAL	FONTES	
1914	37.750.105	629.168	17.628:673$941	7$004	2.415:440$873	3.387:597$938	1.272:156$938	62,0%
1915	58.091.702	968.195	28.470:524$069	7$351	3.416:462$881	4.577:894$388	1.161:431$507	74,0%
1916	42.778.019	722.966	26.650:807$600	9$345	3.198:096$876	4.375:330$834	1.177:233$967	73,0%
1917	43.335.528	722.258	23.724:260$125	8$204	2.847:145$400	4.537:643$194	1.690:497$793	62,0%
1918	40.042.320	657.372	24.765:971$375	9$277	2.971:916$600	4.930:230$600	1.958:314$314	60,0%

Figura 5 - Influência da exportação de café na receita do Espírito Santo 1892-1910 e 1914-1918.
Fonte: Bittencourt (1987a).

O café se desenvolveu com prosperidade na região Sul. A Freguesia São Pedro do Cachoeiro do Itapemirim foi criada em 1856, subordinada à Vila de Itapemirim e com sede no povoado de São Pedro, a porção espírito-santense do povoado de Limeira, e por isso também era chamado de São Pedro da Limeira. Neste período o café produzido era escoado pelo Porto de Limeira, localizado no Rio Itabapoana, no ponto onde se tornava navegável (atual distrito

de Dona América). Primeiro em carroças, no lombo de animais e de canoa pelos afluentes do Rio Itabapoana, e a partir do Porto de Limeira seguiam para o Rio de Janeiro em barcos a vapor (FRANÇA, 2015; PEREIRA, 2009; IBGE; MEDINA, 1961).

A Freguesia de São Pedro do Itabapoana foi criada em 1863, com sede no mesmo povoado de São Pedro da Limeira (Fig. 6). No ano seguinte a Freguesia de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim é desmembrada de Itapemirim, levando consigo a Freguesia de São Pedro do Itabapoana e mantendo a sede no mesmo local devido a sua situação de porto (PEREIRA, 2009; IBGE; MEDINA, 1961).



Figura 6 - Mapa da freguesia de São Pedro do Itabapoana em 1863, enquanto parte do Município de Itapemirim. Fonte: Silva e Puppo (1987).

A sede do Distrito de São Pedro do Itabapoana é transferida para o Arraial de Conceição de Muqui em 1868 e depois para o Arraial de São Pedro de Alcântara do Itabapoana em 1880, onde finalmente se estabelecerá a sede do futuro município, a cerca de 450 metros de altitude e próximo à nascente do Rio São Pedro. Segundo França (2015) o marco de ocupação do Arraial é a construção da Capela de São Pedro de Alcântara em 1869.

O Distrito de São Pedro do Itabapoana, em pleno desenvolvimento, é elevado à categoria de vila, desmembrando-se de Cachoeiro de Itapemirim em 1887. O município é instalado em 1890 quando também é elevado a categoria de cidade[27]. Neste momento é composto apenas do distrito sede denominado São Pedro de Alcântara (Fig 7). Em 1892, município e distrito sede passam a se chamar São Pedro do Itabapoana (IBGE). Segue abaixo

[27] Elevado à cidade com nome de Monjardim. A denominação São Pedro do Itabapoana é reestabelecida em 1892 (IBGE).

mapa que ilustra o que seria o município neste período, destacando-se a presença dos rios e a posição central do Distrito Sede (Fig. 8).

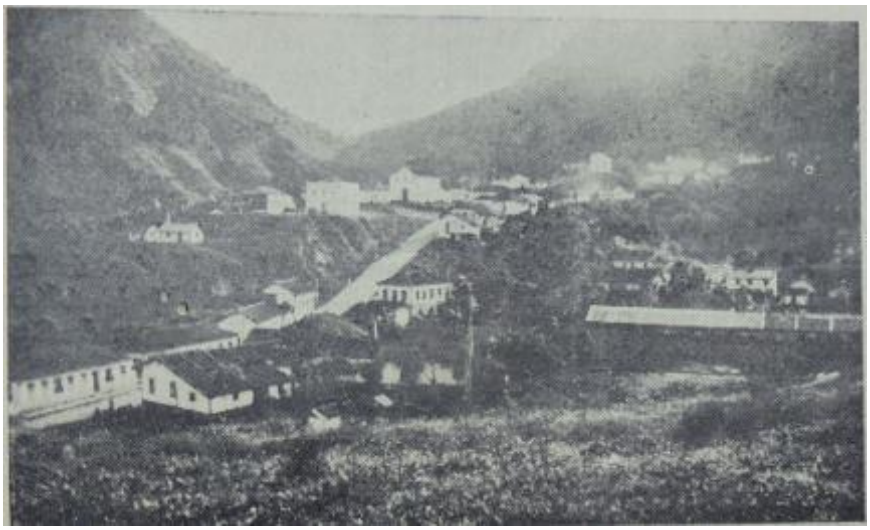


Figura 7 – Sede do município de São Pedro do Itabapoana, sem data.
Fonte: Medina (1961, p. 61).



Figura 8 - Território hipotético do município de São Pedro do Itabapoana em 1887 (constituído pelos atuais municípios de Mimoso do Sul, Apiacá, Bom Jesus do Norte e São José do Calçado).
Fonte: a autora (2017).

O apogeu econômico e social aconteceu rapidamente já no final do século XIX. O povoado de São Pedro do Itabapoana enquanto sede do novo município de mesmo nome, se tornou o centro político, social, cultural e comercial da economia cafeeira da região. Neste período, a próspera economia e o seu desenvolvimento social se refletiam nos números da exportação do café e no número de habitantes do município, até mesmo superior ao da capital estadual, Vitória (IPHAN, 2013a; MEDINA, 1961).

Ano	Habitantes	Exportação de café em arrobas
1865 (enquanto freguesia subordinada ao município de Cachoeiro de Itapemirim)	5.691	
1911		240.000
1916	26.000	300.000
1920	28.755	
1925	31.054	
1926		580.631
1927		845.225
1929	44.054	1.000.000

*Dados obtidos em Pereira (2009), Medina (1961) e Relatórios de Presidente de Estado-ES.
Tabela 2 - O crescimento do número de habitantes e da exportação de café no município de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2017).

Segundo França (2015) apesar de o livro de Grinalson Medina (1961) não ter teor crítico e ter sido escrito como uma sucessão de fatos selecionados por pelo autor é um livro que traz um rico inventário sobre São Pedro do Itabapoana de antigamente (Fig. 9 e 10). Com o intuito de comprovar a importância e prosperidade de São Pedro perante a mudança da sede municipal para Mimoso do Sul, Medina traz uma série de fatos datados que demonstram a rápida ascensão do povoado e a movimentada vida política, social, econômica e cultural do local.

Dentre os acontecimentos relatados por Medina (1961), que exprimem a fervorosa São Pedro estão os festejos com o "Boi Pintadinho", a fundação de diversas Bandas na década de 80 e 90 na sede e nas fazendas da região[28], recitais de piano, a inauguração do Teatro São Pedro de Alcântara em 1885 e do Teatro Tália em 1908, a fundação de diversas Sociedades Literárias e Irmandades, do Clube Republicano em 1888, da Sociedade Comercial Agrícola São Pedro do Itabapoana em 1897, e de inúmeros Clubes Dançantes e Recreativos.

Medina (1961) também registra o desenvolvimento da imprensa através da identificação de quinze jornais que circularam no município entre 1894 e 1930, a iluminação pública a gás acetileno e a chegada de luz elétrica em 1922. O autor também destaca que o Carnaval era o divertimento predileto dos são pedrenses, que fundaram diversos clubes carnavalescos e festejavam em bailes e passeatas. Outro momento de lazer relatado foi o futebol, destacando a fundação de alguns clubes que costumavam disputar torneiros. França (2014a) informa a presença de duas fábricas em São Pedro, a Fábrica de Tecidos São Pedro Ltda,[29] e a Fábrica de Ferraduras[30].

[28] As bandas musicais costumavam se apresentar na Igreja, nos bailes, em eventos políticos e cívicos.
[29] Presume-se ter sido fundada entre 1926 e 1927 utilizando matéria-prima da região.
[30] De forma "semi-artesanal" produzia também ferragens em geral.



Figura 9 - Cidade de São Pedro do Itabapoana em 1910.
Fonte: Eutychio D'Olivier (1910).



Figura 10 - São Pedro do Itabapoana em 1920 registrando a chegada carros.
Fonte: Museu de São Pedro do Itabapoana (2016).

Uma numerosa rede de fazendas se desenvolveu em torno de São Pedro do Itabapoana, conectadas por caminhos vicinais (Fig. 11). Os fazendeiros costumavam ter uma casa na cidade (sede do município), onde se concentravam os serviços públicos, o comércio e as fábricas. São Pedro era o grande centro da vida social do município, onde aconteciam os eventos cívicos, festas, casamentos e batizados. Algumas fazendas além de populosas tinham certa autonomia, contavam com escolas e capelas. Há relatos de que a Fazenda

Independência, por exemplo, chegou a ter 1.200 habitantes. Bandas, bailes e clubes de futebol animavam as fazendas[31].



Figura 11 - No sentido horário: Fazenda União; Fazenda Santa Fé; Casas de colonos e gado descansando; e Engenho da Fazenda da Cascata.
Fonte: Eutychio D'Olivier (1910).

Segue abaixo mapa com as possíveis fazendas do município de São Pedro do Itabapoana (Fig. 12). A fonte foi o Inventário do Iphan de 2013, no qual as fazendas históricas de café foram inventariadas e georreferenciadas. Infelizmente a equipe de pesquisa deixou de inventariar uma série de fazendas[32]. Para a produção do mapa foram selecionadas as fazendas dos atuais municípios de Mimoso do Sul e Apiacá (pertencentes ao município de São Pedro do Itabapoana na época), e cujas sedes foram construídas entre 1887 e 1930, recorte temporal em que São Pedro do Itabapoana era município, totalizando em trinta e nova propriedades. Apesar de o Inventário não trazer esta informação, algumas fazendas continuam produzindo café e puderam ser visitas em 2016.

[31] Informações obtidas durante as entrevistas com os moradores em 2016.
[32] Dentre os motivos apresentados estão: porque o proprietário não permitiu, a equipe de pesquisa não localizou a fazenda, a sede encontrava-se em ruína ou substituída por edificação nova.

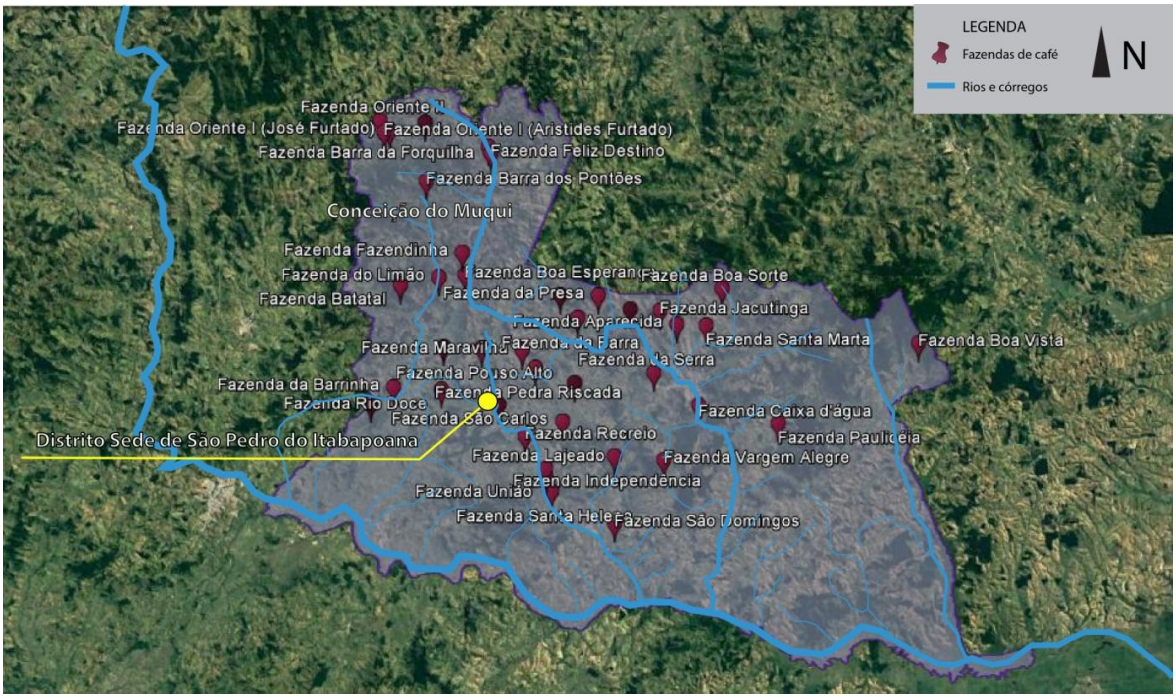


Figura 12 - Município de São Pedro do Itabapoana (já sem o Distrito de São José do Calçado desmembrado em 1890) com a localização das fazendas de café.
Fonte: a autora (2017).

Os fazendeiros que abriram posses e fundaram as fazendas no sul do estado trouxeram um grande número de escravos que já possuíam. Mesmo com a Lei Eusébio de Queirós, proibindo o tráfico em 1850, a região continuou atraindo escravos oriundos de outras províncias do Império. Na década de 1880 havia no município 6.500 habitantes dos quais 2.500 eram escravos. As leis que seguiram ajudaram a condenar a escravidão ao desaparecimento no Brasil (FRANÇA, 2010b). Segue abaixo fotos antigas das fazendas de café.

Com fim da escravidão no Brasil, oficialmente extinta pela Lei Aurea, sancionada em 1888, e a queda do preço do café a partir de 1893, diversas fazendas de café entram em declínio, são abandonadas, vendidas e loteadas. A solução encontrada foi a adoção de lotes menores com o emprego de mão de obra imigrante, e no caso dos latifúndios mantidos o contrato de meeiro com colonos e ex-escravos, que trabalhavam com a perspectiva de consolidarem a posse da propriedade familiar que cultivavam (IPHAN, 2013a).

O Relatório de Presidente do ES de 1904 trata da abolição da escravatura. Consta que não houve medidas de suporte à grande massa de homens e mulheres livres sem rumo, e nem aos fazendeiros de café das grandes propriedades do sul que ficaram sem mão de obra. No Relatório de 1920 o presidente permanece relatando o problema da falta de trabalhadores nas fazendas do sul. Também alerta para duas questões que contribuíram para o problema, o movimento de migração de famílias inteiras, do campo para os grandes centros urbanos em

busca de uma vida diferente, e a fidalguia com que foram criados os filhos brasileiros, talvez por consequência do braço negro, se negando ao trabalho.

O século XIX foi marcado no estado pelo início da imigração europeia. Segundo Bittencourt (1987b), o Espírito Santo aproveitou do plano nacional de importação de mão de obra estrangeira. Inicialmente os imigrantes foram destinados às áreas desabitadas da província, não muito distante da capital Vitória, para fundar as Colônias de Imigrantes[33].

As tentativas de envio dos trabalhadores europeus para as fazendas de café do sul do estado foram muitas, relatado nos Relatórios de Presidente do ES. Os europeus recusavam-se a dirigir-se para a região, e chegavam decididos a ir para o norte e para os núcleos coloniais. Segundo Bittencourt (1987b) o insucesso se deu devido à má fama da escravidão no Brasil. No relatório de 1896 o presidente de estado do ES afirma que a ida dos imigrantes para o sul era o melhor negócio para ambos os lados visto que neste caso os imigrantes teriam maior suporte e seriam mais bem recebidos pelos fazendeiros. Além de rapidamente instalados, com pedaço de terra para o plantio de outras culturas, e com a lavoura pronta para a colheita à meio, os europeus rapidamente conseguiriam se emancipar.

O primeiro grupo de imigrantes italianos chegou à região sul do Espírito Santo em 1877, aportando em Benevente (atual município de Anchieta) e estabelecendo-se nos vales rio acima como colonos. Os imigrantes destinados às terras mais ao sul da província trabalharam de meeiros nas fazendas de café, iniciando a transição do trabalho escravo para o remunerado. Junto com as sucessões familiares e a institucionalização da terra como mercadoria contribuíram para a divisão das grandes propriedades agrícolas em lotes menores (IPHAN, 2013a).

Mesmo com todas as dificuldades relatadas para atrair os imigrantes para a região sul, diversos indícios confirmam a presença de imigrantes italianos e italo-samarinenses no município de São Pedro do Itabapoana. Durante as entrevistas realizadas em São Pedro do Itabapoana alguns moradores afirmaram ser descendente de italianos. Analisando os sobrenomes dos entrevistados também foi detectada uma série de sobrenomes italianos[34]. O site “Mimoso in foco” também traz algumas reportagens sobre o assunto. Foi encontrado notícia de um evento no Distrito de Conceição de Muqui em comemoração aos 158 da imigração ítalo-samarinense (MOFATI, 2015a). Em uma outra postagem Mofati (2015b),

[33] A primeira delas foi fundada em Viana por imigrantes açorianos em 1813. Dentre outras colônias fundadas no ES durante o século XIX estão: Santa Leopoldina, Santa Tereza, Santa Isabel e Rio Novo do Sul (BITTENCOURT, 1987b).

[34] Entre eles estão: Prucole, Venialli, Betoncelli, Marelli e Matieli.

conta a história da chegada dos primeiros colonos italianos[35] em Mimoso do Sul, no ano de 1888, dentre eles estava seu avô.

O final do século XIX também é marcado pela chegada da estrada de ferro à região cafeeira, um novo meio de transporte para escoar a produção. Próximo à Ponte do Itabapoana é inaugurada a Estação Santo Eduardo, ainda em território fluminense, no ano de 1879. Esta estação distava 26 km da sede do município de São Pedro do Itabapoana e, portanto, passou a escoar a produção do município, condenando o antigo Porto de Limeira à decadência (PEREIRA, 2009; MEDINA, 1961).

A estrada de ferro chega ao Brasil junto com a necessidade de escoar o café e expandir seu plantio. No Espírito Santo o primeiro trecho inaugurado ligava Cachoeiro a Alegre e Castelo[36], entre 1886 e 1887. No século XX é expandida para as outras zonas cafeeiras (QUINTÃO, 2011). Em 1894 é autorizado à E. F. Leopoldina Railway[37], a construção do trecho ligando Santo Eduardo à Cachoeiro, dando origem a diversas estações ferroviárias. No município de São Pedro foram inauguradas as Estações Ponte do Itabapoana em 1893, Dona América e Mimoso em 1895[38], dando origem a novos distritos (PEREIRA, 2009; QUINTÃO, 2011; Relatório de Presidente do ES).

A partir de 1916 começa a operar no município uma nova linha férrea, a Estrada de Ferro Itabapoana. Costeando o Rio Itabapoana, ligava a Estação Ponte do Itabapoana à Bom Jesus do Norte, passando pelas Estações Antônio Caetano, localizada no povoado de Boa Vista, e José Carlos, depois denominada Iuru, ambas localizadas no atual município de Apiacá (PRATES, 2010).

Segue abaixo um mapa com o traçado das duas linhas férreas que passavam pelo município de São Pedro do Itabapoana (Fig. 13). Nota-se que a E.F. Leopoldina Railway, que corta o município no sentido norte sul, não passa pelo então distrito sede de São Pedro do Itabapoana. Conforme demonstrado no mapa, a topografia foi um fator determinante na escolha do traçado da linha férrea. A linha começa na localidade de Ponte do Itabapoana, ponto de contato com a estrada de ferro do Rio de Janeiro, segue pelas áreas baixas acompanhando o curso do Rio Paraíba do Sul e em seguida sobre em direção as demais regiões cafeeiras e até a capital estadual Vitória.

[35] Os 1.300 italianos, cruzaram o Atlântico e deveriam desembarcar no porto do Rio Doce para depois seguir para a Colônia de Santa Cruz. “Um fato curioso ocorreu” e os imigrantes seguiram diretamente para Anchieta e depois para o trapiche na barra do Itapemirim. De lá seguiram para Cachoeiro e depois para Mimoso do Sul (MOFATI, 2015b).

[36] Estrada de Ferro Caravelas futuramente adquirida pela E F Leopoldina Railway em 1907 (GIESBRECHT, 2016).

[37] Compra a E F Carangola em 1890 (GIESBRECHT, 2016).

[38] Esta estrada só chegará até Vitória em 1910 e ficará conhecida como Linha do Litoral.

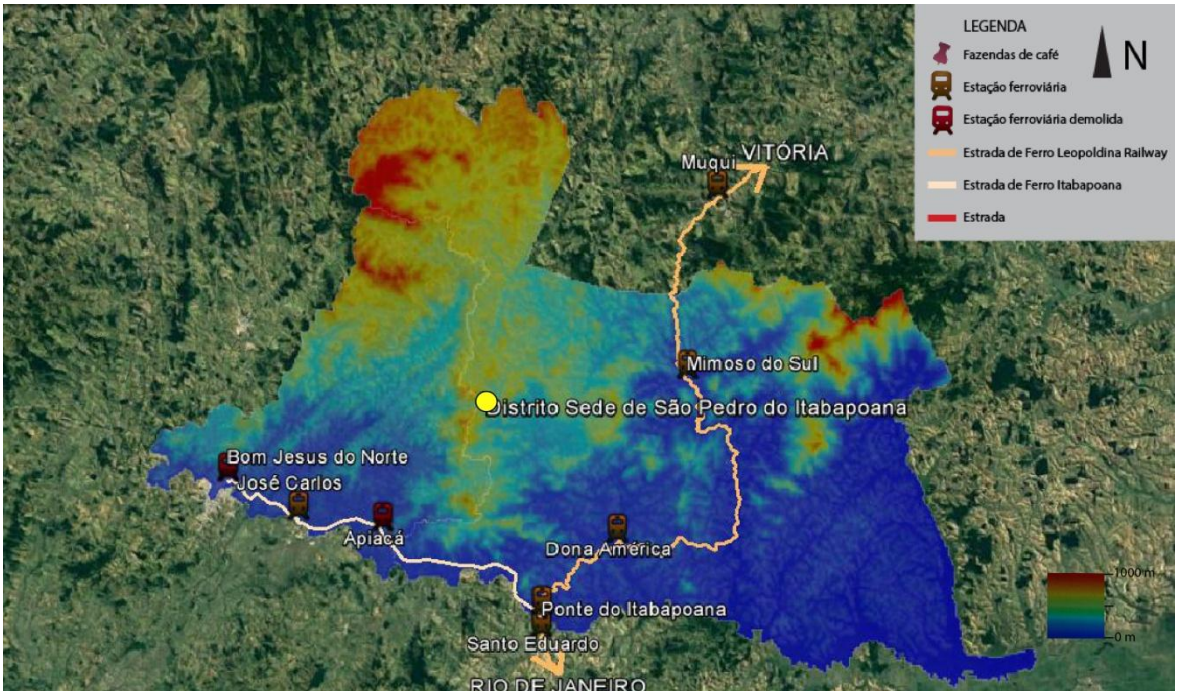


Figura 13 - Traçado das estradas de ferro no município de São Pedro do Itabapoana para transportar o café até a capital, Rio de Janeiro.
Fonte: a autora (2017).

Em 1912 o município reclama, ao presidente da província, a falta de uma estrada de ferro que ligue a sede a uma das estações da E.F. Leopoldina Railway ou E.F. Sul do ES. No Relatório de Presidente do ES de 1913 diz que o mais conveniente seria a ligação até a Estação Boa Vista, distante apenas 18 km da sede do município. No mesmo ano chegou-se a promulgar uma lei que dava direito a quem mais vantagens oferecessem à construção de uma estrada de ferro ligando a sede de São Pedro do Itabapoana a algum dos pontos da ferrovia (Relatório de Presidente do ES).

A lei não obteve resultado e São Pedro do Itabapoana desenvolveu uma rede de estradas de rodagem e carroçável para colocar a sede municipal em contato com as estações ferroviárias, passando estrategicamente pelas fazendas de café facilitando o escoamento da produção. As estradas foram construídas com recursos próprios, terceirizadas ou pelo próprio governo que desde a independência abria estradas pelo interior com o intuito de povoá-lo e permitir a expansão agrícola. As estradas alcançaram as estações ferroviárias e os povoados do município, Santo Antônio de Muqui e Conceição de Muqui. (Relatório de Presidente do ES; QUINTÃO, 2011).

No Relatório de 1920 o presidente do estado do Espírito Santo dizia ter esperanças que a estrada ligando a sede à Ponte do Itabapoana daria nova vida a São Pedro cujo “comércio definha por se encaminhar a produção do município diretamente para as estradas de ferro que cercam São Pedro, sem comunicação fácil com a cidade”.

Segundo os dados estatísticos da população dos municípios do Espírito Santo de julho de 1929 (PEREIRA, 2009), ou seja, um ano antes do fatídico episódio conhecido como o "roubo da comarca", o município de São Pedro do Itabapoana era o segundo mais populoso da província com 44.054 habitantes. O município perdia apenas para Alegre, com 45.209 habitantes e superava até mesmo Cachoeiro de Itapemirim de quem se desmembrou, conforme pode ser verificado na tabela abaixo (Fig. 14).

Dados Estatísticos da população do Estado do Espírito Santo e principalmente de seus municípios – julho de 1929

Municípios	Habitantes
Alegre	**45.209**
São Pedro do Itabapoana	**44.054**
Cachoeiro de Itapemirim	**36.541**
Colatina	31.704
Vitória	**28.828**
Castelo	28.815
Afonso Cláudio	26.673
Santa Tereza	25.940
Santa Leopoldina	25.710
Vila de Itapemirim	23.045
Veado	21.679
São José do Calçado	21.573
Domingos Martins	20.833
São Mateus	20.552
Muniz Freire	19.372
Cariacica	17.063
São João do Muqui	17.044
Itaguaçu	16.440
Pau Gigante	15.905
Guarapary	15.458
Alfredo Chaves	15.303
Rio Pardo	14.976
Iconha	14.870
Anchieta	13.407
Viana	12.558
Fundão	11.649
Rio Novo	10.584
Santa Cruz	10.541
Serra	9.607
Riacho	9.060
Vila Velha	**8.645**
Barra de São Mateus	7.817
Ponte do Itabapoana	4.439

(Fonte: Silva e Puppo, 1987, p. 88)

Figura 14 - Traçado das estradas de ferro no município de São Pedro do Itabapoana para transportar o café até a capital, Rio de Janeiro.
Fonte: Pereira (2009, Anexo I) grifo nosso.

Além do notório número de habitantes, São Pedro do Itabapoana chega em 1930 com tudo que era necessário a uma cidade naquela época: colégios, irmandades religiosas, ginásio, clubes, hotéis, fábricas, farmácias, jornais, teatros, cinema, clubes, saraus, poetas e escritores (PEREIRA, 2009, P. 27). Apesar de a sede municipal não ter sido contemplada pelo advento do transporte ferroviário, uma rede de estradas de rodagem e carroçáveis desempenhava o

papel de transportar o café até as estações ferroviárias, conforme pode ser observado no mapa abaixo (Fig 15).

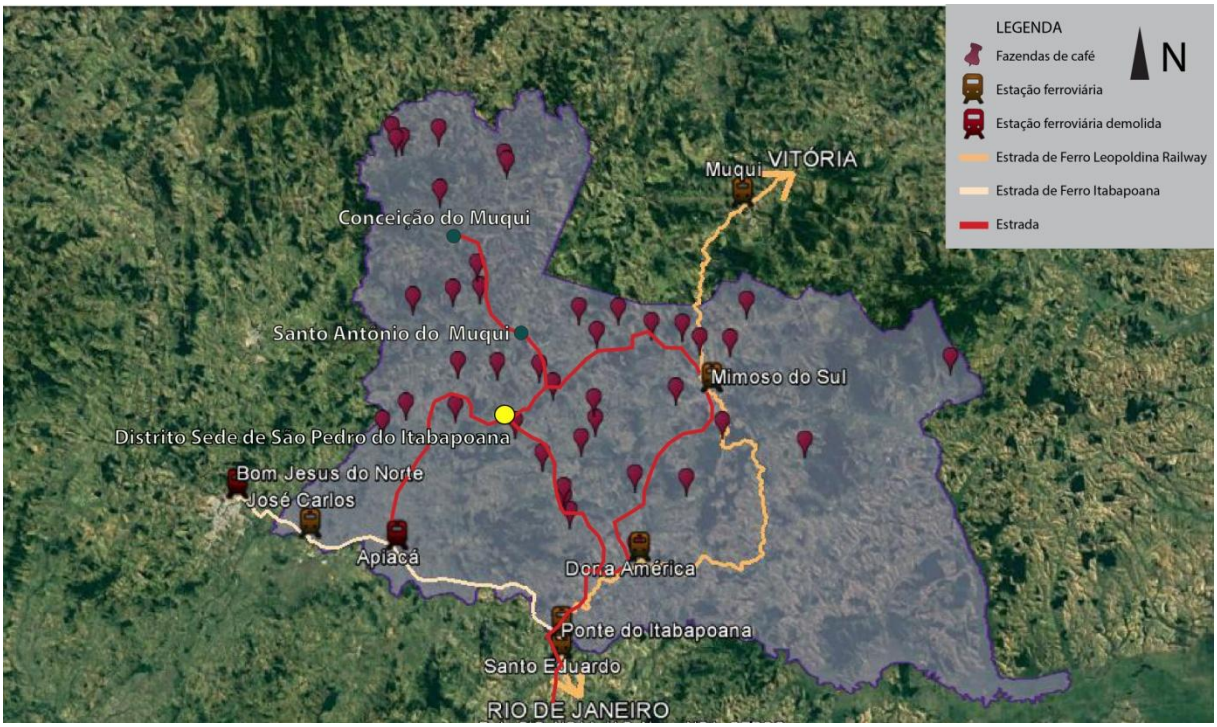


Figura 15 - Panorama geral do que vinha a ser o município de São Pedro do Itabapoana em 1930. Em vermelho a rede de estradas.
Fonte: a autora (2017).

Nada impediu que a sede municipal fosse transferida para o então Distrito de Mimoso do Sul. De forma bastante romântica e a partir do ponto de vista dos moradores, Medina (1961, p. 130) relata o episódio do "roubo da comarca", ocorrido no dia 2 de novembro de 1930, popularmente também chamado de "dia do desfecho"[39]. Relata inclusive que o sino na Igreja Matriz rachou no dia, em protesto e solidariedade ao povo:

> Em 2 de novembro de 1930, dia de finados, chega a esta cidade, uma caravana da Estação de Mimoso, constituída d e13 caminhões, força policial, chefiada pela autoridade do sr. Waldemar Garcia de Freitas. Dizendo ser emissão de autoridade superior, postou, em seguida, um veículo em cada repartição pública, com objetivo de retirar dali todo o seu arquivo, a fim de transportá-la para a referida Estação, no momento, núcleo dos revolucionários. A população de nossa cidade recebeu com extraordinária surpresa e profundo constrangimento o acontecimento, nesse dia de inteira consagração universal aos mortos. Sem poder tomar atitude alguma, pelo pavor causado, pela força numérica e superior acompanhando a caravana, o plano em apreço teve êxito completo (...). A Igreja Matriz continuava apinhada de romeiros, em sinal respeitoso, e os fiéis, em seus atos religiosos, prosseguiam a consagração habitual.

O episódio relatado fez parte da Revolução de 30, um movimento armado que tinha como objetivo derrubar o governo federal e por consequência os governos estaduais e municipais alinhados com o então Presidente da República Washington Luís, como era o caso

[39] Segundo Pereira, 2009, p. 23.

dos governos estaduais e municipais do Espírito Santo. Em outubro de 1930 as forças revolucionárias vindas de Minas Gerais tomaram a região sul do estado e em 2 de novembro chegaram a sede municipal de São Pedro do Itabapoana. A caravana mencionada por Medina era composta pelos revolucionários e os liberais locais de Mimoso. A invasão alcançou seu objetivo, transferir a sede municipal para Mimoso. Os atos locais foram ratificados pela Interventoria do Estado, mesmo com a insatisfação e os recursos[40] enviados até mesmo para o novo Presidente da República Getúlio Vargas (FRANÇA, 2017).

Pereira (2009, p. 29-31) relata a mudança da sede municipal para Mimoso a partir de outro ângulo. Com a chegada da estrada de ferro ao Distrito de Mimoso, em 1895, houve um grande desenvolvimento no local. Além de atrair a produção cafeeira, a ser transportada para o Rio de Janeiro pela ferrovia, surgiram diversos armazéns de secos e molhados em torno da Estação Mimoso. O fortalecimento comercial acarretou na sua independência em relação à sede municipal.

Apesar da localização mais central de São Pedro do Itabapoana no território do município, Mimoso passou a contar com a condição de estação ferroviária. A topografia e a baixa altitude de Mimoso também garantiam melhor acesso e favoreciam a expansão urbana. A nova arquitetura, nos estilos art nouveau, eclética e neoclássica, iniciada em Mimoso, chamou a atenção dos moradores. Mimoso passou a atrair além do capital, o contingente populacional do município. Enquanto São Pedro do Itabapoana contava com o desenvolvimento intelectual, Mimoso contava com o desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2009, p. 29-31).

Segundo Pereira (2009, p. 32) em 1930 o Distrito de Mimoso já era mais populoso que a sede São Pedro do Itabapoana[41], a qual neste momento desempenhava apenas o papel administrativo. A partir do ponto de vista do autor, todos os fatores citados favoreceram a mudança da sede municipal para Mimoso, e o episódio do “roubo da comarca”, teria apenas oficializado o quadro que se instaurou gradativamente a partir de 1895.

Segundo França (2017) no dia seguinte ao episódio, os revolucionários “decretam” a mudança do nome da localidade de Mimoso para João Pessoa, em homenagem ao "mártir" dos liberais. O decreto estadual nº 113 de 26-11-1930 oficializou o novo nome, e a cidade de

[40] Segundo Medina (1961, p.131-132) uma comissão composta por moradores foi até Vitória, munidos de memorial e mapa, reivindicar ao Interventor do Estado o retorno da condição de sede municipal, de acordo com os direitos adquiridos por lei e a antiguidade de 42 anos de existência. Negada a reivindicação, a comissão enviou recurso para o novo Presidente da República, mas de nada adiantou.

[41] Em 1920 o Distrito de Mimoso tinha 8.778 habitantes enquanto o Distrito Sede (São Pedro do Itabapoana) tinha 7.692 (MEDINA, 1961, p. 91).

São Pedro do Itabapoana passou a se chamar João Pessoa. Em 1943 o nome do município mudou novamente para Mimoso do Sul (IBGE).

Após a perda da condição de sede municipal, a localidade entra em declínio, e, segundo Iphan (2013a) passa por um fenômeno raro de descaracterização do território urbano. São Pedro do Itabapoana assume características e dinâmica primordialmente rurais. Enquanto em outras localidades como Muqui e a nova sede municipal de Mimoso do Sul, enriquecida pela economia cafeeira, o passado rural adquiriu características urbanas, em São Pedro do Itabapoana, aconteceu o processo inverso. A estagnação econômica de São Pedro do Itabapoana contribuiu para a preservação das suas características urbanas e arquitetônicas do período imperial e da primeira república (IPHAN, 2013a).

O diagrama abaixo (Fig. 16) ilustra a evolução de São Pedro do Itabapoana desde 1987, quando é desmembrado de Cachoeiro de Itapemirim para se tornar município. Em seguida demonstra a configuração do município a partir de 1930, quando sua sede é transferida para o Distrito de Mimoso do Sul e o nome do município é alterado. Por último está a configuração atual, enquanto distrito de Mimoso do Sul, também apresentada na forma de mapa. O antigo município de São Pedro do Itabapoana deu origem a quatro municípios: Mimoso do Sul, Apiacá, Bom Jesus do Norte e São José do Calçado (Fig. 17).



* Dados obtidos em IBGE, www.portalmimosodosul.com.br, Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros: Primeira República, 1892 - 1930, Espírito Santo, Medina (1961) e Pereira (2009).
Figura 16 – Evolução administrativa de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2016).

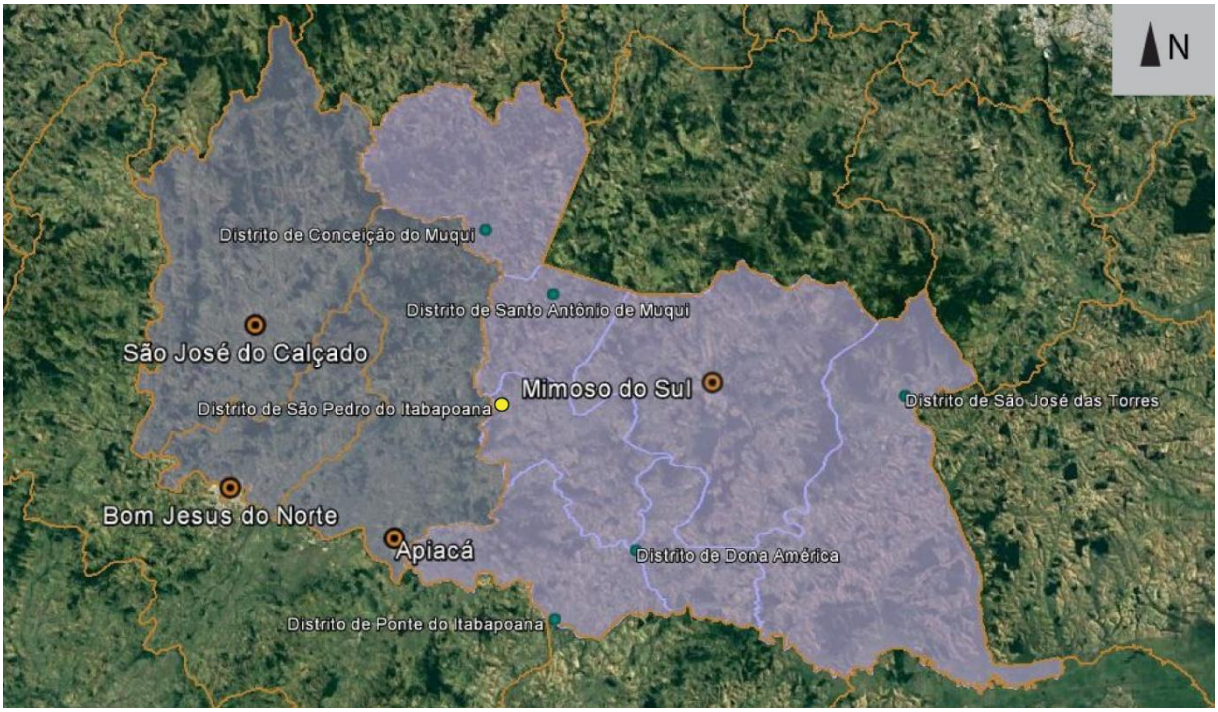


Figura 17 – Hoje o antigo município de São Pedro do Itabapoana está divido em quatro municípios: Mimoso do Sul, Apiacá, São José do Calçado e Bom Jesus do Norte.
Fonte: a autora (2017).

Mesmo com os problemas de mão de obra e a oscilação do preço do café no final do século XIX e início do XX, a produção de café no sul do estado permaneceu, inclusive com a aquisição de novas terras, estendendo os cafezais em direção à região central e serrana da província. A partir de 1920 o preço do café no mercado volta subir, fator determinante para consolidar o setor na economia capixaba e tornar o café um importante produto de exportação do estado (IPHAN, 2013a).

Atualmente a economia do município de Mimoso do Sul é baseada na agricultura e pecuária. O café, dos tipos conilon e arábica, é o principal produto, hoje cultivado em pequenas propriedades agrícolas. O município produz cerca de 7.952 toneladas por ano. Complementam a produção de café na economia da região, a pecuária leiteira e de corte, com 59 mil cabeças de gado e cerca de 17,11 milhões de litros de leite, a produção de banana em plena expansão (7.481 ton./ano) e de milho (1.074 ton./ano). Em menor escala estão a mandioca (89 ton./ano), a cana-de-açúcar (28 ton./ano) e o feijão (7 ton./ano) (IPHAN, 2013a).

A mistura étnica propiciada pelo plantio do café, entre posseiros vindos de Minas Gerais e Rio de Janeiro, negros africanos, inicialmente como mão-de-obra escrava e posteriormente como trabalhadores livres, e imigrantes italianos e ítalo-samarinenes, deu origem à conformação social de São Pedro do Itabapoana e de toda a região sul cafeeira do

estado e às diversas manifestações culturais, identificadas no “Inventário do Patrimônio Cultural de Muqui e Mimoso do Sul” de 2015.

A Folia de Reis é uma forma de expressão presente na região e nos municípios vizinhos, Rio de Janeiro e Minas Gerais, levando a crer que a tradição tenha sido trazida pelos fazendeiros dos estados citados. A roda de sanfona e viola, que futuramente vai dar origem ao Festival de Sanfona e Viola, e o Boi Pintadinho que evidencia a importância da figura do boi, são manifestações culturais vinculadas à vida na fazenda. A culinária local também traduz essa relação. O Caxambu, presente nos distritos Santo Antônio de Muqui e São José das Torres é expressão da cultura afro-brasileira. Além das evidencias já mencionadas, a presença dos imigrantes está nos Grupos de Dança Italianos, existentes nos distritos Conceição do Muqui e Santo Antônio de Muqui, bem como expressa na culinária local (IPHAN, 2015).

O Inventário de 2015 também identificou como bem cultural o bordado de São Pedro do Itabapoana como resultante da produção cafeeira no sul do estado. Trata-se de um trabalho manual utilizando padrões diversos, feito em toalhas e caminhos de mesa, panos de prato, lençóis e toalhas. A pesquisa na época destacou uma iniciativa de uma moradora de São Pedro do Itabapoana em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura (Secult) onde foi criada uma grife local a partir desse saber tradicional das costureiras e bordadeiras do distrito.

CAPÍTULO 2 – AÇÕES DE VALORIZAÇÃO DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA

A história de São Pedro do Itabapoana apresentada foi importante para conhecer a origem do lugar, como se deu a formação cultural da comunidade e de que forma se deu a ocupação do territorial, uma vez que se trata de um local pouco conhecido e estudado. Identificou-se que o episódio conhecido como o "roubo da comarca", momento no qual São Pedro do Itabapoana perde a condição de município e passa a se tornar distrito do município de Mimoso do Sul, é muito marcante na sua história. Além de representar um divisor de águas no que diz respeito aos aspectos políticos, econômicos e sociais, está guardado na memória popular junto com o sentimento sentimentos de mágoa e nostalgia pelo tempo de euforia do antigo município.

Por certo tempo São Pedro do Itabapoana esteve esquecido, ausente inclusive nos livros de história do estado. A partir da década de 80 uma série de mobilizações se inicia com o intuito de identificar, proteger e perpetuar os vestígios materiais e simbólicos que lá se encontravam preservados, apesar do abandono relegado a São Pedro do Itabapoana. É sobre estas ações que este capítulo irá tratar, procurando identificar e relatar o que foi desenvolvido desde então pelas esferas federal, estadual, municipal, e dentro da própria comunidade uma vez identificado certos movimentos culturais que se iniciaram no final da década de 90.

2.1 O TOMBAMENTO ESTADUAL DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA E O PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A primeira ação de preservação dos bens culturais de São Pedro do Itabapoana ocorreu na década de 80 através do tombamento estadual do Sítio Histórico, correspondente ao núcleo urbano do antigo município. O processo de tombamento, Processo 31/86-CEC[42], foi iniciado a partir de um abaixo assinado de alguns moradores locais, datado de 14 de junho de 1986, com os seguintes dizeres:

> Nós moradores e amigos da localidade de São Pedro do Itabapoana, solicitamos ao Conselho Estadual de Cultura o tombamento do Núcleo Histórico de nosso Distrito, pertencente ao Município de Mimoso do Sul, a fim de que possa ser preservado como Monumento Histórico e Artístico do Espírito Santo (CEC, Processo nº 07669046).

[42] Parte integrante do Processo no 07669046-CEC.

A primeira assinatura da lista é de Pedro Antônio de Souza[43], identificado como presidente da SECEC (Sociedade Espiritossantense de Ciência, Educação e Cultura[44]), seguido de 11 assinaturas. Em algumas bibliografias a respeito do tombamento, é atribuída a Pedro Antônio a mobilização para abertura do processo.

Em entrevista[45] concedida para esta pesquisa, Pedro Antônio confirmou ter sido o motivador inicial do movimento de tombamento de São Pedro e explicou como aconteceu. Pedro esteve onze anos ausente de Mimoso do Sul. Quando retornou, espantou-se com o pulsante movimento cultural que encontrara no seu município de origem. Neste momento ele inicia um estudo sobre a história de Mimoso do Sul e é quando encontra São Pedro do Itabapoana. São Pedro para Pedro era um distrito qualquer de Mimoso do Sul e que ele mesmo não conhecia. Na sua primeira visita ao distrito revelou: "fiquei em choque e pensei, eu estou em um Núcleo Histórico!".

Conhecedor de sítios históricos tombados pelo Brasil, Pedro sabia da importância de se preservar e de como a proteção também poderia servir para o desenvolvimento local. Pedro Antônio então inicia o movimento em prol do tombamento estadual de São Pedro do Itabapoana. Em diversas visitas ao local esteve conversando com moradores, e no o Conselho Estadual de Cultura – CEC[46], procurou informação de como proceder. Orientado da necessidade de um abaixo assinado da comunidade para abertura do processo de tombamento, esteve junto aos moradores colhendo assinaturas. Pedro Antônio e a SECEC acreditavam no tombamento como instrumento de preservação da memória capixaba, e que a partir dele, ações turísticas e culturais deveriam ajudar no desenvolvimento local.

No dia 14 de junho de 1986 o CEC realiza a 1ª Reunião Plenária em São Pedro do Itabapoana, cuja pauta incluía a preservação do sítio histórico. Segundo Pedro Antônio, a reunião foi um grande evento que contou com a presença de figuras políticas, moradores locais e diversos ex-moradores, em geral membros da elite são pedrense, que deixou o local quando a sede municipal foi transferida para Mimoso em 1930. Os ex-moradores demonstraram-se esperançosos com a revitalização da São Pedro esquecida no tempo,

[43] Pedro Antônio de Souza nasceu em Mimoso do Sul em 18 de junho de 1950. Formou-se médico pela EMESCAM/ES com especialização em saúde mental no Rio de Janeiro.
[44] Trata-se de uma sociedade anônima particular já extinta, criada para dar personalidade jurídica às ideias de um grupo que atuava principalmente na preservação e fomento da cultura do município de Mimoso do Sul. Com sede no município supracitado também atuava no restante do estado do Espírito Santo.
[45] Entrevista concedida por telefone no dia 9 de março de 2017.
[46] O CEC é órgão consultivo vinculado a Secult – Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo. Criado em 1967, é responsável pela normatização, deliberação, apreciação e análise das demandas da sociedade vinculadas a Política Cultural do Espírito Santo. O CEC é divido em Câmaras e dentre suas funções delibera sobre os tombamentos estaduais (Secult).

enquanto os moradores se mantinham desacreditados, mas sem demonstrar resistência ao tombamento. Na ocasião numerosas assinaturas somaram-se a lista inicial de Pedro Antônio, totalizando em 172 assinaturas.

Segundo Pereira (2009), que também entrevistou Pedro Antônio no âmbito da sua pesquisa de mestrado em 2008, não houve resistência da comunidade local, pois consideravam que o tombamento poderia ser uma fonte de renda para eles. O autor também coloca que os reais motivos eram a esperança do aquecimento do comércio, melhorias em infraestrutura urbana, empréstimos ou doações para restauro e melhorias das casas.

A partir deste momento o CEC conduz rapidamente o processo de tombamento até a sua aprovação, com a Resolução nº 02/87-CEC de 17 de fevereiro de 1987, ou seja, oito meses após a abertura do processo. A Resolução determina o tombamento de 40 imóveis integrantes do Conjunto Arquitetônico de São Pedro do Itabapoana, com as inscrições de todos eles no Livro do Tombo Histórico e Livro de Belas Artes.

Na entrevista, Pedro Antônio foi questionado sobre a escolha pela instância estadual em detrimento da federal ao solicitar o tombamento. Pedro respondeu que não tinha acesso, que não sabia como chegar ao nível federal. Complementa que na época seria uma pretensão muito grande da parte deles recorrer ao órgão federal e que "ganhar a causa no nível estadual já estaria de bom tamanho"[47]. O entrevistado colocou que era outra época e outra visão, também com menos informação, e que hoje, fazendo uma nova leitura do sítio, enxerga o seu valor nacional. Para ele, dentre outros motivos, o valor nacional de São Pedro está pautado no fato de revelar o começo embrionário das cidades brasileiras, visto que não foi afetado pela modernização das cidades, alargamentos viários, expansão urbana e verticalização substitutiva aos conjuntos arquitetônicos originais.

Junto ao processo de tombamento de São Pedro nº 31/86-CEC, foi incorporado o Processo nº 18/86, que tramitava simultaneamente na CEC. Este processo traz correspondências entre o BNH – Banco Nacional de Habitação e o CEC e diz respeito ao Acordo de Cooperação Técnica firmado em 10 de janeiro de 1986 entre o MDU (Ministério do Desenvolvimento Urbano e meio Ambiente) e o Minc (Ministério da Cultura) com inferência da Fundação Nacional Pró-Memória e do BNH (Banco Nacional da Habitação).

O Acordo tinha como objetivo a "promoção e realização de programas conjuntos na área da preservação e revitalização de núcleos históricos brasileiros, os quais deverão ser

[47] Vale lembrar que conforme visto no Capítulo , em 1986 o Iphan no Espírito Santo passava por uma fase complicada, durante o convênio com a UFES entre os anos de 1984 e 1990.

previamente aprovados pelas partes signatárias deste instrumento" (Processo nº 18/86). Dentro das atribuições do Minc, através da SPHAN, está: coordenar e orientar a execução dos projetos de recuperação e revitalização dos núcleos históricos e exercer as atribuições previstas no Decreto Lei nº 25/37.

Tendo em vista o Acordo, o BNH solicita ao CEC o envio dos nomes dos Núcleos Históricos do estado para remeter ao grupo, em 25 de abril de 1986, portanto, antes da abertura do processo de tombamento de São Pedro. Através do parecer do conselheiro Elmo Elton Santos Zamprogno, datado de 18 de junho do mesmo ano, foram enviados três nomes: São Mateus, Santa Leopoldina e São Pedro do Itabapoana. Segue abaixo a justificativa pela escolha de São Pedro, inclusive com a indicação para o seu tombamento[48]:

> - Preservação e revitalização de São Pedro do Itabapoana, antiga cidade do Espírito Santo, que, a partir de 1930, passou a simples distrito do município de Mimoso do Sul, mais por questões políticas do que por motivos outros. São Pedro do Itabapoana, que teve vida econômica, social e até artística das mais intensas e seletas do Estado, visto o total abandono a que foi relegado, conserva, ainda muitos imóveis datando do século XIX, sendo de ressaltar o calçamento de suas ruas, ainda primitivo, todo ele feito com lajes de pedra, o que constitui uma novidade, já que, idêntico, não mais encontrado em outras cidades do Estado, mesmo nas de maior antiguidade, como São Mateus, Conceição da Barra, Guarapari e Anchieta. Aliás, São Pedro do Itabapoana merece, em seu todo, incluindo as construções rurais, ser tombado, o quanto antes, por este egrégio Conselho. (Processo nº 18/86).

Nota-se que neste primeiro parecer emitido pela CEC são mencionadas as construções rurais, provavelmente fazendo menção às antigas fazendas de café dos arredores de São Pedro do Itabapoana.

A CEC volta a fazer contato[49], informando do tombamento de São Pedro do Itabapoana e da Resolução n 02/87-CEC e solicitando recursos para as necessidades urgentes de restauração e preservação da vila e para melhorias urbanas (água, luz, telefone e asfalto da rodovia), porém, não há retorno do BNH. Até o momento não se teve informação sobre ações efetivas do Acordo no estado.

Voltando a análise do processo de tombamento de São Pedro do Itabapoana, foram encontrados no processo três pareceres de conselheiros do CEC, aprovados em reuniões das Câmaras de Artes e Patrimônio e de Legislação e Normas, que foram utilizados como base para o tombamento do Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana, juntamente com o livro de Grinalson Medina.

O Primeiro parecer do processo, do conselheiro Elmo Elton Santos Zamprogno, de 16 de setembro de 1986, destaca a importância histórica de São Pedro do Itabapoana. Além de

---

[48] Os outros dois núcleos históricos selecionados já haviam sido tombados pelo estado.

[49] O contato desta vez é feito através da Caixa Econômica Federal que incorporou o BNH, extinto através do Decreto-Lei nº 2.291 de 21 de novembro de 1986.

trazer um breve histórico, aprova o tombamento dos 41 imóveis já cadastrados (Fig. 18 e 19) e sugere a inclusão da Igreja, da antiga Casa de Câmara e Cadeia e do calçamento antigo em pé-de-moleque.

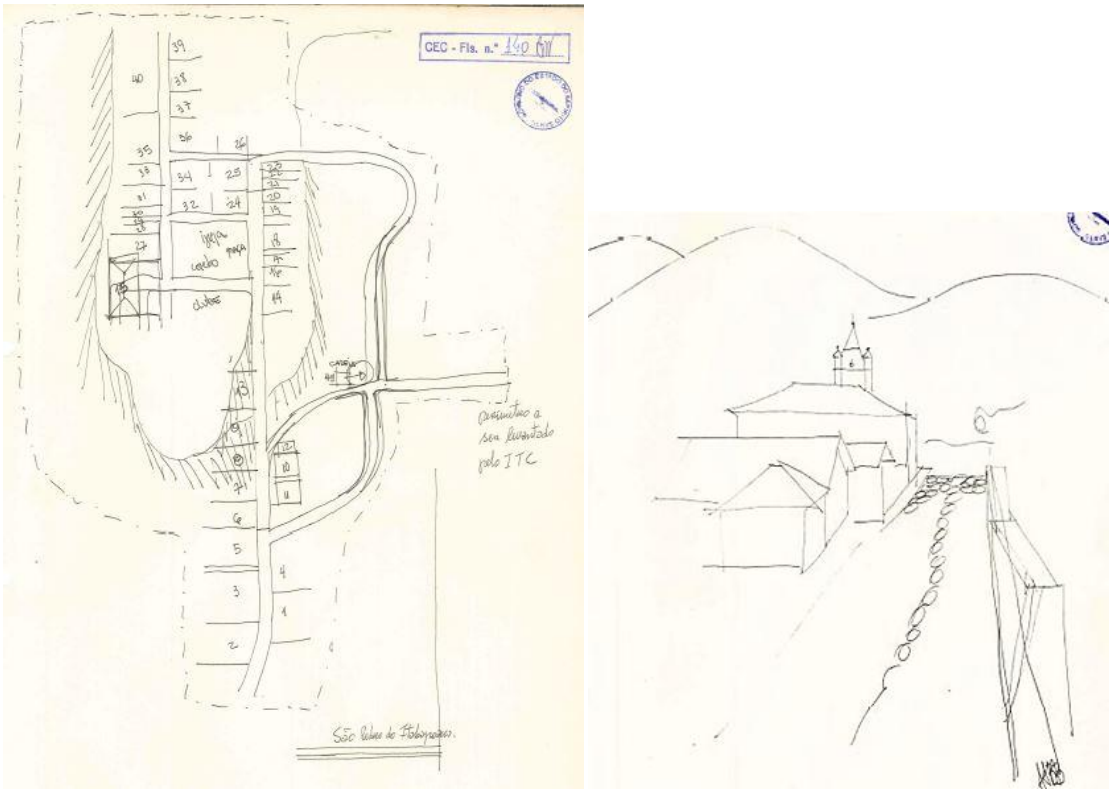


Figura 18 - Croquis da vila, o primeiro com a identificação dos 41 imóveis cadastrados a serem tombados e a delimitação do perímetro que deveria ser levantado pelo ITC - Instituto de Terras e Cartografias. Levantamento presencial realizado em 20 de agosto de 1986 por Fernando Augusto de Barros Bettarello e Fernando Antonio de Moraes Achiamé.
Fonte: CEC/Secult, Processo nº 31/86-CEC.

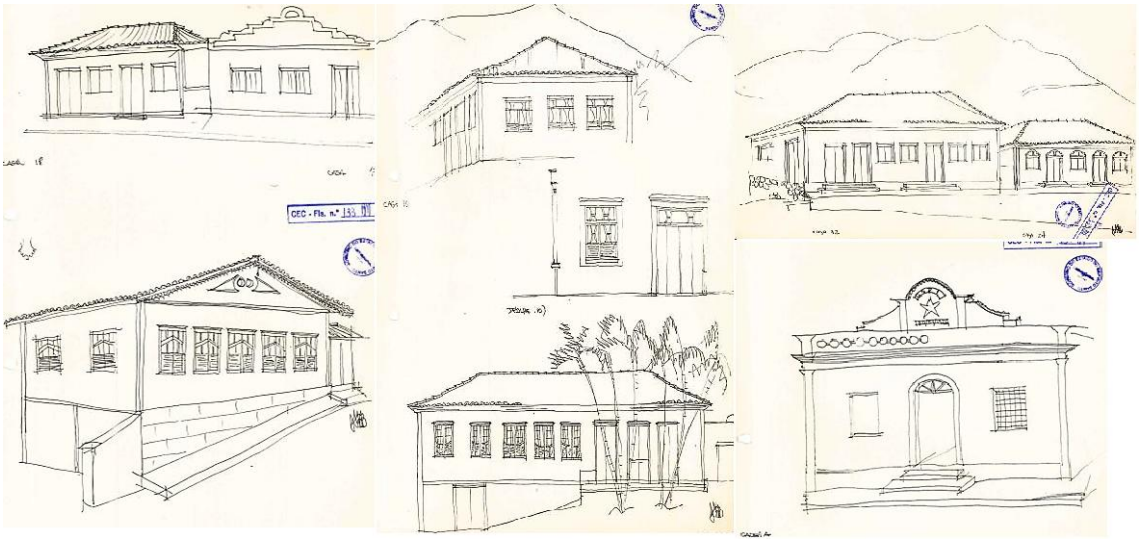


Figura 19 - Croquis de alguns imóveis cadastrados para serem tombados. Levantamento presencial realizado em 20 de agosto de 1986 por Fernando Augusto de Barros Bettarello e Fernando Antonio de Moraes Achiamé.
Fonte: CEC/Secult, Processo nº 31/86-CEC.

O parecer de Fernando Augusto de Barros Bettarello, de 7 de outubro de 1986, propõe que a preservação de São Pedro do Itabapoana também seja analisada como "Patrimônio Ambiental Urbano". O relator caracteriza-o com base na conceituação de Ulpiano Bezerra de Meneses:

> O Patrimônio Ambiental Urbano é visto como constituído por um conjunto de bens, coisas físicas produzidas pelos homens, ou a natureza transformada em objeto da ação cultural, incorporada pela vida urbana. Trata-se de paisagens, espaços, construções, objetos móveis também, cujo sentido manifesta não por si, mas pela articulação que entre si estabelecem e que lhes dá suporte (BETTARELLO, 1986 in Processo nº 07669046-CEC)

A partir de tal conceito, Bettarello apoia a preservação de São Pedro do Itabapoana em três aspectos. O primeiro diz respeito a como a cidade se adaptou ao sítio natural e que a vila revela ainda hoje a forma de organização social por que passou e o tipo de vida que se levava. O segundo aspecto é relativo às construções e suas relações espaciais, onde pode estar configurada uma identidade cultural. Ressalta que o sítio preserva as relações originais entre espaço construído e espaço livre. Por último faz menção à importância da preservação enquanto conjunto urbano, como documento das antigas populações urbanizadas do estado.

Segundo Bettarello, a preservação do conjunto urbano de São Pedro do Itabapoana é importante porque ainda mantém as relações espaciais e as intenções plásticas da virada do séc. XIX para XX, além de soluções de arquitetura e técnicas construtivas. Os espaços abertos, a proximidade do ribeirão, a implantação sobre platô, as montanhas próximas, o vale do rio, para o conselheiro tudo isso são pontos referenciais relacionados com a inteligibilidade do espaço urbano e a leitura da cidade. Em observação, coloca que algumas edificações mais significativas, que traduzem o tipo de arquitetura da época, devem ser preservadas integralmente, externa e internamente.

Duas questões do parecer chamam atenção. Primeiro quando menciona identidade cultural, reconhecendo que se trata de um patrimônio vivo em que os bens materiais estão relacionados ao modo de vida comunidade. Segundo quando o conselheiro dispõe que o sítio histórico é um documento, aproximando-se do conceito de cidade-documento utilizado pelo Iphan na mesma década de 80.

O último parecer, do conselheiro Fernando Antônio de Moraes Achiamé, é favorável ao tombamento de 44 edificações como patrimônio espírito-santense, inscrevendo-as nos Livros do Tombo assim como os logradouros da vila, especialmente a Ladeira Principal e a Rua Jerônimo Monteiro. Neste parecer também são selecionados quais imóveis deveriam ter proteção integral. É importante ressaltar que o parecer sugere medidas a serem tomadas após a efetivação do tombamento, dentre elas está solicitar ao Instituto Jones dos Santos Neves -

IJSN[50] e a Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul a elaboração urgente de uma legislação urbanística para São Pedro, que garanta a proteção legal e o desenvolvimento urbano harmonioso. No decorrer da pesquisa este plano não foi localizado.

A partir da análise do processo de tombamento estadual de São Pedro do Itabapoana, nota-se que quando o CEC estava atribuindo valor ao sítio histórico ao longo do processo, uma série de pontos foram levantados como relevante para a sua preservação, entretanto, não foram contemplados na Resolução. Por fim foram tombados 40 imóveis individualmente, muito baseado em critérios arquitetônicos e restritos ao núcleo urbano do antigo município. Não foram incluídas as fazendas, os demais imóveis do núcleo urbano sugeridos e o calçamento em pé-de-moleque, recomendados no primeiro e no terceiro parecer. O tombamento isolado de edificações também não contemplou a preservação do vilarejo sob o aspecto de "Patrimônio Ambiental Urbano" defendido no segundo parecer por Bettarello e expresso nos croquis uma vez notado a representação das montanhas nos desenhos, marcantes na paisagem do sítio histórico.

Outro aspecto importante é que apesar de o tombamento do sítio histórico ter sido solicitado pela comunidade – sob grande esforço e incentivo de intelectuais locais - e da realização de algumas poucas reuniões do CEC no local, a condução do processo concentrou-se na visão técnica da instituição estadual. Ficou relegado à comunidade apenas o cumprimento das normas e a nomeação de um morador local para auxiliar a Secult na fiscalização.

Após a resolução de tombamento, o CEC publicou três novas Resoluções. A Resolução nº 01/2007-CEC, que acrescentou um imóvel conjunto arquitetônico tombado, a Resolução nº 01/2008-CEC incluindo também a Igreja São Pedro de Alcântara e a Resolução nº 02/2010-CEC, que trouxe a regulamentação do tombamento. Mais do que regulamentar, esta última Resolução trouxe um novo olhar sobre o sítio histórico ao passo que define a APAC – "Área de Preservação do Ambiente Cultural" composta por duas poligonais: "Área de Tombamento" e "Área de Vizinhança de Tombamento" (Fig. 20). Sem revogar a primeira resolução, a área de tombamento protege tanto os imóveis tombados quanto todas as edificações contidas na poligonal. A Resolução também regulamenta os trâmites para os proprietários dos imóveis e define parâmetros urbanísticos como uso e ocupação do solo, em uniformidade com o Plano Diretor Municipal (Fig. 21).

[50] O Instituto é vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) do Espírito Santo e tem como função subsidiar políticas públicas no Espírito Santo, através de pesquisas, projetos e organização de bases de dados estatísticos e georreferenciados. Fonte: http://www.ijsn.es.gov.br/.



Figura 20 - Mapa da APAC do Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: CEC/Secult, Resolução nº 02/2010-CEC.

Área de Tombamento	Taxa de Ocupação	Gabarito	Altura Máxima	Afastamento de frente	Afastamento lateral	Usos permitidos	Lote mínimo	
							Testada	Área
Área de Tombamento	*1	**1 pav. Acima do nível da rua**	Altura máxima da cumeeira 5 m do ponto médio da testada do lote.	Sem afastamento frontal	1,50 metros no caso de haver abertura para ventilação e iluminação	Residencial uni–habitacional, atividades culturais, recreativas, comerciais e de prestação de serviços compatíveis com a habitação e institucional	*2	*2
Área de Vizinhança do Tombamento		2 pav. Acima do nível da rua	-	3,00 metros nas vias em que mais de 50% das construções deixaram afastamento frontal			*1	*1

*1 De acordo com o Plano Diretor Municipal de Mimoso do Sul.
*2 É proibido o parcelamento do solo para fins urbanos na Área de Tombamento.

Figura 21 - Tabela de uso e ocupação da Secult para a Área de Proteção do Ambiente Cultural de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: CEC/Secult, Resolução nº 02/2010-CEC.

A APAC representa um grande avanço na política pública estadual de preservação que consegue aplicar o discurso da importância de se preservar o conjunto urbano adaptado ao

sítio natural. Quanto a relação com a comunidade, os técnicos da Secult[51] admitem que houve um grande distanciamento, mas que nas ultimas gestões tem procurado aproximar-se da comunidade.

Conforme citado anteriormente, junto com a APAC o Plano Diretor de Mimoso do Sul legisla sobre São Pedro do Itabapoana. O Plano Diretor Municipal (Lei nº 1738 de 25 de julho de 2008), dentre outras disposições determina as normas de uso e ocupação do solo do município de Mimoso do Sul, dividindo-o em macrozonas urbanas e rurais (Fig. 22).

O sítio histórico de São Pedro do Itabapoana encontra-se na Macrozona de Ocupação Urbana. Esta macrozona engloba todo o território urbano do município, sendo descontínua, corresponde às localidades de maior densidade de ocupação, que concentram comércios e serviços e tem a função de centros regionais de apoio às comunidades rurais do entorno. O Plano Diretor Municipal também aponta estas áreas como dotadas de potencial para desenvolver atividades de apoio ao turismo, e potencial turístico ligado ao patrimônio ambiental, paisagístico, arquitetônico e cultural. As demais macrozonas correspondem às áreas rurais do município. Os objetivos desta macrozona são preservar e recuperar o patrimônio ambiental e paisagístico, qualificação da infraestrutura, garantir a multiplicidade de usos e estimular atividades de comércio e serviço de apoio às comunidades do entorno e ao turismo.

O sítio histórico tombado corresponde a uma das macrozona de Ocupação Urbana, enquanto o restante do distrito de São Pedro do Itabapoana, e região próxima, estão enquadrados como Macrozona de Integração Turística. Segundo o Plano Diretor Municipal, são áreas elevadas, de menor densidade de ocupação, com dificuldades de acessibilidade e potencial turístico ligado ao patrimônio[52]. Os objetivos desta macrozona são preservar e recuperar o patrimônio ambiental e paisagístico, compatibilizar a ocupação rural com a preservação ambiental, melhorar os acessos e estimular o agroturismo e o turismo cultural.

[51] Informação concedida em entrevista na Secult em 21 de janeiro de 2016.
[52] Ambiental, paisagístico, arquitetônico e cultural.

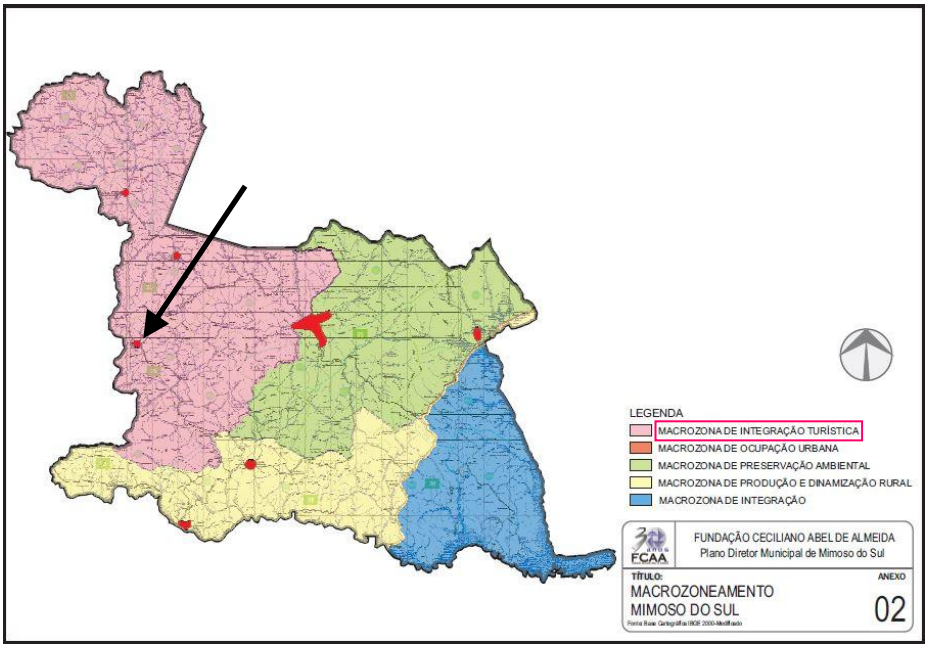


Figura 22 - Macrozoneamento de Mimoso do Sul com a indicação das áreas urbanas, dentre elas a sede do distrito de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul, Plano Diretor de Mimoso do Sul, Anexo 02 (2008).

A área urbana correspondente ao sítio histórico e sede distrital de São Pedro do Itabapoana, que por sua vez está dividida em quatro zonas conforme mapa abaixo.

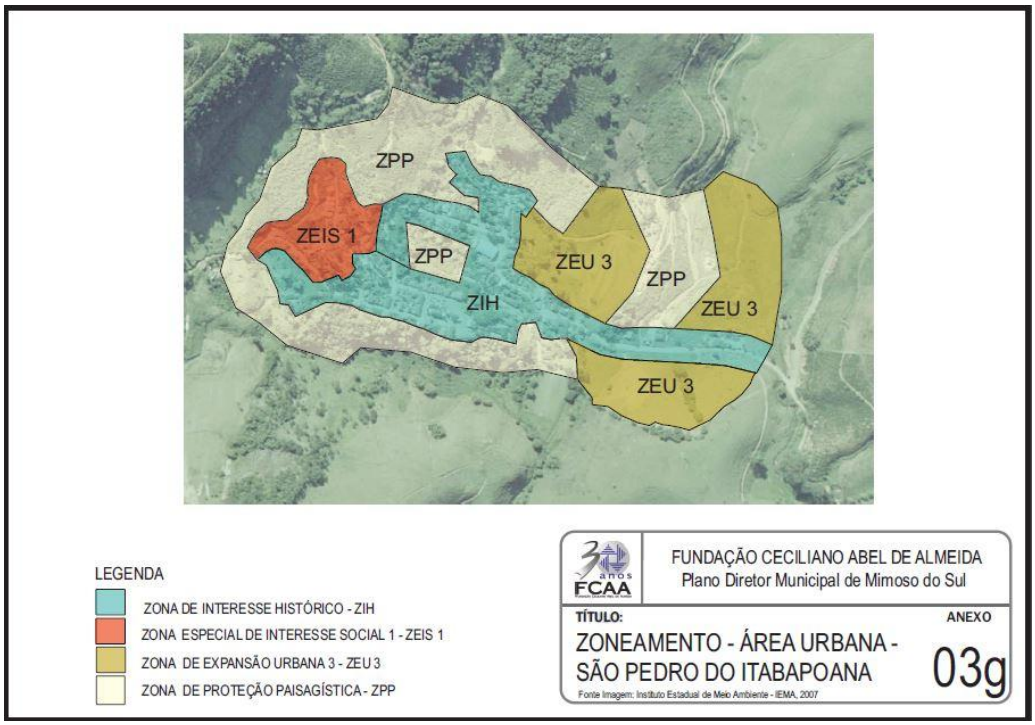


Figura 23 - Zoneamento de São Pedro do Itabapoana (área urbana).
Fonte: Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul, Plano Diretor de Mimoso do Sul, Anexo 03g (2008).

Analisando a legislação quanto ao uso e ocupação urbana observou-se que a Zona de Proteção Paisagística não atende o seu objetivo que é “proteger a visualização do conjunto histórico encontrado na região, evitando a descaracterização de seus elementos históricos e

arquitetônicos" visto que é pouco restritiva. Apesar de limitar o gabarito em 2 pavimentos e permitir usos mais restritos, permite o parcelamento do solo em lotes com área mínima de 180m^2 apenas e a taxa de ocupação máxima é de 70%. As ZPP localizam-se em áreas verdes elevadas e já apresentam ocupações recentes.

Através dos parâmetros diferenciados definidos para a Zona de Interesse Histórico vê-se a intencionalidade de garantir maior densidade de ocupação, com maior taxa de ocupação, o uso residencial uni e multifamiliar, comércios e serviços do Grupo 1 com até 150m^{2,} incluindo hospedagem. A isenção de afastamento frontal também é compatível com a ocupação atual. Entretanto, estranhamente o gabarito permitido varia de 2 a 10 pavimentos, dependendo do uso, podendo chegar a 35 metros de altura conforme pode ser verificado na tabela abaixo (Fig. 24).

ZONA DE INTERESSE HISTÓRICO – ZIH

TABELA DE CONTROLE URBANÍSTICO

USOS		ÍNDICES									
PERMITIDOS	TOLERADOS	CA MÁXIMO	TO MÁXIMA	TP MÍNIMA	GABARITO	ALTURA DA EDIFICAÇÃO	AFASTAMENTOS MÍNIMOS			PARCELAMENTO	
							FRENTE	LATERAL	FUNDOS	TESTADA MÍNIMA	ÁREA MÍNIMA
Residencial unifamiliar e multifamiliar		1,6	80%	10%	10	30,00 m	Isento	1,50 m com abertura ou em um dos lados obrigatoriamente	Isento atendendo as condições de ventilação e iluminação	10,00 m	200,00 m2
Misto (residencial e não residencial do Grupo 1)						35,00 m					
Atividades não residenciais do Grupo 1					2	8,00 m					
	Atividades não residenciais do Grupo 2	1,4	70%			8,00 m	3,00 m				

* Edificações com 3 ou mais pavimentos é obrigatório o afastamento lateral em pelo menos um dos lados.

Figura 24 - Tabela de uso e ocupação do Plano Diretor de Mimoso do Sul para a Zona de Interesse Histórico de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: Fonte: Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul, Plano Diretor de Mimoso do Sul, Anexo 7 (2008).

Tanto na Zona Especial de Interesse Social 1 quanto na Zona de Expansão Urbana 3 são permitidos usos variados, incluindo residencial uni e multifamiliar. O gabarito máximo é de 4 pavimentos, podendo a edificação chegar a 16 metros de altura. Mais uma vez um quadro bastante preocupante visto que a ZEIS 1 e a ZEU 3 estão localizadas nos acessos do sítio histórico.

Nota-se que este microzoneamento de São Pedro do Itabapoana, determinado pelo Plano Diretor Municipal de Mimoso do Sul, é anterior à Resolução n^o 02/2010-CEC que estabelece a poligonal de proteção estadual. Apesar de representar um esforço do município e um avanço no que diz respeito à proteção do patrimônio cultural na instância municipal ao ter a atenção

de criar zonas e parâmetros urbanísticos específicos para o centro histórico, os parâmetros são bastante preocupantes. Conforme dito anteriormente a legislação permite gabaritos bastante elevados, incompatíveis com a escala do centro histórico, além de permitir o parcelamento do solo em todas as zonas.

O Plano Diretor Municipal também tem um título destinado às "Áreas de Patrimônio Histórico e Arquitetônico" a qual prevê identificar e preservar áreas ou edificações "caracterizadas por diferentes tipos de significados que permitem identificar os aspectos representativos dos quadros social, histórico e físico da localidade, aos quais, um bem pode estar referido ou ser referência" (Plano Diretor de Mimoso do Sul, art. 207º). Embora conste na legislação o tipo de valor que pode ser atribuído ao bem, a classificação do bem, e o grau de proteção, inclusive com conjuntos e edificações isoladas demarcadas como de interesse de preservação, foi informado pela prefeitura[53] que não foi dado andamento aos processos de tombamento. Além do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana, inserido na categoria núcleo histórico estão identificadas[54] no distrito de São Pedro do Itabapoana as Fazendas Independência, São Domingos, Recreio, São Carlos, Santa Helena e Santa Rosa, enquadradas na categoria "Arquitetura rural" e com preservação integral (grau 1).

O anexo 05f a seguir (Fig. 25) estabelece os limites do sítio histórico de interesse de preservação, determinando as zonas de proteção rigorosa, ambiental e paisagística sem definir os parâmetros para a preservação. Também não estão definidos parâmetros de uso e ocupação do solo, o que nos levar a crer que são válidos os definidos para o microzoneamento, embora as poligonais sejam completamente diferentes. A prefeitura informou que como a área de preservação estabelecida pelo tombamento estadual é mais rigorosa e mais abrangente, a prefeitura utiliza os parâmetros estabelecidos pelo CEC/Secult.

[53] Informação concedida por email em 12 de junho de 2017 por Evandro José Campos, engenheiro civil da Prefeitura de Mimoso do Sul, funcionário da Secretaria de Obras.
[54] PDM de Mimoso do Sul, Anexo 05g do PDM de Mimoso do Sul.

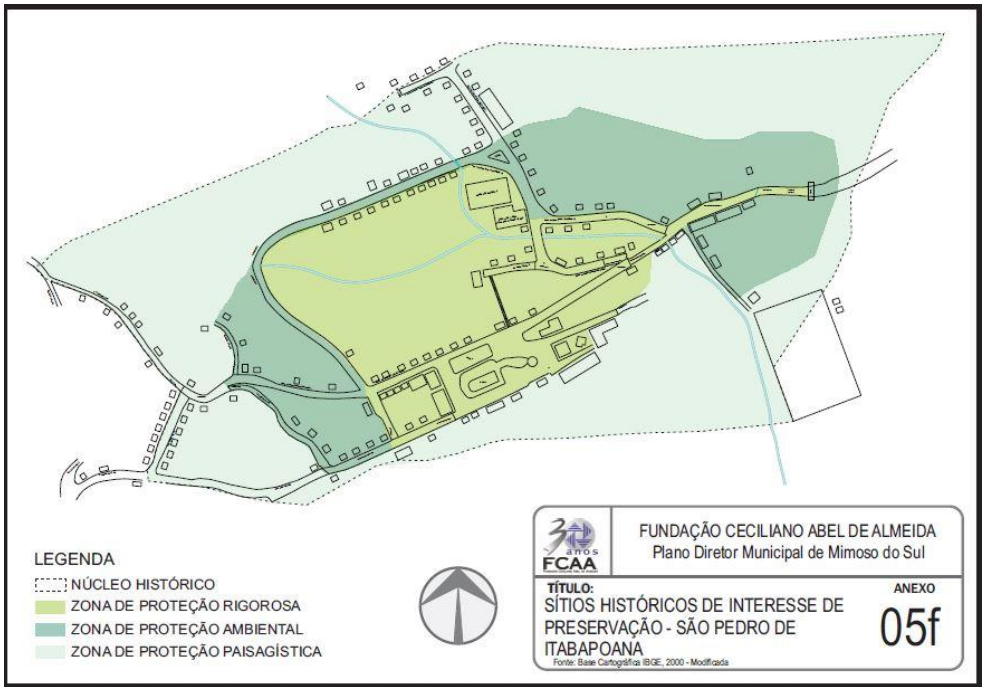


Figura 25 – Zonas de proteção do sítio histórico de interesse de preservação São Pedro do Itabapoana segundo o Plano Diretor Municipal.
Fonte: Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul, Plano Diretor de Mimoso do Sul, Anexo 05f (2008).

Comparando as legislações municipal e estadual, percebe-se que a Área de Proteção do Ambiente Cultural, estabelecida através da resolução Resolução nº 02/2010-CEC coincide com a área urbana de São Pedro do Itabapoana determinada pelo Plano Diretor Municipal de Mimoso do Sul. Por ser mais rigorosa, a legislação estadual é soberana, garantindo parâmetros urbanísticos mais restritivos para o uso e ocupação do solo do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana.

Abaixo segue um quadro resumo contento uma cronologia com as variadas ações desenvolvidas pela Secult e pela Prefeitura Municipal desde a década de 80 até os dias atuais. As ações apontam para uma forma de preservação mais abrangente, em que o valor atribuído a São Pedro do Itabapoana não se restringe ao sítio histórico e seus elementos arquitetônicos.

Os discursos atribuem valor ao conjunto urbano adaptado ao sítio natural, às fazendas de café, à paisagem, inclusive relacionando os bens materiais ao modo de vida e à identidade cultural da comunidade. Entretanto, pouco está efetivado como normativas específicas de proteção, embora, a Secult tem se mostrado disposta a tratar de São Pedro do Itabapoana com um novo olhar desde a Regulamentação da APAC e em busca de uma aproximação com a comunidade.

Ano	Responsável	Ação	Objetivo
1986	CEC/Secult - Elmo Elton Santos Zamprogno	Parecer e primeira indicação de tombamento do núcleo urbano e	Indicar o sítio histórico ao BNH para receber ações de preservação e revitalização.

		construções rurais de São Pedro do Itabapoana	
1986	Moradores locais motivados por Pedro Antônio de Souza	Abaixo assinado	Pedido de tombamento do Núcleo Histórico ao CEC/Secult
1986	CEC/Secult - Elmo Elton Santos Zamprogno	Parecer de conselheiro	Indicação de 41 imóveis para tombamento, incluindo a Igreja, a Casa de Câmara e Cadeia* e o calçamento antigo em pé-de-moleque. *As duas edificações indicadas não possuíam sua configuração original de construção.
1986	CEC/Secult - Fernando Augusto de Barros Bettarello	Parecer de conselheiro	Indica a preservação de São Pedro do Itabapoana enquanto "Patrimônio Ambiental Urbano", fazendo menção ao sítio natural apropriado, a ideia de conjunto e a configuração espacial que determina um modo de vida e uma identidade cultural.
1987	CEC/Secult - Fernando Antônio de Moraes Achiamé	Parecer de conselheiro	Indica o tombamento de 44 edificações juntamente com alguns logradouros, identificando os imóveis a serem protegidos de forma integral.
1987	CEC/Secult	Resolução no 02/87-CEC	Tombamento de 40 imóveis integrantes do Conjunto Arquitetônico de São Pedro do Itabapoana, inscritos nos Livros do Tombo Histórico e de Belas Artes.
2007	CEC/Secult	Resolução no 01/2007-CEC	Inclusão de novo imóvel no tombamento.
2008	CEC/Secult	Resolução no 01/2008-CEC	Inclusão da igreja no tombamento.
2008	Prefeitura	Plano Diretor Municipal	Normas de uso e ocupação do solo do município de Mimoso do Sul ci demarcação do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana e a identificação de sedes de fazendas de café com interesse de preservação.
2010	Secult	Resolução no 02/2010-CEC	Regulamentação da APAC. Poligonal de tombamento e de entorno com a definição de parâmetros urbanísticos e procedimentos de gestão.

Tabela 3 – Cronologia das ações de preservação dos órgãos estadual e municipal em São Pedro do Itabapoana. Fonte: a autora (2017).

Passados 30 anos do tombamento estadual é importante refletir sobre de modo essas ações e aspectos valorizados podem dialogar com os interesses do Iphan e da comunidade hoje. Os pareceres da década de 80 trazem discussões bastante atuais e precisam ser considerados em novas ações de valoração dos bens culturais de São Pedro do Itabapoana. Eles dialogam com a proposta abrangente de preservação que está sendo desenvolvida, a qual não se restringe ao sítio histórico e que busca um novo olhar sobre os bens culturais, e também com o conceito de referência cultural.

2.2 INVENTÁRIOS E ESTUDOS REALIZADOS PELO IPHAN

O primeiro movimento em prol da preservação dos bens culturais de São Pedro do Itabapoana dentro do Iphan foi a solicitação de tombamento da Sede da Fazenda

Independência, localizada no distrito de São Pedro do Itabapoana, por pedido do prefeito de Mimoso do Sul na época. O pedido de tombamento, Processo nº 1521-T-04 aberto em 2004, apoiava-se em dois aspectos principais: o processo de desapropriação da propriedade pelo INCRA; a alta relevância da fazenda para o patrimônio cultural do estado uma vez que se tratava do maior e mais significativo conjunto rural capixaba e que continha aspectos e técnicas construtivas excepcionais.

O pedido foi negado pela Superintendência em 2014, com a justificativa de que a edificação fazia parte de uma rede de fazendas que formam a paisagem da cultura do café no sul do Espírito Santo e por isso sua proteção devia estar atrelada a um estudo mais amplo para o qual a superintendência não possuía quadro técnico e nem orçamento para contratação de equipe. O parecer técnico ainda ressaltou que a edificação estava em bom estado de conservação e que a desapropriação do INCRA, principal motivação do pedido, não se efetivou por outros motivos.

O primeiro estudo realizado pelo Iphan na região sul cafeeira foi o "Levantamento histórico e diagnóstico urbanístico e arquitetônico de Muqui", que, realizado em 2008, tinha como objetivo subsidiar o tombamento federal de do Sítio Histórico de Muqui. Estudos complementares foram realizados em parceria com a Secult resultando no tombamento estadual do referido sítio histórico em 2012.

O processo de tombamento federal de Muqui não chegou a ser aberto. A saber, um memorando[55] foi expedido em 2009 por uma técnica do DEPAM após visita técnica na região do estado, sob solicitação da Superintendência do Espírito Santo. O parecer indicava a revisão da proposta de tombamento, sugerindo "abordá-lo em um contexto territorial: o ciclo do café no sul do Espírito Santo". Para tal a técnica indicou a ampliação dos estudos para outros núcleos urbanos do ciclo cafeeiro da região e para a área rural, para a identificação das fazendas do período.

Em 2013 foi concluído novo estudo contratado pelo Iphan para agregar ao estudo integrado do café no sul do estado, sugerido nos pareceres técnicos. Trata-se do "Inventário de conhecimento do acervo de bens materiais relacionado ao processo econômico nos séculos XIX e XX no sul do Espírito Santo"[56]. Para este inventário foi adotado o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do Iphan – SICG como metodologia, resultando em fichas cadastrais

[55] Memorando no 045/2009 enviado pela técnica do DEPAM Maria Regina Weissheimer ao diretor do DEPAM com cópia a superintendente do Iphan no Espírito Santo.

[56] Conforme relatado anteriormente, outro inventário foi realizado na região em 2015 com o objetivo de investigar as manifestações culturais dos municípios Mimoso do Sul e Muqui. Trata-se do "Inventário do Patrimônio Cultural da Região do Café do Sul do ES (Muqui e Mimoso do Sul)" e cujas contribuições já foram inseridas no primeiro capítulo.

com informações históricas e arquitetônicas dos bens. Foi feito o levantamento do Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana e de 91 fazendas de café[57] cujas sedes foram construídas nos séculos XIX e início do XX. As fazendas estão localizadas em seis municípios da região sul, definidos pelo recorte da pesquisa contido no edital conforme ilustração abaixo. São eles: Apiacá, Atílio Vivácqua, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul e Muqui (Fig. 26).

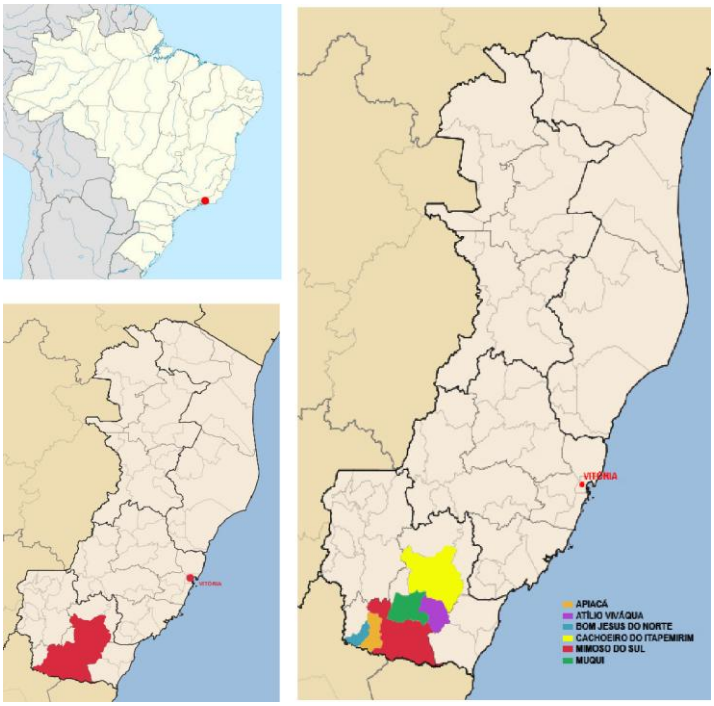


Figura 26 - Localização da região sul cafeeira do Espírito Santo e dos seis municípios abarcados pelo Inventário das fazendas de café e dos Sítios Históricos de São Pedro do Itabapoana e Muqui.
Fonte: Iphan (2013a).

O recorte temporal, que incluiu os séculos XIX e XX, e a metodologia utilizada na pesquisa, demonstram o interesse da instituição em investigar a importância histórica da região a partir do levantamento arquitetônico dos vestígios materiais do período, sem uma preocupação com a situação atual de São Pedro do Itabapoana e região, e com as novas apropriações e significados dos bens culturais atribuídos pela comunidade local. A escolha do SICG como metodologia de pesquisa limitou bastante o levantamento dado que as fichas contêm campos limitados e rígidos para o preenchimento com informações.

O inventário do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana é focado no levantamento histórico e arquitetônico de alguns imóveis isolados, mais precisamente vinte e quatro,

[57] Outras 41 fazendas, contidas no edital, não foram inventariadas pela equipe de pesquisa alegando os seguintes motivos: sede construída em outro período, fazenda não localizada ou sede demolida, e por falta de autorização do proprietário.

selecionados sem justificativa identificada. As fichas cadastrais dos imóveis além do levantamento arquitetônico e fotográfico trazem a identificação do proprietário e informações sobre o histórico da edificação, o estado de conservação, de preservação e a proposta de proteção. Além das fichas dos imóveis foram produzidos alguns mapas que agregam pouca informação para o entendimento do sítio histórico e sua conformação urbana. São mapas de uso, gabarito, estado de conservação, estado de preservação e tipologias, cujos imóveis classificados variam em cada mapa, conforme pode ser observado abaixo (Fig. 27).

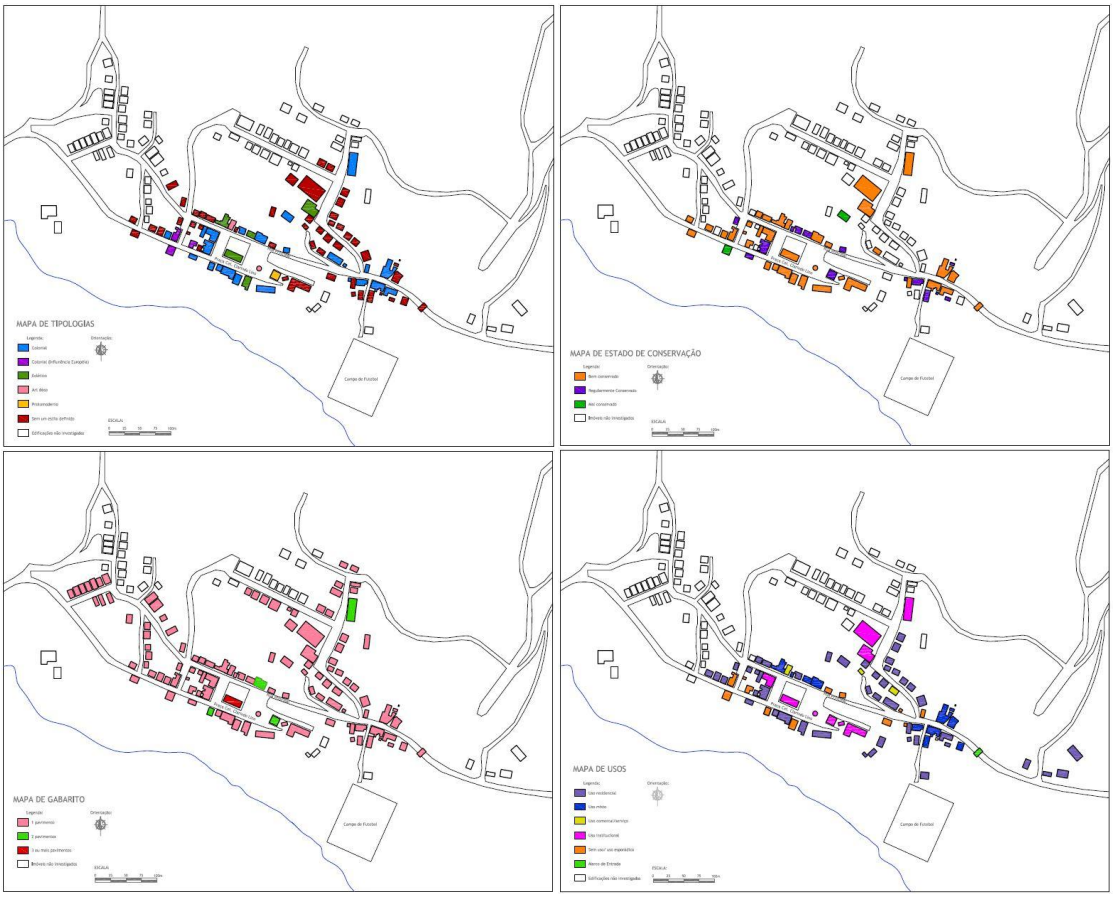


Figura 27 - Em sentido horário: Mapa de tipologias; Mapa de estado de conservação; Mapas de usos; Mapa de gabaritos.
Fonte: Iphan (2013a).

O estudo sobre São Pedro do Itabapoana não traz informações sobre a história de ocupação, nem sobre sua conformação social e cultural. Também não foi desenvolvido nenhum tipo de análise consistente acerca do conjunto urbano e do seu entorno. Ainda assim, é feita uma sugestão de proteção que indica manchas para a área de tombamento e de entorno, a serem analisadas futuramente (Fig. 28).

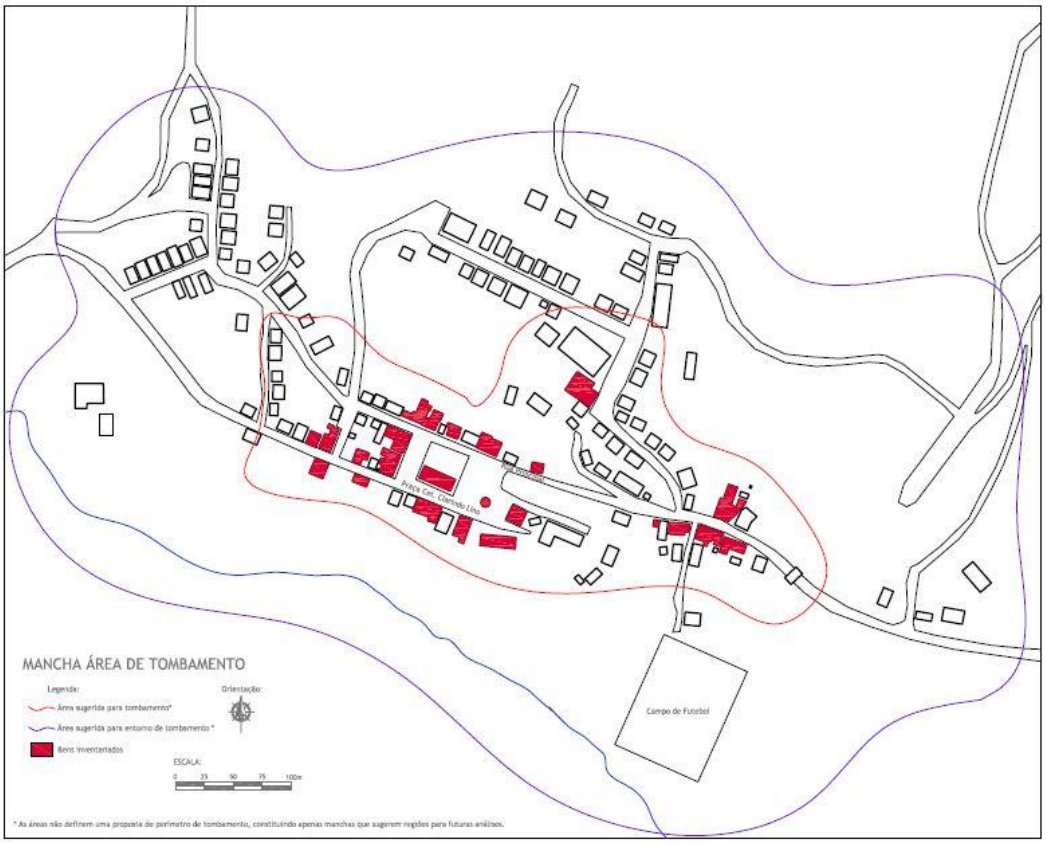


Figura 28 - Mapa de implantação com a identificação dos imóveis levantados e com as áreas de tombamento e entorno sugeridas.
Fonte: Iphan (2013a).

Da mesma forma como aconteceu com o sítio histórico, o levantamento das fazendas de café dedicou-se a produzir informações sobre as características históricas e arquitetônicas das sedes das antigas fazendas de café e das instalações laborais quando ainda preservadas. Foram utilizados os mesmos modelos de fichas dos imóveis do sítio histórico. Algumas informações importantes para a compreensão do papel destas fazendas nos dias de hoje, como o uso e a produtividade atual nem sempre são encontradas nas fichas.

Salvo as lacunas citadas, o levantamento realizado nas antigas fazendas de café é bastante completo no que diz respeito aos aspectos históricos, construtivos e arquitetônicos, internos e externos da sede da fazenda e das demais edificações do conjunto rural. O inventário contemplou uma grande quantidade de fazendas da região, identificando as coordenadas geográficas das suas sedes. Segue abaixo mapa com a localização dessas fazendas (Fig. 29).

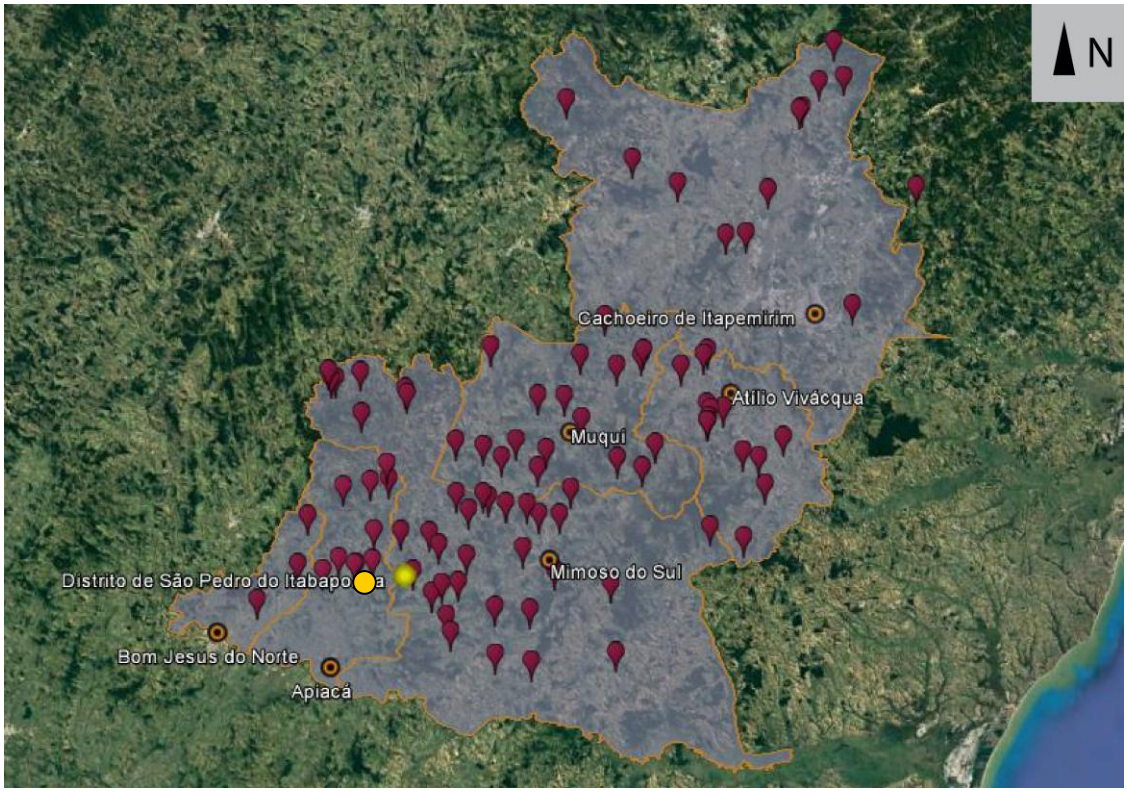


Figura 29 - Mapa com a identificação das fazendas de café inventariadas pelo Iphan.
Fonte: a autora (2017).

Complementando os inventários e estudos realizados na região sul cafeeira, o Iphan também contratou em 2013 o levantamento georeferenciado dos sítios históricos de Muqui e São Pedro do Itabapoana, uma vez que as bases cartográficas dos dois sítios eram poucas e bastante deficientes. No caso de São Pedro do Itabapoana foi levantado os imóveis, logradouros e a poligonal de tombamento estadual (área de tombamento em rosa e área de entorno em amarelo), que conforme visto anteriormente, corresponde a área urbana definida pelo zoneamento municipal. O estudo também indicou em azul algumas edificações de interesse histórico, sem apresentar os critérios de escolha (Fig. 30).



Figura 30 - Levantamento georreferenciado do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana realizado pelo Iphan.
Fonte: Iphan (2013b).

O quadro abaixo traz um resumo das ações de identificação e valorização dos bens culturais relacionados ao processo econômico do café na região sul do estado em que o Iphan esteve envolvido. Embora demonstrado a intenção da instituição de realizar um estudo amplo acerca dos bens, inclusive com o aparecimento de termos como "rede", "abrangência territorial" e "paisagem da cultura do café", apontando para possíveis soluções para a preservação dos bens culturais em pauta, os estudos realizados não alcançaram resultados satisfatórios. Os inventários trataram de fazer um levantamento focado nas edificações, rurais e urbanas, seu histórico e qualidades arquitetônicas, mas que não se conectam.

Ano	Responsável	Ação
2004	Prefeito de Mimoso do Sul	Pedido de tombamento federal da Sede da Fazenda Independência no Município de Mimoso do Sul no estado do Espírito Santo (Processo de Tombamento no 1521-T-04). Pedido negado pela superintendência do Iphan-ES, justificado pela necessidade de um estudo mais amplo da paisagem da cultura do café no sul do Espírito Santo.
2008	Iphan	Levantamento histórico e diagnóstico urbanístico e arquitetônico de Muqui.
2009	DEPAM/ Iphan	Memorando indicando estudos de abrangência territorial dos bens do ciclo do café no sul do Espírito Santo.
2011	Iphan e Secult	Proposta de tombamento do sítio histórico de Muqui.
2012	CEC/ Secult	Tombamento estadual do sítio histórico de Muqui.
2013	Iphan	Inventário de conhecimento do acervo de bens materiais relacionado ao processo econômico nos séculos XIX e XX no sul do Espírito Santo (fazendas de café e sítio histórico de São Pedro do Itabapoana).
2013	Iphan	Levantamento topográfico georreferenciado dos sítios históricos de Muqui e São Pedro do Itabapoana.

Tabela 4 – Cronologia das ações de identificação e valorização dos bens culturais relacionados ao processo econômico do café na região sul do estado do Iphan desenvolvidas pelo Iphan.
Fonte: a autora (2017).

2.3 AÇÕES DE PRESERVAÇÃO E DE RECUPERAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS EM SÃO PEDRO DO ITABAPOANA

Uma vez apresentados os valores atribuídos e as ações de identificação e preservação dos bens culturais de São Pedro do Itabapoana pelo Iphan, pelo estado e pela municipalidade, é importante abordar de que forma este movimento de valorização de São Pedro do Itabapoana repercutiu e está repercutindo na comunidade, visto que foi observada uma série de iniciativas e manifestações culturais que surgiram ou foram resgatadas a partir dos anos 90.

Desde o tombamento do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana em 1987 até o final da década de 90, a Secult esteve ausente do sítio e não criou mecanismos de gestão e apoio à comunidade. A falta da presença da Secult aliada à carência econômica da comunidade e à falta de infraestrutura urbana resultou na danificação do calçamento e em reformas e ampliações sem conhecimento do poder público, inclusive com a queda e demolições de imóveis tombados (PEREIRA, 2009).

A partir de 1998 a Secult começou a desenvolver mecanismos para a preservação, fomento e desenvolvimento local. Neste mesmo ano a Secult, em parceria com a Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul e equipe técnica de Ouro Preto, realizou oficinas de restauro com os moradores, pedreiros e estudantes. As oficinas resultaram na restauração das casas do sítio histórico. (PEREIRA, 2009).

A Secult também desenvolve Editais, com premiação em dinheiro para o projeto ganhador. A partir de 2011 foram incluídos os projetos de arquitetura, destinado a projetos de consolidação, recuperação, restauro e melhorias em geral nos imóveis tombados. A cada ano são premiados quatro projetos com o valor de 60 ou 80 mil reais, um para cada sítio tombado no estado. Em visitas a São Pedro do Itabapoana foi possível conhecer a casa de alguns moradores premiados, após a obra finalizada.

Depois que as casas foram restauradas, foi criado o Festival de Sanfona e Viola de São Pedro do Itabapoana. A partir de uma parceria entre Secult, Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul e Associação de Moradores de São Pedro do Itabapoana (AMSPI) em 1998 foi realizado o primeiro Festival, e desde então, acontece anualmente no sitio histórico, geralmente no mês de julho. Além de músicos locais, o festival costuma trazer grandes nomes da sanfona e da viola.

Segundo Pereira (2009), o Festival foi criado para atrair visitantes e movimentar o comércio local, para relembrar e remontar o hábito antigo dos moradores da região de tocar sanfona e viola e para relembrar os velhos tempos em que o município era festivo e detinha

um grande repertório cultural. Para Pedro Antônio o Festival resgata a cultura popular, valorizando quem permaneceu em São Pedro do Itabapoana após 1930, os menos abastados. Segundo ele, nada mais justo o movimento cultural ter começado pela cultura popular, mas que agora é o momento de resgatar também outras expressões culturais. Exemplifica: a música erudita, os saraus, as bandas musicais, os encontros de declamações entre outras manifestações comuns em São Pedro do Itabapoana nos tempos de município e que somadas à cultura popular completariam o cenário cultural atual.

Christiane Gimenes, técnica da Secult, informou[58] que juntamente com o festival foi criado o Núcleo Musical de Sanfona e Viola (Fig. 31), em pleno funcionamento desde então na antiga Casa de Câmara e Cadeia. Através de um convênio da Secult com a prefeitura local, o Núcleo oferece, sem custos, aulas duas vezes por semana às crianças e jovens da comunidade. A técnica ressaltou que o Festival abre espaço para a apresentação dos alunos e que hoje muitos se tornaram profissionais e até mesmo vivem da música.



Figura 31 - Aula de viola do Núcleo Musical de Sanfona e Viola registrado em visita de campo à São Pedro do Itabapoana em julho de 2016.
Fonte: Fonte: a autora (2016).

Christiane também informou que o Festival cresceu muito. O palco do Festival localizava-se na parte alta do centro histórico, na praça principal, mas o local já não comportava as multidões atraídas pelos grandes músicos nacionais como Dominguinhos, Almir Sater e Zé Ramalho, que em 2001 atraiu cerca de 20 mil pessoas. Isto porque o Festival se tornou visado pelos políticos locais, e passou a ser utilizado para autopromoção.

A partir de 2005 as atrações foram divididas em dois palcos. O palco que se manteve na praça ficou destinado à música raiz enquanto que o palco maior foi instalado na entrada do

[58] Em entrevista presencial em São Pedro do Itabapoana, concedida em 23 de junho de 2016, enquanto ainda técnica da instituição.

sítio histórico pra receber os grandes shows nacionais[59]. Essa questão divide opiniões. Em conversa com alguns moradores foi possível distinguir dois grupos. Há um grupo que julga necessário trazer grandes nomes para atrair público, também considera uma oportunidade deles assistirem de perto uma grande estrela. Já o segundo grupo acredita que o sítio histórico não comporta tantas pessoas, que desvirtua o festival e atrai um público indesejado.

Segundo Pereira (2009), as políticas públicas culturais têm vindo pelo viés do turismo para resgatar a dignidade do lugar após o sentimento de perda da condição de município em 1930. Fato é que o Festival é o grande momento de São Pedro do Itabapoana. Em pesquisa de campo, em julho de 2016, foi possível conferir a 19ª edição do Festival. Além dos dois palcos também foi montado um palco intermediário. O sítio histórico fica incendiado, repleto de visitantes, antigos moradores, amigos e parentes dos moradores locais, muito diferente do clima pacato usual, encontrado nas demais visitas a campo (Fig. 32).



Figura 32 - Registros do 19º Festival de Sanfona e Viola de São Pedro do Itabapoana em julho de 2016. Na sequência: Palco da praça do Sítio Histórico; Palco intermediário; Palco da entrada.
Fonte: Simone Campos Pires, 2016.

[59] Informação concedida por Christiane Gimenes em entrevista presencial em São Pedro do Itabapoana, concedida em 23 de junho de 2016.

Além de apresentações musicais de sanfona e viola, de forma simultânea nos três palcos, também acontecem outras manifestações culturais pelo sítio histórico como o Boi Pintadinho[60] e as rodas de sanfona e viola presentes nos bares e percorrendo as ruas da vila ou simplesmente encontros e rodas de conversa de parentes e antigos amigos. Durante o festival é celebrada a missa sertaneja na Igreja Matriz. Na ocasião é permitido o uso de chapéu, e a celebração é animada por um grupo musical que ao som da sanfona e da viola transforma a letra de músicas sertanejas conhecidas em motivações religiosas. Até mesmo o padre celebra a missa trajado com botina, fivela e chapéu (Fig. 33).

O festival é também o momento mais lucrativo do ano para o comércio local. Muitos moradores aproveitam para alugar quartos e casas para hospedagem e para uso comercial. Juntamente com as pousadas, cobram preços bastante altos se comparado ao restante do ano. O setor gastronômico também fica bastante movimentado e alguns moradores abrem estabelecimentos apenas durante a festividade. Lojas de artesanato completam o comércio (Fig. 33).



Figura 33 - Registros do 19º Festival de Sanfona e Viola de São Pedro do Itabapoana em julho de 2016. Em sentido horário: Roda sanfona e viola percorrendo o sítio histórico acompanhado do Boi Pintadinho; Loja enxovais da Zezé instala na casa da mãe Dona Nilce; Missa sertaneja; e Palco da praça com apresentação de dia. Fonte: Fonte: a autora (2016).

Outra ação de fomento da cultural local em prol da valorização dos saberes tradicionais e do desenvolvimento econômico foi a criação de uma grife denominada “As Divas”. A grife funcionou entre os anos de 2006 e 2008 em sede própria localizada no sítio histórico.

[60] É uma forma de expressão presente nas festividades da região. O boi, juntamente com outros personagens como a mulinha, dança e brinca ao som de um grupo de música que entoa cantigas próprias (IPHAN, 2015). Medina (1961) faz referência à presença do Boi Pintadinho nas festas do município de São Pedro do Itabapoana já no ano de 1879.

Segundo a idealizadora do projeto[61], em cima do que as moradoras produziam no seu dia-a-dia, foi criada a grife de roupas, desenvolvendo modelagens, estampas e bordados próprios. O projeto tinha vinte costureiras e bordadeiras do município de Mimoso do Sul, de todas as idades. Inicialmente a Secult financiou materiais, equipamentos e cursos de alta costura. As costureiras e bordadeiras tinham aula de modelagem, corte e costura e estamparia. Em seguida a grife se tornou autossustentável, e os lucros eram divididos igualmente entre todas as integrantes[62].

A partir da criação e do sucesso do Festival, a comunidade local se organizou e vem criando uma série de eventos culturais para movimentar o sítio histórico em outras épocas do ano, sempre resgatando antigas tradições, com destaque para as rodas de sanfona e viola. O sítio histórico também ganhou novos bares, restaurantes e pousadas, ainda em pequena quantidade. São pedro do itabapoana também conta com uma forma bastante particular de hospedagem chamada "Cama e Café"[63] no qual os visitantes são recebidos pelos moradores nas suas próprias casas e tem a oportunidade de conviver com a família.

Dentre os eventos criados estão: "Vem viver o patrimônio" (Fig. 34), que em parceria com a Secult acontece no último final de semana do mês entre os meses de abril e outubro; "Casa Aberta" (Fig. 36) que ocorre durante os quatro finais de semana de junho; e o "Leilão de Antiguidades com Sanfona e Viola" (Fig. 35) cuja primeira edição aconteceu nos finais de semana de agosto e setembro de 2016. Os eventos costumam ocorrer durante o inverno, cujo clima ameno de São pedro do itabapoana costuma atrair mais os visitantes.

Estes eventos costumam explorar a música, a gastronomia, o artesanato e o patrimônio local, conforme pode ser verificado nos folders abaixo. Também são realizados passeios ciclísticos e outros passeios para desfrutar das paisagens do vale e conhecer as antigas fazendas de café. Segundo os moradores, os visitantes costumam vir da região próxima, de Campos/RJ e de municípios vizinhos como Apiacá e Bom Jesus, com pouca participação da comunidade mimosense. Apesar de toda a dedicação e mobilização da comunidade os eventos costumam apresentar um público pequeno.

[61] Informações concedidas em entrevista por telefone com Glícia Aguiar, idealizadora do projeto, em 12 de junho de 2017.
[62] A grife desenvolvia um catálogo a cada ano. Conquistou visibilidade, tendo seu trabalho divulgado em algumas revistas. A grife também ganhou o prêmio de Economia Criativa do Fórum Mundial de Cultura, representando o Brasil em um desfile no Rio de Janeiro.
[63] O "Cama e Café" foi uma iniciativa da Secult que também promoveu treinamento aos moradores interessados.



Figura 34 - Folder com a programação do "Vem viver o patrimônio" de 2017.
Fonte: a autora (2017).



Figura 35 - Folder com a programação do "1º Leilão de Antiguidades com Sanfona e Viola" de 2016, com destaque para o mapa produzido pela comunidade indicando os locais de hospedagem, alimentação, comércio e lazer.
Fonte: a autora (2017).



Figura 36 - Folder com a programação do evento Casa Aberta do inverno de 2016.
Fonte: a autora (2017).

As visitas a campo e o convívio com os moradores revelaram que se trata de um povo bastante simples e acolhedor que nutre um sentimento de pertencimento e amor por sua terra. Mesmo com dificuldades financeiras, carentes de visibilidade e de infraestrutura urbana básica[64] existe um grande esforço da comunidade de preservar e fomentar a cultura local, aproveitando-se da condição de patrimônio em benefício do desenvolvimento comunitário. A comunidade é unida e se organiza em prol da preservação dos bens materiais, a partir de doações, leilões e bingos.

Além da apropriação de uso dos bens materiais, a comunidade também resgata antigas tradições e as traz para o presente através de releituras. Este resgate, além de preservar a memória coletiva da comunidade, também vem ao encontro dos eventos promovidos pelos moradores para atrair visitantes e movimentar a economia local. Uma alternativa a estagnação vivida desde o fatídico ano de 1930 e ao trabalho no campo.

Este movimento, segundo Hobsbawm e Ranger (1997), é comum no mundo todo desde os tempos mais remotos e é legítimo. Toda a tradição um dia foi inventada. Os grupos

[64] O sítio histórico é desprovido de sistema de tratamento de esgoto o que resulta na poluição do ribeirão que contorna o sítio. A escola termina no 9º ano e os poucos equipamentos de lazer foram instalados pela comunidade com recursos próprios. Sinais de celular e internet são quase inexistentes. Distantes de núcleos urbanos maiores, apenas o de Mimoso do Sul é acessado por estrada asfalta. As demais estradas são de terra batida e sofrem com as chuvas.

costumam utilizar elementos antigos na elaboração de tradições inventadas, em contextos distintos e para fins bastante originais. A tradição inventada é então um:

> (...) conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 9)

Este passado histórico, mencionado por Robsbawm e Ranger é o passado conveniente, e não necessariamente é remoto. Os autores colocam que estes movimentos são reações a situações novas que assumem a forma de referências do passado ou estabelecem seu próprio passado através da repetição.

A missa sertaneja que acontece durante o Festival em São Pedro, por exemplo, não há relatos de que já ocorreu antes na região. Segundo uma moradora a primeira missa sertaneja aconteceu em 2006, no mesmo ano de fundação do Núcleo de Sanfona e Viola. O que a comunidade fez foi então atrelar a religiosidade da comunidade à prática dos instrumentos e ao cotidiano da vida rural transformando-a numa celebração que traz elementos do campo na decoração da igreja, na vestimenta das pessoas que participam, nos instrumentos e na música sertaneja, na forma de berrantes, sanfonas, violas, ferraduras, peneiras de café, chapéus, roupas de estampa xadrez e botinas. Trata-se, portanto, de uma invenção que poderá se tornar tradição através da repetição.

No momento atual do sítio histórico, a comunidade viu a necessidade de resgatar, recriar e adaptar certos costumes. Como bem coloca Hobsbawm e Ranger (1997, p.12-13) “inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado de fora da demanda quando da oferta”. Quanto às adaptações eles completam: “houve adaptações quando foi necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins”.

Depois de apresentada a problemática da pesquisa, através da história de ocupação territorial e conformação social de São Pedro do Itabapoana, o contexto de ações de valorização dos seus bens culturais e as expectativas da superintendência do Iphan no Espírito Santo, os próximos capítulos serão desenvolvidos com o intuito de encontrar meios de responder a questão posta e aos diversos interesses identificados.

CAPÍTULO 3 – SÃO PEDRO DO ITABAPOANA ENQUANTO PROCESSO CULTURAL

Segundo Fonseca (2000), enxergar o espaço apropriado a partir do conceito de referência cultural é entendê-lo como "processo cultural", uma vez que além dos aspectos naturais e construídos do ambiente ocupado, é necessário considerar como os sujeitos se apropriaram do ambiente e dos recursos, como se dá a construção da sua história e da sua produção cultural.

Este capítulo irá abordar a importância da participação social nos processos de identificação e patrimonialização dos bens culturais e do intercâmbio de conhecimento entre pesquisador e comunidade, e o entendimento de referência cultural. Isto posto será apresentado o resultado das entrevistas realizadas com os moradores de São Pedro do Itabapoana, e as oficinas realizadas na comunidade com o intuito de conhecer o espaço apropriado a partir do olhar dos moradores.

Através das duas atividades buscou-se ouvir a comunidade para entender de que forma ela se relaciona com os bens culturais hoje e quais valores são atribuídos. Também buscou-se identificar quais vestígios são portadores de referência cultural para o grupo, determinantes na sua configuração identitária e essenciais para a preservação de São Pedro do Itabapoana.

3.1 A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA E O CONCEITO DE REFERÊNCIA CULTURAL

A partir do artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que determina "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira", é possível fazer uma série de reflexões acerca do que trouxe seu texto e da resposta que representou às discussões iniciadas na década de 70 no país, sobretudo na área da cultura e na valorização de bens culturais, quando surgiram reivindicações de grupos sócias pela preservação envolvendo novos bens, às vezes distintos dos até então valorizados.

A primeira reflexão diz respeito ao caráter inclusivo dos diferentes grupos na construção da identidade cultural brasileira. Como bem coloca Márcia Chuva (2011) enquanto o Estado Novo valorizava a unidade nacional e ignorava as diferenças, a Constituição de 1988 enfatiza a singularidade da diversidade cultural brasileira, a pluralidade de raízes e manifestações

culturais. A autora completa que preservar o patrimônio cultural continua sendo uma forma de inventar a nação e fortalecer o Estado, o que agora difere é o novo olhar e as novas interpretações sobre os bens culturais.

A Constituição também não faz distinção entre o patrimônio material e imaterial. Conforme ressalta Ulpiano Bezerra de Meneses (2012), todo o patrimônio cultural, incluindo o patrimônio imaterial tem vetores materiais. Patrimônios materiais e imateriais estão relacionados, o material tem sua dimensão imaterial e vice-versa, as diferenças são basicamente operacionais. Na prática institucional ainda não se conseguiu absorver esta interelação. Estas diferenças operacionais acabam estabelecendo barreiras desde o processo de identificação, expresso nos inventários, até nas políticas de gestão do patrimônio.

Meneses (2012) destaca que a grande novidade da Constituição de 1988 foi deslocar a matriz cultural do Estado para a sociedade, formular os valores culturais do ponto de vista das práticas culturais e seus praticantes e não mais acreditar que os valores estão nas coisas. Segundo o autor, a partir da nova constituição não competia mais ao poder público conceder valor cultural aos bens, diferente do que acontecia desde a criação do Decreto Lei 25/37 que institucionalizava o tombamento como único instrumento de proteção dos bens culturais selecionados. Reconhecia-se a partir da Constituição o que já era discutido na década de 70: "os valores culturais (...) não são criados pelo poder público, mas sim pela sociedade. O patrimônio é antes de mais nada um fato social" (MENESES, 2012, p. 33-34).

A comunidade local precisa participar do processo de atribuição de valor visto que é ela que vivencia, interpreta, cria e recria os bens culturais. Ela precisa se identificar com o processo e se reconhecer nos valores identificados para serem preservados. Para que a gestão do patrimônio seja efetiva, também é essencial que os órgãos públicos tenham os moradores locais, detentores ou produtores daquele bem cultural, como importantes agentes no tempo presente e no tempo futuro. Contar com a participação dos moradores é garantir a perpetuação justamente dos valores que legitimaram a patrimonialização do bem cultural.

No caso de São Pedro do Itabapoana, foi verificado através das entrevistas com os moradores, que serão apresentadas em seguida, que existe uma relação conflituosa entre os proprietários dos imóveis tombados e o órgão estadual de preservação. Houve pouco diálogo com a comunidade durante o processo de tombamento realizado em 1987, resultando nas décadas seguintes em perdas materiais dos bens tombados e na indisposição entre moradores e fiscais. Hoje o órgão estadual busca uma nova forma de atuação no sítio histórico.

"Quando o assunto é patrimônio cultural, não existe apenas uma versão sobre as coisas" (IPHAN, 2016, p. 15).

Qualquer política de preservação federal que venha a ocorrer em São Pedro do Itabapoana precisa ser construída desde o início em conjunto com os moradores, Secult, prefeitura municipal e demais instituições públicas envolvidas, dentro do que propõe o conceito de educação patrimonial adotado atualmente pelo Iphan. Todas as narrativas existentes sobre o sítio precisam ser reconhecidas de forma igualitária. Deve imperar o diálogo e a flexibilização, considerando o caráter dinâmico de um sítio histórico que é vivo.

> [...] a 'representatividade' dos bens, em termos da diversidade social e cultural do país, é essencial para que a função de patrimônio realize-se, no sentido de que os diferentes grupos sociais possam se reconhecer nesse repertório. Porém não basta uma revisão dos critérios adotados pelas instituições que têm o dever de fazer com que a lei seja aplicada, tendo em vista a dinâmica dos valores atribuídos. É necessária, além disso, uma mudança de procedimentos, com o propósito de abrir espaços para a participação social no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural. (FONSECA, 2003, p 65).

Maria Cecília Londres Fonseca (2000) destaca a importância de incorporar diferentes pontos de vista além do pesquisador, incorporar o estado e suas instituições envolvidas, mas principalmente a sociedade, como sujeito diretamente envolvido e atingido pelas políticas de patrimônio. O novo caráter inclusivo das políticas públicas de preservação do patrimônio torna-se mais que importante e ético, torna-se obrigatório visto que está claramente expresso no Art 216 A da Constituição Federal.

> O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (Constituição Federal, Seção II, Art 216 A).

Essa incorporação bastante recente, datada de 2012, traz uma novidade a ser explorada pelos agentes do patrimônio, formaliza o pacto de envolver diferentes atores sociais na construção coletiva do patrimônio, para desta forma contribuir para a legitimidade da atribuição de valor.

Fonseca (2000, p. p.119) afirma que o diálogo entre o pesquisador e a comunidade é necessário para se trabalhar a questão da preservação a partir da noção de referência cultural, introduzida no país a partir da década de 1970 pelo CNRC. A partir de Fonseca (2000, p.119), entende-se "referências culturais" como os bens e práticas culturais, os sentidos e valores vivos, os marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para um determinado grupo que com ela se identifica. Em outras palavras:

> Referências culturais são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um

> lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, soa o que popularmente se chama de raiz da cultura (IPHAN, 2000, p. 8 apud IPHAN, 2016, p. 8).

As referências culturais de um grupo, portanto, não se restringem a bens de natureza imaterial, embora na prática o conceito esteja presente apenas nos trabalhos do Iphan relacionados aos bens dessa natureza. É preciso praticar a expansão da noção para os outros campos de atuação. Fonseca elucida como aplicar o conceito também ao patrimônio material. Segundo a autora é preciso ser levado em conta:

> (...) um ambiente, que não se constitui apenas em natureza – vegetação, relevo, rios, lagos, fauna e flora etc. – e de um conjunto de construções, mas sobretudo de um processo cultural – ou seja, a maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem suas histórias, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes (FONSECA, 2000, p. 113).

Segundo Fonseca (2000, p. 118), assumir a noção de referência cultural significa buscar se aproximar do ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos com os bens culturais e reconhecê-los como legítimos detentores do saber-fazer e do destino da sua cultura. Fonseca (2000) aponta que este diálogo é uma troca rica que permite que o pesquisador amplie o conhecimento e compreenda melhor o objeto, auxiliando-o a melhor identificar a diversidade da comunidade e hierarquizar as referências. Para a comunidade a troca permite recuperar e valorizar seu acervo de bens culturais e a utilizá-los em prol do seu desenvolvimento.

Boaventura de Sousa Santos (2005) também traz alguns conceitos interessantes que podem contribuir para o tema. A partir do que ele chama de crise epistemológica da ciência moderna, momento em que a ciência reconhece os seus limites e a existência de conhecimentos para além do seu, Souza aponta a “ecologia dos saberes” como uma solução para alcançar um “multiculturalismo progressivo que saiba reconhecer as diferenças culturais e de conhecimento, e construa de modo democrático as hierarquias entre elas” (SANTOS, 2005, p. 24). Para o autor seria este o início de um processo de democratização da ciência.

Segundo Santos os debates iniciados a partir da década de 1990 sobre o conhecimento local, tradicional, indígena, em contraponto a ciência global, apontam uma abertura para a pluralidade de modos de conhecimento e novas formas de relacionamento deles com a ciência, ainda que persista uma separação convencional entre o leigo e o especialista.

Trazendo para a atuação do Iphan, apesar das diferentes abordagens, tanto Fonseca (2000) quanto Santos (2005) preconizam o diálogo constante entre pesquisador e comunidade (FONSECA, 2000), e nas palavras de Santos (2005), entre o leigo e o cientista. Conforme dispõe Santos (2005), é preciso buscar o diálogo profundo entre o cientista e o cidadão e pensar em mecanismos para que ocorra o desejado interconhecimento.

Ainda que caiba ao agente público referendar ou não a conclamação da sociedade, Marins (2016, p. 17) traz na fala de Menezes (2012, p. 34) a transformação que a instituição precisaria sofrer: “ao poder público caberia, cada vez mais, desde a Constituição de 1988, um *papel declaratório*”. As propostas de nominação dos próprios grupos têm sido mais frequentes quando se tratam de bens imateriais, mas precisa também ser aplicada aos bens de outra natureza. Marins também coloca o diálogo com o cidadão como um grande ganho da instituição, principalmente a partir dos anos 90 e 2000, mas destaca que ainda não foi capaz de superar o papel centralista, por décadas, da instituição.

Segundo Fonseca (2000), a preservação das referências culturais se tornou direito do cidadão, que a partir de 1970, principalmente, pressiona o poder público. O trabalho do Iphan de identificação e seleção é complexo, pois lida com interesses difusos e avaliações subjetivas. É fundamental nesse processo abrir um espaço público de tomada de decisão, unindo autoridades do poder, do saber, e sociedade (FONSECA, 2000, p.115).

Na prática, ainda que agora se reconheça que os valores culturais devam ser atribuídos pela sociedade, não é possível ocultar que o poder público permanece com a atribuição, a responsabilidade e o dever de reconhecer e salvaguardar estes valores culturais através dos processos de patrimonialização. Todo processo de patrimonialização exige uma seleção que mesmo com a efetiva participação social é de competência do poder público. É o poder público que irá determinar o que faz parte do patrimônio nacional.

Conforme aponta Chuva (2011), definir o que deve ser preservado é de muita responsabilidade. O processo de patrimonialização é uma escolha, destaca alguns vestígios e exclui outros. Ainda em 1995, durante o Encontro de Inventários de Conhecimento do Iphan, Chuva ao tratar da contribuição da história na identificação dos bens culturais, destacava que a história nunca é feita com neutralidade ou inocência ou isenção de valores; que é sempre uma recriação, interpretação, onde não há a pretensão de reproduzir fielmente o que ocorreu. Por isso que para que o historiador, ou pesquisador no sentido mais amplo, faça uma leitura mais próxima da realidade, é importante considerar o maior número de olhares e versões possíveis sobre aquela realidade.

Chuva (1998) traz ainda que assim como cada pessoa trará sua versão e seus significados, o próprio historiador também traz consigo um sistema de referências próprio que também irá influenciar na leitura do objeto, reforçando ainda mais a inexistência de uma verdade absoluta.

> A visão de que o patrimônio está dado, e nós somos ilustres intelectuais capazes de reconhecê-lo e revelá-lo, já não tem mais lugar, está ultrapassada. Nós construímos nossas fontes e selecionamos objetos, dos quais extraímos significados através de

> nossas leituras. E isso é legítimo desde que explicitados os métodos e opções feitas ao longo do processo de conhecimento, investigação e seleção (CHUVA, 1998, p. 46).

Para Chuva (1998) essa é uma postura democratizante do processo de preservação cultural. A autora coloca que, enquanto pesquisadores e preservadores da cultura, escolhas e julgamentos são feitos a todo o tempo. Que todo este processo é legítimo desde que exista consciência de que não existe uma verdade absoluta e que todo o processo de escolha seja justificado.

3.2 ENTREVISTA COM OS MORADORES DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA

As primeiras pesquisas sobre São Pedro do Itabapoana, juntamente com o referencial teórico trazido, em concordância com a constituição e na intenção de buscar um novo olhar sobre o bem cultural em estudo, apontam a construção coletiva do patrimônio e a noção de referência cultural como caminho para o desenvolvimento deste trabalho que tem como objetivo subsidiar as ações de preservação do Iphan-ES. Para começar o trabalho coletivo de identificação e valoração dos bens culturais de São Pedro do Itabapoana foi escolhida a pesquisa qualitativa através de entrevistas individuais com os moradores da comunidade, com o intuito de coletar informações e de realizar uma primeira aproximação com a comunidade[65].

As entrevistas tinham como objetivo conhecer São Pedro do Itabapoana hoje, quem são seus habitantes, de que forma se relacionam com seus bens culturais, e de que forma a comunidade local se coloca diante dos interesses dos órgãos de preservação. Como se dá a relação da comunidade com o tombamento estadual do sítio histórico e em que medida e como é manifestada a demanda comunitária pelo reconhecimento federal foram alguns dos questionamentos. Além disso, as entrevistas buscaram informações para confirmar ou não algumas hipóteses levantadas a partir da leitura da bibliografia. Dentre elas está a importância que o turismo ganhou como fonte de renda para os moradores e o predomínio da atividade rural.

As entrevistas foram realizadas durante a primeira visita, entre os dias 23 e 25 de junho de 2016, e a segunda visita entre 27 e 31 de julho de 2016. Aconteceram de forma individual, presencial, e em geral na residência dos moradores, utilizando como base um questionário

[65] A escolha do método de pesquisa e a análise dos resultados foram orientadas por alguns autores que discutem o emprego de entrevistas e questionários nas pesquisas qualitativas e quantitativas. Os autores utilizados foram Bauer e Gaskell (2002), Baldin (2011), Caregnato e Mutti (2006), Bardin (2006), Franco, (2003), Rea e Parker (2000) e Albuquerque (2009). Para o trabalho de campo foram utilizados como base teórica Uriarte (2012) e Rocha (2006), e a experiência pessoal na Pesquisa de Revalidação do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras.

com perguntas abertas pré-formuladas. O critério de seleção dos entrevistados foi ser adulto e proprietário de imóvel em São Pedro do Itabapoana, podendo ser morador permanente ou intermitente[66].

Tinha-se a intenção de cruzar alguns dados obtidos nas entrevistas com os dados estatísticos provenientes do IBGE ou outras instituições de pesquisa. Não foi possível, pois os dados fornecidos por essas instituições são relativos a todo o município e não traduzem a realidade local de São Pedro do Itabapoana. O Distrito de São Pedro do Itabapoana, além das suas particularidades, tem um número de habitantes pouco expressivo se comparado ao total do município.

Segundo o levantamento de 2010 do IBGE, o município de Mimoso do Sul possui 25.902 habitantes. Desse número total de habitantes, 1.289 moram no Distrito de São Pedro do Itabapoana, segundo dados fornecidos no site da Prefeitura de Mimoso do Sul. Ou seja, se utilizados esses dados, os moradores do Distrito de São Pedro do Itabapoana correspondem a apenas 4,97% do total de habitantes do município.

Segundo o Plano Diretor Municipal, o Distrito de São Pedro do Itabapoana é composto por zona rural e zona urbana, que corresponde à sede distrital e ao Sítio Histórico. A partir de dado concedido pelo morador Balbino Miguel Nunes, o Sítio Histórico de São Pedro possui 276 habitantes[67]. A partir deste dado é possível concluir que a menor parte dos habitantes do distrito reside no Sítio Histórico e que a maioria, portanto, reside na zona rural.

Foram entrevistados 36 moradores, todos adultos de idades variadas. As entrevistas, por limitações de tempo e deslocamento, abrangeram basicamente a zona urbana do Distrito de São Pedro do Itabapoana, portanto a sede distrital e Sítio Histórico. A pesquisa qualitativa busca explorar diferentes pontos de vista sob um mesmo tema, sem generalizar seus resultados para todo o grupo. É importante também mencionar que não foi feito distinção de gênero quando mencionadas as falas dos moradores para melhor preservá-los[68].

Os 36 moradores entrevistados são residentes de distintas ruas do núcleo urbano. A entrevista não se limitou à poligonal de tombamento estadual ou restringiu-se a proprietários de imóveis tombados. A pesquisa também abarcou moradores dos diversos setores econômicos e sociais, vinculados à sanfona e à viola, ao comércio, ao turismo, ao setor rural,

[66] O termo intermitente faz referência àqueles que têm residência em São Pedro do Itabapoana, mas que não moram continuamente no local.

[67] O número de 276 habitantes foi fornecido por Balbino Miguel Nunes, morador de São Pedro do Itabapoana, responsável pelo museu e funcionário da Prefeitura de Mimoso do Sul, em entrevista concedida durante a 2ª pesquisa de campo, realizada entre os dias 27 e 31 de julho de 2016. O morador tem em sua posse um livro de registro dos moradores do Sítio Histórico, atualizado por ele mesmo a cada nascimento e falecimento.

[68] Como a intenção das entrevistas era trazer diferentes perspectivas de diferentes moradores, para que os entrevistados ficassem mais a vontade para se expressar foi garantido a eles que sua identidade seria ocultada.

à escola, às igrejas, às festividades, moradores nascidos no local e também os novos residentes, bem como as lideranças locais. Foram entrevistados 36 adultos, sendo 16 idosos[69], com idades que variam entre 42 e 97 anos, o que trouxe perspectivas temporais variadas sobre São Pedro do Itabapoana.

Embora a maior parte dos moradores entrevistados (59%) tem origem em São Pedro do Itabapoana ou na região próxima, o número de moradores novos[70] é bastante expressivo, conforme demonstra o Gráfico 1. As entrevistas também permitiram observar que existe um movimento de retorno de antigos moradores que saíram de São Pedro por motivos variados.



Gráfico 1 – Moradores com residência em São Pedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2016).

Conforme pode ser observado no Gráfico 2, do total de 24 moradores antigos entrevistados, metade saiu e retornou ao sítio. Dez entre os doze moradores que saíram e retornaram para São Pedro tiveram como motivação a continuação dos estudos para a busca por oportunidades de trabalho.

Entre os motivos que fizeram estes moradores antigos retornarem estão a qualidade de vida para passar a velhice; para ficar perto da família; porque casaram com alguém do local; e para assumir herança de família. Abaixo seguem duas respostas que ilustram as variadas motivações:

"Nasci em Apiacá, em 1940, mas fui registrado em São Pedro. Vim morar em São Pedro com meses de idade porque era melhor de morar. Em 1952 meu avô me levou para o RJ para estudar e trabalhar. Em 1975 entrei pra Petrobrás. Em 1995 aposentei e voltei pra São Pedro, herança do meu pai."

[69] Acima de 65 anos.
[70] Para a classificação como morador recente foi utilizado como marco divisor temporal o tombamento estadual de 1987. Como um dos objetivos da pesquisa era medir o impacto que o tombamento estadual causou no sítio e na vida dos moradores, optou-se por classificar como "morador antigo" aqueles que residiram antes de 1987 e como "morador recente" aqueles que estabeleceram residência em São Pedro nos últimos trinta anos.

"Nasci aqui, sai para cursar o ensino médio em Mimoso e em Cachoeiro. Desde 2014 moro em Cachoeiro e em São Pedro, um pouco em cada. Voltei para São Pedro porque a ideia era investir no turismo. Moro na fazenda que era de meus pais desde 1975 e comprei um terreno para construir uma pousada boa mas ainda não me encorajei, ainda não estou certo, será que aqui tem aptidão? Não senti decolar e não sabia qual seria a reação da comunidade com a minha pousada."



Gráfico 2 – Fluxo de moradores antigos em São Pedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2016).

Entre os 36 entrevistados, 33% são moradores recentes. Os motivos pela escolha de São Pedro do Itabapoana como local de moradia são os mais variados. Dentre as motivações que surgiram nas entrevistas estão a busca por um local tranquilo para morar, por motivo de encantamento com o lugar e para resgatar laços familiares e em busca de alternativa de trabalho à lavoura.

"Escolhi São Pedro porque me encantei e pela tranquilidade. Eu já estava procurando um lugar para me mudar do Rio. Vim a São Pedro pela primeira vez para o evento Casa Aberta, senti uma energia aqui, uma coisa incrível. Encontrei a paz que eu estava precisando." Este mesmo morador, que já trabalhava com alimentação no seu local de origem (Rio de Janeiro), diz que percebeu uma deficiência neste ramo em São Pedro e por isso abriu seu restaurante. Estas foram outras respostas relacionadas à qualidade de vida do local:

"Moro aqui há 21, 22 anos. Vim do Rio de Janeiro pra cá para fugir das dificuldades e da violência de cidade grande. Eu já conhecia aqui, morei aqui perto quando mais novo, costumava vir à São Pedro."

"Moro aqui há 20 anos, porque aqui é ótimo de morar, não tem briga, nem roubo."

Já estas exprimem o seu encantamento e o resgate de laços afetivos:

"Moro em Mimoso mas construí esta casa há 3, 4 anos. Eu vinha a trabalho para São Pedro e me apaixonei."

"Moro desde 2001. Comecei a vir porque gosto de antiguidade, também descobri que minha mãe nasceu em 1926 em Mimoso mas foi registrada em São Pedro."

"Nasci na fazenda Santa Helena, fui pra Vitória onde trabalhei de babá. Casei e fui para Mimoso, depois voltei para São Pedro em 2008-9 para cuidar da minha mãe."

"Nasci em Bom Jesus/RJ, junto a família paterna, mas minha família materna é daqui, hoje Apiacá. Sempre vim a São Pedro por conta da família. Começamos a alugar casa todo ano durante o Festival. Em 2003-4 compramos essa casa."

Estes moradores justificaram a escolha por São Pedro por motivos de trabalho e da música:

"Vim porque a lavoura foi acabando. Pegamos este bar para ver se as coisas melhoravam e pra mudar um pouco de trabalho."

"Vim com 34 anos morar aqui para acompanhar os pais que vieram trabalhar na lavoura."

"Moro aqui há 15 anos. Vim pra cá para ficar mais perto do trabalho e para estudar sanfona."

Esta análise nos traz a informação de que está havendo uma renovação e que São Pedro tem recebido moradores novos pelos mais diversos motivos. Esta é uma notícia positiva que renova as esperanças de continuidade e perpetuação daquele patrimônio cultural. Mesmo com as dificuldades lá detectadas, de acesso ao local, problemas de comunicação como sinais fracos de telecomunicação e a distância dos grandes centros urbanos dotados de maior infraestrutura, São Pedro não só mantém moradores antigos, que demonstraram não ter interesse em se mudar, como tem atraído novos moradores.

Outro aspecto detectado foi a dupla residência. Nove dos 36 moradores mantém residência em outro local e costumam dividir seu tempo entre as duas residências. Alguns destes moradores revelaram que estão em processo de adaptação à realidade de São Pedro, mas que pretendem se estabelecer por completo no local. Outros permanecem residindo em outra cidade por questões de trabalho e tem a casa de São Pedro como sua casa de campo.

O Gráfico 3 traz como informação a ocupação dos moradores entrevistados, em que sobressai o número de aposentados. Cinco dos moradores entrevistados são proprietários de pousada, restaurante, ou alugam quartos pelo sistema "Cama e Café" e outros três são donos de bares e mercearias. Se somarmos os trabalhadores rurais e os produtores rurais

entrevistados temos o número de seis, o que levaria o setor rural a segunda colocação do gráfico, aproximando-se da hipótese levantada acerca da predominância do trabalho no campo. O trabalho no campo não chega a predominar, porém alcança de fato um número significativo.

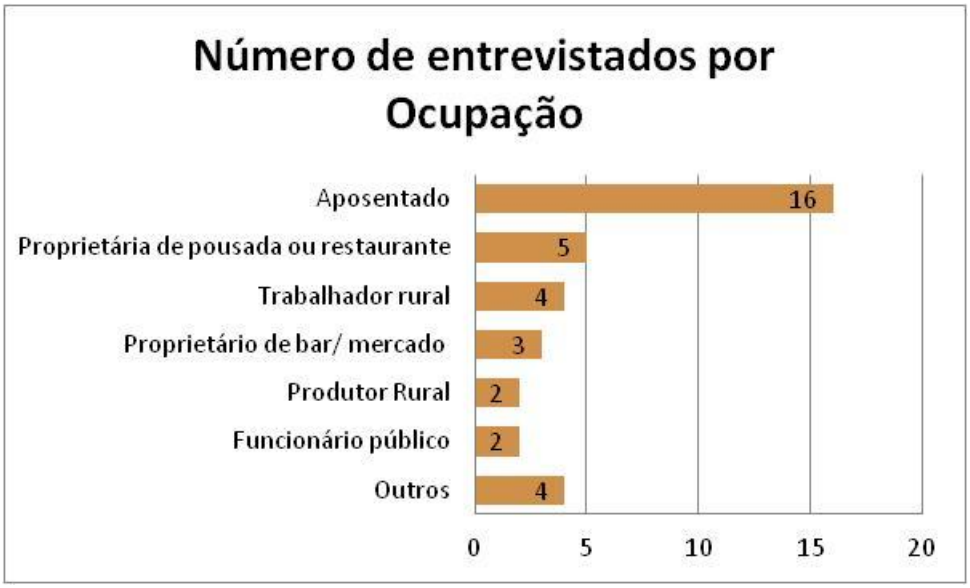


Gráfico 3 – Ocupação dos entrevistados.
Fonte: a autora (2016).

Este vínculo com o setor rural também foi evidenciado à medida que se observou outras formas de vínculo com o campo além do trabalho. Ao longo das entrevistas e depois de lido o material produzido, foi possível notar a frequente ocorrência da palavra "fazenda" na fala dos moradores. A partir de um método simples de contagem, foi possível verificar que dos 36 moradores, 24 utilizaram a palavra ao longo da entrevista. Se somarmos ainda às palavras "roça", "lavoura" e "lavrador" este número sobe para 28. Este dado permite estimar que 77,77% dos moradores entrevistados possuem algum tipo de vínculo com o setor rural, independente da idade.

A "fazenda" na maior parte das vezes esteve vinculada ao local de moradia ou de trabalho, atual ou de um momento passado. No caso de alguns moradores foi o local onde nasceu ou também onde estudou. A partir dos relatos é possível construir uma rede de fluxos entre São Pedro e as fazendas da região. Segue abaixo alguns trechos das entrevistas que ilustram esse assunto.

"Nasci no Distrito de Mimoso, morei na Fazenda Estrela. Vinha para São Pedro para as festas, comércio, batizado. Mudei para São Pedro e depois Rio de Janeiro para acompanhar os pais. Volto sempre para São Pedro por causa dos filhos e porque gosto daqui." Morador de 94 anos.

"Sempre trabalhei na roça, desde os 7 anos. Trabalhei na Fazenda Pedra Riscada até os 18 anos e depois na Fazenda Fazendinha." Morador de 80 anos.

"Eu trabalhava na roça, na fazenda. Depois de estudar comecei a trabalhar com tecnologia." Morador de 44 anos.

"Moro aqui desde 1990, desde os 31 anos. Vim porque casei com um são pedrense. Nasci na Fazenda Santa Helena – Distrito de Dona América. Vinha para São Pedro fazer compras. Fiz o ensino fundamental na Fazenda, em 1979 fui para Mimoso cursar o ginásio, básico e o Normal para ser professora." Morador de 57 anos.

"Nasci em São Pedro, casei com 16 anos e me mudei pra Fazenda Maravilha. Trabalhava como costureira. Voltei para São Pedro 4 anos depois, moro nesta casa a 40 anos." Morador de 61 anos.

"Nasci na Fazenda Primavera e morei lá até os 6 anos. Rodei pelas fazendas em volta tirando leite, amansando cavalo, boi. Comprei essa casa em 1990 quando casei." Morador de 58 anos.

"Nasci em Santo Eduardo/RJ, vim com 6 anos para a Fazenda Rio Doce, depois Fazenda Boa Esperança, Fazenda Pouso Alto. Meu pai trabalhava na lavoura e com serralheria. Também era envolvido na política. Vim morar em São Pedro quando casei." Morador de 93 anos.

Destaca-se também o grande número de entrevistados aposentados (56% do total). É importante salientar que desse valor, 37% continuam trabalhando, como forma de ocupar o tempo e também para complementar a renda. Dos seis aposentados que complementam a renda, cinco o fazem através do turismo. Um morador aposentado não foi incluído na contagem por não desempenhar mais a atividade mas revelou em entrevista: *"Aluguei quartos da minha casa, pelo sistema de Cama e Café, mas por pouco tempo, cerca de 4 anos, agora parei."*.

A importante presença do turismo ficou evidenciada nas entrevistas, não só como uma ocupação e complementação de renda aos aposentados, mas também como uma alternativa de trabalho que não a lavoura. É o novo setor da economia que surgiu mais recentemente em São Pedro do Itabapoana. Segue abaixo trecho de entrevista com morador proprietário de pousada:

"Voltei pela família, queria curtir os últimos anos de vida da minha avó e dos meus pais. Como ia me aposentar e herdar a fazenda de meu pai, resolvi aprender com ele a mexer com a terra. Estudei produção de flores. Para complementar a renda da aposentadoria, procurei uma alternativa que não desse muito trabalho e me desse prazer, então montei a

pousada aqui em São Pedro, funciona a 4 anos. Montei aqui porque o clima é bom, é uma cidade histórica e eu via um potencial enorme aqui."

A pesquisa aponta que o turismo vem se tornando uma alternativa econômica para os moradores de São Pedro. Treze dos moradores entrevistados (34% dos entrevistados) desenvolvem atividades vinculadas ao turismo, na forma de restaurante, pousada, aluguel de quarto no sistema Cama & Café, loja de artesanato, sazonalmente através da gastronomia, alugando sala para uso comercial ou toda a casa durante os eventos culturais. A maior parte desses moradores afirmou desenvolver a atividade recentemente (92%) e que o turismo não é sua fonte exclusiva de renda (77%).

A justificativa pela opção do turismo apenas como complementação de renda, em geral, foi a sazonalidade com que São Pedro do Itabapoana recebe visitantes. Os períodos de visita normalmente estão vinculados aos eventos culturais que a própria comunidade organiza, conforme apresentado anteriormente.

Para investigar a relação dos moradores com São Pedro do Itabapoana e seus bens culturais, eles foram questionados sobre a importância de São Pedro do Itabapoana para eles e para a comunidade. As respostas demonstraram que os moradores têm um vínculo afetivo muito forte com São Pedro do Itabapoana, muito ligado à memória coletiva. Existe muito amor, respeito e orgulho por ser pertencente àquela terra. O Gráfico 4 procurou organizar de forma resumida as respostas[71] concedidas nas entrevistas.



Gráfico 4 – Respostas à pergunta sobre a importância de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2016).

[71] As respostas foram agrupadas em nove categorias por critério de semelhança de sentido.

O maior número de ocorrência registrado foi com relação à qualidade de vida do local. Os moradores remeteram a importância de São Pedro às características diferenciais do lugar, vinculadas à beleza, à tranquilidade e à segurança, ao clima pacato de interior, ao ar puro e às boas energias do lugar. Algumas expressões chamaram atenção: *"Isso aqui é um dengo!", "O aconchego daqui é especial, muita gente vem por isso. Isso aqui é um pedacinho do céu.".*

Em seguida, com dezoito aparições estão as respostas relacionadas às raízes e aos vínculos afetivos relacionados à origem e à família. São Pedro do Itabapoana é importante para eles porque foi o lugar onde nasceram, porque é a sua história e da sua família, é o lugar onde cresceram e criaram seus filhos, é a sua casa, um lugar do qual não pretendem sair:

"São Pedro é o ponto de encontro de toda a família e dos amigos antigos. É um valor histórico, sentimental, familiar. São Pedro tem muito disso."

"Tudo aqui me conquistou, o clima, as pessoas, é pacato. É o lugar onde eu moro, é o meu cantinho. Iniciei a carreira de professora aqui, fundei junto a escola. A comunidade é muito boa".

O enraizamento forte é expresso na fala deste morador: *"Gosto muito daqui, quero ser enterrado aqui."*

Em terceiro lugar estão as respostas relacionadas às pessoas que habitam São Pedro do Itabapoana como sendo o que o lugar tem de mais especial. Respostas como "*pessoas maravilhosas", "calor humano", "hospitalidade", "todo mundo se conhece", "todo mundo é amigo", "povo simples"* e a "*união das pessoas*" foram agrupadas nesta categoria. Esta categoria trouxe em destaque a união e a hospitalidade da comunidade.

Treze respostas foram pautadas na importância histórica de São Pedro do Itabapoana, sua relevância para o estado e sua ancianidade. Respostas como: *"A parte mais histórica e desenvolvida antigamente era aqui no sul do estado"*, "*Foi uma cidade muito importante mas não conheci*", "*Não se pode falar da história do sul do Espírito Santo sem falar de São Pedro*", trouxeram esta perspectiva, fazendo menção ao período auge de São Pedro do Itabapoana, enquanto município de destaque na região do café. Um dos moradores se referiu a São Pedro do Itabapoana como *"a pérola do estado".*

O casario antigo, o calçamento em pé-de-moleque, o fato de terem sido preservadas as características físicas dos tempos mais remotos de São Pedro do Itabapoana também apareceu nas respostas, com sete ocorrências. Dentre as respostas estão: "*É pitoresca, diferente dos outros lugares, não se descaracterizou. É muito conservada", "Tem o diferencial daqui que é o clima, as pessoas, a paz, a simplicidade do povo, o calçamento em pé-de-moleque e o casario".*

Com o mesmo número de ocorrências apareceram as categorias patrimônio cultural e o fato de ser "patrimônio histórico". O patrimônio cultural foi expressado através da música, das festas, da sanfona e da viola: *"tem o Festival de Sanfona e Viola, é a melhor festa que tem", "a energia da música, da sanfona é um grande atrativo".* Dentre as ocorrências vinculadas ao fato de ser patrimônio histórico estão: "*O casario é a coisa mais linda. Tem muita coisa importante e bonita. É tombada pelo patrimônio. Tem o calçamento feito pelos escravos que é lindo", "São Pedro tem o grande diferencial porque é sítio histórico", "É um distrito que já foi cidade, tem tudo para ser melhor que os outros pois é patrimônio histórico".*

Uma resposta inusitada chamou atenção e teve três ocorrências. Relacionar a importância de São Pedro a tudo. *"Pra mim é tudo. Criei raiz, gosto de todo mundo. Tem valor afetivo", "É tudo. Aqui criei os filhos. É especial pela tranquilidade, é aconchegante, as pessoas recebem bem, tem o clima. Foi uma cidade muito importante mas não conheci", "Pra mim é tudo. Eu vivo aqui, tudo que eu tenho está aqui. Esse é meu mundo. É o melhor lugar do mundo, onde me sinto em casa, tenho ar puro. Tenho orgulho de ser daqui".* A paisagem também apareceu em duas respostas.

Para analisar a questão acerca das interferências do tombamento estadual no sítio e na vida dos moradores, atentou-se para algumas situações. Foram identificados doze moradores recentes, que conforme critério explicado anteriormente, estabeleceram residência em São Pedro depois de 1987 (ano do tombamento estadual). Porém, a maior parte destes moradores não se omitiu em responder a questão. Isto porque, analisando outras respostas do questionário foi possível verificar que apenas quatro destes doze moradores não frequentavam São Pedro antes de residir no local e antes do próprio tombamento. Ainda que tenham se mudado para lá após 1987, como tiveram alguma vivência em São Pedro, suas respostas foram consideradas na análise.

"Não conhecia antes do tombamento, mas antes ninguém conhecia São Pedro". Esta foi uma resposta interessante de uma moradora recente e que não frequentava São Pedro antes do tombamento, ao ser questionada sobre as transformações com o tombamento. Expressa a importância do tombamento estadual na divulgação e promoção do local.

Não foi descartado nenhum morador devido à idade. Os moradores entrevistados mais jovens nasceram na década de 70. Eles tinham, no ano do tombamento estadual portanto, entre 13 e 18 anos. Ainda porque, as transformações ocorridas no sítio, conforme os relatos, aconteceram de forma gradual.

Foi unânime nas entrevistas que São Pedro do Itabapoana sofreu grandes transformações nas últimas décadas. A maior parte dos comentários foi de cunho positivo. Grande parte dos entrevistados associa estas transformações ao tombamento, mas um número considerável deles associa à criação do Festival de Sanfona e Viola:

"Depois do festival melhorou. O pessoal ganha dinheiro, arruma as casas, cuida."

"Mudança mesmo foi depois que criaram o Festival, teve dinheiro para as casas, São Pedro foi mais reconhecido, pudemos ver de perto os artistas. As casas valorizaram, todo mundo quer alugar casa aqui."

"Quando tombou, as casas já estavam caídas. O festival que fez a diferença. O povo hoje está mais conscientizado de cuidar e de não derrubar as casas, antes não tinham cultura nem incentivo."

Outros moradores também oscilam entre o Festival e o tombamento estadual:

"Se tivesse tombado mas não tivesse o Festival e as outras festas não ia adiantar. Com o festival que entra verba para o conserto das casas. Tem que ter lei, mas não pode ter grandes empecilhos para as pessoas que não entendem, tem que ser mais maleável. Mas se não tivesse tombado seria um pandemônio, estaria descaracterizado."

"O tombamento foi um marco inicial, mas por si só não garantiu nada. O que fez a diferença foi a criação das festividades e o amadurecimento dos moradores. Tiveram algumas tentativas durante anos com treinamento, com capacitação mas as pessoas são resistentes porque: são pessoas simples, não são empreendedoras. Existe uma dificuldade de as pessoas acreditarem que isso aqui podia acontecer, e está acontecendo. Hoje temos mais pousadas e restaurantes, melhores também. Como ponto negativo: existem disputas políticas pelo festival de sanfona, um quer aparecer mais que o outro e trazer artistas que atraem um volume de gente que aqui não comporta."

"Primeiro começou com o Bingo do Beto, e segundo meu cunhado, o bingo incentivou a criação do Festival, do Casa Aberta... É uma renda extra para os moradores que alugam as casas. Nesse sentido o tombamento ajudou a divulgar São Pedro, vieram os eventos e o asfalto. De negativo é a burocracia que as vezes impede de mexer."

As entrevistas revelaram que as transformações ocorreram a passos lentos e muito recentemente, confirmando informações contidas na bibliografia trazida anteriormente. Acusaram a ausência do órgão responsável pelo tombamento por muitos anos e alegaram que neste período muitas casas tombadas ruíram ou foram demolidas. Segundo um dos moradores, a Secult passou a estar mais presente no Sítio Histórico a partir dos anos 2000, também com novas regras de intervenção nos imóveis tombados. *"Na verdade depois de tombado ficou*

morto, em 1999, 2000 que voltou. Antes podia mexer dentro, agora não pode mais". Segundo outro morador, a Secult esteve mais presente a partir de 2010. 2010 é justamente o ano em que o tombamento foi regulamentado, através da Resolução nº 02/2010-CEC.

"Depois do tombamento teve um esquecimento, nesse período se perdeu muita casa. A legalidade mesmo começou em 2010, com um documento formalizando a necessidade de projeto e autorização da Secult.".

Este outro morador descreve como aconteceu o processo de transição e traz um elemento novo, a realização de "*palestras sobre patrimônio histórico e tombamento*" após o tombamento: *"Para a gente aconteceu devagar essa transformação. Acompanhamos essa transição. O tombamento trouxe orientação, palestras sobre patrimônio histórico e tombamento, surgiu a escola de música. Foi despertando na gente a importância de preservar, respeitar, partilhar o patrimônio. As atividades, festas, também foram consequência. O tombamento botou São Pedro no mapa."*

Segue abaixo um balanço geral dos pontos positivos e negativos levantados, sobre as transformações do sítio após o tombamento estadual.

Pontos Positivos	Ponto Negativos
Impediu que continuassem a demolir as casas.	Não pode ser feito nada do gosto do dono da casa. Muitos empecilhos.
Preservação do calçamento em pé-de-moleque e das casas.	Tem que fazer do jeito da Secult e não há recurso para isso.
Os moradores começaram a cuidar do casario antigo.	A forma como a Secult exige é muito custosa para os moradores.
Valorizou as terras.	Falta de preservação dos imóveis públicos do Sítio.
Divulgação. Trouxe mais movimento, atraiu visitantes. Chamou mais atenção do estado.	Falta de verba pública para o conserto das casas.
Trouxe mais desenvolvimento (médicos, pousadas, restaurantes, telefone, calçamento nas ruas, estrada asfaltada de Mimoso para São Pedro, limpeza do Sítio).	Nada ter sido feito pelo saneamento básico.
IPTU não precisa mais ser pago	Incômodos e dúvidas com relação ao direito de propriedade sobre o imóvel.
Oportunidades de trabalho como a venda de artesanato e o aluguel de quartos pelo sistema "Cama e Café".	Relação conflituosa entre os técnicos da Secult e os moradores.
A criação do Festival (e demais festividades) e todas as oportunidades que ele gera.	Forma impositiva e por vezes desrespeitosa de alguns técnicos no trato com os moradores.
Levantou a autoestima dos moradores.	Interferências da Secult na vida do Sítio.
Prestígio e valorização. Colocou São Pedro no mapa.	Rigorosidade e falta de flexibilidade nas normas.
Autoestima dos moradores.	Regras diferentes para pessoas diferentes.
Novas fontes de renda para o morador conservar sua casa.	Dificuldades em fazer pequenas reformas na casa. Burocracia.

Despertou nos moradores a importância de preservar, respeitar, partilhar o patrimônio.	
Preservação da memória de São Pedro para as próximas gerações.	
Destinação de verba pública para o conserto de algumas casas.	

Tabela 5 – Pontos positivos e negativos do tombamento estadual.
Fonte: a autora (2016).

Analisando a tabela, produzida com base nas entrevistas, é possível concluir que de fato o tombamento estadual foi muito benéfico para São Pedro do Itabapoana. O tombamento chamou a atenção das autoridades públicas, trouxe uma série de infraestruturas urbanas até então deficientes no local, e divulgou o Sítio Histórico, de forma a trazer visitantes e possibilitar novas oportunidades de trabalho e recursos. A partir do tombamento estadual surgiu o Festival de Sanfona e Viola e outros eventos culturais que atraem antigos moradores, turistas e movimentam a economia local. A preservação do casario antigo requer grande investimento, e a maior parte dos moradores até então não tinha condições de arcar. As festividades tem sido uma alternativa para que os moradores obtenham recursos para investir na preservação e conservação do casario, mas continua sendo uma grande preocupação para os proprietários.

"Antes estava abandonada, foi reativada depois do tombamento. Não tínhamos asfalto, telefone e internet. O Festival ajudou a levantar São Pedro, gera ganho para as pousadas, camping, estacionamentos e restaurantes. Não teve nenhuma mudança negativa."

"Mudança muito boa. Se não fosse tombado essas casas não teriam esse sucesso, agora as pessoas alugam, tem dinheiro para cuidar das casas. Estava se acabando o tombamento deu vida. Hoje é uma referência."

O tombamento estadual também mexeu com a autoestima da comunidade. Hoje eles se sentem valorizados e mais motivados em cuidar do seu patrimônio: "*As mudanças foram ótimas. O povo ficou mais animado, muitas pessoas vieram ajudar, impediram que continuassem a demolir as casas, os moradores começaram a cuidar das casas*", *"Estão cuidando mais dos casarios antigos, se não ia acabar caindo tudo e aí acaba São Pedro".*

"Foi maravilhoso. Agora tudo é limpinho, as pessoas não jogam lixo, teve também a valorização do casario. O tombamento veio para ressuscitar São Pedro. Depois do tombamento e do festival as pessoas se conscientizaram a cuidar do distrito, não deixam mais cair. Talvez se não fosse tombado, São Pedro não existiria mais."

Alguns moradores também ressaltaram que depois do Sítio tombado, algumas casas puderam ser recuperadas com dinheiro público. Estes moradores se referem ao Edital promovido pela Secult.

Analisando os pontos negativos trazidos é possível verificar que existe uma relação conflituosa entre os moradores e a normativa de tombamento. Os moradores questionam as limitações impostas pelo tombamento, o alto custo para que as intervenções sejam feitas conforme a norma e a limitação da propriedade privada sobre o imóvel. Os moradores confundem a necessidade de obter autorização para realizar modificações nas suas residências com não poder fazê-las.

"De negativo é que a gente não manda mais nas coisas da gente, é uma tristeza. Não pode fazer nada do nosso gosto."

"De negativo é que não pode fazer mais nada, e para fazer do jeito que eles querem é sempre mais caro."

"Não gostei porque tudo que a gente vai fazer não pode. Tem que fazer do jeito deles e eles não dão dinheiro pra isso."

Este último morador também questionou a falta de verba pública para a preservação das casas tombadas.

Houve lamentações acerca da burocracia, das dificuldades para realizar pequenas reformas e da falta de flexibilidade da norma, ao mesmo tempo em que questionaram que a mesma regra não é válida para todos. Existiram também protestos sérios quanto ao modo como alguns técnicos da Secult estiveram tratando alguns moradores, de forma impositiva e por vezes desrespeitosa.

"Foi bom porque mantém as casas antigas e as pedras da rua, se não os netos e os filhos da gente não vão vê. Porém eles não conversam com educação com a gente, chegam impondo e dando esporro, alguma pessoa não tem educação."

"Quando a pessoa não tem condição de fazer como eles querem, tem que fazer como dá. Tem que tratar o povo com mais respeito."

A falta de sistema de tratamento de esgoto também foi um aspecto levantado por diversos moradores. Primeiro porque consideram incabível um sítio que é tombado ter esse tipo de deficiência, e segundo pela preocupação com a poluição do Rio São Pedro que passa pelo sítio histórico. Além de o rio ter sido levantado sob o aspecto do lazer durante infância dos moradores, foi ressaltada a antiga condição enquanto fonte de água potável.

A partir da pergunta sobre o tombamento foi possível constatar a enorme importância do Festival de Sanfona e Viola para o Sítio Histórico, observada também enquanto o próprio

Festival era vivenciado durante a segunda visita à São Pedro. Dezessete moradores, quando questionados sobre o tombamento estadual, fizeram menção ao Festival. O Festival também foi mencionado durante outras questões. Segue abaixo outros relatos de moradores abordando o tema:

"Gosto de morar aqui, povo sossegado, tem o Festival de Sanfona e Viola, é a melhor festa que tem."

"O Festival melhora muito São Pedro, o povo aluga as casas."

"O Festival veio incentivar um uso pra cá. Mas um evento só não sustenta. Além do Festival, festas como o "Casa Aberta" não existiam antes do tombamento, representam a mudança. As pessoas daqui começam a acreditar."

"Depois do tombamento não pagamos mais IPTU, vários moradores têm o "Cama e Café" e está aumentando, vendem artesanato. Pra quem trabalha é muito bom. São Pedro está melhorando muito. O Festival garante um dinheiro todo ano."

"O Festival gera dinheiro, o povo espera o ano todo para alugar e ganhar seu dinheiro."

"Com o Festival São Pedro ficou mais conhecido turisticamente."



Gráfico 5 – Opinião sobre o tombamento federal.
Fonte: a autora (2016).

O Gráfico 5 expressa a resposta imediata dos entrevistados quando questionados se eram favoráveis ao tombamento federal de São Pedro e por quê. A partir dos dados é possível verificar que apenas quinze moradores, 41,66% do total entrevistado, respondeu de forma afirmativa, prontamente e sem aparentar dúvida. Treze dos moradores, apesar da resposta afirmativa, hesitaram em responder e demonstraram dúvida.

As respostas do grupo de moradores representado pela categoria “Sim” do gráfico, foram organizadas nas planilhas abaixo, agrupadas conforme temáticas próximas e por número de ocorrência, para que se tenha uma visão geral das expectativas quanto à patrimonialização federal.

Visibilidade	**Recurso para manter as casas em função da vinda de turistas e da movimentação do comércio local**
	Atrair investidores privados, patrocinadores
Novas oportunidades de negócio	Atrair mais e novos visitantes
Crescimento disciplinado	Movimentação do comércio local

O estado ajuda pouco. É mais um órgão ajudando	**Órgão de maior amplitude e visibilidade**
Proximidade com o Ministério do Turismo e por isso verbas mais viáveis	Órgão superior, mais forte
Maior capacidade	Melhor administração
Governo federal tem mais condições financeiras	O estado tem muita dificuldade de angariar recurso para o festival

Tabela 6 - Expectativas de maior ocorrência nas entrevistas.
Fonte: a autora (2016).

Sim, pois precisa ser mantido da maneira que está e com melhorias para o local	**Nosso lugar seria conhecido no mundo todo**
Sítio histórico mais reconhecido	São Pedro receberia mais atenção, tem muita coisa pra ser vista
Essa ramificação é muito positiva. Aqui já se tem um gostinho de como é ser patrimônio histórico	É meu sonho!

Investimento em saneamento básico, iluminação, áreas de lazer.	**Atrair recursos públicos**
Melhoria nas estradas de acesso ao sítio	Recuperação do casario

Tabela 7 - Expectativas de menor ocorrência nas entrevistas.
Fonte: a autora (2016).

As expectativas reveladas em maior número referem-se a dois aspectos principais. Existe uma grande expectativa em cima de uma maior visibilidade do Sítio Histórico, a partir do tombamento federal. Esta visibilidade foi muito atrelada a potencialização da atividade turística e a movimentação da economia local. Acredita-se que poderia gerar novas oportunidades de trabalho e recursos pessoais para a manutenção do casario. O outro aspecto bastante levantado foi sobre a esperança depositada no Iphan, por se tratar de uma instância pública superior à estadual, com maior capacidade, de maior visibilidade, podendo melhor

viabilizar recursos se comparado à instância estadual. Também apontaram que a soma do órgão estadual com o federal deveria fortalecer a preservação do sítio e o desenvolvimento local.

"Sou muito a favor. É meu sonho e de muita gente aqui. Porque a visibilidade é outra, o acesso a outros patrocínios é outro. A gente não quer mais depender do poder público. Se a gente tem mais visibilidade terão mais empresas privadas interessadas em investir. Com o tombamento federal a gente cresce disciplinadamente."

"Sim, porque melhora pra gente, para o comércio. Vem mais turistas como Ouro Preto, Tiradentes, essas cidades estão muito melhores. O que vier para trazer mais recurso para manter as casas é ótimo."

Em seguida vêm às expectativas quanto ao reconhecimento do sítio histórico, a publicidade, a valorização e a difusão do seu patrimônio, e a melhores condições para a sua preservação. Estas expectativas mexem com a autoestima dos moradores, muito vinculada também ao recebimento de visitantes interessados na sua história, cultura e hospitalidade. O último quadro faz referência à possibilidade de o tombamento federal despertar a atenção dos governantes locais e atrair investimentos públicos para a melhora na infraestrutura urbana de São Pedro do Itabapoana, bem como para a conservação dos imóveis tombados. Dentre as melhorias elencadas estão: investimentos no saneamento básico, na iluminação pública, em locais de lazer e melhorias nos acessos ao sítio.

Este morador em sua resposta evidencia as potencialidades do turismo em São Pedro do Itabapoanae região: "*Sim, pois precisa ser mantido da maneira que está e com melhorias para o local. Melhorar as fazendas, trazer mais turistas pra região, aqui se vive do turismo. Isso atrai o turismo. Aqui os turistas ainda procuram muito pouco, não tem uma estrada decente para as pessoas virem, isso atrapalha muito. A estrada que liga São Pedro a Apiacá e a Bom Jesus do Norte é um terror, são só 9 km, quando chove impossibilita a vinda de uma região enorme pra cá. Aqui a pessoa não tem poder aquisitivo, vivem do turismo*."

Já este outro morador alerta sobre a importância do diálogo com os moradores e sugere alternativas para a falta de recurso para manter o casario: *"Sim. Primeiro tem que haver esclarecimento para a comunidade: o que é preservação? Pra que? Trata-se de pessoas carentes, cada uma com seus lamentos, tem que conversar. Os moradores de São Pedro não conseguem manter a preservação do sítio. A promoção do sítio e de eventos sociais é importante. Ninguém vai melhorar sua casa se não tiver retorno."*

O grande grupo que hesitou na resposta afirmativa (36,11% do total de entrevistados), categorizados como "Acho que sim", revelaram a falta de conhecimento acerca do Iphan e

sobre o que de fato representa o tombamento federal. Segue abaixo algumas das respostas que ilustram esta situação:

"Sim, mas tenho que ter mais conhecimento. Se for para melhorar São Pedro que venha."

"Não sei, teria mais coisa em jogo. Não sei te responder. Acho que seria positivo, mas acho que as pessoas teriam mais dificuldade em aceitar."

"Não sei se seria bom, porque iam dominar muito. Se for para melhorar São Pedro com dignidade eu vou apoiar. Mas precisa de muita coisa para receber os visitantes, aqui não tem estrutura. Pra ser patrimônio histórico tem que olhar com carinho, tem que cuidar, tem que ter tratamento de esgoto..."

Estes outros moradores, incluídos na mesma categoria mencionada anteriormente, expressam expectativas quanto a novas oportunidades relacionadas ao maior número de visitantes, e ao recebimento de recursos: *"Acho que sim né? É mais uma oportunidade pra gente. Eu aposto em São Pedro, será movimentado.", "Sim, acho que pode ter mais recurso. São Pedro receberia mais atenção, tem muita coisa pra ser vista e muito casario pra ser recuperado."*

Em "Não soube opinar" foram incluídas as pessoas que julgaram não poder responder, por falta de conhecimento sobre o órgão ou sobre o assunto. Tiveram três casos em que a pergunta não coube. Fazendo um paralelo com a idade, estes três moradores têm idade acima de 90 anos. Apenas um entre os quatro entrevistados com esta faixa etária respondeu à pergunta, mas com a ajuda da esposa de 81 anos. A título de informação a resposta do único morador que se colocou de forma não favorável ao tombamento foi a seguinte*: "O povo é muito simples, não tem recurso para manter".*

O receio que o Iphan tem quanto à expectativa de recursos financeiros para melhora da sua qualidade de vida e preservação do casario em partes se confirmou. Porém, entendeu-se a partir das entrevistas que uma grande parte dos moradores acredita que o recurso será consequência do reconhecimento e da visibilidade que o sítio deverá receber após o reconhecimento federal, tal qual aconteceu pós-tombamento estadual. Por esta perspectiva, os recursos e investimentos chegariam de forma indireta, através do turismo e do governo local. De qualquer forma ficou ainda mais evidente a importância de construir a patrimonialização de forma conjunta com os moradores, para esclarecer dúvidas, alinhar ruídos e expectativas de ambos os lados.

A partir da análise realizada, foi possível concluir que a comunidade é bastante unida e engajada nos assuntos que dizem respeito ao coletivo do sítio. As entrevistas também

destacaram a forte relação da comunidade com o campo. Trabalhando atualmente no meio rural ou não, a grande maioria dos moradores entrevistados já trabalhou em alguma fazenda da região, nasceu ou cresceu em alguma delas e, portanto as guardam na memória.

A pesquisa também identificou o turismo como uma nova oportunidade de trabalho, muito em consequência do surgimento do Festival de Sanfona e Viola e das outras festividades culturais organizadas pela comunidade, todas posteriores ao tombamento estadual. O turismo ainda é muito sazonal e por isso apareceu como uma atividade complementar de renda, mas apontado como uma alternativa importante para a captação de recursos em prol da preservação dos imóveis tombados.

A hospitalidade também é um traço marcante da comunidade. Os moradores recebem os visitantes de forma simples, calorosa e com muita satisfação. Receber visitantes, para eles é uma alegria, um reconhecimento. O vínculo afetivo e territorial com o local também é forte. Até mesmo os moradores que não nasceram em São Pedro do Itabapoana, e os que nasceram, mas não viveram o apogeu de São Pedro do Itabapoana enquanto município e depois o dia do "roubo da comarca", se identificam com a história e a integram na sua memória, com notas de saudosismo e ressentimento.

Pollak (1992) em seus estudos sobre memória e identidade social diz que a memora é constituída por personagens, lugares e momentos, vividos ou vividos "por tabela". Nesse último caso a pessoa nem sempre participou, mas no imaginário tomou tamanha dimensão que é quase impossível saber se participou ou não. Segundo ele por meio da socialização política ou histórica, ocorre um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado tão forte que é possível falar de uma memória herdada e neste caso, há uma ligação estreita entre a memória e o sentimento de identidade.

Segundo Philippe Joutard (apud POLLAK, 1992, p.201) "podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo de séculos com altíssimo grau de identificação", tal qual acontece com o dia em que São Pedro do Itabapoana perdeu a sua célebre posição de município e importante centro da economia cafeeira no sul do Espírito Santo e que até hoje afeta os moradores da comunidade.

Todo o processo de reconhecimento da sua importância histórica e cultural, e a patrimonialização estadual do Sítio Histórico mexeu com a autoestima da comunidade. Conforme foi trazido por um morador, o processo de reconhecimento "colocou São Pedro do Itabapoana no mapa" e atraiu a atenção dos governantes locais para a realização de

benfeitorias. São Pedro do Itabapoana havia ficado esquecido, sua comunidade carecia de infraestrutura básica e reconhecimento.

Conforme a análise, a maior parte da comunidade é favorável ao tombamento federal, porém a maior parte dos entrevistados também demonstrou ter pouco conhecimento sobre o assunto e sobre o próprio Iphan. As entrevistas também indicaram os conflitos entre os moradores e a normativa do tombamento estadual, apesar de reconhecerem que o tombamento trouxe mudanças muito positivas para o sítio, e por isso, também se colocam de forma favorável ao tombamento federal. Dentre os principais problemas mencionados pelos moradores quanto ao tombamento estadual foi a falta de diálogo e flexibilidade dos técnicos da Secult, o custo para realizar as obras conforme exigido na norma, o sentimento de que perderam a sua propriedade, e a burocracia necessária para realizar qualquer tipo de obra.

Em conversa com os técnicos da Secult[72], foi relatado que está havendo um esforço para reduzir a burocracia e acelerar o processo de análise de projetos[73]. A Secult afirma que de fato existe o complicador da distância entre o sítio histórico e a Prefeitura de Mimoso do Sul e a dificuldade de acesso a técnicos que trabalham com projeto. Estão também sendo estudadas formas de reduzir os trâmites internos para acelerar o processo. Quanto à postura impositiva dos técnicos, a Secult colocou que houve alguns problemas específicos, mas que nos últimos anos o órgão tem procurado estar mais presente no Sítio, quando não impedida por questões políticas ou financeiras.

Alguns moradores demonstraram nas entrevistas ter receio com o aumento da burocracia para aprovação de projetos no caso do tombamento nas duas instâncias, estadual e federal, apontando a necessidade de um trabalho conjunto entre Iphan, Secult, município e comunidade nas ações que dizem respeito à preservação e gestão dos bens culturais de São Pedro do Itabapoana.

Pode-se concluir desta pesquisa, que mais do que a demanda da comunidade pelo tombamento federal, especulada dentro do Iphan e Secult, existe um grande interesse da Superintendência do Iphan do Espírito Santo em realizar o tombamento federal do sítio histórico, para dar continuidade aos estudos realizados e para ampliar o rol de bens culturais protegidos, inaugurando também o tombamento federal de conjunto, inédito no estado do Espírito Santo.

[72] Conversa ocorrida durante o Seminário Técnico do Iphan e Secult realizado entre os dias 28 e 30 de novembro de 2016.

[73] Está sendo exigido projeto apenas para os casos de demolição, ampliação e para novas edificações. Para pequenas obras é apenas exigido relatório do técnico da Prefeitura de Mimoso do Sul.

Quanto à demanda dos moradores locais pelo reconhecimento nacional, constatou-se, a partir deste primeiro contato apresentado, que existe de fato um grupo com esta ideia bastante amadurecida e com expectativas bastante claras. O grupo é composto por líderes locais que já lutam pelo fomento, fortalecimento e disseminação da cultural local. Por outro lado, o restante da comunidade não demonstrou toda essa segurança e querer. Ainda que a demanda comunitária não tenha sido apresentada expressamente por toda a comunidade, a continuidade da pesquisa e os novos contatos com os moradores irão revelar que a demanda vem sendo construído dentro da comunidade. Mesmo sem um pedido formalizado de tombamento, é sabido que existe um desejo por um maior reconhecimento e uma maior visibilidade.

3.3 A IDENTIFICAÇÃO DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA – NAS OFICINAS

O mapa mental tem sido uma ferramenta muito utilizada por pesquisadores de diversas áreas que buscam compreender um contexto urbano ou social a partir da percepção do próprio indivíduo que o vivencia. A obra de Kevin Lynch (1997), "The image of the city", tem sido muito utilizada para embasar os estudos que utilizam mapas mentais.

Os estudos inovadores de Lynch apontaram uma série de novos indicadores que poderiam ser utilizados para diagnosticar um ambiente, dentre eles as sensações visuais de movimento, cor, forma e os demais sentidos como o olfato, a audição e o tato. Segundo Lynch, as imagens que o ser humano produz são resultantes de um processo bilateral entre o indivíduo e o ambiente. O ambiente "sugere especificidades e relações" e o indivíduo "com grande capacidade de adaptação e à luz de seus próprios objetivos - seleciona, organiza e confere significado àquilo que vê." (LYNCH, 1997, p. 7).

Segundo Kozel (2010) os mapas mentais são uma representação do mundo real visto a partir do olhar de um indivíduo, a partir do seu aporte cognitivo, sua visão de mundo e suas intencionalidades. O indivíduo quando faz uma representação ele seleciona determinados detalhes do objeto a partir de uma escala de valores. Os seres humanos atribuem significados e organizam o espaço através de signos construídos a partir da sua percepção[74] da realidade e com base na sua visão de mundo.

Em outras palavras, os mapas mentais são uma forma de comunicação, em que o indivíduo produz uma imagem a partir da sua memória, utilizando elementos diversos como

[74] Percepção é um processo seletivo de apreensão. A realidade é percebida de forma diferente por cada indivíduo (SANTOS,1996 apud MAGALHÃES FILHO E OLIVEIRA, 2012).

desenhos, escrita, formas geométricas, diagramas, que poderão expressar a estrutura física do lugar, valores sensoriais e sentimentos em relação aos lugares a partir da sua vivência.

As imagens que as pessoas constroem são repletas de recordações, significados e experiências. A partir da geografia humanista, o espaço não é mais visto como homogêneo. Segundo Tuan (1983 apud KOZEL, 2010) o espaço passa a ser interpretado como "espaço vivido" pelas experiências humanas, cada ser humano em sua individualidade. Entretanto, juntamente com a percepção que se dá a partir dos sentidos (sensibilidade biológica humana), as características culturais do grupo em que o indivíduo está inserido também influenciam na sua forma de perceber e de ter atitudes em relação ao meio.

Baseado no método de Baktin, Kozel afirma que através de signos e representações, os seres humanos materializam a realidade a partir da sua vivência social. Cada indivíduo estabelece os códigos de acordo com a sua visão de mundo. Ainda que sejam utilizadas ferramentas exclusivas de cada indivíduo para representar esses códigos, refletem um contexto sociocultural.

> "a codificação dos signos que forma a imagem não é apenas uma representação individual, mas coletiva, na medida em que compartilha valores e significados com comunidades e redes de relações, referendando um signo social." (KOZEL, 2010, p. 9)

Para compreender e identificar os elementos portadores de referência cultural no distrito de São Pedro do Itabapoana foram realizadas oficinas com seus moradores. Os mapas mentais foram utilizados como forma de linguagem para a comunidade representar os signos materiais e simbólicos que configuram sua identidade cultural e determinado espaço[75].

Segundo Archela, Gratão e Trostdorf (2004), o mapa mental é o instrumento ideal para a compreensão dos lugares, visto que através das representações é possível compreender o lugar das experiências e das vivências através dos elementos que foram eleitos e da forma como foram representados no papel.

As oficinas foram realizadas em maio de 2017, como parte da pesquisa de mestrado e de uma ação do plano de trabalho da Casa do Patrimônio de Vitória, implantada em 2016. Várias parcerias foram estabelecidas para o planejamento e a realização das oficinas que contou com a colaboração da Superintendência do Iphan no Espírito Santo, Iphan Sede Brasília, Secult, Associação de Moradores de São Pedro do Itabapoana (AMSPI), Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep) e Prefeitura de Mimoso do Sul.

[75] É importante ressaltar que o plano inicial para as oficinas era trabalhar em duas etapas. A primeira utilizaria o mapa mental como instrumento de identificação das referências culturais e a segunda a cartografia para mapear com mais precisão essas referências. Por limitações de tempo e recurso alheias a vontade da equipe o tempo de duração das oficinas foi reduzido, e dessa forma, não foi possível o trabalho com cartografia.

A oficina teve a participação de 49 moradores, cuja idade variou entre 7 e 88 anos. Os moradores participantes não se restringiram aos residentes do centro histórico. Felizmente[76] moradores das fazendas e dos novos assentamentos rurais do distrito também participaram. Teve até mesmo a participação de moradores de municípios vizinhos, como Atílio Viváqua, Muqui, distrito sede de Mimoso do Sul e Campos-RJ, que de alguma forma estabelecem vínculos[77] com o local e se sentiram convidados a participar.

Com base nas referências pesquisadas, não há uma regra de representação gráfica para os mapas mentais. Fazendo uso da liberdade do instrumento, ele foi aplicado de formas diferentes de acordo com a idade dos participantes, de forma a melhor alcançar o objetivo comum a todos, identificar as referências culturais da comunidade, sem utilizar o conceito propriamente dito e livre das categorias estabelecidas institucionalmente. Desta forma foram desenvolvidas duas atividades distintas, uma com os adultos e outra com as crianças e jovens.

Também não existe uma metodologia científica para a análise dos mapas mentais, portanto foram utilizados como base alguns trabalhos recentes[78] que fizeram uso do instrumento, para realizar a decodificação e interpretação do material produzido pelos moradores nas oficinas. Magalhães Filho e Oliveira (2012; 2013) a partir de seu estudo na cidade de Goiás, destaca a necessidade de fazer uso dos dados obtidos no discurso para a análise interpretativa dos mapas produzidos, uma vez que nem sempre a representação apresenta a intencionalidade do indivíduo.

Os 21 adultos que participaram foram divididos em 4 grupos[79], que debateram sobre quais seriam as referências culturais da comunidade. A partir de uma situação hipotética[80], cada indivíduo trouxe para o debate do grupo o que de mais importante havia em São Pedro do Itabapoana e que precisava ser preservado. Os elementos foram representados em cartões através da escrita ou de desenho. Uma vez que as imagens, fazendo uso de códigos próprios de cada indivíduo, refletem um contexto sociocultural (KOZEL, 2010), cada grupo foi solicitado a agrupar os elementos em categorias criadas e nomeadas por eles (Fig. 37).

---

[76] Como o recorte da pesquisa não se limita ao sítio histórico tombado, foram convidados moradores de todo o distrito de São Pedro do Itabapoana.

[77] Participaram moradores dos municípios de Bom Jesus do Itabapoana, Atílio Vivacqua, Mimoso do Sul, Muqui. Alguns deles têm residência também em São Pedro, outros constumam ir com frequência a São Pedro do Itabapoana por se tratar do local onde viveram seus antepassados e para visitar familiares.

[78] Archela, Gratão e Trostdorf (2004); Magalhães Filho e Oliveira (2012; 2013); Mota et al. (2015).

[79] Tanto os grupos dos adultos quanto os das crianças e jovens foram formados por sorteio, com o intuito de separar pessoas afins e mesclar percepções sobre o lugar.

80 “Suponha que você vai morar em outro estado e pode levar em sua mala o que quiser do distrito de São Pedro do Itabapoana, independente do tamanho, tudo pode caber na sua mala, desde que sejam coisas que te façam lembrar do lugar. O que você levaria? Prepare sua mala!”



Figura 37 - Fotos da atividade com os adultos. Em sentido horário: apresentação dos elementos escolhidos individualmente; Grupo organizando as categorias; Idem; Painel final de um dos grupos.
Fonte: a autora (2017).

Os gráficos abaixo foram produzidos a partir dos painéis finais de cada um dos quatro grupos, para facilitar a análise comparativa entre eles. O gráfico demonstra a repetição, ou não, dos elementos elencados, representados com cores diferentes conforme a divisão de categorias do grupo. Uma infinidade de elementos foi identificada como essencial a se preservar em São Pedro do Itabapoana. Como esperado, os aspectos materiais do centro histórico, protegidos pelo tombamento estadual, foram identificados por todos os grupos. Entretanto, uma série de outros valores foi atribuída ao centro histórico, desde características ambientais até a história da antiga cidade, a musicalidade expressa na sanfona e na viola, o modo de vida da comunidade e sua hospitalidade para com os visitantes.

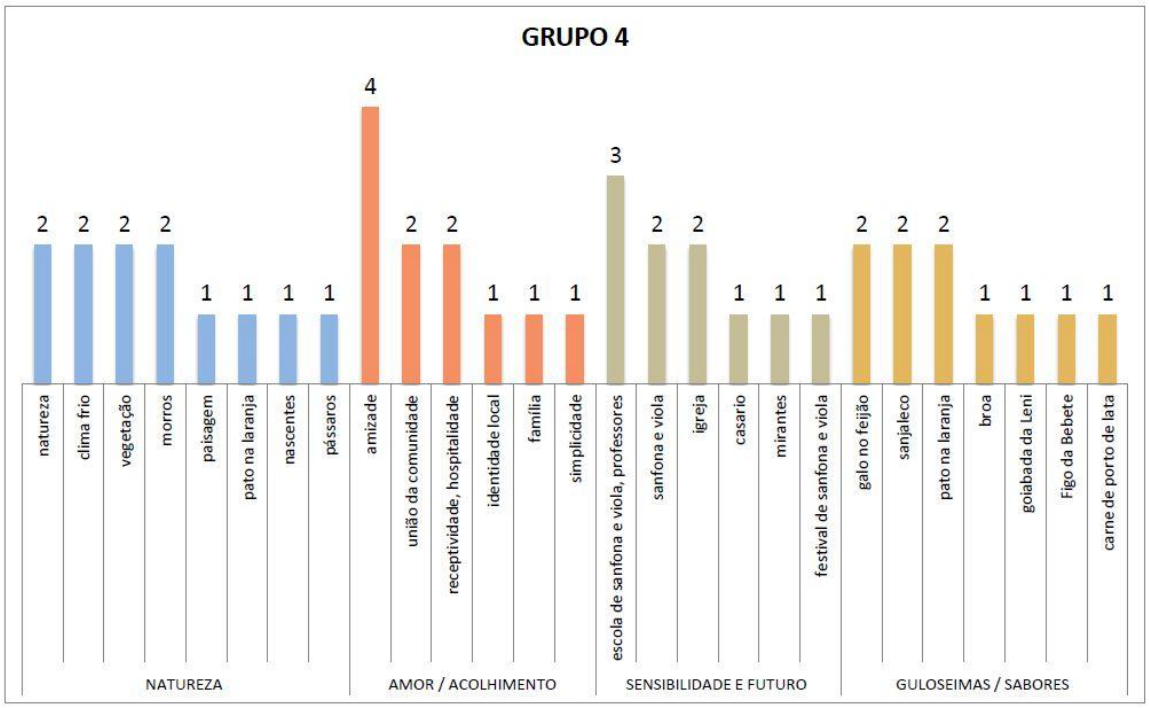


Gráfico 6 – Referências culturais do grupo 4.
Fonte: a autora (2017).

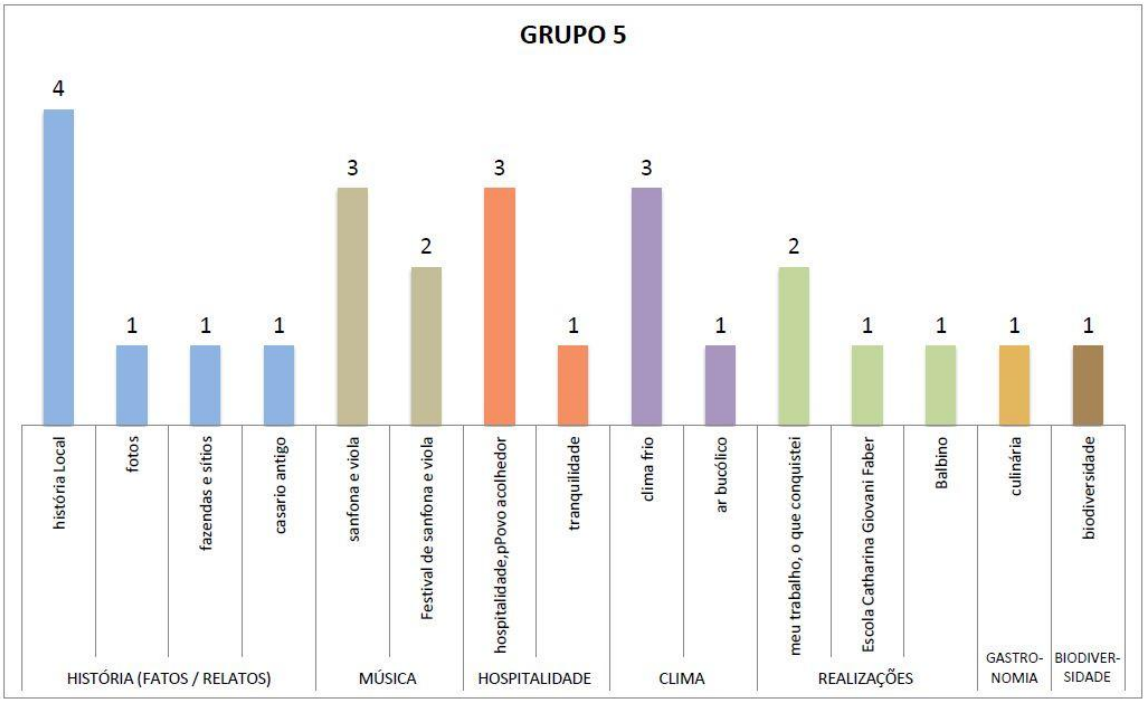


Gráfico 7 – Referências culturais do grupo 5.
Fonte: a autora (2017).

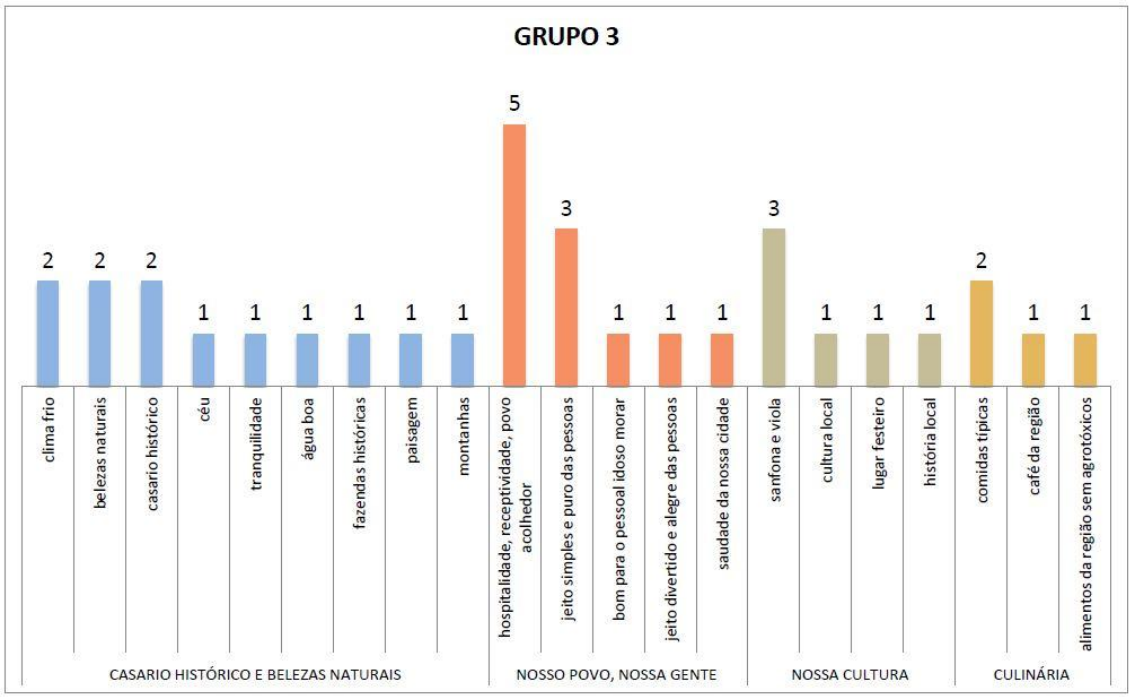


Gráfico 8 – Referências culturais do grupo 3.
Fonte: a autora (2017).

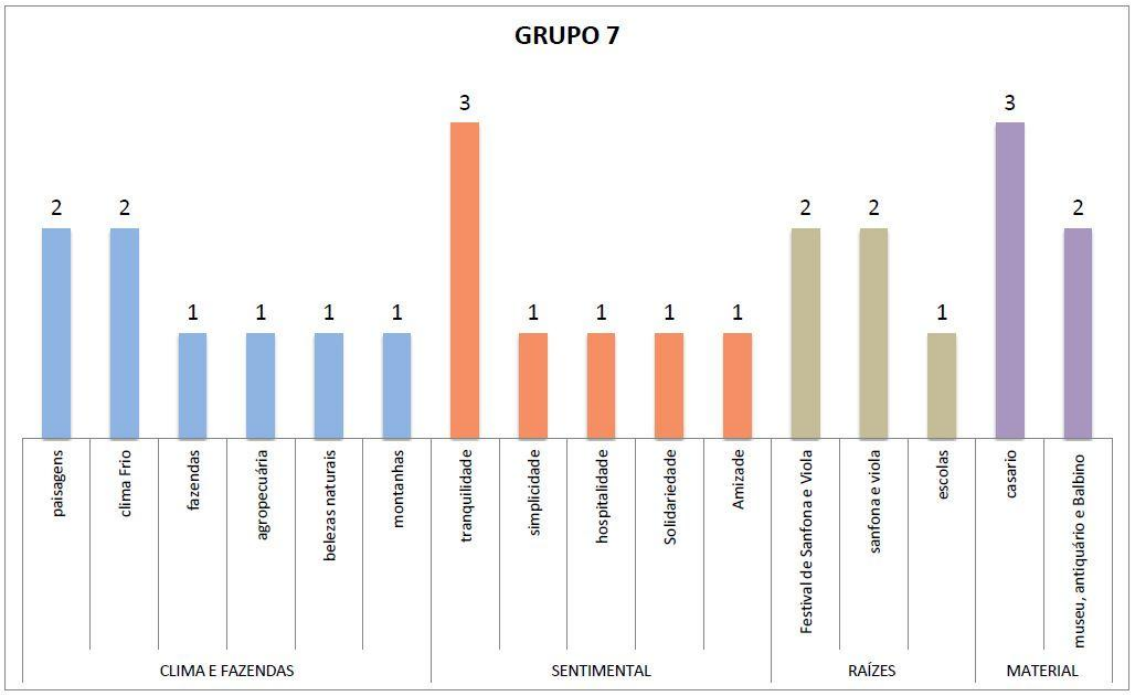


Gráfico 9 – Referências culturais do grupo 7.
Fonte: a autora (2017).

Ainda que as fazendas históricas de café não sejam tombadas, foram bens culturais também de natureza material identificados em três dos quatro grupos. A divisão de categorias permitiu observar que os valores atribuídos às fazendas foram diferentes. O Grupo 5 atribuiu o valor histórico às fazendas. No Grupo 3, as fazendas integraram a categoria “Casario antigo e belezas naturais”, levantando seus aspectos arquitetônico e paisagístico. Já o Grupo 7 criou

uma categoria nomeada “Clima e fazendas”, onde juntamente com as fazendas estão a agropecuária, o clima, as montanhas e belezas naturais, reforçando a importância da atividade rural no distrito, não só na história como na economia atual.

As belezas naturais também estiveram presentes em todos os grupos, muito relacionado às paisagens, à fauna e à flora, e como fonte de recursos hídricos e alimentícios. Outro bem cultural bastante evidenciado foi a sanfona e a viola, representado de diferentes formas e atrelado às festividades locais. Foram englobados nas categorias “Futuro”, “Música”, “Raízes”, “Cultura”, destacando o seu papel fundamental na identidade local.

No Grupo 7 a categoria “Sensibilidade e futuro” chamou atenção. A categoria abarcou tanto os bens materiais e atrativos turísticos quanto as instituições de ensino e a igreja. O “futuro” diz respeito ao projeto de futuro da comunidade, fundado na preservação do centro histórico e perpetuação da cultura local. Os moradores depositam uma grande esperança na sanfona e na viola e no Núcleo de ensino, para sensibilizar os jovens e mantê-los em São Pedro do Itabapoana, uma vez notado o seu interesse em virtude do número crescente de alunos a cada ano. Já a “sensibilidade”, segundo o grupo, está relacionada à necessidade de os moradores perceberem o valor contido no casario de São Pedro do Itabapoana para preservá-los, um valor naturalizado em seu cotidiano.

O Diagrama seguinte traz um comparativo entre a divisão de categorias dos quatro grupos. Conforme demonstrado, houve duas categorias que apesar de nomeadas de forma diferente, continham os mesmos elementos em todos os grupos, a categoria relativa à culinária local e a categoria que contém as características da comunidade e a qualidade de vida local, presente em todos os grupos. Dentre as características apontadas estão: união, alegria, simplicidade, amizade, solidariedade, identidade local, hospitalidade, tranquilidade para morar, e o saudosismo pelo tempo em que São Pedro do Itabapoana era cidade.

Já as categorias do centro do diagrama tiveram grande variabilidade entre os grupos. A falta de um consenso coletivo em categorizar os elementos relativos às raízes, à musicalidade, aos aspectos materiais da antiga cidade, às belezas naturais, as fazendas históricas e a atividade agropecuária demonstra uma dificuldade de desatrelar os elementos. Este mesmo aspecto ficou evidenciado quando os grupos foram convidados a desenvolver um mapa mental coletivo a partir dos quatro painéis.

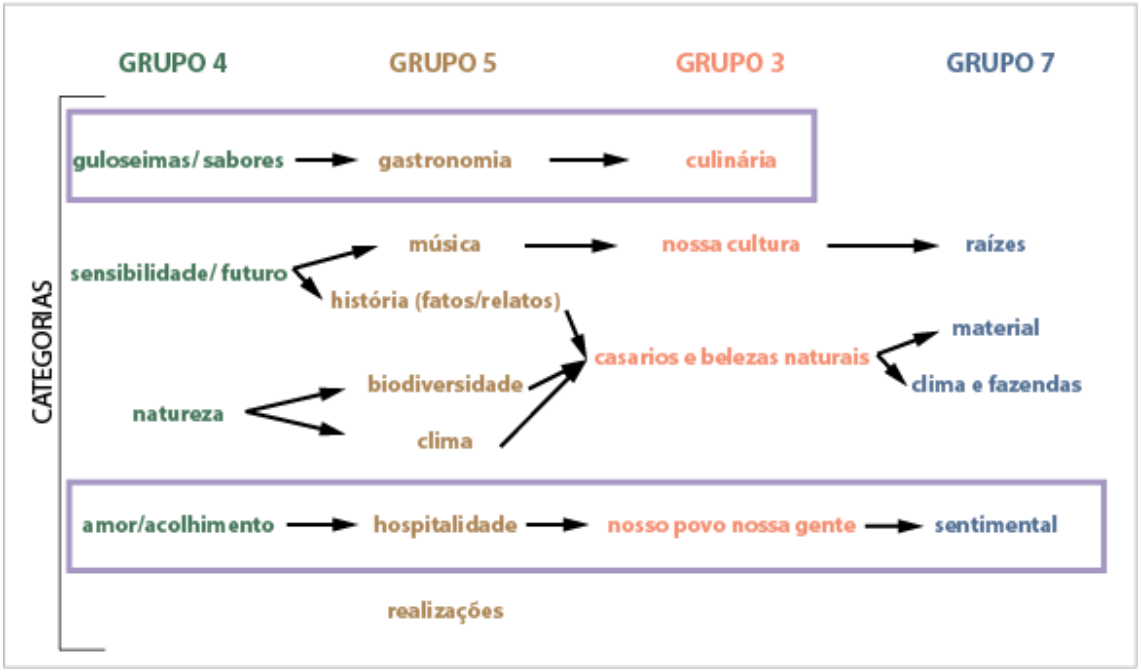


Diagrama 1 – Comparativo entre as categorias dos quatro grupos.
Fonte: a autora (2017).

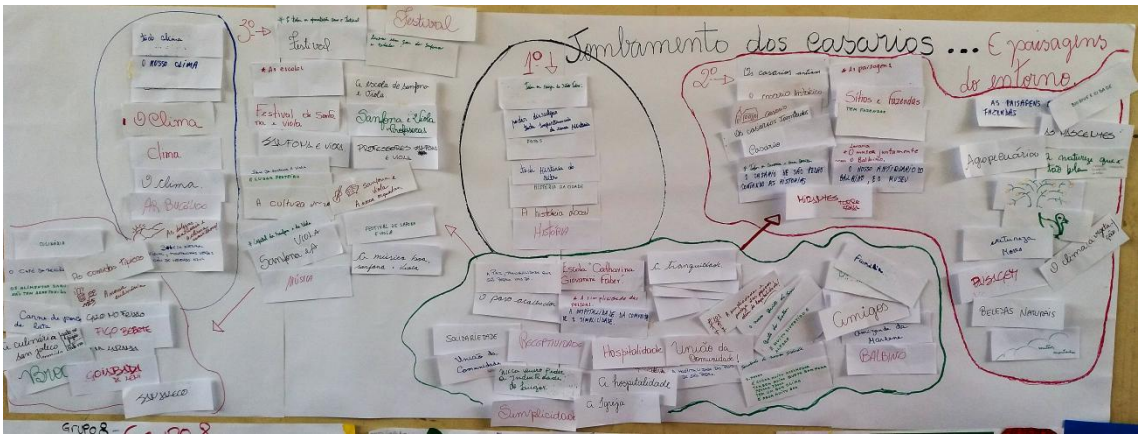


Figura 38 - Mapa mental coletivo.
Fonte: a autora (2017).

Os moradores tiveram bastante dificuldade para hierarquizar e organizar as categorias do mapa mental coletivo (Fig. 38), alegando que "*uma coisa está ligada na outra*". No centro foi escolhido o que para o grande grupo é o ponto inicial: a história local. Junto à história foi vinculada a categoria relacionada às características da comunidade, que assim como nos painéis dos grupos também ganhou destaque no painel coletivo. Importante destacar que nesta categoria além das características relativas ao jeito de ser e receber dos moradores, foram incluídos os amigos e pessoas, e lugares como a Igreja e a Escola Catharina Giovanini Faber, apontando a imaterialidade dos bens edificados. Duas frases contidas no discurso chamaram a atenção: "*A hospitalidade aqui é um patrimônio!*", "*A união das pessoas fortalece nossa identidade, quem somos. É bom ser da roça*". O discurso reforça a ideia de que para os moradores o valor de patrimônio não está apenas no casario tombado (Fig. 39).

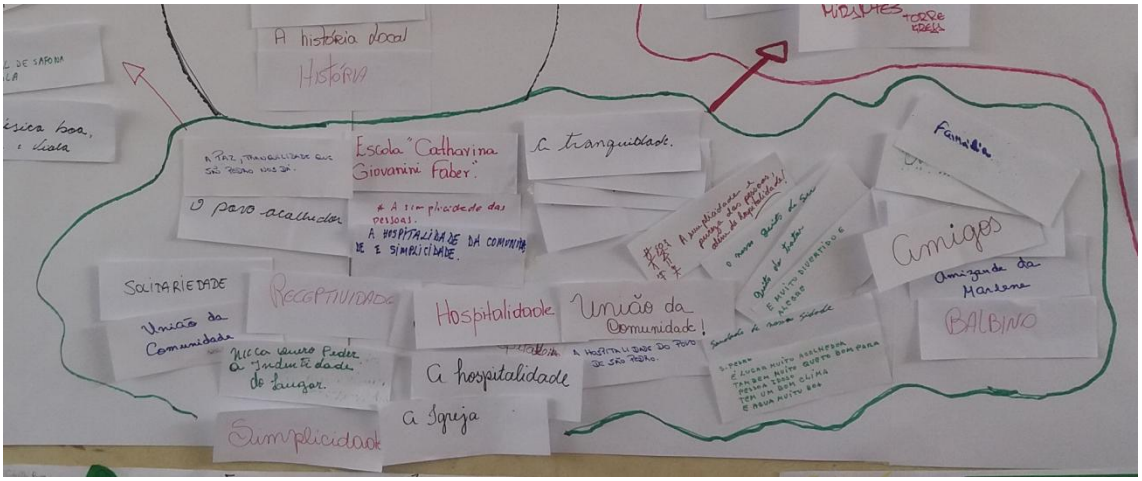


Figura 39 - Trecho do mapa mental coletivo com a categoria relacionada às características da comunidade.
Fonte: a autora (2017).

O tombamento estadual do casario também ficou bastante em evidência, dividindo opiniões. Alguns moradores alegavam que o painel deveria ter começado por ele devido a sua importância enquanto divisor de águas para São Pedro do Itabapoana. Curiosamente, junto aos elementos que de fato foram tombados pelo estado, foram inseridos outros bens existentes no distrito de São Pedro do Itabapoana, nomeado por eles como “paisagens do entorno”. Nelas estão os sítios e fazendas, a atividade agropecuária, o mirante da torre, as montanhas, a natureza, e até mesmo o pato com laranja, significando que é da natureza que são retirados os subsídios para o preparo da culinária local (Fig. 40. O uso de produtos locais, livres de agrotóxicos e componentes industrializados, foi reforçado em outros momentos do discurso.

A forma como foi agrupado o centro histórico tombado com as paisagens do entorno, onde também foi incluída a atividade rural, reforça que no imaginário coletivo tudo faz parte de um conjunto, estão relacionados e não são independentes. A partir disto é possível questionar a incompletude do valor atribuído pelo tombamento estadual, que abrange apenas o conjunto urbano do centro histórico e seu entorno imediato.

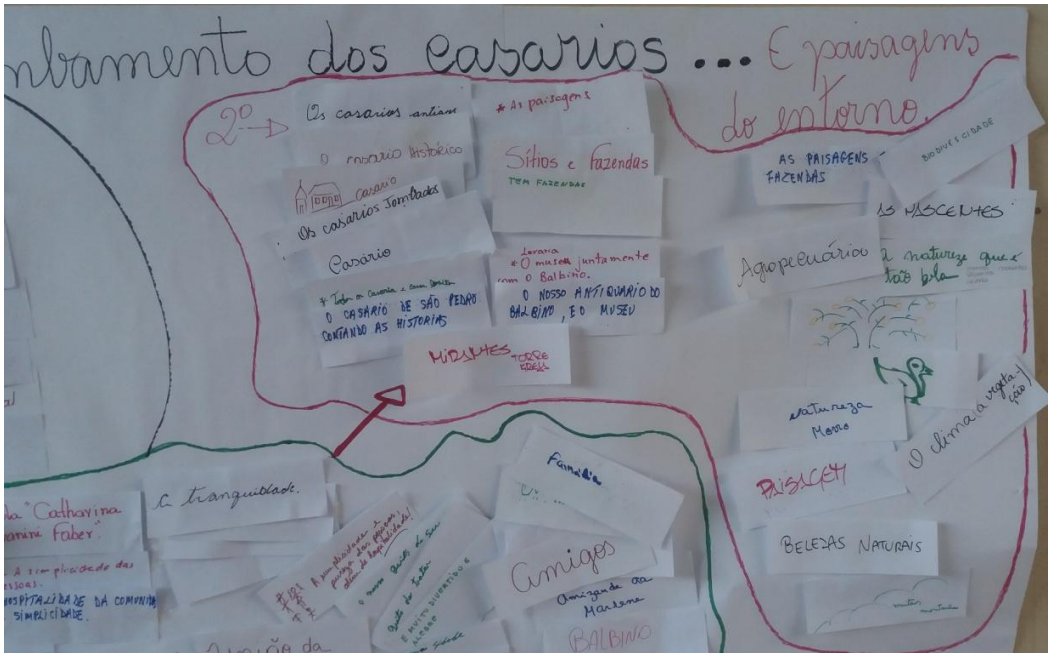


Figura 40 - Trecho do mapa mental coletivo com a categoria tombamento dos casarios e paisagens do entorno. Fonte: a autora (2017).

A partir do elemento central saíram duas derivadas, uma para o tombamento e os elementos do entorno, outra para o Festival de Sanfona e Viola. Presente em todos os grupos, o Festival é considerado o grande responsável por resgatar a antiga tradição da sanfona e viola, que através do Núcleo de ensino tem sido transmitida para as novas gerações. Segundo os moradores, o Festival também fortalece sua identidade e dá visibilidade a São Pedro do Itabapoana. Agregados ao Festival foram colocados os valores relativos ao clima frio e o ar bucólico, que agradam os moradores e atraem turistas, e a culinária local (Fig. 41).

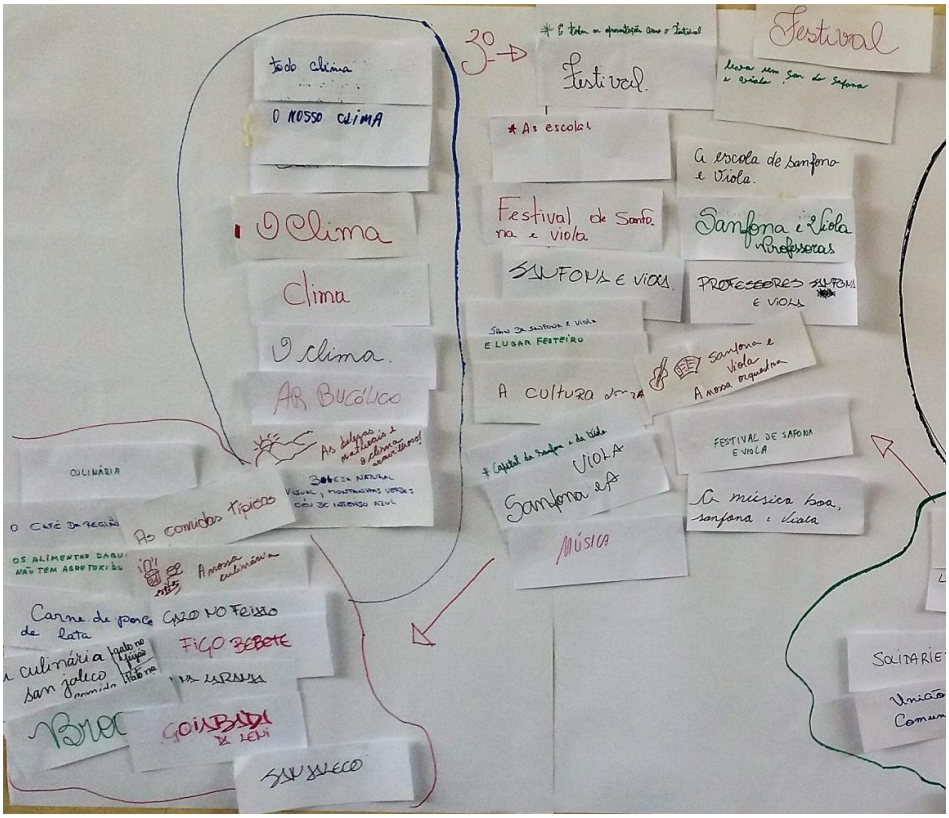


Figura 41 - Trecho do mapa mental coletivo relativo ao Festival e a musicalidade, o clima e a culinária local. Fonte: a autora (2017).

A categoria culinária foi curiosamente representada como uma derivada do Festival. O discurso revelou duas situações. Muitas comidas assinaladas vieram acompanhadas do nome da pessoa que prepara, indicando a valorização do saber fazer. Como por exemplo, teve "*o figo da Bebete*", "*a goiabada da Leni*", "*o galo no feijão da Clemilce*". A outra situação diz respeito ao resgate de comidas típicas de seus antepassados, como o sanjaleco e a carne de porco de lata.

Cabe ressaltar que a categoria não esteve presente nas entrevistas realizadas em 2016, o que pode indicar uma organização da comunidade para agregar valor às coisas do seu cotidiano, percebendo que fortalecem a sua identidade. Também demonstra uma maturidade e sensibilidade da comunidade para com a atividade turística, no momento em que parecem perceber que o grande atrativo está nas coisas mais simples e singulares de São Pedro do Itabapoana. O turismo esteve presente nos discursos da atividade, inclusive com uma proposta de se criar um circuito pelas fazendas históricas de café, tal qual acontece em Vassouras-RJ.

Para a atividade com as crianças e jovens, os 28 participantes foram divididos em 6 grupos. A partir de uma abordagem diferente da utilizada com os adultos[81], em uma roda de conversa cada integrante do grupo identificou os elementos mais importantes de São Pedro do Itabapoana, representando-os com desenhos e colagens. Em seguida cada grupo elaborou um mapa mental de São Pedro do Itabapoana em conjunto, utilizando as imagens produzidas[82] (Fig. 42).



Figura 42 - Fotos da atividade com as crianças e jovens.
Fonte: a autora (2017).

Com exceção de um grupo, todos mesclaram crianças e jovens moradoras do centro histórico e de fora dele, vindos dos Assentamentos Rurais União e Catuné, Fazendas Harmonia e Maravilha, e do município de Bom Jesus do Itabapoana. Interessante notar que a experiências dos participantes de fora no centro histórico não se restringe a escola que frequentam. Pelo contrário, demonstraram uma interação profunda através da diversidade e

[81] A pergunta que introduziu a conversa foi: "O que mais gosta no distrito de São Pedro do Itabapoana?", complementada por outras perguntas como: "O que mais de fazer aqui?", "Onde gosta de brincar?", "Quando vem um amigo de fora o que leva ele pra conhecer?", "O que mais gosta de comer?", "O que mais tem em São Pedro?", dentre outras, para estimular a participação de todos os integrantes do grupo.
[82] Ao fim da atividade cada grupo também apresentou seu mapa para o público presente.

detalhes nos elementos representados. Importante também salientar que apesar de a maior parte das imagens representarem o centro histórico, todos os grupos trouxeram elementos de outros locais do distrito. Dentre eles destacam-se a Cachoeira da Paraíba, os sítios e os assentamentos rurais onde residem (Fig 43).



Figura 43 - Representações em sentido horário: Igreja e a viola; Escola Catharina Giovanini Faber; O campo de futebol; A pista de laço; O museu de São Pedro do Itabapoana; A Venda do Gonzaga localizada no centro histórico e os acessos para os assentamentos rurais.
Fonte: Acervo Iphan-ES (2017).

Cinco dos seis grupos representou os recursos hídricos, através de cachoeiras, rios, açudes, peixes e da bica d'água localizada na entrada do centro histórico. Dentre os valores agregados estão o acesso à água potável, o lazer através do banho e da pescaria, e como fonte de alimento. A representação da natureza foi unanime nos grupos, de forma mais expressiva que pelos adultos. Árvores, flores, animais, frutas, verduras aparecem nos mapas mentais de forma isolada, o que nos revela a presença notável desses elementos na percepção das crianças. Também apareceram compondo paisagens, montanhas e jardins junto às casas, ruas e equipamentos urbanos. A forma como os grupos representaram as montanhas também

chamou atenção, demonstrando o quão marcante são na paisagem e a importância que têm na sua compreensão espacial (Fig. 44). O céu o frio também foram representados.



Figura 44 - Representações em sentido horário: Paisagem; Montanhas; Cachoeira da Paraíba; Centro histórico composto por montanhas ao fundo, o casario junto ao calçamento em pé-de-moleque, o parquinho e os jardins de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: Acervo Iphan-ES (2017).

Como no universo de toda criança, as brincadeiras permearam o discurso e os elementos representados. É através das brincadeiras que as crianças experienciam o lugar e os espaços públicos, uma vez notado que as brincadeiras de rua estão bastante presentes no cotidiano das crianças de São Pedro do Itabapoana. Nota-se que quando se desenharam no mapa, o fizeram na rua, elemento inúmeras vezes mencionado e representado.

Os participantes residentes de fora do centro histórico representaram os seus acessos e os locais onde moram no distrito, utilizando placas de sinalização. Destaca-se a forma sinuosa com que o acesso por Mimoso do Sul foi representado, uma característica notável desta estrada, e a crítica social ao acesso para quem chega a partir de Bom Jesus do Itabapoana e Apiacá, quanto à condição precária da estrada (Fig. 45). A mesma crítica já havia sido feita pelos adultos durante as entrevistas, ressaltando que é uma estrada muito utilizada por antigos moradores, visitantes e familiares que moram nos municípios citados.



Figura 45 - Representações em sentido horário: acesso de São Pedro do Itabapoana com destaque para o início do centro histórico representado pelo calçamento em pé-de-moleque; o acesso para Bom Jesus do Itabapoana; o acesso para Mimoso do Sul.
Fonte: Acervo Iphan-ES (2017).

É notável a presença do patrimônio material no imaginário do grupo (Fig. 46). Segundo Magalhães Filho e Oliveira (2013) esta pode ser uma percepção induzida pelas políticas públicas. Desta forma foram comumente representados o casario e o calçamento em pé-de-moleque, inclusive fazendo uso de palavras para indicar a condição de tombado e distinguir edificações importantes. Uma das crianças desenhou o calçamento porque segundo ela "*tinha que desenhar*", entendendo como uma obrigatoriedade a sua presença na atividade.



Figura 46 - Representações em sentido horário: o casario com a placa escrito "tombado", acompanhado de jardins e montanhas ao fundo; casa tombada; calçamento em pé-de-moleque; calçamento em pé-de-moleque e o casario do centro histórico.
Fonte: Acervo Iphan-ES (2017).

Entretanto, analisando os detalhes das casas representadas junto ao discurso, foi interessante notar que para as crianças a importância das edificações não está somente na beleza e na sua importância histórica, mas também por agregar outros valores relativos à vivência do lugar, evidenciando seu valor simbólico e os novos usos. Desta forma, as Igrejas (católica e assembleia de Deus) são importantes pelo seu "*visua*l" e pelo que "*acontece dentro delas*", as celebrações, tal qual aconteceu na atividade dos adultos. No caso do Museu, além de se tratar de uma construção histórica, "*guarda fotos do Festival de Sanfona e Viola*", já o coreto foi apontado como um local onde eles costumam ter aulas ao ar livre.

Foi também representado o clube, onde acontecem as aulas do Núcleo de Sanfona e Viola e as "*aulas de zumba para os idosos*", a lojinha de artesanato que contém "*o trabalho de muita gente*" e o Armazém Bertonceli onde acontecem festas com roda de sanfona e viola. Também esteve representada a escola, a Venda do Gonzaga, a padaria, a quadra e o campo de futebol. Dentre outros elementos construídos não representados, mas presentes no discurso estão a praça, a rua das tábuas e as "*pousadas bonitas*" (Fig 47).



Figura 47 - Representações da esquerda para a direita: o clube e o coreto com a representação do autor do desenho no clube, frequentando às aulas de viola; o armazém Bertonceli acompanhado do frio, da sanfona e da viola, representando as festas que lá acontecem.
Fonte: Acervo Iphan-ES (2017).

Nota-se que todas as edificações emblemáticas do centro histórico foram representadas, entretanto havia valores afetivos agregados, ligados aos usos do cotidiano. Este aspecto também ficou evidenciado na representação das suas casas e de seus familiares. Outro aspecto interessante a ser ressaltado foram os desenhos de elementos construídos recentemente, a saber, o portal de boas vindas, considerado a "*carta de entrada de São Pedro*", a quadra de futebol junto à escola, a Igreja Assembleia de Deus, e o parquinho, construído pelos próprios moradores em 2016, representado por cinco dos seis grupos. Diferente de como aconteceu com os adultos, as crianças atribuem valor não só ao que é considerado antigo (Fig. 48).



Figura 48 - Representações da esquerda para a direita: portal de boas vindas do centro histórico; parquinho.
Fonte: Acervo Iphan-ES (2017).

Quanto aos elementos de cunho imaterial foram identificados de forma unanime a sanfona e a viola, e as diversas atividades decorrentes como o Festival de Sanfona e Viola, as aulas no Núcleo de Sanfona e Viola e as rodas de sanfona e viola nos bares e restaurantes do centro histórico (Fig. 49). As crianças destacaram que gostam do Festival por causa da música e porque "*São Pedro fica cheio de gente*". A culinária local também foi colocada em evidência. Foi mencionada ou representada a goiabada, o feijão tropeiro, o angu de banana, o doce de leite, coco, jambo e o de mexirica, o café, a carne de porco e de boi, as roscas doce e de sal. Muitas vezes esteve relacionada ao saber fazer de uma pessoa específica, tal qual como os adultos: "*a pizza da Geralda*", "*a moqueca que minha vó faz*", "*a cocada do Baixão*".

Também foram citadas atividades que acontecem no distrito: cavalgadas, pista de laço, trilha na montanha, baile da 3ª idade, forrós, arraial do café e os campeonatos de futebol. Nota-se que as atividades citadas foram criadas recentemente, onde mais uma vez as crianças evidenciaram os novos usos e significados de São Pedro do Itabapoana.



Figura 49 - Os dois mapas mentais representam o festival de Sanfona e Viola.
Fonte: Acervo Iphan-ES (2017).

A partir da análise dos mapas mentais produzidos pelos adultos e pelas crianças, ficou claro o elo existente entre a materialidade e a imaterialidade dos bens culturais da

comunidade. Ao patrimônio material foi atribuído também o valor afetivo, o sentimento de pertencimento dos moradores, a sua importância enquanto lugar de memória coletiva, o valor relativo aos novos usos e apropriações, que junto com o modo de vida e as manifestações culturais constituem a identidade local.

É notado que a comunidade está passando por um processo de resignificação de São Pedro do Itabapoana, talvez estimulada pelas políticas públicas culturais, mais presentes a partir dos anos 2000. Agregado à história e à configuração urbana do antigo município, novos usos estão sendo concedidos a lugares antigos, novos lugares foram criados e são também dotados de valor, antigas tradições estão sendo reapropriadas. O modo de vida e de receber os visitantes tem se tornado um grande valor da comunidade, reconhecido pelos seus semelhantes e por quem os visita.

O antigo clube, antes Casa de Câmara e Cadeia, hoje abriga o Núcleo de Sanfona e Viola e as aulas de dança para os idosos, e o coreto, por vezes se torna sala de aula da escola, que hoje funciona no prédio da antiga cadeia. O casario antigo hoje abriga restaurantes, lojas de artesanato, pousadas e bares onde a comunidade se reúne em festividades. Novos lugares também adquiriram importância para a comunidade, como o portal de boas-vindas, o parquinho das crianças, o campo de futebol e a quadra da escola, onde acontecem campeonatos de futebol, apresentações e bailes.

A sanfona e a viola, instrumentos musicais tradicionais da vida no campo no tempo da antiga cidade, hoje são passadas às novas gerações através de um núcleo de ensino. Também deram origem ao Festival. O bordado, o café e a culinária local, antes presente na vida cotidiana da comunidade, agora também são de interesse de visitantes. Esta nova dinâmica além de fortalecer a identidade e a união da comunidade, tem potencializado a atividade turística, já diagnosticada como fundamental para a preservação e manutenção da cultura local, dentro da sua dinâmica e formato peculiares.

As entrevistas e as oficinas realizadas com os moradores da comunidade trouxeram outros valores, os quais os inventários técnicos não abordaram. Além de reafirmar os valores já consagrados, os moradores trouxeram como referência cultural o seu modo de vida, a paisagem, a história do lugar, a importância da música da sanfona e da viola, a (re)invenção de tradições através do resgate de costumes e receitas, a atividade rural e em especial o cultivo do café, os caminhos que conectam o sítio histórico às fazendas, e as antigas fazendas de café, local de memória e de trabalho. Essas referências fazem parte da memória recente que a comunidade vem construindo.

A riqueza de elementos trazida pelos moradores acresce outros olhares sobre São Pedro do Itabapoana e levanta uma série de questões acerca da problemática da sua preservação e da escala territorial a ser protegida. A dificuldade que os moradores tiveram para organizar e hierarquizar as referências no mapa mental coletivo é um indicativo para a necessidade de uma valorização integrada do território. Ficou demonstrado que o sitio histórico é a maior referência para a comunidade local e o coração do território, entretanto esta referência está conectada de forma indissociável às outras referências identificadas.

Os valores identificados também fortalecem aspectos apontados pelos conselheiros no processo de tombamento estadual do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana, ainda em 1986, conforme visto no capítulo 2. O conselheiro Elmo Elton Santos Zamprogno destacou a importância histórica de São Pedro do Itabapoana enquanto cidade pulsante do Espírito Santo no século XIX, e que ainda guarda suas características como nenhuma outra no Espírito Santo, além de destacar a arquitetura urbana e rural a ser preservada. Fernando Augusto de Barros Bettarello, destaca a importância da paisagem para a sua compreensão, para a preservação da ambiência urbana e dos modos de vida tradicionais, indicando a análise de São Pedro do Itabapoana como “Patrimônio Ambiental Urbano”, destacando a forma de ocupação do sítio, as relações espacias, a organização social e a noção de cidade enquanto documento.

CAPÍTULO 4 – TERRITÓRIO DE IDENTIDADE: PROPOSTA PARA SÃO PEDRO DO ITABAPOANA

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma proposta de preservação para São Pedro do Itabapoana, em consonância com a construção de valores identificados e propostos nesta pesquisa, adequada à sua abrangência territorial, conforme identificado nos capítulos 2 e 3, identificando valores históricos, de memória e identidade. Trata-se de uma construção compartilhada entre técnicos, comunidade e pesquisadores, que dialoga com a noção de referência cultural e com a Constituição Federal no que tange a construção institucional de um patrimônio cultural que atenda a demandas expressas por determinados grupos sociais.

Com base na pesquisa será feito um trabalho de identificação dos bens materiais, entendidos como marcos espaciais dotados de referência de memória e identidade, e das relações estabelecidas entre eles, para compreender de que forma estão distribuídos no espaço e como se relacionam com as referidas memórias e identidades, analisando seus papéis, usos e significados no presente. Esse trabalho tem como resultado a delimitação de um território como bem cultural, que diz respeito à memória, à identidade e aos modos de vida locais, e cujas hipóteses para a sua preservação será também discutida no capítulo.

4.1 MEMÓRIA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO

Para iniciar a discussão sobre o conceito de memória e de que forma está relacionada com o processo identitário de São Pedro do Itabapoana foi necessário recorrer à teoria da memória enquanto fenômeno coletivo.

Para Halbwachs (2006) a memória coletiva, enquanto imagem partilhada do passado, tem como função principal promover um elo entre os membros de um grupo com base no seu passado comum. Halbwachs considera a memória coletiva o lócus da ancoragem da identidade do grupo, assegurando sua continuidade no espaço e no tempo. Peralta em sua resenha questiona a conceituação de Halbswachs, pois entende que ele trabalha com a ilusão de imutabilidade da memória, tomada como uma herança transmitida às próximas gerações do grupo, e consequentemente na ideia de identidade como um sistema estático. Apesar da crítica, Peralta considera a contribuição de Halbwachs bastante atual em muitos aspectos, sobretudo na premissa de que todos os grupos sociais desenvolvem uma memória do seu passado coletivo, a qual é indissociável da manutenção de um sentimento de identidade, o qual permite identificar um grupo e distingui-lo dos demais.

No entanto o presente trabalho tem como perspectiva que a memória, assim como a identidade, é dinâmica e processual, tendo sido observada no modo pelo qual os são pedrenses vêm investindo na construção de uma memória e na recuperação de elementos que a ancorem ao território de seu interesse. Peralta (2007) traz na fala de diversos autores o caráter mutacional da memória coletiva. Cita Olick e Levy (1997), que conceituam a memória como um sistema cultural de atribuição de significado que se produz ao longo do tempo. Segundo a autora este sistema é formado a partir de "visões partilhadas do passado que são geradas no presente e orientadas para o futuro", demonstrando a existência de uma carga de intencionalidade (PERALTA, 2007, p. 15-16).

Michael Pollak (1989) chama atenção para o processo de negociação, existente entre as memórias coletivas e também individuais. Para que a nossa memória se beneficie da dos outros, em prol da construção de uma memória coletiva, é preciso que ela concorde com as nossas memórias e que haja pontos de contato suficientes entre elas. Os aderentes precisam se identificar e se reconhecer na "imagem" do passado interpretado.

Pollak, nos seus estudos sobre a memória, também afirma que além de manter a coesão interna, a memória tem a função de defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum à medida que fornece um quadro de referências e de pontos de referência.

> A memória é uma "operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra (...) em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades (...)" (POLLAK, 1989, p. 9).

Segundo Pollak (1989) os pontos de referência podem ser monumentos, paisagens, patrimônio arquitetônico, folclore, música, tradições culinárias, costumes, datas, personagens importantes, barulhos, cores e cheiros, escolhidos e hierarquizados para definir o que é comum a um grupo e o que o faz diferenciá-lo dos demais, ou seja, o que configura uma identidade.

A memória, portanto, conforma um sistema de representação do passado em processo, fazendo uso de discursos produzidos em função do presente e para o futuro e estruturada em pontos de referência. O termo memória coletiva será adotado como a memória construída pela comunidade de São Pedro do Itabapoana, fazendo uso das lembranças dos participantes do grupo, da história local e dos sentidos e valores atribuídos à tradição que está sendo reelaborada com base na história e em parte (re)inventanda. Desta forma não se trata do termo "memória coletiva" de Halbswachs, mas uma memória em processo que está sendo construída

coletivamente visando preservar São Pedro do Itabapoana e sua região que viveu o apogeu no século XIX e início do XX.

No caso de São Pedro do Itabapoana, os pontos de referência em que a memória coletiva se apoia, estão distribuídos em um território amplo uma vez que estão relacionados com uma São Pedro do Itabapoana do passado, próspera e pulsante política, econômica e culturalmente, e cujos domínios eram superiores ao atual limite administrativo do distrito. Esses pontos se tornam marcos territoriais uma vez que configuram um território de identidade de São Pedro do Itabapoana. Ainda que as relações físicas entre esses marcos tenham se enfraquecido em alguns casos, permanecem conectados na memória dos moradores como parte integrante e fundamental de São Pedro do Itabapoana. Existe uma apropriação simbólica sobre o território composto pelos pontos de referência, formadores da identidade local.

As questões das identidades nas suas variadas formas, identidade nacional, local, coletiva, social, territorial, está sempre presente nas discussões sobre preservação cultural. “Num mundo em crise de valores e de sentido como é o nosso, a questão da identidade volta a ser o centro das atenções”, “defender o direito a diferença”, “resistir ao sem-sentido de uma sociedade globalmente mercantilizada” são algumas citações em que Rogério Haesbaert (1999, p. 170) aborda a temática. A questão da identidade está inserida inclusive no próprio conceito de referência cultural. As referências culturais são as representações coletivas, singularizam determinado espaço e são marcos para que determinado grupo que ali vive construa sua identidade coletiva (FONSECA, 2000, p.115).

Segundo Haesbaert (1999, p. 175) o processo de identificação está sempre em curso, não é uno, mas sim múltiplo. Para o autor é a busca pelo reconhecimento do que distingue o homem. A identidade social (cultural ou coletiva) está relacionada ao caráter coletivo de um grupo, implica em relação de semelhança entre os membros. Quando uma identidade social é definida através do território então é uma identidade territorial. Neste caso a base material é o componente estruturador da identidade (HAESBAERT, 1999).

Identidade territorial é a “identidade dos indivíduos e grupos sociais em relação a uma parcela do espaço, a um território” (HAESBAERT, 1999, p. 167). Acontece dentro de uma relação de apropriação no campo das ideias e no espaço geográfico. O processo de identificação e formação da identidade se manifesta em função das condições espaço-temporais que o grupo está inserido. Para Haesbaert, atualmente, com maiores índices de exclusão e desigualdade social, apegar-se a um território ganha força quando se torna fonte de recursos e sinônimo de resistência. O recorte territorial concreto ajuda a tornar a construção

simbólica, que envolve a formação das identidades, mais eficaz. Conforme visto anteriormente, essa construção simbólica é a construção de memórias relacionadas com determinado tempo e espaço. A partir desta relação é que se conforma o território de identidade, tal qual ocorre com a comunidade de São Pedro do Itabapoana.

Ao contrário do que alguns autores colocam sobre o desaparecimento das identidades territoriais como consequência da globalização, Haesbaert (1999, p. 185) defende que elas estão apenas se reformulando, e que o território passa a ser "não apenas visto como o lócus de relações de poder que se fortalecem através das mediações espaciais, mas como um meio de identificação e reformulação de sentidos, de valores". Stuart Hall (2003) afirma que os processos globais enfraquecem as identidades nacionais, entretanto, reforçam laços culturais "acima" e "abaixo" do nível estado-nação. Junto com o impacto global existe um novo interesse pelo local, num passo que as identidades locais, regionais e comunitárias ganham mais importância.

O interesse pelo local é um movimento identificado em São Pedro do Itabapoana, tanto por parte dos seus próprios moradores que estão resgatando suas raízes, se reconectando com o passado para pensar no futuro, quanto por parte dos visitantes que buscam em São Pedro do Itabapoana suas peculiaridades. É a música da sanfona e viola, a gastronomia local, o clima de montanha, a simplicidade e amabilidade com que são recebidos. Por interesses distintos, prevalece a valorização da identidade. Neste movimento de fortalecimento da sua identidade local territorial, a comunidade de São Pedro do Itabapoana se apega à sua história e ao seu passado glorioso, sempre presente na memória coletiva ainda que ausente, ou pouco presente, na história oficial do Espírito Santo e brasileira.

A partir do referencial teórico apresentado vê-se o potencial do uso da categoria território para delinear as marcas da ocupação do homem no espaço, não apenas sob o ponto de vista material, mas também simbólico. Demonstra ser uma categoria importante para se pensar nas políticas públicas de preservação do patrimônio e na própria questão de São Pedro do Itabapoana.

Mesmo com as mudanças políticas e econômicas que afetaram São Pedro do Itabapoana, provocaram o esvaziamento populacional, a estagnação econômica e a perda da sua célebre posição enquanto grande centro da potência do café no Espírito Santo, os vestígios materiais, identificados como marcos de referência de memória para a comunidade, se mantêm preservados e configuram um território. Isto porque existe uma comunidade, que enraizada resistiu no local, movidos por vínculos afetivos e materiais com o território de São

Pedro do Itabapoana. Dentro dos moldes de Haesbaert (1999), trata-se de uma identidade territorial.

O trabalho coordenado por Márcia Chuva, "Rotas da Alforria: Trajetórias da população afrodescendente na região de Cachoeira/BA" (COPEDOC/IPHAN, 2008) de forma distinta, também se apropriou do conceito de território. O objetivo do trabalho era formular estratégias de inclusão da população afrodescendente no processo de preservação do patrimônio cultural de Cachoeira a partir de um olhar integrado sobre o patrimônio material e imaterial. Uma questão importante para esse trabalho foi a delimitação do território, conforme dito na introdução. Nesse caso, em certa medida pode ser inspirador para se pensar São Pedro do Itabapoana, tendo-se como princípio que o território que será proposto é uma construção, fazendo uso, neste caso, das referências de memória que foram identificadas nos processos de interação com a comunidade e na pesquisa histórica sobre a região.

No caso do trabalho desenvolvido em Cachoeira, os limites do território foram determinados pelas práticas culturais e pelos bens materiais produzidos pelo homem que são ligados ao nó principal, através de fluxos de diferentes naturezas. A partir da delimitação do território do objeto de estudo foi possível evidenciar a capacidades articuladora dos diferentes grupos no território e compreender que não se tratava de um espaço contínuo, mas um território em rede, composto por diversos nós (fixos) e pelas relações (fluxos) que eles estabelecem entre si com diferentes temporalidades (IPHAN, 2005). Apesar de não ter sido concluído serve como uma importante referência prática da aplicação da categoria território.

Isto posto, a categoria território será utilizada como referência para o exercício de mapear os marcos espaciais portadores de referência cultural para a comunidade de São Pedro do Itabapoana. A partir da forma como esses marcos são construídos e apropriados pela memória coletiva da comunidade é possível identificar um território de identidade de São Pedro do Itabapoana.

4.2 O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA

A identidade são pedrense está muito ligada ao passado em que São Pedro do Itabapoana vivia seu grande auge, e na magoa que alimentam pela decadência decorrente do fatídico episódio em que tiveram a sede municipal transferida para Mimoso do Sul. Dentro do processo identitário da comunidade, os marcos referenciais são reapropriados e as antigas tradições resgatadas ou reinventadas.

Enquanto recuperaram receitas de seus antepassados como o “porco na lata” e o “sanjaleco”, transformaram a sanfona e a viola, instrumentos presentes no cotidiano rural, em um grande festival que em 2017 já teve sua 20º edição. O turismo de base comunitária no sítio histórico de São Pedro do Itabapoana tira partido da conformação urbana da antiga cidade e da sua vida bucólica para receber os visitantes de forma simples e hospitaleira, assim como tem organizado passeios ciclísticos pela região e visitas às antigas fazendas de café.

A pesquisa também diagnosticou que o cultivo do café ainda está presente na região, inclusive nas antigas fazendas de café e fazendo uso da estrutura laboral de outrora. Ainda que em menores proporções, a produção cafeeira perdurou nas novas gerações. Além da atividade econômica da produção de café, e da musealização dos casarões, a comunidade local tem laços afetivos com as fazendas de café. Os vínculos que conectam o sítio histórico com a zona rural perduram na memória coletiva da comunidade e através do trabalho diário no campo.

O espaço apropriado materialmente e simbolicamente pela comunidade não se limita ao sítio histórico, nem tampouco corresponde à delimitação administrativa do antigo município de São Pedro do Itabapoana ou à atual do distrito. E é para subsidiar a delimitação de uma área de proteção que justifique o valor de patrimônio de São Pedro do Itabapoana que o conceito de território em rede, estruturado em nós e malhas[83], será exercitado.

Como se trata de uma área abrangente, com níveis distintos de apreensão dos elementos, será necessário trabalhar com duas escalas, a escala do território e a escala urbana, neste caso para tratar do sítio histórico. Segundo Iná Elias de Castro o conceito de escala “começa a ir além de uma medida de proporção da representação gráfica do território”, e que vem “ganhando novos contornos para expressar a representação dos diferentes modos de percepção e de concepção do real” (1995, p. 118). O espaço terrestre se configura a partir de múltiplas intersecções entre fenômenos e a visibilidade deles depende da escala de representação escolhida: “a realidade aparece diferente de acordo com a escala dos mapas, de acordo com os níveis de análise” (LACOSTE, 1976, p. 61 apud CASTRO, 1995, p. 121).

Quando se escolhe uma escala, estamos também escolhendo o que será percebido e de que forma. Tem-se a intenção de representar determinada coisa que deve ser, no caso aqui presente, valorizada como patrimônio cultural.

Considerando isso, inicialmente está apresentado, a seguir, o território de identidade a ser preservado, definido a partir do mapeamento das referências de memória da comunidade

[83] Tal qual foi desenvolvido no trabalho “Rotas da Alforria: Trajetórias da população afrodescendente na região de Cachoeira/BA” (IPHAN, 2005).

de São Pedro do Itabapoana, do Inventário desenvolvido pelo Iphan e da pesquisa desenvolvida. Trata-se de uma área cujos marcos identificados (com exceção de um marco relativo a uma fazenda de café que dista 30 km), estão localizados em um raio de aproximadamente 20 km a partir do sítio histórico, diagnosticado como o nó principal do território. O território é composto pelo nó principal, por uma rede de caminhos vicinais e estradas, por dois marcos naturais, a Cachoeira da Paraíba e o Mirante da Torre, e por marcos materiais que correspondem à Estação Ferroviária Dona América e a quarenta e seis antigas de fazendas, identificadas a partir do Inventário do Iphan e dos moradores de São Pedro do Itabapoana.

4.2.1 A proposta de preservação

A partir do referencial teórico apresentado vê-se o potencial do uso da categoria território como instrumento para delinear as marcas da ocupação do homem no espaço, não apenas sob o ponto de vista material, mas também simbólico. Demonstra ser uma categoria interessante para se pensar nas políticas públicas de preservação do patrimônio e na própria questão de São Pedro do Itabapoana.

Mesmo com as mudanças políticas e econômicas que afetaram São Pedro do Itabapoana e provocaram o esvaziamento populacional, a estagnação econômica e a perda da sua célebre posição enquanto grande centro da potência do café no Espírito Santo, os vestígios materiais, marcos de referência de memória para a comunidade, se mantêm preservados e configuram um território. Isto porque existe uma comunidade, que enraizada resistiu no local, movidos por vínculos afetivos e materiais com o território de São Pedro do Itabapoana. Dentro dos moldes de Haesbaert (1999), trata-se de uma identidade territorial.

A identidade são pedrense está muito ligada ao passado em que São Pedro do Itabapoana vivia seu grande auge, e na magoa que alimentam pela decadência decorrente do fatídico episódio em que tiveram a sede municipal transferida para Mimoso do Sul. A pesquisa também diagnosticou que o cultivo do café ainda está presente na região, inclusive nas antigas fazendas de café e fazendo uso da estrutura laboral de outrora. Ainda que em menores proporções, a produção cafeeira perdurou nas novas gerações.

Diante de tudo que foi apresentado a proposta de preservação constitui-se do território de identidade de São Pedro do Itabapoana, um território resultante da interação dos pontos de referência de memória da comunidade, com a atividade técnica e institucional. O território se constitui num bem único que dá sentido às possibilidades de construção do patrimônio cultural de São Pedro do Itabapoana, uma vez considerando que existe uma relação

indissociável entre o sítio histórico e a rede de produção de desenvolvimento daquela região. É o conjunto desses elementos que configuram o território e que permite o entendimento dos modos de vida e da cultura local que a população busca resgatar.

O mapa abaixo traz o território de identidade de São Pedro do Itabapoana, composto por uma rede de elementos, na sua maioria antigas fazendas de café, que se conectam através de caminhos ao nó principal, o sítio histórico de São Pedro do Itabapoana. Os marcos que materializam o território da memória foram mapeados a partir dos inventários técnicos e das atividades com os moradores locais. Além das antigas fazendas de café, do sítio histórico e dos caminhos, foram identificados a Estação Ferroviária Dona América, dois marcos naturais, a Cachoeira da Paraíba e o Mirante da Torre, e a Bacia do Rio Itabapoana, não identificada neste mapa por prejudicar a visibilidade dos demais marcos.

No caso das antigas fazendas de café identificadas, foram inseridas argolas amarelas naquelas de significância para os moradores, presentes na história oral. Conforme dito anteriormente novas inserções poderão ocorrer se os moradores forem questionados a respeito. Estas surgiram de forma espontânea. As demais argolas coloridas representam os interesses de preservação das esferas federal, estadual e municipal conforme legenda.

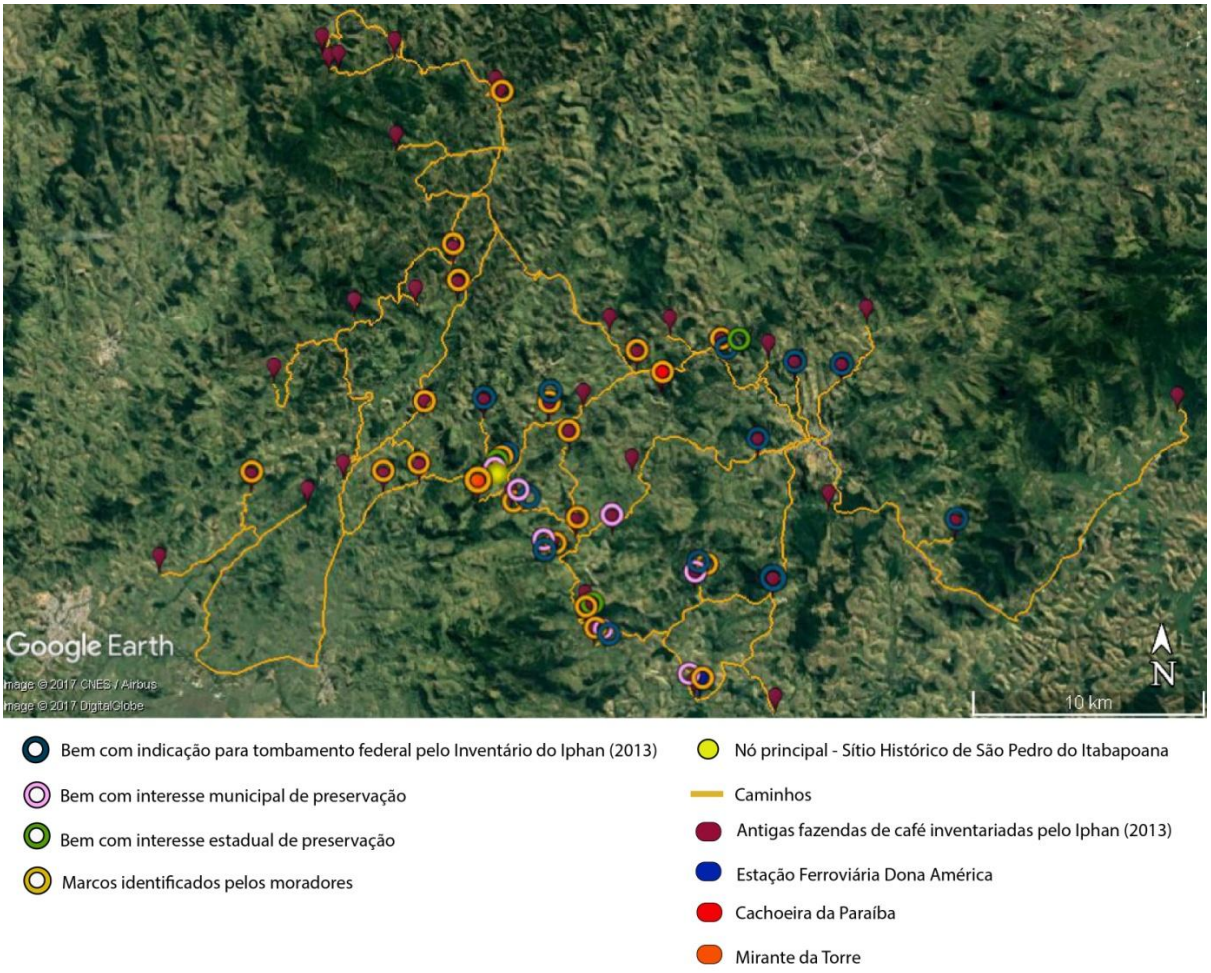


Figura 50 - O território de identidade de São Pedro do Itabapoana. Escala territorial.
Fonte: a autora (2017).

Devido a sua importância enquanto nó principal da rede territorial e a presença de inúmeros marcos referenciais cuja escala territorial não é capaz de identificar, foi necessário adotar uma escala diferente para o sítio histórico, para desta forma espacializar, quando possível, os bens portadores de referência para os moradores. São novos valores que, agregados ao valor atribuído pelo órgão estadual de preservação e aos identificados nos inventários do Iphan, deverão nortear as futuras políticas de preservação de São Pedro do Itabapoana.

O mapa abaixo identifica os marcos de referência da memória local no sítio histórico, a serem considerados de maneira conjunta. Esses marcos ao se relacionarem configuram um conjunto urbano e um modo de vida que identifica o grupo. Entremeados a aos marcos passíveis de espacialização, estão uma série de outros elementos tão importantes quanto os demais para o processo identitário da comunidade. Esses estão relacionados à ambiência, aos modos de fazer e de viver da comunidade.

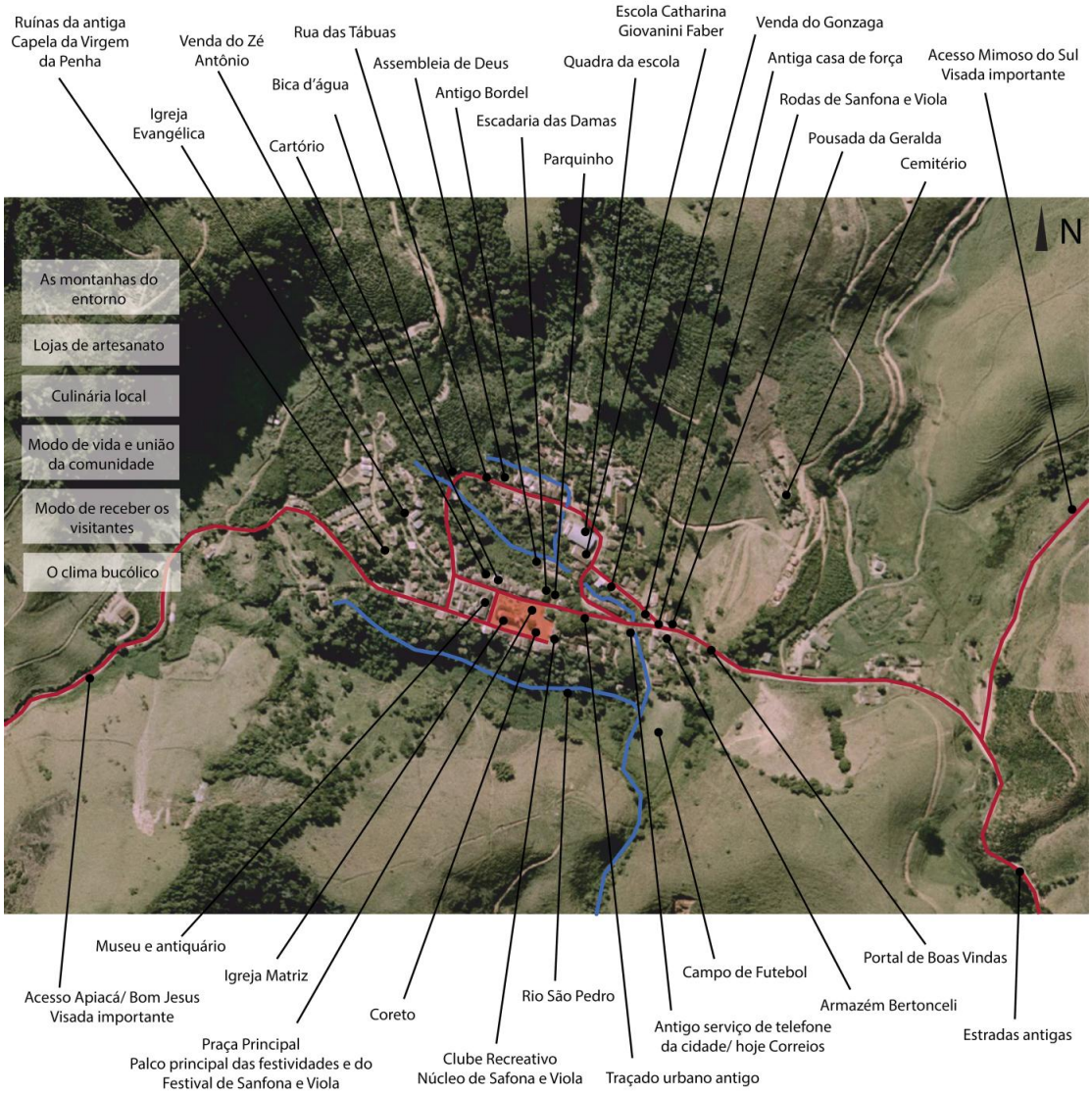


Figura 51 - O território de identidade de São Pedro do Itabapoana. Escala do sítio histórico.
Fonte: a autora (2017).

4.2.2 Nó principal – O sítio histórico de São Pedro do Itabapoana

O núcleo urbano de São Pedro do Itabapoana, que já constitui patrimônio reconhecido pelo órgão de preservação estadual, foi identificado como nó principal do território de São pedro do itabapoana. É o principal alicerce da identidade local e um ponto importante de convergência e divergência, uma vez dotado de elementos materiais e simbólicos que articulam o território, associados à sede do antigo município e ao seu papel atual enquanto sede do distrito de mesmo nome.

A sede do antigo município de São Pedro do Itabapoana está implantada entre encostas, por onde passa o Rio São Pedro, afluente do Rio Itabapoana, importante recurso hídrico da região. Sua altitude apresenta variações entre 400 e 460 metros o que concede ao sítio uma

topografia acidentada e a implantação da antiga cidade em diferentes níveis. A topografia foi determinante na forma de implantação do núcleo urbano e é marcante na paisagem.

No centro do vale, sobre um platô elevado, se estabeleceu o coração do núcleo urbano, garantindo a condição ambiental adequada para a salubridade, o escoamento da água da chuva e a sua visibilidade. As encostas verdes, além de comporem a paisagem urbana, são os limites físicos naturais do sítio urbano. São cobertas por Mata Atlântica e por propriedades rurais compostas por pastagens destinadas à pecuária e por plantações de café e banana, principalmente.

O núcleo urbano é acessado por dois caminhos principais, conforme demonstrado no mapa que segue (Fig. 52). O acesso localizado a leste, nas cotas mais baixas do núcleo é considerado o principal. Asfaltado no ano de 2008, é recepcionado por um portal de boas vindas ao Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana, instalado em 2002, bastante citado e representado pelos moradores durante as atividades. Esta estrada liga o sítio histórico à atual sede do município de Mimoso do Sul, distante 22 km, aos demais distritos do município e à Vitória, capital do estado. Diferente do primeiro, o segundo acesso é realizado por uma estrada de terra, de condições precárias, que chega ao sítio histórico pelas cotas mais elevadas, na direção oeste. A estrada conecta São Pedro do Itabapoana aos municípios de Apiacá, distante 16 km, e Bom Jesus do Norte, a 28 km.

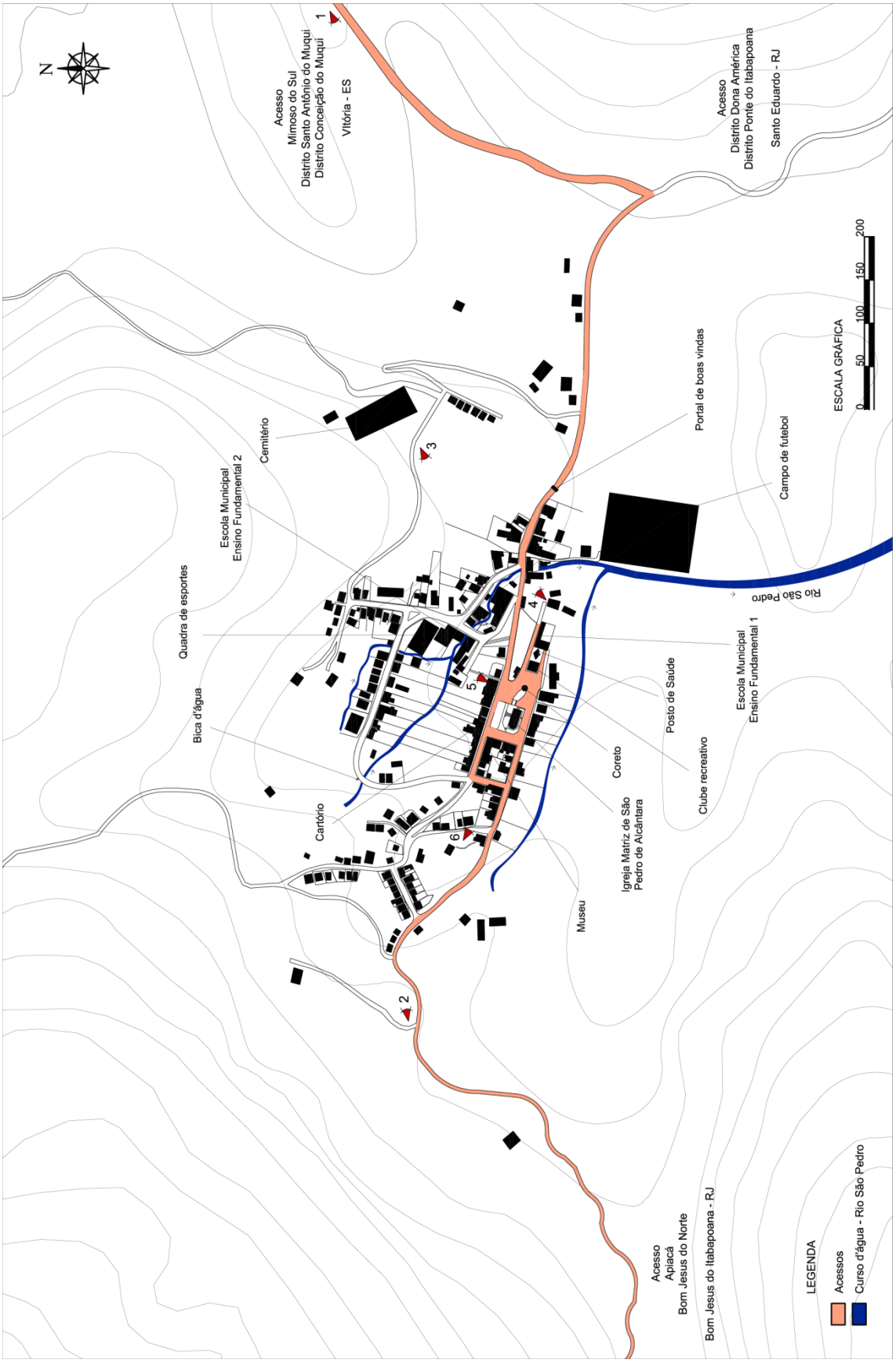

N
Acesso
Mimoso do Sul
Distrito Santo Antônio do Muqui
Distrito Conceição do Muqui
Vitória - ES
Acesso
Distrito Dona América
Distrito Ponte do Itabapoana
Santo Eduardo - RJ
Portal de boas vindas
Campo de futebol
ESCALA GRÁFICA
0
50
100
150
200
Cemitério
Escola Municipal
Ensino Fundamental 2
Quadra de esportes
Bica d'água
Cartório
Rio São Pedro
Escola Municipal
Ensino Fundamental 1
Posto de Saúde
Clube recreativo
Coreto
Igreja Matriz de São
Pedro de Alcântara
Museu
Acesso
Apiacá
Bom Jesus do Norte
Bom Jesus do Itabapoana - RJ
LEGENDA
Acessos
Curso d'água - Rio São Pedro



Figura 52 – Núcleo urbano de São Pedro do Itabapoana, acessos e visadas.
Fonte: a autora (2017).

A topografia do local permite a visada do núcleo urbano a partir dos dois acessos mencionados. A visada 1 corresponde ao acesso de Mimoso do Sul e a visada 2 ao acesso de Apiacá e Bom Jesus do Norte. A torre sineira da Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara é destaque nas duas visadas. A Igreja está localizada na praça principal do sítio, Praça Coronel Clarindo Lino. Além de ser um marco balizador da paisagem e de sua importância religiosa, tem relevância histórica e arquitetônica uma vez que remete ao período de fundação de São Pedro do Itabapoana.

A primeira Capela de São Pedro de Alcântara foi inaugurada em 1869 e é considerada o marco da ocupação urbana de São Pedro do Itabapoana (FRANÇA, 2015). A capela, após ampliações e adaptações, deu origem à Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara, inaugurada em 1879[84] (Fig. 53). A configuração atual da Igreja Matriz é da década de 1940 (Fig. 54 e 55). Esta nova reforma concedeu à edificação as características ecléticas[85], embora preservado o sistema construtivo da antiga Igreja Matriz[86] (IPHAN, 2013a).

[84] A edificação era bastante simples, não possuía ornamentos na fachada e a torre sineira, e a cobertura apresentava duas águas.
[85] A saber: óculo, cimalhas, coruchéu, pináculos e janelas dotadas de vergas em arcos ogivais.
[86] Sistema formado por embasamento de pedras e paredes autoportantes de pedras e tijolos cerâmicos.



Figura 53 - Ilustração da Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara em 1879.
Fonte: Medina (1961).
Figura 54 – Fachada frontal da Igreja hoje com feições ecléticas.
Fonte: a autora (2017).
Figura 55 – Fachada posterior e lateral da Igreja hoje com feições ecléticas.
Fonte: a autora (2016).

O traçado urbano e a arquitetura da antiga sede do município de São Pedro do Itabapoana são típicos das cidades do interior do Brasil do século XIX. O traçado irregular acompanha a topografia natural do terreno, que parte da praça principal onde foram implantados a Igreja Matriz, a Casa de Câmara e Cadeia e outras construções importantes para o funcionamento da cidade. A praça é o encontro dos dois eixos viários que estruturavam a cidade: a Rua Principal que se estende até o acesso principal do sítio, e a Rua Governador Jerônimo Monteiro, que conecta o sítio com o segundo acesso a oeste, mencionado anteriormente.

Conforme frisado no processo de tombamento estadual do sítio histórico, o núcleo urbano não passou pelo processo de modernização, preservando as características do período de sua implantação. Dotado de um conjunto urbano que preserva características urbanas e arquitetônicas dos séculos XIX e XX, representa a presença da economia cafeeira do país no Espírito Santo e também a ocupação do interior do estado, tão importante para alavancar a sua economia. Além do traçado urbano, do calçamento em pé-de-moleque e do casario, São Pedro do Itabapoana guarda uma forma de ocupação urbana que faz uso de materiais, técnicas e soluções construtivas específicas de adaptação às condições físicas naturais do sítio de implantação. A conformação urbana também interfere no modo de vida dos moradores, nas relações de vizinhança e na utilização dos quintais.

Ainda que o núcleo urbano de São Pedro do Itabapoana preserve muito de sua feição de origem, existe uma história transcorrida e que está representada materialmente. Dentro da composição urbana são identificados estilos arquitetônicos de diferentes períodos. Novas incorporações também são somadas ano a ano, conforme as novas necessidades da comunidade e o seu lento crescimento urbano.

O resultado desta composição é um conjunto urbano harmônico, diferente nos elementos construtivos e ornamentais, mas semelhante no ritmo, no porte e na relação entre a edificação e o espaço público, entre os cheios e vazios. As edificações respeitam um mesmo alinhamento e, na maior parte dos casos, o parcelamento de solo original. A forma de ocupação do lote e as soluções construtivas também são bastante semelhantes, uma vez que precisam se adequar à topografia comum a maior parte dos terrenos.

Com exceção dos lotes localizados nas poucas quadras regulares existentes, os lotes se estendem da rua até seu primeiro limite natural, que pode ser um talude, um curso d'água ou uma encosta de morro. Por esta condição ambiental costumam ser estreitos e cumpridos. As edificações são implantadas no alinhamento da rua, favorecendo a ocorrência de quintais nos fundos do lote (Fig. 56 e 57). Embora algumas edificações tenham recebido ampliações junto à fachada posterior, principalmente banheiros e varandas de serviço, a relação entre espaço construído e espaço verde de outrora ainda é legível, conforme pode ser verificado no mapa que segue (Fig. 58).



Figura 56 – A formação de quintais nos fundos das casas. Fachadas frontal e posterior respectivamente.
Fonte: Iphan (2013a).



Figura 57 – A formação de quintais nos fundos das casas. Fachadas frontal e posterior respectivamente.
Fonte: Iphan (2013a).



Figura 58 – Núcleo urbano de São Pedro do Itabapoana, cheios e vazios.
Fonte: a autora (2017).

Seguem abaixo algumas fotografias que retratam a paisagem urbana de São Pedro do Itabapoana, a partir dos pontos identificados no mapa acima (Fig. 58). Destaca-se a topografia acidentada, a presença dos morros na paisagem urbana e a harmonia do conjunto edificado.



7



8



9



10





Figura 59 – Paisagem urbana de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2017).

A maior parte dos logradouros do núcleo urbano é calçada com paralelepípedos, embora dois trechos de rua ainda preservem o antigo pavimento em pedra marroada do início do século XX, mais conhecido como calçamento em pé-de-moleque[87]. Poucas ruas ainda são de terra batida (Fig. 60). Além das ladeiras, duas escadas conectam a parte alta com a parte baixa da vila. Uma das escadas é conhecida como "Escadaria das Damas" uma vez que fazia a ligação entre a praça principal, e por consequência a Igreja, até o antigo bordel frequentado pelos senhores da cidade.

[87] Há comentários que este calçamento havia sido construído por escravos, entretanto segundo França (2010b) a obra foi aprovada pela Câmara Municipal em 1908, e finalizada em 1911, ou seja, após a Abolição da Escravatura.

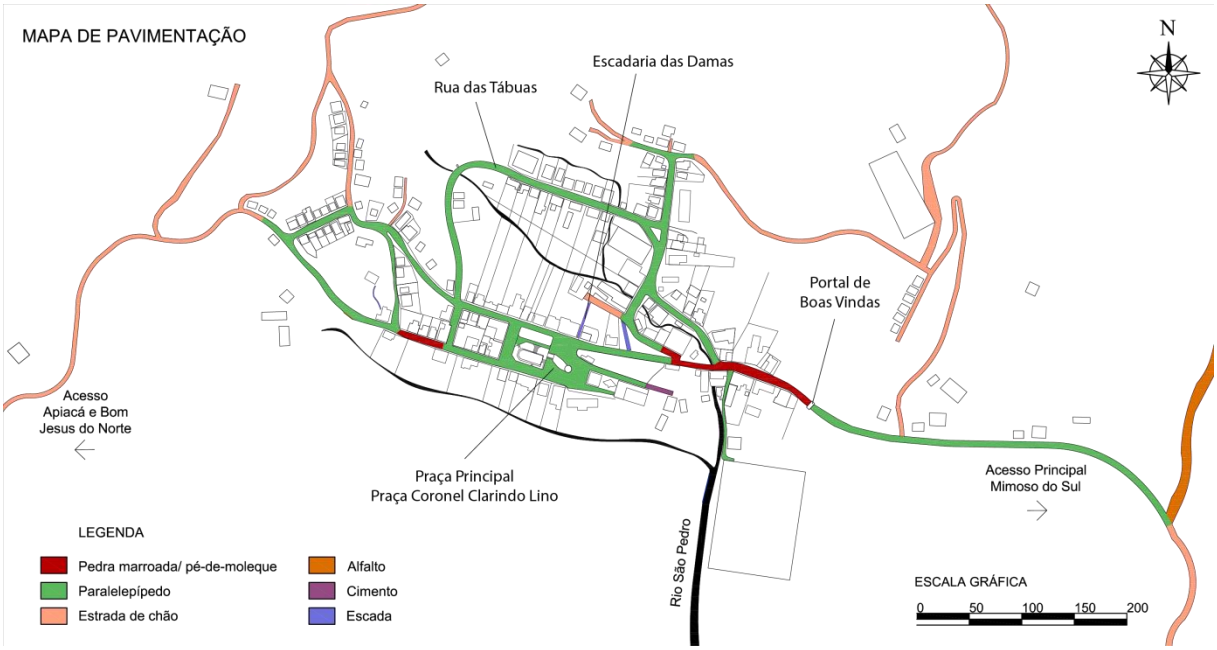


Figura 60 – Mapa de pavimentação.
Fonte: a autora (2017).

Nos eixos principais do núcleo urbano, além de comércios e serviços, localizavam-se as residências urbanas dos fazendeiros de café. Paralelo ao núcleo nobre, na outra margem do Rio São Pedro, residiam as famílias menos abastadas. Atualmente denominada Av. Ana Marques, esta alça é popularmente chamada de Rua das Tábuas. Segundo os moradores locais, essa denominação se deu em virtude da característica da cobertura das casas que havia no local. Tratava-se de casas simples, construídas em estuque, chão de terra batida e cobertura composta por pequenas tábuas, onde residiam colonos e ex-escravos que trabalhavam nas fazendas de café após a abolição da escravidão. Atualmente estas edificações estão presentes apenas no imaginário popular. A Rua das Tábuas, na parte mais elevada, encontra uma bica d'água, fonte de água desde o início do povoado.

A Praça Coronel Clarindo Lino localiza-se no centro do sítio urbano, na sua cota média. A praça é conformada por um conjunto de edificações que ainda preservam suas características originais, na sua maioria da segunda metade do século XIX e cujos elementos remetem à arquitetura colonial luso-brasileira. Junto às edificações de característica colonial, existem algumas com características ecléticas e art déco, que integram a produção arquitetônica da primeira metade do século XX no sul do Espírito Santo.

A praça é um importante ponto de encontro dos moradores e visitantes. Além de possuir equipamentos públicos e de uso coletivo, como a Igreja Matriz, o museu, o coreto, o Clube Recreativo, o posto de saúde e a escola municipal nas imediações, costuma ser palco de diversas festividades que acontecem no sítio histórico inclusive com a existência de um palco

instalado de maneira fixa. Na praça também estão localizadas diversas residências e alguns comércios e serviços: um pequeno mercado, um antiquário, o cartório, um restaurante, alguns bares e lojas de artesanato, conforme demonstrado no detalhe abaixo. Mais do que na praça em si, os moradores costumam conversar junto às casas, acomodando-se nas escadas de acesso e na pequena calçada (Fig. 61).

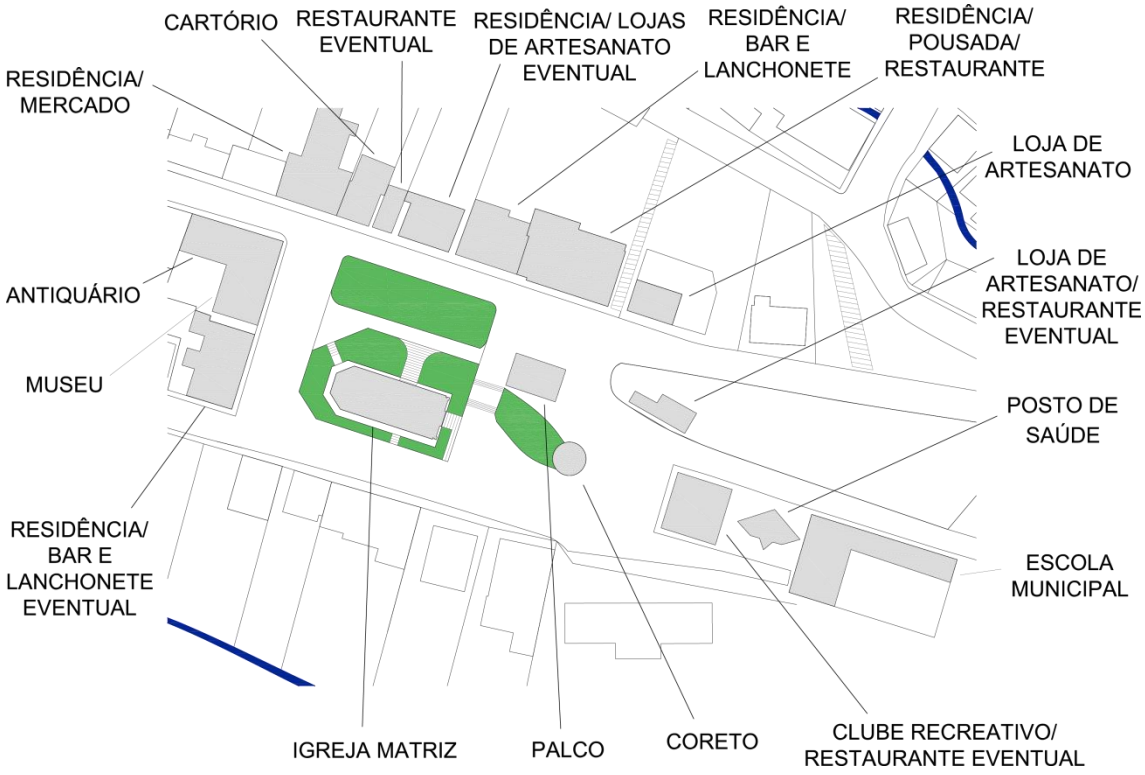


Figura 61 – Praça Coronel Clarindo Lino.
Fonte: a autora (2017).

O imóvel do Clube Recreativo de São Pedro do Itabapoana conta os diversos momentos vividos por São Pedro do Itabapoana. Conforme visto anteriormente, está muito presente na memória coletiva enquanto um dos principais remanescentes do período de apogeu do município de São Pedro do Itabapoana, e é peça fundamental na vida sócio-cultural da comunidade, em virtude das diversas atividades relatadas que sedia. Foi inaugurado em 1896 para abrigar a Casa de Câmara e Cadeia, com características ecléticas sob influência neoclássica, em alvenaria de pedra e tijolo (Fig. 62). Desde então o edifício de dois pavimentos passou por diversas reformas, adequando-se aos novos usos e preferências estéticas de cada período[88](Fig. 63), tornando-se clube recreativo no início da década de 60. Esta última intervenção (Fig. 65) transformou substancialmente as características originais do prédio, o que não invalida seu valor histórico e cultural (IPHAN, 2013a; MEDINA, 1961).

[88] O edifício permaneceu desocupado entre 1930 e o início da década de 1960, quando teve sua função desativada em virtude da transferência da sede do município para Mimoso do Sul.

O coreto é outra importante referência da memória coletiva local. Construído em concreto com guarda-corpos de madeira, é dotado de características que remetem ao estilo art déco (Fig 65). Estima-se que foi construído em meados do século XX[89], a pedido da comunidade, no mesmo local onde havia um antigo coreto de madeira, construído em 1921 para apresentações artísticas e eventos políticos (Fig.64). É utilizado durante as festividades locais e para atividades de lazer (IPHAN, 2013a).



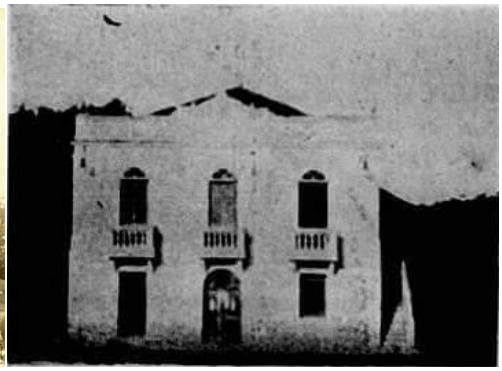


Figura 62 – Inauguração da Casa de Câmara e Cadeia de São Pedro do Itabapoana, 1896.
Fonte: http://www.mimosoinfoco.com.br/ (Agosto, 2017).
Figura 63 – Prédio da Prefeitura, após a reforma da década de 1920, quando retirada a cadeia.
Fonte: Secult (2017).

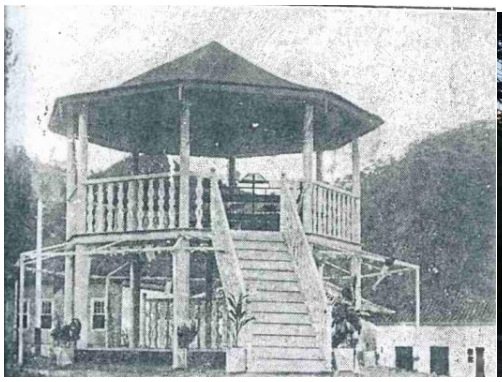




Figura 64 – Antigo coreto em madeira inaugurado em 1921.
Fonte: Medina (1961).
Figura 65 – Em primeiro plano o coreto atual e em segundo a antiga Casa de Câmara e Cadeia após a reforma da década de 1960, atual Clube Recreativo de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2016).

Segundo Bettarello (1987 apud PEREIRA, 2009), a técnica construtiva normalmente utilizada no núcleo urbano antigo provém da seleção natural de materiais. Esta seleção era determinada pela acessibilidade aos materiais e pelas condições naturais do sítio de implantação. As construções tinham estrutura independente de madeira, apoiada sobre esteios ou pilotis. O fechamento se dava por alvenaria de tijolos de barro ou pau-a-pique, protegido da água da chuva pelos beirais dos telhados cobertos com telha canal ou francesa, e pelo

[89] O declive do terreno permitiu o aproveitamento do porão, atualmente utilizado como depósito e banheiros públicos, adicionados na reforma de 2008.

desnível entre a via e a edificação, uma vez notado a grande altura dos meios fios e a presença de escadas que dão acesso às edificações. Em algumas edificações também é encontrado fundação e alvenaria em pedra, que, tomando partido dos declives conformavam os porões (PEREIRA, 2009).

As madeiras de alta durabilidade eram obtidas nas fazendas da região. O material também era empregado nas escadas internas, assoalhos e forros de diferentes composições. O granito lavrado, encontrado com fartura na região, era utilizado na estrutura, nas escadas externas e sacadas. As paredes eram rebocadas com liga de barro e caiadas, quando internas recebiam pinturas ornamentais junto ao piso e ao teto e papéis de parede de origem europeia (PEREIRA, 2009). Embora os imóveis tenham sofrido diversas reformas internas ainda são encontrados assoalhos e forros originais da época de construção (Fig. 66, 67, 68 e 69).



Figura 66 – Detalhe do forro em tabuado contendo arremate lateral decorado em recortes na madeira.
Figura 67 – Detalhe do forro em tabuado saia e camisa.
Figura 68 – Vista de sala de jantar com piso tabuado
Figura 69– Vista de sala de jantar com piso de tabuado e forro em tabuado tipo saia e camisa.
Fonte: Iphan (2013a).

A topografia do sítio foi determinante no partido arquitetônico utilizado para as edificações, que tira proveito dos aclives e declives dos arruamentos e lotes, adotando pavimentos semienterrados e porões utilizados originalmente como alojamento dos empregados ou como depósito.



Figura 70 – Aproveitamento do declive dos terrenos.
Fonte: a autora (2016).
Figura 71 – Aproveitamento do declive dos terrenos.
Fonte: Iphan (2013a).



Figura 72 – Aproveitamento do declive dos terrenos. Fachadas frontal e posterior respectivamente.
Fonte: Iphan (2013a).



Figura 73 – Aproveitamento do declive dos terrenos. Fachadas frontal e posterior respectivamente.
Fonte: Iphan (2013a).

As construções da segunda metade do século XIX, período de fundação do povoado, são caracterizadas pela arquitetura colonial luso-brasileira, observado na forma de ocupação, nos elementos construtivos e ornamentais. As edificações normalmente são térreas, de linhas simples e grandes fachadas horizontais, construídas junto ao alinhamento da vida, em geral sem afastamentos laterais. O partido em geral é retangular ou em forma de “L”. Nas fachadas, a maioria caiada de branco, destacam-se cunhais e cimalhas pintados nas cores das esquadrias (IPHAN, 2013a; SECULT, 2008).

Observa-se a presença de telhados aparentes de telha do tipo canal, estrutura de madeira aparente nas fachadas, com vãos de partido vertical e sequencial que concedem ritmo a fachada. Algumas construções fazendo uso da madeira serrada possuem acabamentos mais refinados nas esquadrias e beiras, como lambrequins, venezianas e caixilhos de vidro colorido (IPHAN, 2013a).

No final do século XIX e início do século XX foi empregado em São Pedro do Itabapoana características ecléticas do estilo chalé. As diferenças fundamentais são o alinhamento da edificação junto à fachada de menor extensão, tal qual nos grandes centros como no Rio de Janeiro, e a cobertura em duas águas, perpendicular a via, com beirais salientes. A pintura à base de cal utiliza novas cores em seus ornamentos e esquadrias (SECULT, 2008).

A perda da condição de município condenou os casarios do século XIX ao abandono e à má conservação. Muitas construções do período ruíram ou foram demolidas para dar lugar a novas edificações com feições ecléticas, neoclássicas e art déco.

Na primeira metade do século XX o ecletismo se faz presente no núcleo urbano de São Pedro do Itabapoana. Sobre influência tardia da missão francesa, motivações neoclássicas se fazem presentes nessas edificações. Destaca-se a presença da platibanda com recortes variados, fachadas adornadas em relevo de argamassa e variações no formato e composição dos vãos. Em algumas construções também é notada a influência do art déco (IPHAN, 2013a; SECULT, 2008).



Figura 74 – Características dos imóveis.
Fonte: a autora (2017).

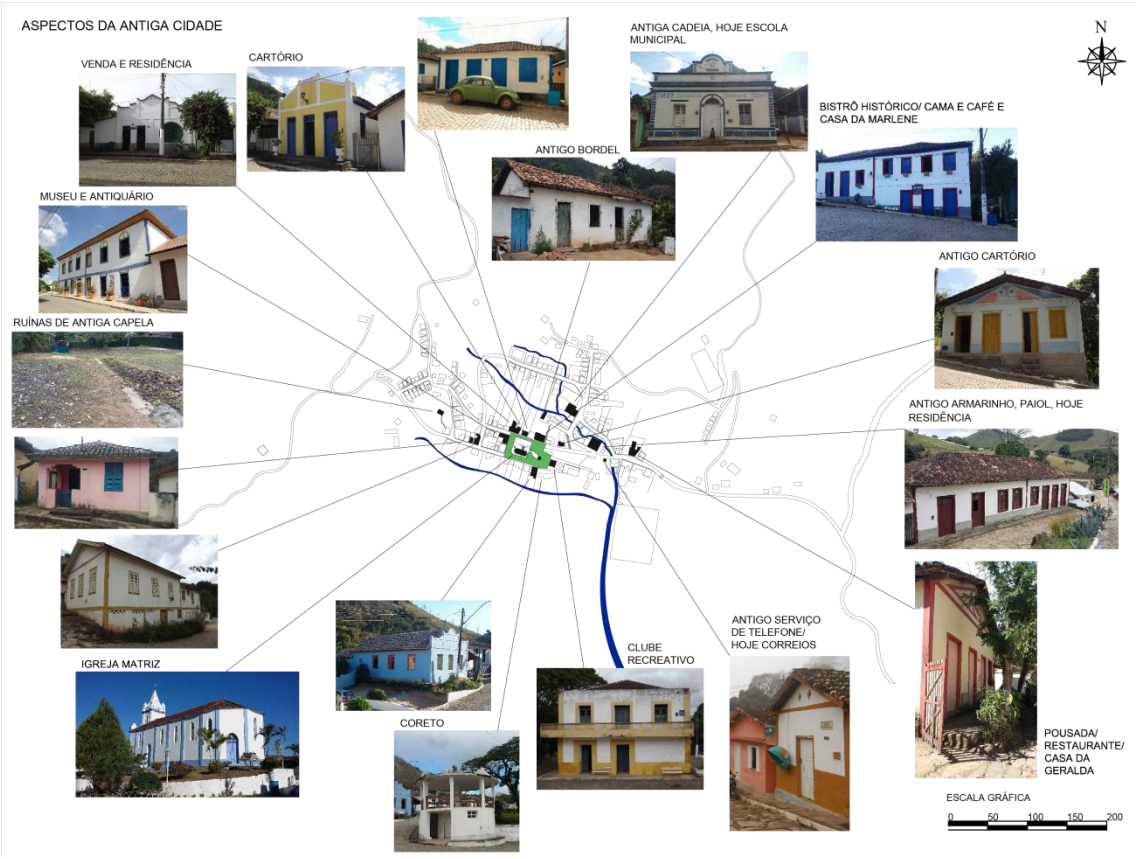


Figura 75 – Aspectos da antiga cidade.
Fonte: a autora (2017).

Durante as décadas de 60, 70 e 80 novas edificações foram incorporadas. A maior parte delas adotou a tipologia tradicional da antiga cidade, com características e materiais construtivos da arquitetura colonial e eclética. Dentre os elementos identificados estão a alvenaria de tijolos com estrutura de madeira, esquadrias em madeira, caiação e telhado em duas ou quatro águas com telhas do tipo, canal e francesa. Antigos casarões deram também lugar à quadra de esportes, lojas de artesanato, parque infantil e palcos utilizados nos eventos musicais. Nos dias atuais ainda permanecem alguns vazios urbanos.

A expansão urbana de São Pedro do Itabapoana é pouco expressiva, entretanto indica um novo movimento de ocupação iniciado na década de 80, período em que foi realizado o tombamento estadual e que deu início às melhorias na infraestrutura urbana da sede distrital. A pesquisa diagnosticou que a renovação de sua população urbana tem duas principais motivações, o retorno de antigos moradores e a vontade de trabalhadores rurais da região de se estabelecerem no meio urbano, para poder ter acesso aos seus benefícios.



Figura 76 – Zonas de expansão urbana.
Fonte: a autora (2017).

A primeira expansão urbana se deu principalmente a partir da década de 80, na porção norte do núcleo urbano, sobre as cotas baixas e médias do sítio. Parte do traçado urbano (Rua das Tábuas) é o mesmo da cidade antiga, entretanto a maior parte das edificações do século XIX e início do XX ruíram ou foram demolidas, dando lugar às novas construções de uso predominantemente residencial. A ocupação segue a mesma lógica do sítio histórico. Em geral são lotes estreitos e compridos que se estendem da rua até o limite natural, possibilitando a presença de grandes quintais. As calçadas são estreitas, por vezes substituídas por jardins. As casas são térreas, construídas junto ao alinhamento da calçada, em alvenaria, algumas com estrutura de madeira, cobertura em telha cerâmica e esquadrias de madeira.

A segunda expansão urbana ocupou as cotas mais elevadas do sítio, próximo ao acesso para o município de Apiacá. Trata-se de residências financiadas pelo BNH durante a década de 80, onde residem, em geral, trabalhadores rurais da região. São pequenas casas de alvenaria, com materiais e acabamentos simples. Diferente dos demais, os lotes são pequenos, ocupados pela residência em quase sua totalidade. Parte do arruamento deste setor não tem pavimentação.

Já o setor de expansão 3 é o mais recente e data de 2007. A área é composta por uma única rua, também em cota elevada e sem pavimentação, localizada próxima ao cemitério e relativamente afastada do núcleo mais antigo. É composta por algumas poucas residências que tiveram origem no parcelamento de uma fazenda localizada nas proximidades do núcleo urbano. Pequenos produtores rurais se organizaram em sindicato e através de crédito rural

pelo Banco da Terra repartiram a fazenda e adquiram pequenas propriedades. A área identificada trata-se da porção escolhida pelas famílias para construir sua casa urbana. As características se assemelham às casas financiadas pelo BNH.

O porte das novas edificações, os materiais construtivos e a forma de ocupação não são contrastantes com o conjunto urbano antigo, os usos também não geram grandes impactos, pelo contrário, favorecem a renovação da população e a movimentação do comércio e serviço locais, entretanto o parcelamento do solo difere principalmente na ausência de quintais nos casos citados. Em geral o impacto visual das novas edificações é pequeno, entretanto, a localização dos setores de expansão 2 e 3 nas cotas elevadas é um fator que poderá vir a comprometer a característica marcante e essencial na paisagem urbana de São Pedro do Itabapoana, o pano de fundo composto pelas encostas verdes e plantações.

Como pode ser verificado no mapa abaixo (Fig. 77), a maior parte das edificações do núcleo urbano é térrea, o que garante a visibilidade da torre da Igreja Matriz, enquanto importante marco visual, e de algumas edificações importantes localizadas no coração da antiga cidade. Quando localizadas em declive as construções térreas apresentam um segundo pavimento, que em geral não pode ser visto do espaço público uma vez que estão abaixo do nível da via.

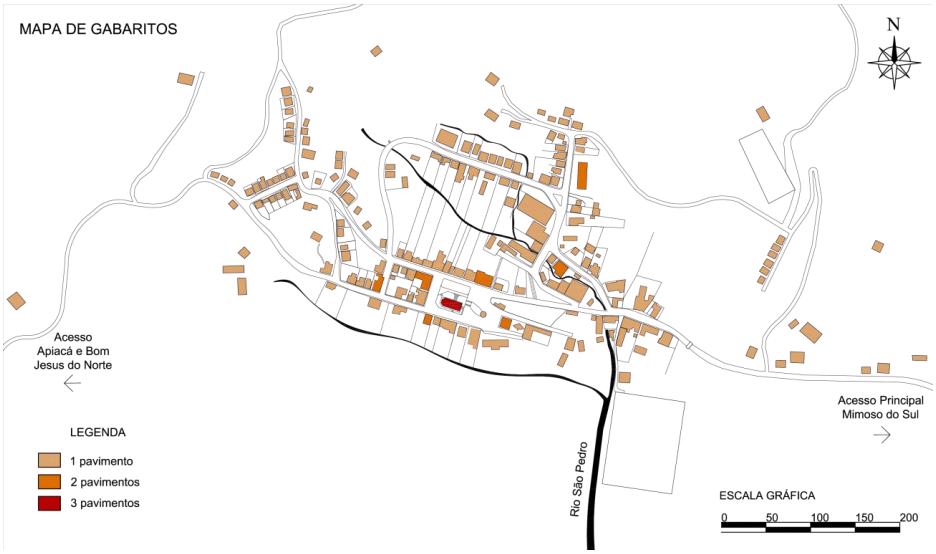


Figura 77 – Mapa de gabaritos.
Fonte: a autora (2017).

O uso residencial é predominante no núcleo urbano. Em seguida destaca-se o uso misto, prática comum na antiga cidade, mas que segundo o inventário do Iphan (2013a), seu crescimento é consequência da nova dinâmica sociocultural que se instaurou a partir da criação do Festival de Sanfona e Viola e demais festividades locais que movimentam a economia local. Muitas residências alugam quartos pelo Sistema Cama e Café, oferecem

cafés, refeições e artesanato, de forma esporádica, para atender os visitantes durante as festividades. Em outros casos foram instalados bares, restaurantes e lojas de artesanato em um ou mais cômodos da casa. Há também a construção de novos quartos junto à residência da família e de pousadas no quintal.

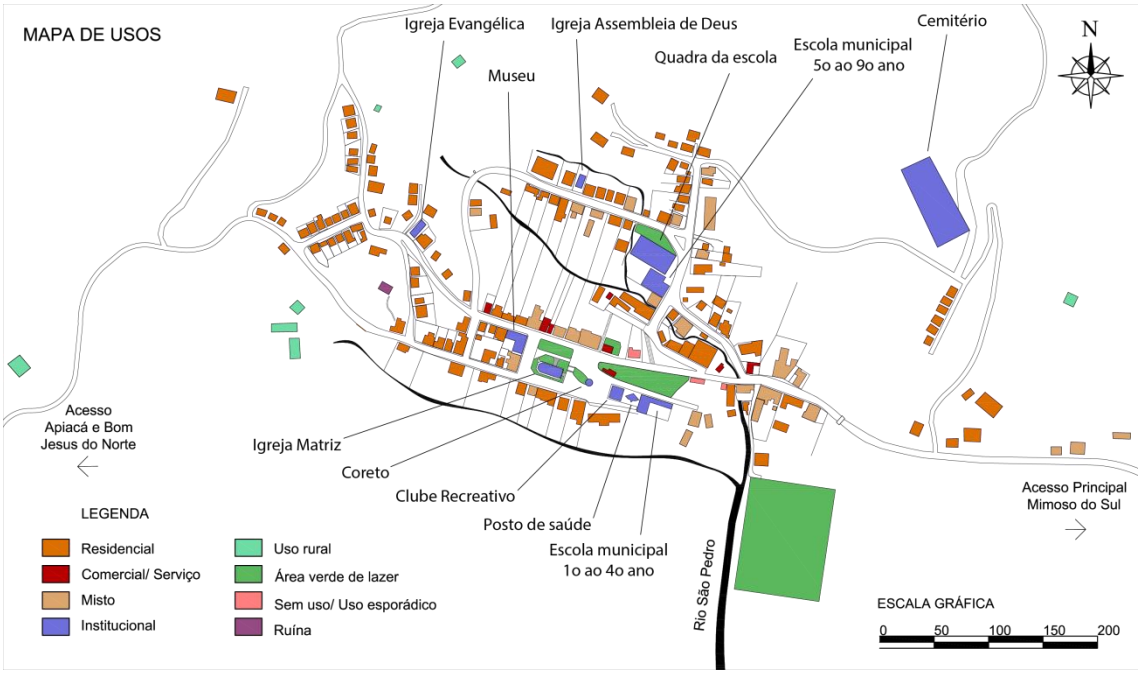


Figura 78 – Mapa de usos.
Fonte: a autora (2017).

Conforme dito anteriormente a mescla de usos e a presença de alguns equipamentos faz da Praça Principal o grande ponto de encontro das pessoas e concede-a papel fundamental na vida social do sítio. Um segundo local também desempenha papel semelhante, logo na entrada principal do sítio histórico, conforme mostra o detalhe abaixo (Fig. 79). O uso comercial aliado às rodas de sanfona e viola, organizadas pelos proprietários dos estabelecimentos comerciais, costuma reunir um número considerável de pessoas.

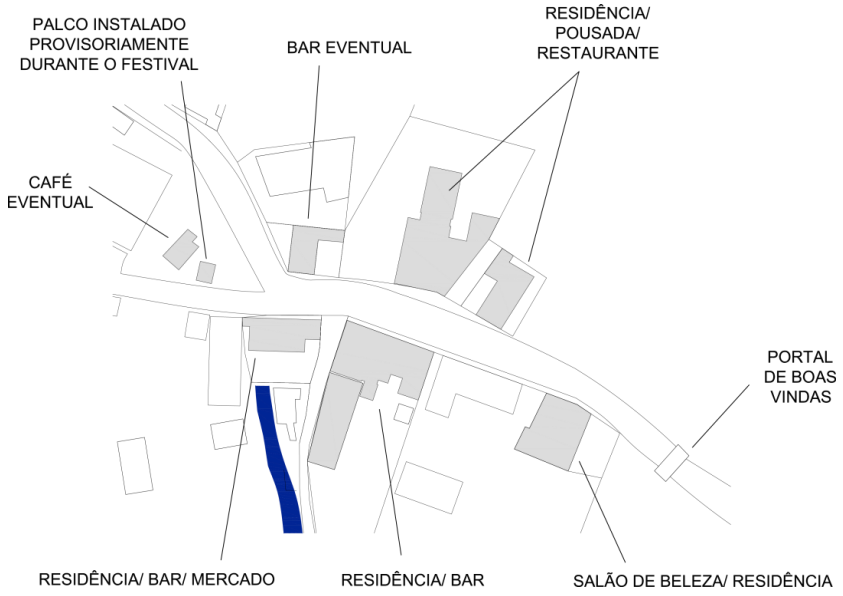


Figura 79 – Uso misto na entrada principal do sítio histórico.
Fonte: a autora (2017).

O fato de ter sido a sede do antigo município faz o núcleo urbano deter uma série de elementos articuladores relacionados aos laços afetivos, à memória coletiva e às práticas culturais da comunidade. Antigos moradores retornam com frequência para visitar familiares e amigos, ou tem sua própria residência no local. É no núcleo urbano que estão as Igrejas - católica, evangélica e assembleia de Deus – onde acontecem as festividades como o Festival de Sanfona e Viola, o Boi Pintadinho, a Festa do Padroeiro São Pedro de Alcântara[90], as rodas de sanfona e viola, os bailes na quadra da escola, os campeonatos de futebol e onde é ensinado a sanfona e a viola.

O sítio histórico de São Pedro do Itabapoana não é mais o centro político e comercial da região, entretanto continua sendo um importante centro social e cultural do sul do estado. Por ser a sede do distrito de São Pedro do Itabapoana, o sítio histórico concentra as instituições e serviços públicos como as Igrejas, o cemitério, o cartório, o clube comunitário, o posto de saúde, as quadras de esporte e a escola municipal. Outro fator interessante é a baixa ocorrência do uso comercial e de serviço de forma independente. Isto porque na maior parte dos casos, estes usos estão conjugados com o uso residencial, onde o proprietário e os funcionários dos estabelecimentos são, em geral, da própria família.

Os novos usos além de provocarem adaptações nas edificações antigas também ocasionaram novas incorporações no sítio histórico, concedendo a ele novas formas, significados e apropriações que contam a história do povoado (Fig. 80).

[90] A festividade acontece no final de semana próximo ao dia 19 de outubro, dia de São Pedro de Alcântara. Junto com a celebração religiosa acontecem shows musicais e barraquinhas de comida e etc.

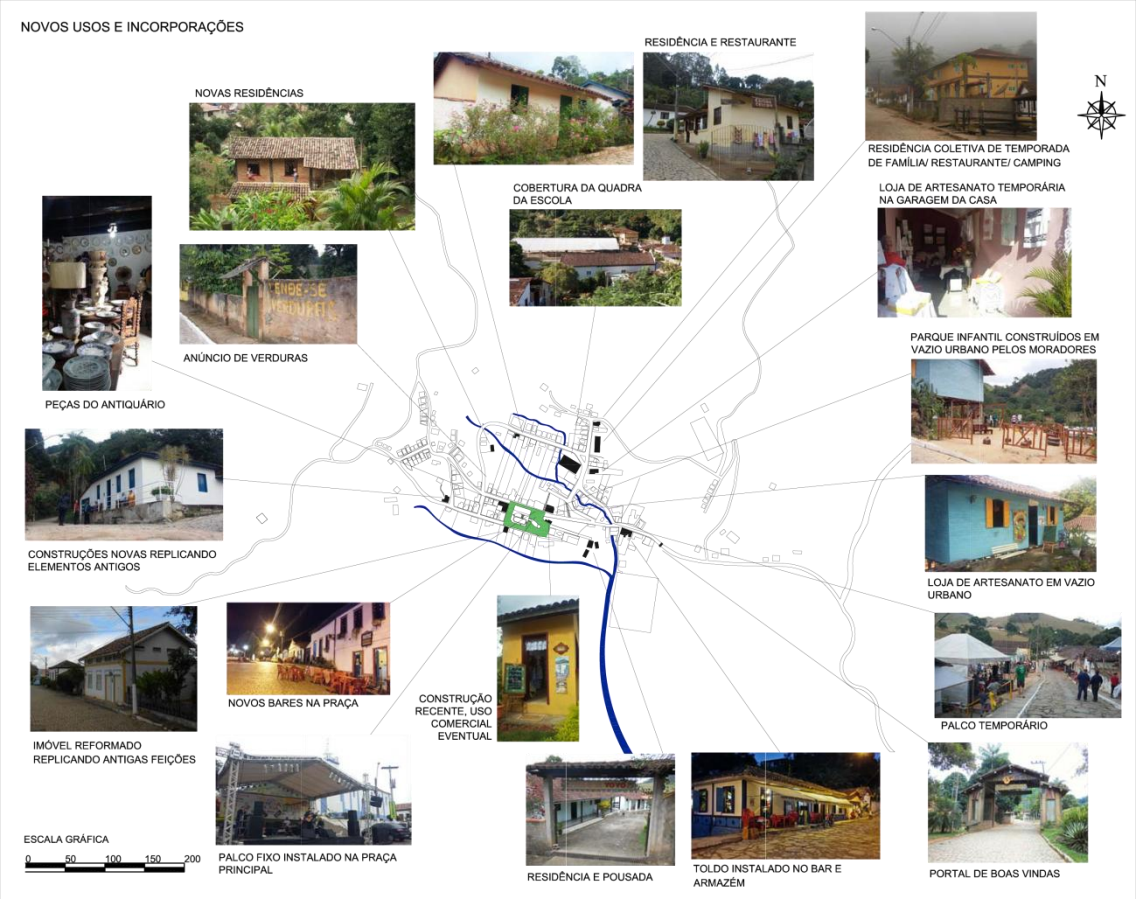


Figura 80 – Novos usos e incorporações.
Fonte: a autora (2017).

A permanência de seus moradores, movidos por vínculos afetivos, dentre outras motivações, a reapropriação dos bens materiais e o resgate de antigas manifestações culturais também foram determinantes para garantir a preservação do sítio histórico. Em meio a dificuldades e limitações a comunidade, através do uso e de (re)apropriações físicas e simbólicas, preserva a vitalidade do conjunto, garantindo a sua integridade física, perpetuando suas memórias e resignificando-o.

4.2.3 Caminhos e marcos

Conforme demonstrado anteriormente, caminhos vicinais conectavam as fazendas de café e a sede do município. Uma vez chegada a estrada de ferro sem passar pela sede, São Pedro do Itabapoana desenvolveu uma rede de estradas para colocar a sede e as fazendas de café em contato com as estações ferroviárias. As estradas permanecem as mesmas atualmente, conectando o distrito de São Pedro do Itabapoana às fazendas e aos demais povoados e municípios que surgiram no entorno das estações ferroviárias. Os caminhos na sua maioria cortam áreas rurais, pastagem de gado e plantações de café, dentre outros gêneros alimentícios. A paisagem é bastante semelhante, composta por mares de morros, cortados por

rios e estradas sinuosas, com ocupações dispersas no território e adaptadas à topografia acidentada.



Figura 81 – Criação de gado leiteiro vista da estrada que da acesso à Fazenda Independência.
Fonte: a autora (2016).



Figura 82 – Vista da Fazenda Rosa a partir da estrada de chão que dá acesso ao sítio histórico de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2016).



Figura 83 – Plantação de café vista da estrada asfaltada que dá acesso ao sítio histórico de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2016).

Através dos caminhos e, sobretudo no campo simbólico, estão conectados ao nó principal diversos marcos materiais que configuram o território. Esses marcos foram identificados pela comunidade, pelo inventário do Iphan e pelos órgãos estadual e municipal de preservação. São eles a Estação Ferroviária Dona América, a Cachoeira da Paraíba, o Mirante da Torre e um grande número de antigas fazendas de café, aos quais são atribuídos pelos moradores valores ligados à memória afetiva, à história, arquitetura e ao seu cotidiano. Conforme visto nas entrevistas, uma parte significativa dos moradores do sítio histórico trabalha na lavoura, nas fazendas da região. Sobre as fazendas de café também existe o interesse institucional da preservação nas variadas esferas públicas, reconhecendo o seu valor enquanto importantes exemplares da arquitetura rural dos séculos XIX e XX.

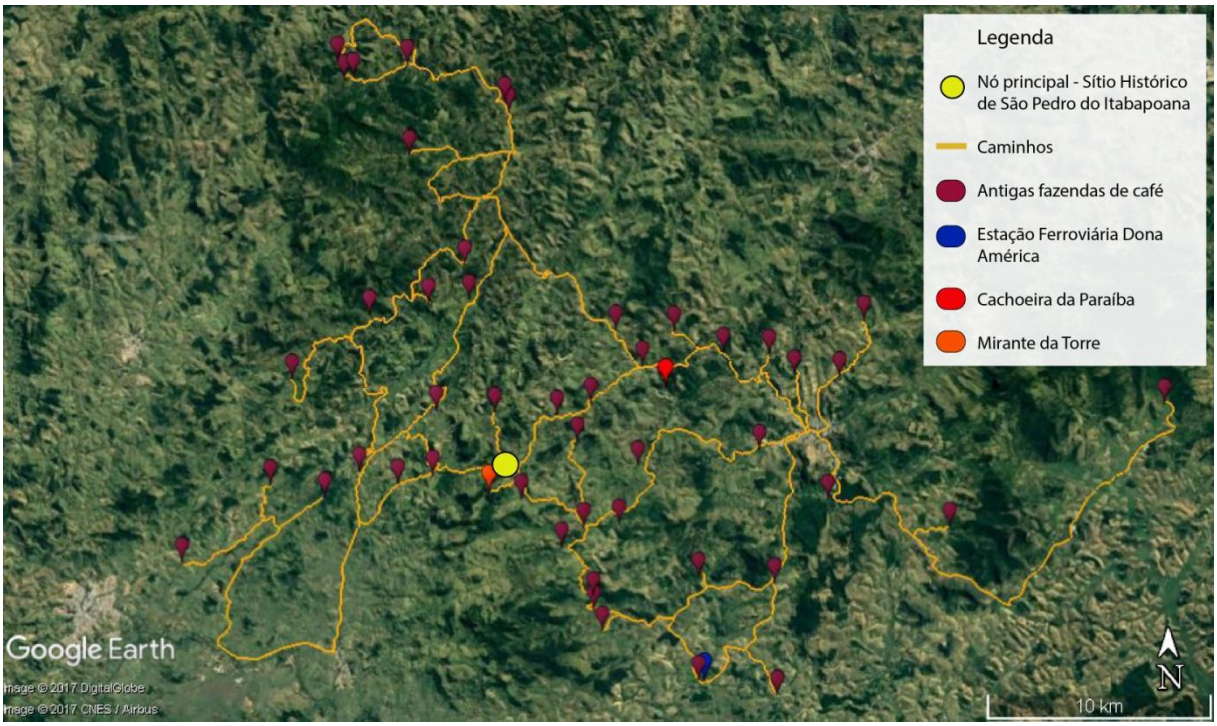


Figura 84 – A rede do território de SãoPedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2017).

A Estação Dona América está localizada no distrito de mesmo nome, uma homenagem à proprietária da fazenda de café onde foi instalada a estação, pelos serviços prestados a Companhia. A Estação, e o povoado que se formou no seu entorno, esteve em contato direto com São Pedro do Itabapoana devido a sua proximidade. A estação fornecia cerca de 50.000 arrobas de café (MOFATI, 2013b; GIESBRECHT, 2016). Alguns moradores de São Pedro do Itabapoana tem origem no povoado de Dona América e por isso é que mantém presente nos discursos dos moradores. Hoje a estação é utilizada pela comunidade local para atividades variadas como velórios e aniversários.





Figura 85 – Estação Ferroviária Dona América.
Fonte: Mofati (2013b).
Figura 86 – Entorno da Estação Ferroviária Dona América.
Fonte: http://www. www.portalmimoso.com.br/ (Agosto, 2017).

Também foram identificados pelos moradores como marcos de referência do território de São Pedro do Itabapoana, a Cachoeira da Paraíba (Fig. 87) e o Mirante da Torre (Fig. 88). A Cachoeira da Paraíba está localizada no Rio Muqui do Sul, próximo a estrada que liga Mimoso do Sul e o Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana, a cerca de 15 km do sítio. É uma importante referência da memória coletiva local, sobretudo pela sua função de lazer. Já o Mirante da Torre[91], cujo acesso está localizado a poucos quilômetros do sítio histórico, é destino de caminhadas ecológicas organizadas pelos moradores e de onde se avista boa parte do território.





Figura 87 – Cachoeira da Paraíba, Mimoso do Sul.
Fonte: GoogleEarth (Novembro 2017).
Figura 88 – Vista do Mirante da Torre.
Fonte: a autora (2016).

A partir do inventário realizado pelo Iphan em 2013, complementado por visitas de campo[92], por informações de colaboradores da comunidade, técnicos da Secult e o Plano

[91] Trata-se do caminho aberto para instalação da torre de telefone da Embratel, construída em 1978. Desde então é frequentado pelo comunidade que também faz a manutenção da trilha de acesso ao mirante.
[92] Foi possível visitar seis fazendas: Independência, União, Recreio, Maravilha, da Barra e Santa Rosa.

Diretor Municipal de Mimoso do Sul, foram identificadas quarenta e seis fazendas de café[93] datadas do final do século XIX e início do século XX até 1930[94], localizadas no que vinha a ser o antigo município de São Pedro do Itabapoana, ou seja, nos atuais municípios de Mimoso do Sul, Apiacá e Bom Jesus do Norte[95].



* Fotos retiradas de Iphan (2013a).
Figura 89 – Localização das fazendas de café do antigo município de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2017).

Nº	Nome da fazenda	Localização (Município, Distrito)
1	Fazenda Independência[96]	Mimoso do Sul, Distrito São Pedro do Itabapoana
2	Fazenda União	Mimoso do Sul, Distrito São Pedro do Itabapoana
3	Fazenda Lajeado	Mimoso do Sul, Distrito São Pedro do Itabapoana
4	Fazenda Recreio	Mimoso do Sul, Distrito São Pedro do Itabapoana
5	Fazenda Santa Rosa	Mimoso do Sul, Distrito São Pedro do Itabapoana
6	Fazenda Maravilha	Mimoso do Sul, Distrito Santo Antônio do Muqui
7	Fazenda da Barra	Mimoso do Sul, Distrito Santo Antônio do Muqui

[93] Às fazendas inventariadas pelo Iphan foram somadas: a Fazenda União, importante fazenda de café não inventariada por equívoco da equipe de pesquisa, e a Fazenda São Domingos, identificada pelo Plano Diretor Municipal como de interesse para a preservação, não inventariada por falta de permissão do proprietário.
[94] Data em que São Pedro do Itabapoana perdeu sua autonomia e a condição de município.
[95] Conforme visto anteriormente, o município de São José do Calçado também integrava o antigo município de São Pedro do Itabapoana. Entretanto, não fez parte do Inventário do Iphan e também não se fez presente durante as pesquisas sobre as fazendas de café.
[96] Única dentre as 46 fazendas identificadas a ter pedido de tombamento federal, Processo nº 1521-T-04, aberto em 2004 e indeferido em 2014, conforme visto no segundo capítulo.

8	Fazenda Palestina	Mimoso do Sul, Distrito Sede Mimoso do Sul
9	Fazenda Feliz Destino	Mimoso do Sul, Distrito Conceição do Muqui
10	Fazenda Fazendinha	Apiacá
11	Fazenda Pedra Riscada	Mimoso do Sul, Distrito São Pedro do Itabapoana
12	Fazenda Santa Helena	Mimoso do Sul, Distrito São Pedro do Itabapoana
13	Fazenda Rio Doce	Apiacá
14	Fazenda Santana	Bom Jesus do Norte
15	Fazenda Pouso Alto	Mimoso do Sul, Distrito Santo Antônio do Muqui
16	Fazenda Boa Esperança	Mimoso do Sul, Distrito Conceição do Muqui
17	Fazenda São Carlos	Mimoso do Sul, Distrito São Pedro do Itabapoana
18	Fazenda Harmonia	Mimoso do Sul, Distrito São Pedro do Itabapoana
19	Fazenda Pastinho	Mimoso do Sul, Distrito Dona América
20	Fazenda Vargem Alegre	Mimoso do Sul, Distrito Santo Antônio do Muqui
21	Fazenda Sítio do Meio	Apiacá
22	Fazenda do Puri	Apiacá
23	Fazenda Batatal	Apiacá
24	Fazenda Estrela do Norte	Apiacá
25	Fazenda da Barrinha	Apiacá
26	Fazenda do Limão	Apiacá
27	Fazenda da Cachoeira	Bom Jesus do Norte
28	Fazenda da Conquista	Bom Jesus do Norte
29	Fazenda Boa Vista	Mimoso do Sul, Distrito São José das Torres
30	Fazenda Aparecida	Mimoso do Sul, Distrito Sede Mimoso do Sul
31	Fazenda Boa Sorte	Mimoso do Sul, Distrito Sede Mimoso do Sul
32	Fazenda Caixa D'água	Mimoso do Sul, Distrito Sede Mimoso do Sul
33	Fazenda da Gruta	Mimoso do Sul, Distrito Sede Mimoso do Sul
34	Fazenda Vargem Alegre	Mimoso do Sul, Distrito Sede Mimoso do Sul
35	Fazenda da Presa	Mimoso do Sul, Distrito Sede Mimoso do Sul
36	Fazenda Jacutinga	Mimoso do Sul, Distrito Sede Mimoso do Sul
37	Fazenda da Serra	Mimoso do Sul, Distrito Sede Mimoso do Sul
38	Fazenda Pauliceia	Mimoso do Sul, Distrito Sede Mimoso do Sul
39	Fazenda Santa Marta	Mimoso do Sul, Distrito Sede Mimoso do Sul
40	Fazenda Farra da Forquilha	Mimoso do Sul, Distrito Conceição do Muqui
41	Fazenda Barra dos Pontões	Mimoso do Sul, Distrito Conceição do Muqui
42	Fazenda Muribeca	Mimoso do Sul, Distrito Conceição do Muqui
43	Fazenda Oriente I (Aristides Furtado)	Mimoso do Sul, Distrito Conceição do Muqui
44	Fazenda Oriente I (José Furtado)	Mimoso do Sul, Distrito Conceição do Muqui
45	Fazenda Oriente II	Mimoso do Sul, Distrito Conceição do Muqui
46	Fazenda São Domingos	Mimoso do Sul, Distrito Dona América

Tabela 8 – Fazendas de café do antigo município de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2017).

Das quarenta e seis fazendas de café identificadas, dezessete constam na história oral contada pelos moradores de São Pedro do Itabapoana[97] durante as entrevistas e nas oficinas. Estas fazendas estão presentes na memória individual e coletiva, e no seu cotidiano atual,

[97] Algumas fazendas não foram localizadas no inventário do Iphan, são elas: Santa Fé, Boa União, Nilson Maria, Paraíso e Cachoeira Alta. As Fazendas Criméia e Primavera não foram inventariadas com a justificativa de que suas sedes haviam sido demolidas.

como local de origem, morada, trabalho ou lazer[98]. Com exceção da Fazenda União, todas essas foram inventariadas pelo Iphan. O mapa abaixo (Fig. 90) demonstra que muitas dessas fazendas (dez) não estão localizadas no atual limite administrativo do Distrito de São Pedro do Itabapoana[99] o que reforça a identificação da comunidade com um território mais amplo relacionado com os domínios do antigo município.



* Fotos retiradas de Iphan (2013a).
Figura 90 - Mapa com a identificação das fazendas presentes na história oral dos moradores de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2017).

A Fazenda Recreio, grande produtora de café da região, foi local de moradia e trabalho de diversos moradores do núcleo urbano de São Pedro do Itabapoana. Da mesma forma acontece com as demais fazendas identificadas, também locais de nascimento dos moradores. As Fazendas Santa Rosa e Maravilha, localizadas próximas ao sítio histórico, são também lembradas pelas suas Bandas Musicais. Em visita a Fazenda Maravilha foi encontrado um baú repleto de partituras da antiga banda da fazenda. A Fazenda Feliz Destino é lembrada pelas festas de interior e campeonatos de futebol.

[98] É importante salientar que as fazendas surgiram nos discursos de forma espontânea uma vez que os moradores não foram questionados sobre a sua relação com as antigas fazendas de café. Desta forma é possível que outras fazendas não identificadas neste momento sejam dotadas de importância para a memória e identidade local.
[99] Das nove fazendas localizadas no distrito, sete foram identificadas pelos moradores como referência de memória local.

As fazendas identificadas foram estabelecidas por fazendeiros mineiros, fluminenses e alguns imigrantes italianos próximos a rios e córregos para seu aproveitamento enquanto fonte de água e de energia. Na porção de menor inclinação da propriedade foram implantadas a sede da fazenda, a senzala, quando no caso de fazendas construídas ainda no período escravocrata, as casas dos colonos e toda a estrutura de apoio à atividade rural comumente composta por terreiros para secagem do café, tulha, galinheiro, pocilga, curral e galpão para maquinário de beneficiamento.

Nas fazendas maiores e mais populosas também são encontradas pequenas capelas, serrarias e edificações que abrigaram escolas, vendas e usinas de energia. Um número considerável de fazendas ainda preserva o conjunto de edificações dos séculos XIX e XX. A última senzala preservada, localizada na Fazenda Independência (1), foi demolida nos anos 2000. Em algumas fazendas é possível encontrar resquícios do antigo sistema de captação de água e distribuição composto por tanques de pedra e aquedutos aéreos. Também são encontrados antigos moinhos e abrigos de bicas d'água.

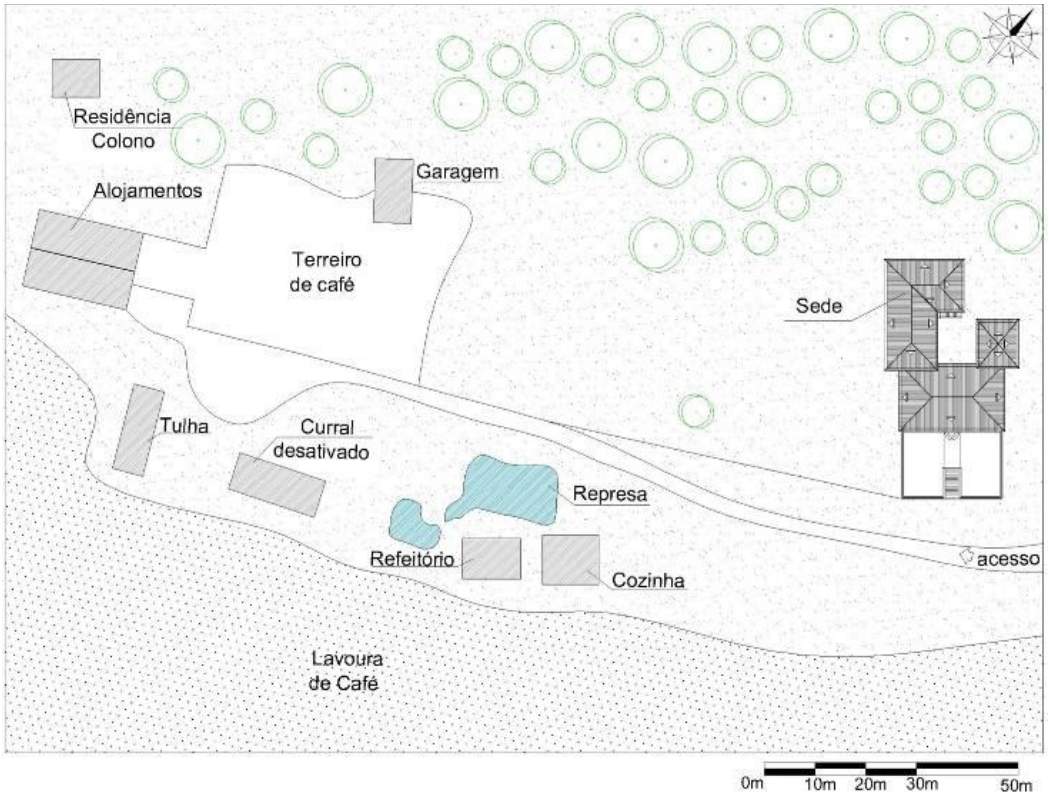


Figura 91 - Implantação da Fazenda Independência.
Fonte: Iphan (2013a).

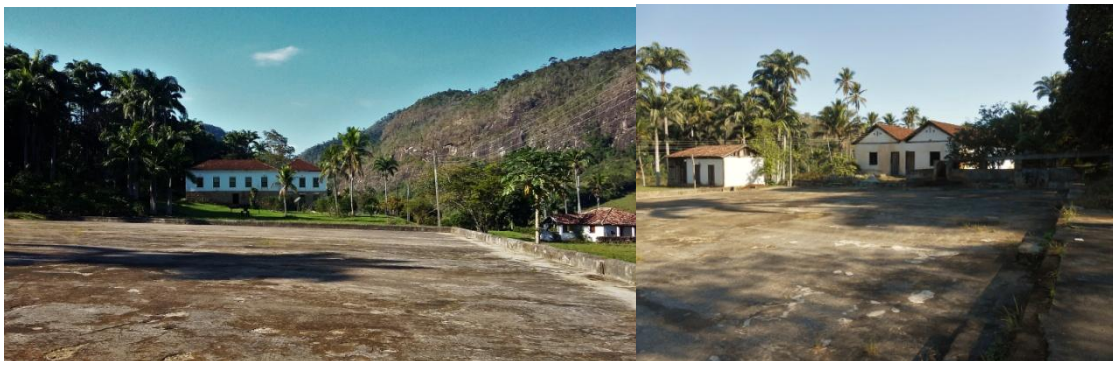


Figura 92 –Terreiro de café com sede da Fazenda Independência ao fundo.
Fonte: a autora (2016).
Figura 93 - Terreiro de café, aqueduto e estruturas laborais da Fazenda Independência.
Fonte: a autora (2016).



Figura 94 - Capela, Fazenda Independência.
Fonte: Iphan (2013a).
Figura 95 - Casa de colono, Fazenda Independência.
Fonte: Iphan (2013a).



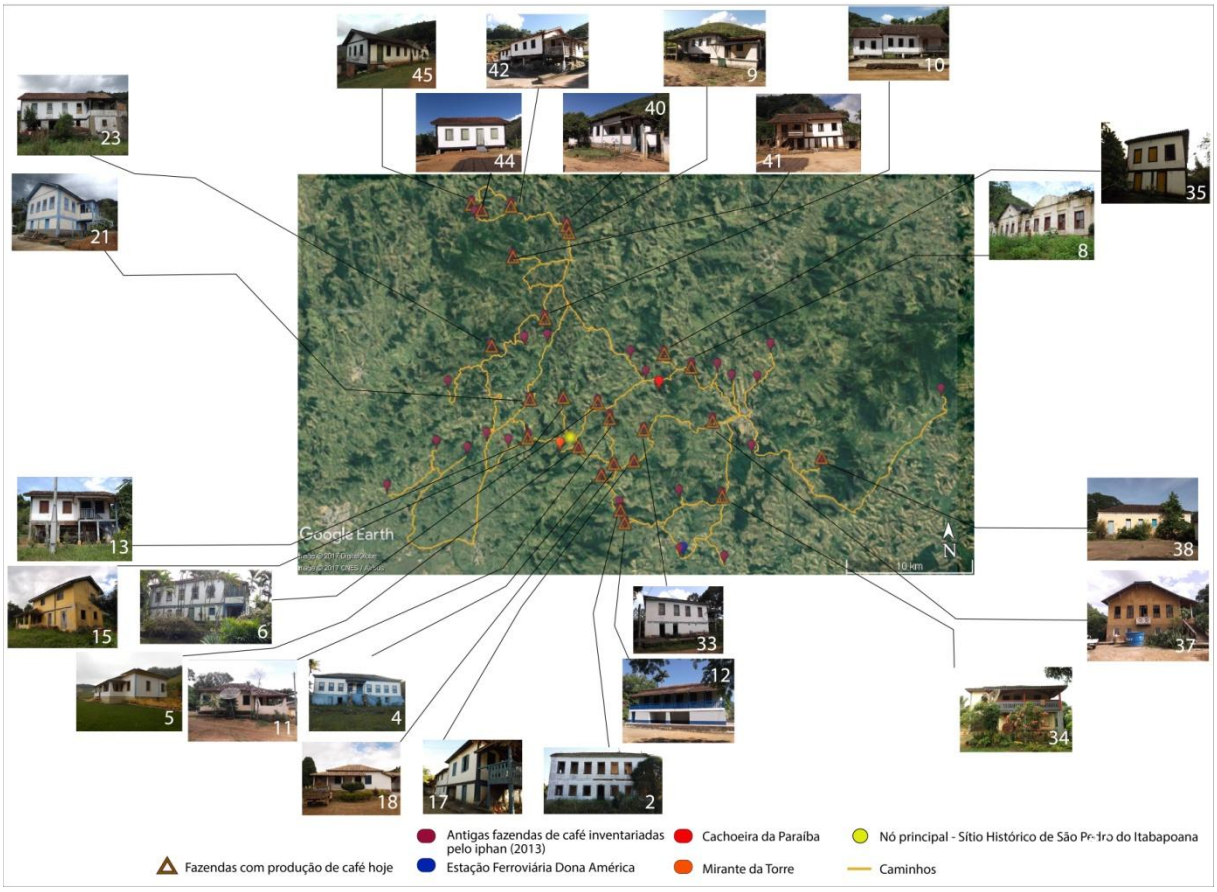
Figura 96 – Antigo sistema de captação de água e moinho da Fazenda Fazendinha.
Fonte: Iphan (2013a).



Figura 97 – Antiga escola, depois capela e hoje tulha da Fazenda Harmonia.
Figura 98 – Sede da Fazenda da Conquista onde funcionava uma escola no térreo.
Figura 99 – Capela da Fazenda Pastinho que deu origem a um povoado.
Fonte: Iphan (2013a).

O plantio do café ocupou os terrenos inclinados localizados nas encostas dos morros. Até a primeira metade do século XX o plantio do café era soberano dentre as atividades econômicas. A decadência do café, decorrente da crise de 1929, obrigou os fazendeiros a buscar alternativas. Foi então que sobretudo nas décadas de 1950 e 60, foi introduzida a criação de gado leiteiro, de forma a complementar e por vezes substituir o plantio de café.

Atualmente, na forma isolada ou formando conjunto, um grande número de fazendas de café se mantém preservadas. A maior parte delas continua produzindo café (vinte e cinco fazendas com base no Inventário do Iphan, 2013a), entretanto em volumes menores do que na sua origem, em virtude das crises do produto e devido à partilha de terras. Estas fazendas permanecem utilizando os terreiros de secagem de café dos séculos XIX e início do XX quando não possuem maquinário de beneficiamento. A criação de gado leiteiro também se mantém na região como importante atividade econômica.



* Fotos retiradas de Iphan (2013a).
Figura 100 – Identificação das fazendas que continuam produzindo café atualmente.
Fonte: a autora (2017).

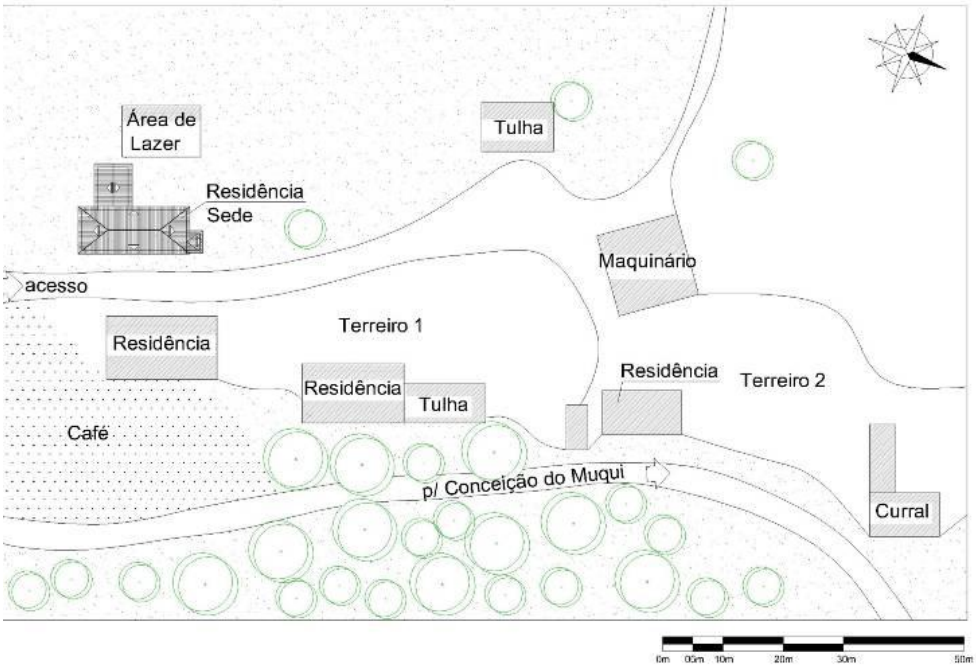


Figura 101 – Implantação da Fazenda Barra da Forquilha.
Fonte: Iphan (2013a).



Figura 102 – Sede da Fazenda Barra da Forquilha.
Fonte: Iphan (2013a).
Figura 103 – Tulha da Fazenda Barra da Forquilha.
Fonte: Iphan (2013a).



Figura 104 – Casa de colono da Fazenda Barra da Forquilha.
Fonte: Iphan (2013a).
Figura 105 - Terreiro de café com casa de colono e tulha ao fundo.
Fonte: Iphan (2013a).

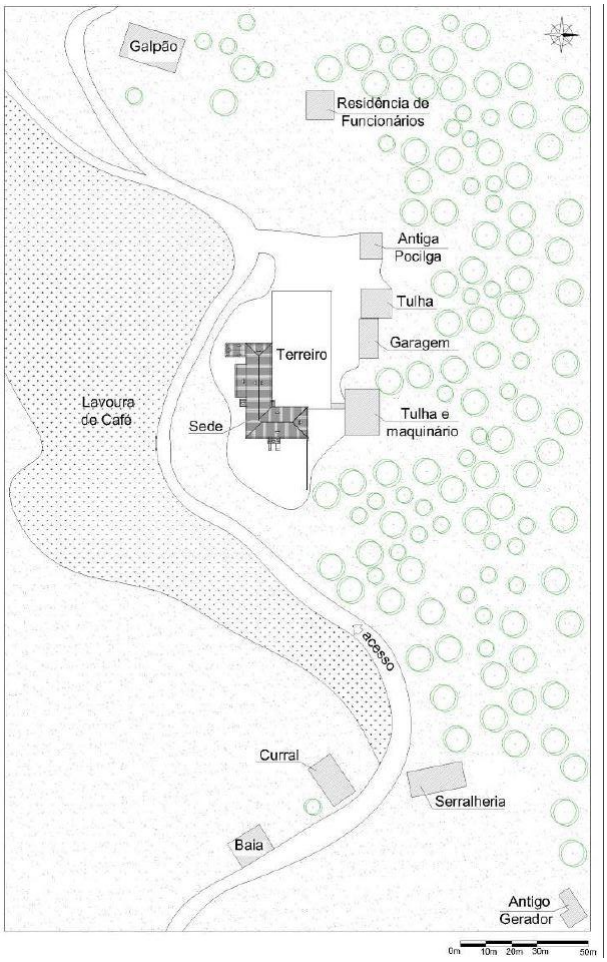


Figura 106 – Implantação da Fazenda Recreio.
Fonte: Iphan (2013a).



Figura 107 – Antiga venda da Fazenda Recreio.
Fonte: a autora (2016).
Figura 108 – Secagem de café no terreiro e tulha ao fundo, Fazenda Recreio.
Fonte: a autora (2016).



Figura 109 – Conjunto rural com resquícios do antigo aqueduto e a sede da fazenda ao fundo, Fazenda Recreio.

Fonte: Iphan (2013a).
Figura 110 – Antiga unisa de energia da Fazenda Recreio.
Fonte: Iphan (2013a).





Figura 111 – Maquinário de beneficiamento do café na Fazenda União.
Fonte: a autora (2016).



Figura 112 – Plantação de café na Fazenda Recreio.
Fonte: a autora (2016).

As histórias de ocupação e do destino das terras são bastante semelhantes. Depois de diversos proprietários, os últimos herdeiros se mudaram para centros urbanos em busca de estudo e trabalho. Nestes casos a propriedade é mantida por caseiros ou colonos, recebendo os proprietários esporadicamente nas antigas sedes. Em outras situações, um dos herdeiros permaneceu na fazenda, constituindo família, administrando a fazenda de perto e utilizando a sede como sua residência fixa. Por serem as antigas sedes, na maior parte, utilizadas como residência fixa ou esporádica, estão em bom estado de conservação (vinte e seis fazendas). Todavia existe treze sedes em estado precário[100] (seis com residência fixa, cinco desocupadas

[100] Fazendas Lajeado (3), Feliz Destino (9), Rio Doce (13), Pouso Alto (15), Pastinho (19), Vargem Alegre do Distrito de Santo Antônio de Muqui (20), do Puri (22), da Cachoeira (27), da Conquista (28), Caixa D'água (32), da Presa (35), Jacutinga (36) e Barra dos Pontões (41).

e duas com uso eventual), e sete em processo de arruinamento[101], as quais se encontram abandonadas.

Há alguns casos em que a primeira sede ruiu ou foi substituída por outra ainda na primeira metade do século XX. É o caso das fazendas Lajeado (3), Harmonia (18), Pastinho (19), da Serra (37) e Santa Marta (39), nas quais nota-se a presença de características arquitetônicas. Já nas fazendas Pedra Riscada (11), Estrela do Norte (24), Boa Vista (29) e Vargem Alegre do Distrito Sede de Mimoso do Sul (34) as novas sedes foram construídas na segunda metade do século XX.

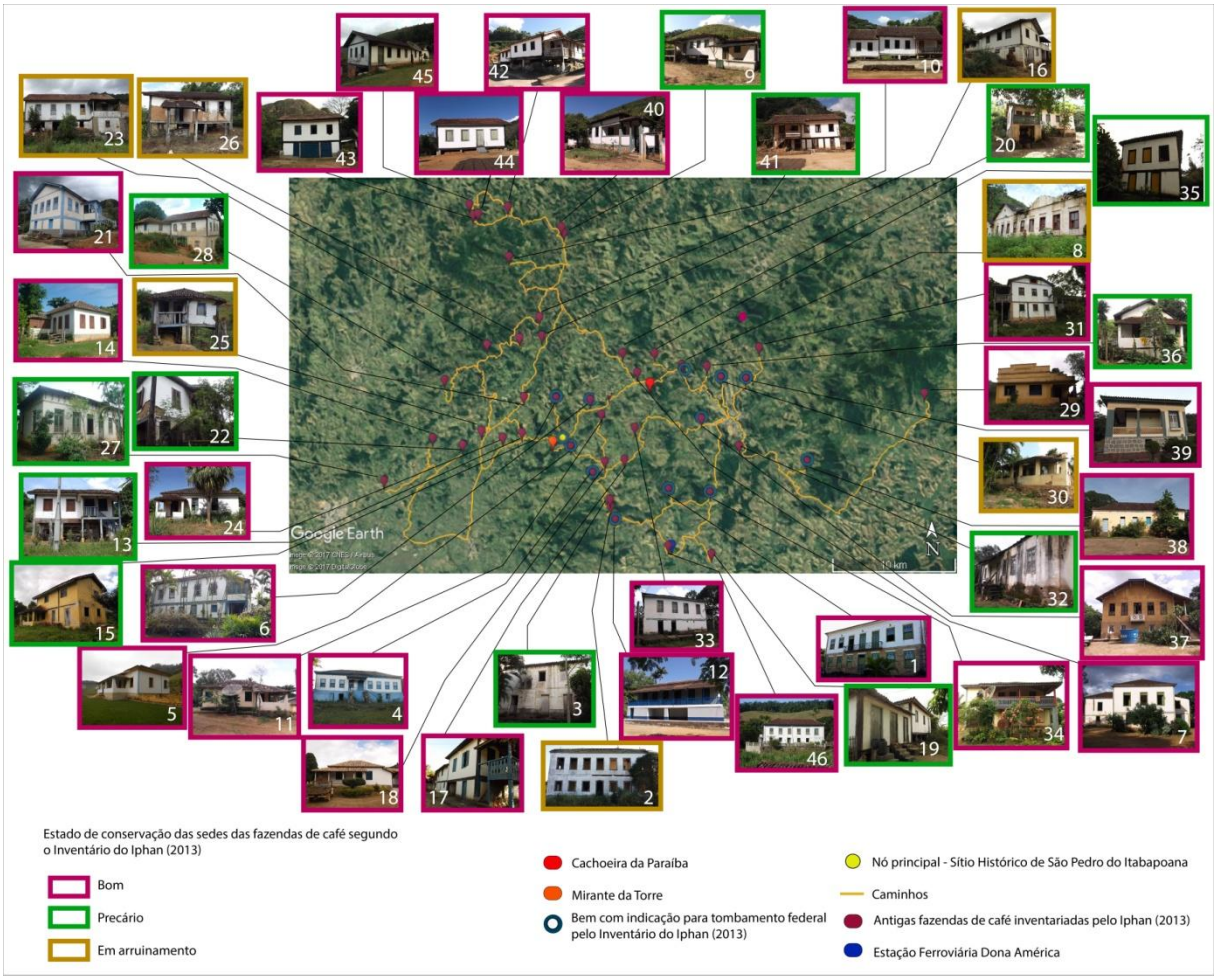


Figura 113 – Estado de conservação das sedes das fazendas de café segundo o Inventário do Iphan (2013a).
Fonte: a autora (2017).

As sedes das fazendas, tanto as construídas ainda no século XIX quanto as do início do século XX apresentam características arquitetônicas e técnicas construtivas comuns, salvo algumas exceções que se destacam do restante. Em geral foram construídas com característica da arquitetura colonial. Algumas tiveram influências neoclássicas (Fazenda Independência (1)), ecléticas (Fazenda Palestina (8)), art déco (Fazenda Lajeado (3)) e até mesmo com

[101] Fazendas Boa Esperança (16), da Barrinha (25), do Limão (26) e Aparecida, e as fazendas União (2), Palestina (8) e Batatal (23) que hoje são assentamentos rurais.

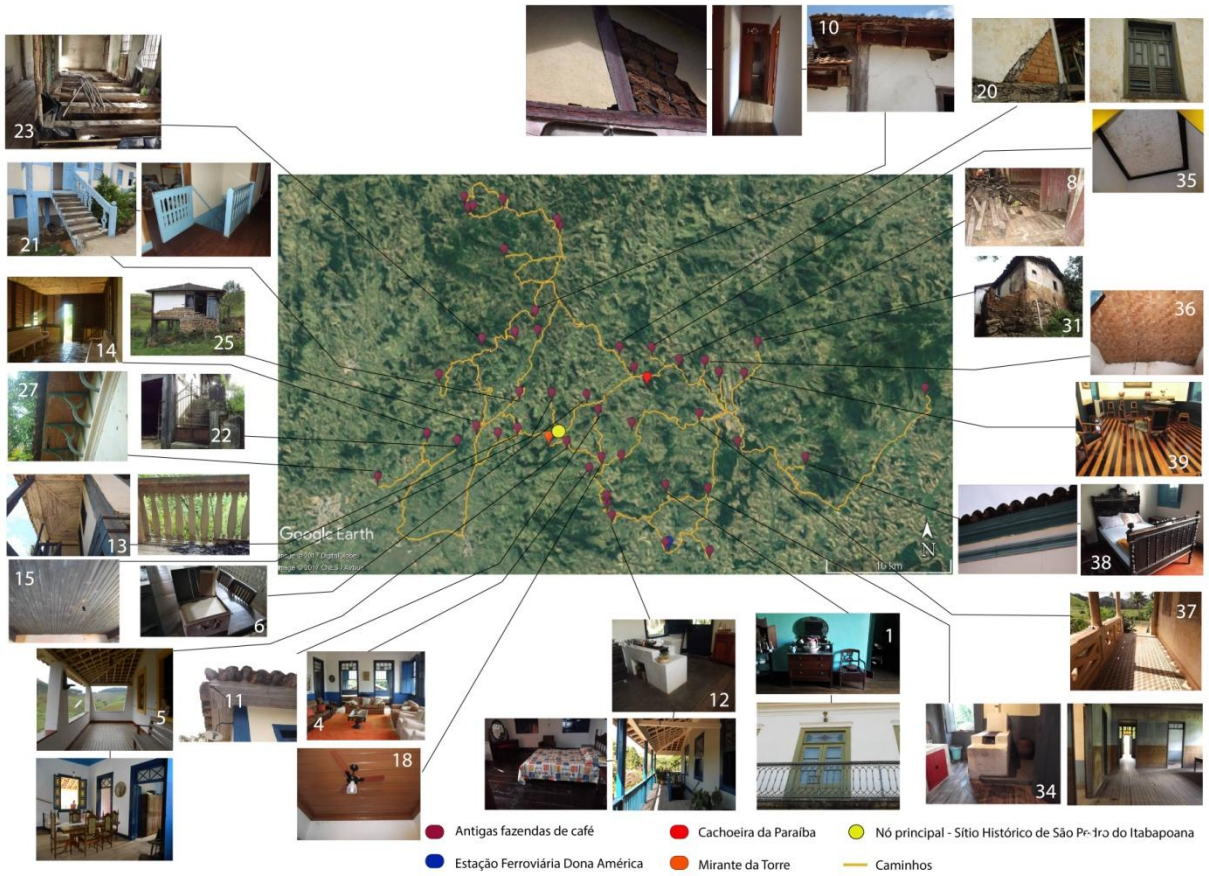
influência da arquitetura rural da região da toscana na Itália em virtude de seu construtor italiano (Fazenda da Serra (37)). Há também edificações em que as características art decó (Fazenda Boa Vista (29)) e eclética (Fazenda Santa Marta (39)) são dominantes.

Comumente as edificações foram construídas elevadas do solo, garantindo salubridade, o nivelamento dos terrenos, em grande parte inclinados, permitindo a utilização de porões. A maioria das sedes são constituídas de um pavimento tipo e um porão, havendo também os casos em que há dois pavimentos ou apenas o pavimento térreo. O partido arquitetônico mais encontrado é em "L", seguido dos partidos retangular, "U", "T" e irregular.

As fachadas são marcadas pelo partido vertical das aberturas, cujo colorido das esquadrias se destaca do restante da edificação de pintura branca. O alpendre é um elemento presente na maioria das edificações e é por onde se dá acesso ao pavimento tipo. Na fachada frontal ou lateral, por vezes são substituídos por varandas. Os guarda-corpos são de madeira ou ferro forjado.

Com relação ao sistema construtivo é bastante comum a presença da estrutura autônoma de madeira, aparente nas fachadas. Nas sedes mais suntuosas toda a parede aparece coberta com argamassa e pintura, deixando apenas o embasamento de pedra aparente. Também é encontrado alvenaria autoportante sobre embasamento de pedra. A vedação é feita de tijolos cerâmicos maciços ou de pau a pique e a cobertura em telhas cerâmicas curva, plana e francesa. Os beirais variam entre acabamento simples, em cachorrada, com guarda pó em madeira ou de estuque e lambrequins. Nos casos mais ornamentados o coroamento é feito por uma cimalha. Os forros de madeira variam entre saia e camisa, taquara, lambri e treliça. Boa parte dos assoalhos se preserva em tabuado e parquet. Também estão presentes o cimento liso, em geral nas áreas de serviço, e o ladrilho hidráulico.

Em geral o estado de preservação é razoável. As sedes preservam o partido arquitetônico, elementos construtivos, de vedação e ornamentais, e mobiliário de interesse cultural, embora algumas sedes tenham recebido algumas reformas (Fig. 114). As intervenções mais comuns são a construção de anexos para abrigar banheiros, áreas de serviço, copa, cozinha, dispensa ou varanda. Quando não cobertas de telhas comuns à edificação original utilizam telhas de fibrocimento. Alguns forros de madeiras foram removidos ou substituídos, e alguns cômodos receberam piso cerâmico. A vedação em pau a pique quando mal conservada foi substituída por tijolos cerâmicos e as estruturas de madeira em alguns casos receberam reforços de concreto.



* Fotos retiradas de Iphan (2013a).
Figura 114 – Aspectos do sistema construtivo, revestimentos e mobiliário das sedes das fazendas.
Fonte: a autora (2017).

Nº fazenda	Descrição	Nº fazenda	Descrição
1	Mobiliário, peça cerâmica e sanitário de madeira./ Detalhes da fachada, cimalha, caixilhos de vidro colorido e guarda-corpo do balcão em ferro forjado.	20	Detalhe da estrutura autônoma de madeira e vedação em tijolo cerâmico maciço exposta.
4	Sala de estar.	21	Detalhe do guarda-corpo corpo de madeira do acesso ao alpendre./ Detalhe da escada de acesso ao porão.
5	Varanda com ladrilho hidráulico./ Sala de estar.	22	Portão de ferro forjado no acesso ao alpendre.
6	Caixa com partituras da antiga Banda da fazenda.	23	Detalhe dos barrotes expostos poor ausência de assoalho.
8	Piso em tabuado de madeira em degradação.	27	Detalhe do beiral com guarda pó de madeira, mão francesa de ferro e arremate com cornijas.
10	Detalhe do beiral em cachorrada./ Detalhe do corredor interno com assoalho e portas com bandeira fixa de madeira com recortes./ Detalhe da estrutura autônoma de madeira e vedação em pau a pique exposta.	31	Detalhe do embasamento de pedra e vedação em tijolo cerâmico maciço.
11	Detalhe do coroamento em guarda-pó de madeira.	34	Cozinha e o fogão a lenha.
12	Cozinha e fogão a lenha./ Detalhes do alpendre frontal./ Mobiliário do dormitório.	35	Forro de taquara em dormitório.
13	Detalhe do forro do alpendre.	36	Forro de taquara em dormitório.
14	Varanda com forro de taquara.	37	Ladrilho hidráulico da varanda./

			Pinturas parientais e tabuado de madeira na sala de estar.
15	Forro em lambri da sala de estar.	38	Mobiliário do dormitório./ Detalhe do beiral, coroamento com cimalha.
18	Forro saia e camisa com arremate em caixote recortado.	39	Sala de música com piano.

Tabela 9 – Descrição dos aspectos do sistema construtivo, revestimentos e mobiliário das sedes das fazendas.
Fonte: a autora (2017).

As edificações de apoio à atividade rural apresentam sistema construtivo semelhante às sedes das fazendas. O sistema estrutural é composto por embasamento de pedra, estrutura autônoma de madeira ou paredes autoportantes de tijolos maciços. A vedação é feita por tábuas, tijolos cerâmicos ou de pau a pique, enquanto a cobertura apresenta telhas cerâmicas curva ou francesa.

Quando não desocupadas, as antigas sedes das fazendas permanecem com a função residencial. Dentre as exceções em que o uso é misto está a Fazenda Independência (1) que já trabalhou como pousada, integrando o sistema Cama & Café de São Pedro do Itabapoana, e hoje sedia eventos, onde aluga o espaço e acomodações. Imponente e bem preservada é considerada um dos elementos mais importantes do acervo arquitetônico rural do Espírito Santo. É constantemente procurada por pesquisadores e turistas. A Fazenda Santa Marta (39) também oferece serviço de hospedagem e aluga o espaço para eventos como casamentos, aniversários e recepções. Neste caso foram construídas áreas de lazer como piscina e quadra de esportes. A Fazenda Pastinho (19) mescla o uso residencial e o comercial abrigando um pequeno bar onde na sua origem havia a venda da família.





Figura 115 – Sede da Fazenda Santa Marta.
Fonte: Iphan (2013a).
Figura 116 - Piscina da Fazenda Santa Marta.
Fonte: Iphan (2013a).



Figura 117 – Fazenda Pastinho. Sede da Fazenda Pastinho com bar à esquerda.
Fonte: Iphan (2013a).
Figura 118 - Vista interna do bar da Fazenda Pastinho.
Fonte: Iphan (2013a).

Outra nova situação que vem ocorrendo em algumas propriedades dos arredores de São Pedro do Itabapoana são os assentamentos rurais provenientes da reforma agrária que se iniciou em 1998 na região, com a desapropriação da Fazenda União (2). Localizada no "médio ribeirão São Pedro", a Fazenda União (2) era uma das maiores e mais ricas fazendas de café que surgiram no sul do Espírito Santo no século XIX, sob o regime escravocrata de trabalho[102]. Após a crise de 1929 iniciou-se o plantio de cana-de-açúcar, tornando grande produtora de açúcar e aguardente nas décadas de 50 e 60. Parte da antiga fábrica e do antigo aqueduto de abastecimento de água ainda é encontrada no local, cuja torre de tijolos cerâmicos desabou em 2016 (FRANÇA, 2014b).

Bastante imponente, a edificação da sede da antiga fazenda, construída por volta de 1864 possui dois pavimentos, construída em estilo colonial e dotada de partido em "L". O abandono condenou o edifício à má conservação, que atualmente encontra-se em processo de arruinamento, juntamente com a fábrica de açúcar e cachaça e o conjunto laboral (Fig. 119, 120 e 121). A igreja católica permanece íntegra e em uso. O assentamento rural concedeu nova vida à propriedade abandonada e deu origem a uma nova comunidade localizada a cerca de 12 km do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana, onde as crianças do assentamento frequentam a escola.

São cinquenta e seis famílias, constituídas de descendentes de antigos trabalhadores rurais da região, apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do MST conseguiram a posse das terras. Nas terras construíram suas residências e desenvolvem o plantio e beneficiamento do café, banana, coco e maracujá[103]. A comunidade local fundou a Folia de Reis Estrela da Manhã em 2010 com o objetivo de resgatar a antiga tradição presente na

[102] Em 1893, pouco antes da primeira crise do café, a fazenda possuía 240 alqueires, com 20.000 pés de café que produziam 4.000 arrobar/ano.
[103] Informações concedidas em entrevista por moradores do Assentamento União em 23 de junho de 2016.

região sul cafeeira do Espírito Santo e na Fazenda União[104]. O cultivo do café, a criação da Folia de Reis e a participação das crianças nas oficinas indicam que os novos moradores se identificam com a história e as tradições do lugar.



Figura 119 – Conjunto rural da Fazenda União em processo de arruinamento.
Fonte: a autora (2016).

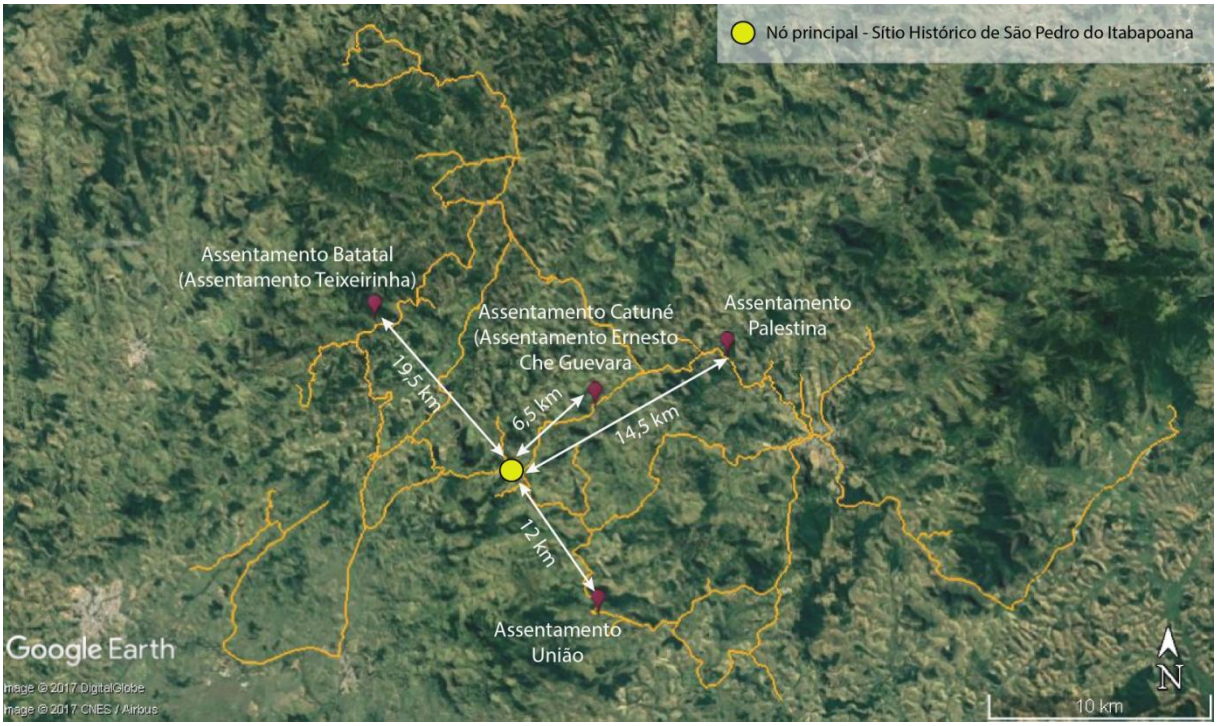




Figura 120 - Vista interna da sede da Fazenda União em processo de arruinamento.
Fonte: a autora (2016).
Figura 121 - Resquícios do aqueduto e da fábrica de cachaça da fazenda União.
Fonte: a autora (2016).

Outras grandes fazendas de café, que assim como a Fazenda União surgiram no século XIX na região, também deram origem a Assentamentos Rurais. São eles: Assentamento Batatal (23) (inscrito no INCRA com o nome de Assentamento Teixeirinha) criado em 2002, com 27 famílias, distante 19,5 km do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana; Assentamento Catuné[105] (47) (inscrito no INCRA com o nome de Assentamento Ernesto Che Guevara) fundado em 2004, ocupado por 42 famílias e distante 6,5 km; e Assentamento Palestina (8), criado em 2005, com 49 famílias e distante 14,5 km (Fig. 122)[106]. Assim como aconteceu na Fazenda União, o INCRA não deu destinação às antigas sedes das fazendas que permanecem desocupadas e em processo de degradação.

[104] Informação obtida em https://www.youtube.com/watch?v=eV3DUH9riE4. Acesso em 15 de julho de 2017.
[105] Não constam vestígios materiais da antiga fazenda de café.
[106] Data de fundação e número de famílias fornecidos pelo INCRA.



* Fotos retiradas de Iphan (2013a).
Figura 122 – Mapa com a identificação dos Assentamentos Rurais.
Fonte: a autora (2017).

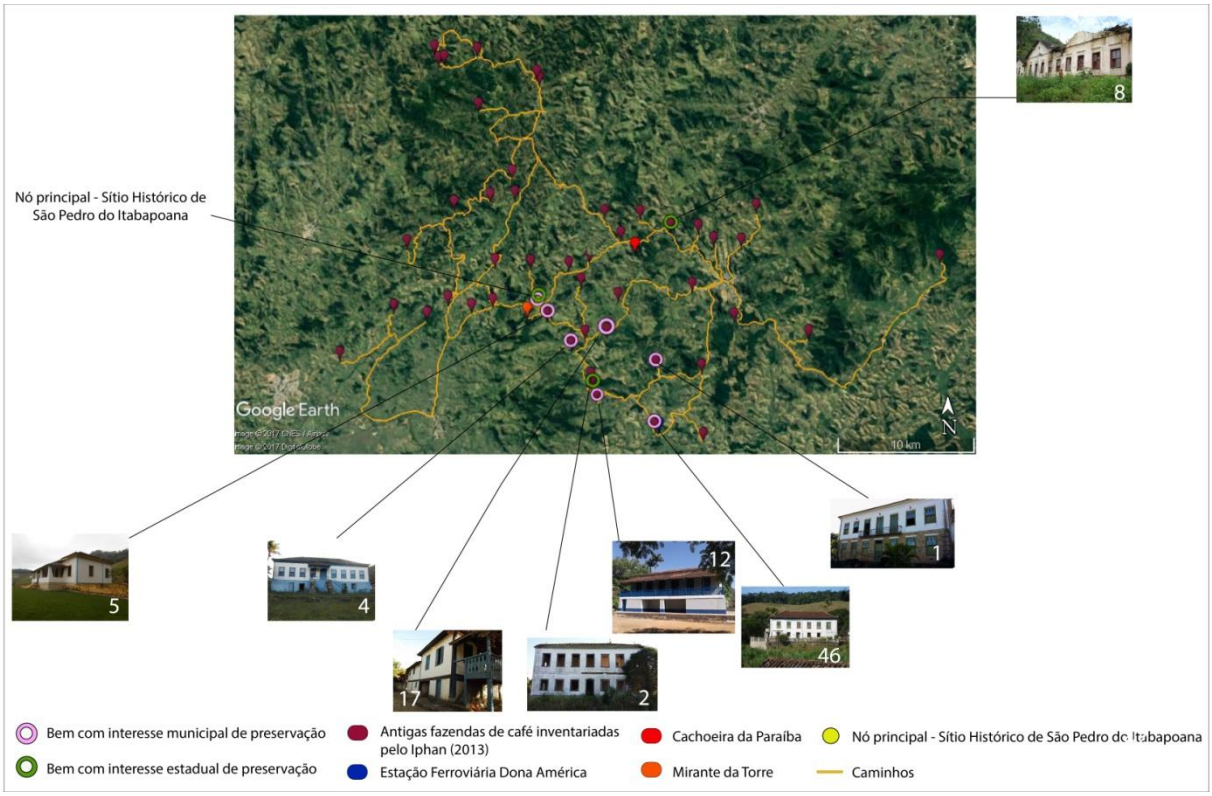
Em 2014 a Secult desenvolveu projetos de restauração e reforma para as sedes de duas dessas fazendas onde estão os assentamentos, as fazendas Palestina (8) e União (2) (vide marcações em verde na Fig.122). No projeto constam equipamentos de turismo, cultura e lazer como hotel fazenda, restaurante, clube recreativo para as comunidades e um Museu da Cachaça e do Café nas ruínas da antiga fábrica da Fazenda União (Fig. 123). A proposta da Secult é que essas fazendas façam parte de um circuito turístico, integrando-as ao sítio histórico de São Pedro do Itabapoana e a outras propriedades rurais, entretanto, os projetos não saíram do papel. (FRANÇA, 2014b; MOFATI, 2013a; PAULA, 2014; INCRA, 2014).



Figura 123 – Imagens do projeto do Complexo de turismo e lazer da Fazenda União.
Fonte: Paula (2014).

Conforme visto no capítulo 1, embora não haja nenhum tombamento municipal efetivado, o Plano Diretor Municipal de Mimoso do Sul seleciona algumas fazendas de café

do município a serem preservadas no âmbito municipal, sugerindo a preservação integral das edificações sedes de seis fazendas, conforme marcações em rosa no mapa abaixo (Fig. 124).



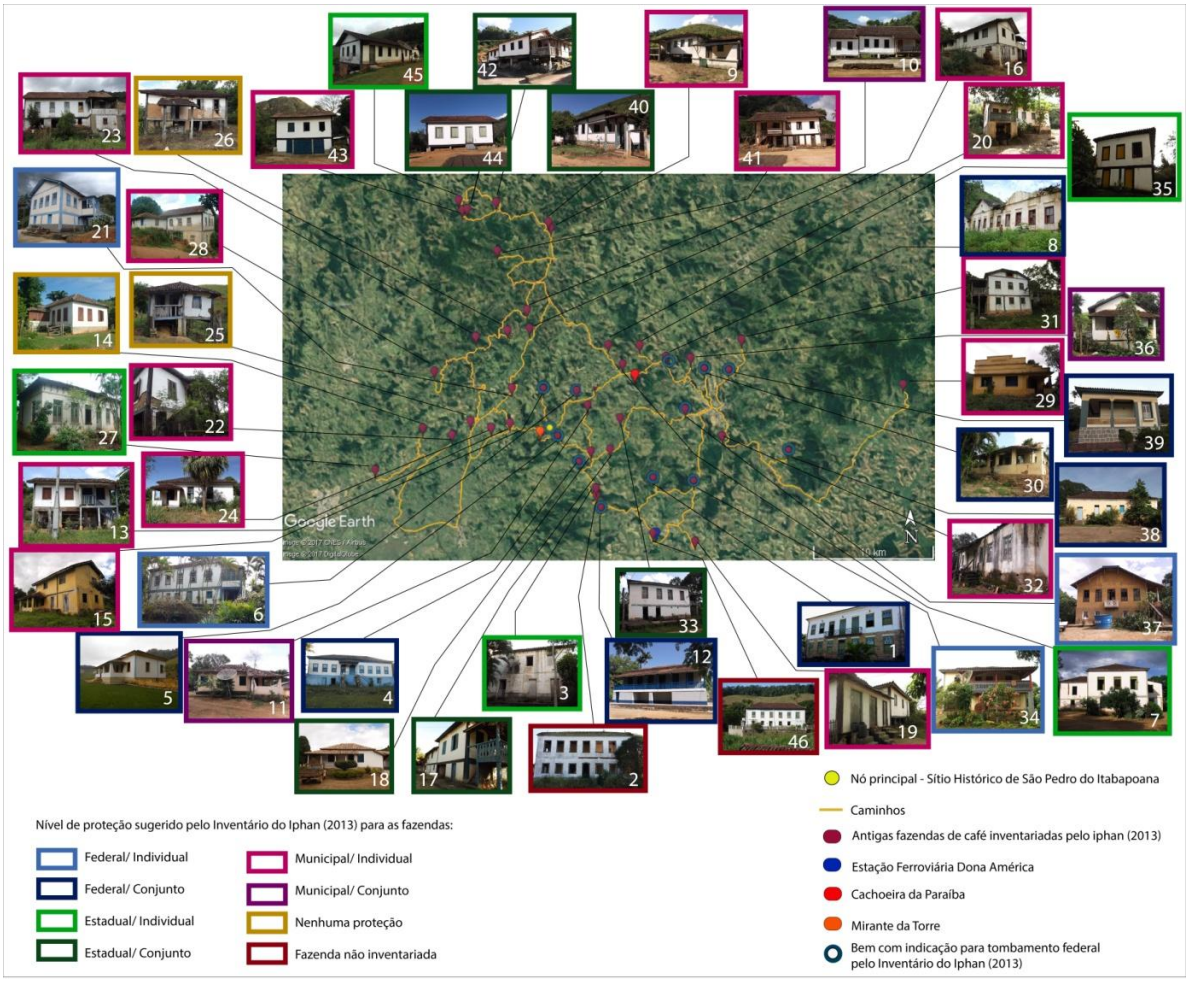
* Fotos retiradas de Iphan (2013a).
Figura 124 – Mapa com a identificação das fazendas apontadas no Plano Diretor de Mimoso do Sul como de interesse para o tombamento municipal, e daquelas com projeto de restauração e reforma da Secult.
Fonte: a autora (2017).

O Inventário do Iphan (2013a), por sua vez, sugere em que esfera as antigas fazendas de café que foram inventariadas devem ser protegidas, municipal, estadual e federal, e os casos em que não caberia a proteção (Fig. 125). O Inventário também indica se a proteção deve ser individual, incidindo apenas sobre a sede da fazenda, ou de conjunto, abarcando também a estrutura laboral da fazenda e demais edificações identificadas.

Não foram encontrados no inventário quais os critérios utilizados para realização de tal classificação. A partir da análise do resultado verifica-se que um critério importante utilizado para determinar a instância de preservação foi o estado de conservação das sedes. Observa-se que o estado de preservação e o estilo arquitetônico, aparentemente, não foram critérios adotados na classificação. Na maior parte dos casos em que a sede se encontra em processo de arruinamento e abandonada não foi proposto nenhuma proteção.

Das sedes indicadas para algum tipo de proteção, dezoito caberiam à instância municipal, onze estadual e doze federal. Comparando os três grupos, nota-se a presença do critério monumentalidade no processo de seleção, onde as sedes de maior porte, dotadas de

revestimentos mais refinados e maior ornamentação estão no grupo de proteção federal e as sedes mais singelas, dotadas de simplicidade técnica e formal, estão no grupo de proteção municipal. Outro fator a ser destacado é a predominância de conjuntos dentre os bens indicados para proteção federal.



* Fotos retiradas de Iphan (2013a).
Figura 125 – Mapa com a classificação das fazendas conforme nível de proteção sugerido no Inventário do Iphan.
Fonte: a autora (2017).

Foi identificado um território amplo, compreendido por um núcleo urbano rodeado de montanhas e fazendas de café dos séculos XIX e XX, dentre outros elementos identificados, entremeado por caminhos e cursos de rios. Esse território, é dotado de valor afetivo, está presente na memória coletiva e é determinante no processo identitário da comunidade.

As raízes que mantém seus moradores no local, mesmo diante de todo o cenário apresentado, a visita constante de familiares que saíram em busca de oportunidades de trabalho, o movimento de retorno de antigos moradores que estabelecem residência no sítio histórico e a forma como a comunidade tem se apoderado da sua história e dos vestígios

materiais em benefício da preservação dos seus bens culturais são representativos do processo de identificação com o espaço geográfico e seus marcos.

É um território estabelecido por fluxos do cotidiano e também pela memória coletiva, que por estar relacionada com o tempo passado, não se restringe ao limite administrativo do atual distrito de São Pedro do Itabapoana. Identificou-se também que, apesar de não haver nenhum um tipo de organização entre os produtores, o café permanece importante na economia local. Interessante notar que em muitos casos a produção ainda utiliza as estruturas laborais das antigas fazendas de café.

4.3 A PROBLEMÁTICA DA PRESERVAÇÃO DO BEM TERRITORIAL

O novo olhar sobre os bens culturais de São Pedro do Itabapoana resultou na atribuição de valor a um território amplo uma vez que o sítio histórico não se explica por si só. É a rede de marcos e caminhos que dá sentido ao sítio histórico e que constitui São Pedro do Itabapoana na memória coletiva. Pensar na preservação de um bem cultural de abrangência territorial abre caminho para uma série de reflexões acerca das possibilidades, dos instrumentos de preservação disponíveis e das políticas públicas aplicáveis ao caso.

Estamos tratando de um território de características rurais, composta por mares de morros e cortadas pelos rios da Bacia do Rio Itabapoana, demarcado por um sítio histórico tombado pelo estado cujo olhar difere do proposto neste trabalho, uma estação ferroviária, bens naturais aos quais além da preocupação ambiental também deva ser garantido o acesso público, quarenta e seis antigas fazendas de café, algumas produtivas, outras em estado de abandono, ou ainda que se tornaram assentamentos rurais, e caminhos, que atravessam na sua maioria áreas rurais, mas que também atravessam núcleos urbanos.

A dimensão territorial é o primeiro desafio. Os marcos territoriais identificados, estão distribuídos por três municípios, Mimoso do Sul, Apiacá e Bom Jesus do Norte, todos integrantes do antigo município de São Pedro do Itabapoana, em um raio de aproximadamente 20 km[107] a partir do nó principal do território, o sítio histórico. Os caminhos, constituídos por uma mescla de estradas e rodovias estaduais atravessam lotes rurais para os quais o plano diretor municipal não estabelece parâmetros de ocupação. No caso dos caminhos que atravessam núcleos urbanos, dentre eles a sede do município de Mimoso do Sul, há de se considerar áreas urbanas consolidadas no percurso, que apesar de constituírem pequenos

[107] Com exceção da Fazenda Boa Vista, que mais distante, está em um raio de 30 km a partir do sítio histórico.

povoados do antigo município de São Pedro do Itabapoana, hoje não estabelecem relações com o território de identidade de São Pedro do Itabapoana identificado.

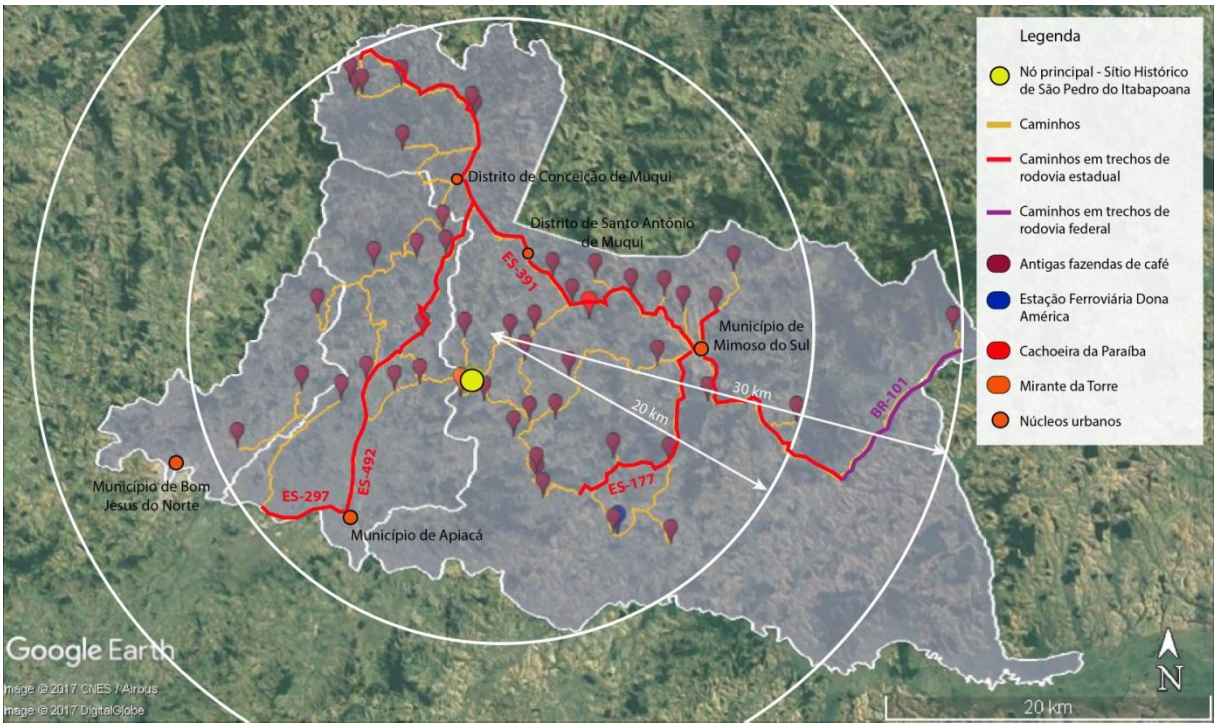


Figura 126 - Problemática da preservação do território de identidade de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2017).

Para a preservação do território de identidade de São Pedro do Itabapoana é necessário a elaboração de um plano de ação pactuado entre a comunidade local, Iphan, Secult, prefeituras locais, secretaria de turismo, órgãos ambientais, o INCRA e entidades de fomento agrícola, podendo acionar outras políticas públicas cabíveis e agregar mais de um instrumento de preservação. Dentre as hipóteses levantadas para a sua preservação foram identificados a chancela da paisagem cultural, o museu de território e o tombamento.

A chancela da paisagem cultural, instrumento instituído pela Portaria Iphan nº 127 em 2009, embora ainda não tenha se efetivado dentro da instituição, mostra-se um instrumento de grande potencial na proteção do patrimônio cultural. A Portaria conceitua: “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.” (IPHAN, 2009, Art. 1º).

A Portaria traz em seu conteúdo indicativos para que o Iphan possa institucionalizar uma nova forma de perceber e proteger o patrimônio cultural, a partir de um olhar integrado que não desassocia a materialidade e a imaterialidade dos bens culturais e que conversa com a dinamicidade da paisagem. A chancela da paisagem considera: “o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território em que se aplica, convive com as

transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentável e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio" (IPHAN, 2009, Art. 3º).

O instrumento age na motivação dos agentes culturais, no reconhecimento, na autoestima, no fomento e impulsão das práticas que determinam as paisagens a partir do suporte e prestígio da instituição. Também é inovador no que diz respeito à gestão, uma vez que exige o estabelecimento de um pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada para a gestão compartilhada do patrimônio.

Atualmente um Grupo de Trabalho[108] estuda a chancela da paisagem cultural com o objetivo de redefinir estratégias institucionais para a efetiva implementação do instrumento. Discute-se o conceito e o instrumento para aprimorar o método de atuação da instituição perante a chancela e para a elaboração de orientações técnicas para a sua implantação e para a gestão compartilhada da paisagem[109].

Encarar o desafio de trabalhar com paisagem é responder às novas demandas, ao que vem sendo aplicado no mundo pela UNESCO desde 1992, e ao próprio Decreto-lei 25 de 1937 que já no seu texto trata do conceito:

> Art. 1º, § 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

A Constituição Federal de 1988, dentro na nova e ampla concepção de patrimônio, também enfatiza a questão da paisagem e dos aspectos paisagísticos dos bens culturais a serem preservados como patrimônio cultural nacional incluindo: "Conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico." (Art. 216, V).

Uma série de processos e estudos para a chancela de paisagens culturais encontra-se bastante encaminhados, entretanto estão parados na sua maioria no DEPAM. Dentre eles podemos citar a Paisagem Cultural dos botes bastardos de Camocim no Ceará e a Paisagem Cultural de Elesbão no Amapá cujas instruções estão na etapa de delimitação da área a ser chancelada e desenvolvimento do pacto de gestão; a Paisagem Cultural das jangadas de dois mastros de Pitimbu na Paraíba e a experiência dos Roteiros Nacionais da Imigração em Santa Catarina, cujos pactos já foram ensaiados.

---

[108] Instituído pela Portaria Iphan nº 104 de 23 de março de 2017, o Grupo de Trabalho da Paisagem Cultural Brasileira tem a participação de técnicos de diferentes setores

[109] Segundo que a portaria que instituiu o Grupo de Trabalho, a partir da primeira reunião, realizada no dia 14 de setembro de 2017, o grupo tem o prazo de seis meses para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por igual período.

No caso de São Pedro do Itabapoana, escolher a chancela como instrumento[110] é exacerbar o engajamento local existente. Também possibilita incluir no pacto de gestão agentes e ações que fortaleçam a produção de café local e facilitem a sua comercialização, como uma forma de valorizar o saber fazer local, estimular o interesse das novas gerações e tornar sustentável a preservação dos antigos casarões das fazendas de café. Os cafeicultores da região não possuem nenhum tipo de organização em associação ou cooperativa que favoreçam o comércio local do grão. A maior parte da produção é vendida pilada, processo anterior à torragem e moenda, para atravessadores que se encarregam de comercializar o melhor café para a exportação internacional, e o de qualidade inferior para as torrefações nacionais. Há ainda alguns casos em que é produzido o café pronto para consumo, comercializado em mercados locais, mas principalmente nos dedicados à atividade turística.

A Paisagem Cultural do Café da Colômbia, conhecida como "Ejo Cafetero", foi inscrita como patrimônio mundial pela UNESCO em 2011. O bem cultural compreende 32 municípios distribuídos em 4 departamentos. Segundo a justificativa da UNESCO está se preservando o resultado da adaptação humana na região montanhosa ao pé da Cordilheira dos Andes, a partir da produção de café familiar com técnicas agrícolas específicas, determinante para a formação da identidade cultural local e que deu origem a uma forma de ocupação urbana e um modo de vida.

O plano de gestão da paisagem contou com o apoio do Centro de Estudos Regionais de Café e Negócios (CRECE) com vistas a proteger o café local das flutuações dos preços internacionais e de pressões econômicas. Além disso, o plano objetiva garantir o bem estar social e econômico da população e dos produtores de café e deve estabelecer medidas legais de proteção do patrimônio edificado (UNESCO). Explorando a visibilidade do título de paisagem cultural mundial, o Eixo Cafeeiro se tornou um dos destinos turísticos mais importantes da Colômbia.

Além do engajamento da comunidade de São Pedro do Itabapoana em desenvolver a atividade turística nos moldes do turismo de base comunitária, vale ressaltar que conforme visto anteriormente existe também um interesse da prefeitura local em estimular a atividade ligada ao patrimônio ambiental, paisagístico, arquitetônico e cultural da região. Desta forma, no caso da chancela da paisagem cultural, o Iphan contará com a colaboração de ambos para a

[110] Cabe ressaltar que o instrumento da chancela é adequado ao caso de São Pedro do Itabapoana, entretanto o conceito "paisagem cultural" é incongruente com a categoria espacial associada a esta proposta de patrimonialização, ou seja, o território e não a paisagem. Trata-se do território de identidade de São Pedro do Itabapoana.

elaboração e desenvolvimento do pacto de gestão onde a pauta do turismo precisará estar presente e equilibrada com os valores a serem preservados.

Fonseca (1998) destaca que o turismo cultural tem sido uma alternativa bastante explorada, inclusive pela UNESCO, mas que sozinha não sustenta o sítio protegido. Por isso é preciso articular outras soluções como pensar em formas de ocupação e usos contínuos e sedimentados. Como exemplo a autora traz: uso residencial, comercial, assistencial, equipamentos culturais e áreas de lazer, ou seja, todo um conjunto que permita a permanência das pessoas, para que não haja dependência dos visitantes sem constância e por vezes sazonais.

No caso de São Pedro do Itabapoana o turismo de base comunitária já desenvolvido pelos moradores é uma alternativa de renda essencial para as famílias, sobretudo para quem quer se eximir do trabalho no campo. Além de captar recursos para a conservação do casario, valoriza o seu modo de vida simples aliado a culinária local, e trabalha em prol da perpetuação das memórias. É preciso ter atenção especial para que a turistificação de massa e a cenarização, recorrente nos locais patrimonializados, não se sobreponha a atividade turística local e aos valores agregados ao conjunto edificado, identificados durante a pesquisa.

O fortalecimento do turismo de base comunitária aliado a políticas públicas que garantam a permanência dos moradores são essenciais para a preservação do conjunto edificado. Há ainda outras formas de captação de recursos que poderão ser utilizadas. Uma das possibilidades identificadas é a Lei estadual nº 12.040 de 28 de dezembro de 1995[111] do estado de Minas Gerais. Mais conhecida como Lei Robin Hood, a lei estabelece critérios para a descentralização da cota-parte do ICMS direcionada aos municípios, transferindo recursos para municípios cuja arrecadação de ICMS é menor, mas que contribuem para o estado de formas distintas. Um dos critérios estabelecidos na lei é o índice de patrimônio cultural[112] do município em relação ao total do estado.

Uma vez levantada a possibilidade da chancela da paisagem, e de que forma o turismo pode estar atuando na preservação de São Pedro do Itabapoana, outra hipótese é utilizar o museu de território como instrumento de preservação e fomento do patrimônio cultural, embora a Política Nacional de Museus esteja a encargo do IBRAM desde 2009.

---

[111] Complementada pela Lei nº 18.030 de 12 de janeiro de 2009.

[112] Para o cálculo são considerados os números de núcleos históricos, conjuntos urbanos e paisagísticos, bens móveis e imóveis isolados tombados em nível municipal, estadual e federal, assim como o número de registros, projetos de educação patrimonial municipal, Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural elaborado pelo Município, criação do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, e existência de planejamento e de política municipal de proteção do patrimônio cultural.

O conceito de museu foi ampliado a partir do movimento da Nova Museologia, que questionou a teoria e a prática dos museus tradicionais a partir da segunda metade do século XX. Desde então um leque de possibilidades se abriu para os processos museológicos. As novas experiências intituladas[113] museu territorial, ecomuseu, museu comunitário, museu local, museu a céu aberto, tem como objetivo ser um espaço de convivência e de relações, em que os objetos herdados ou construídos, materiais ou não-materiais do passado se conectem com o presente, também possibilitando novos produções (CHAGAS, 2000).

Na prática, no museu de território os processos de musealização acontecem in-situ e o objeto musealizado é mantido no seu contexto de ambiência, cujo objeto é todo o território[114]. Segundo OLIVEIRA (2015) estes processos museológicos visam uma maneira de preservar o patrimônio, são uma estratégia de administração da memória e instrumento de desenvolvimento social em que a comunidade local valoriza seus aspectos culturais com autonomia, exercendo a política de forma ativa. Embora aberto para o público em geral, é voltado prioritariamente para a comunidade local, contribuindo para a manutenção da sua identidade. Segundo Chagas (2000), em experiências de sucesso em Portugal como o Museu Etnográfico de Monte Redondo, as coleções dos museus se tornaram um meio para a realização de trabalhos de interesse social. As intervenções foram ampliadas e se orientaram para a valorização da localidade de implantação, para o fomento de emprego e das áreas de comunicação e educação.

Um exemplo de experiência museológica brasileira que traz esta perspectiva é o MUF, Museu de Favela, fundado em 2008 por lideranças culturais das favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo no Rio de Janeiro. Tendo como acervo os 5.300 imóveis existentes, seus 20 mil moradores, seu modo de vida e suas narrativas acerca da história do Rio de Janeiro, da origem do samba, da cultura negra e do migrante nordestino, o território-museu desenvolve eventos e espaços culturais para a comunidade além de percursos turísticos pela favela, trilhas ecológicas, trabalhos de educação ambiental, formação de guias turísticos e incentivos aos artistas locais e ao desenvolvimento do turismo[115].

De forma não institucionalizada a organização comunitária de São Pedro do Itabapoana já exerce um tipo de musealização do território à medida que organiza atividades, percursos e visitas guiadas que promovem o fortalecimento identitário e a socialização do seu patrimônio.

[113] Das experiências brasileiras pode-se destacar o Ecomuseu de Itaipu-PR, Geopark Araripe, Cariri-CE, Museu de Favela-RJ, Ecomuseu de Santa Cruz-RJ e Museu Didático-Comunitário de Itapuã-BA. E das experiências internacionais existem o Museu Etnológico de Monte Redondo em Portugal, o Museu Nacional do Níger em Niami e a Casa Del Museo no México.
[114] Informações obtidas no website do Ecomuseu de Santa Cruz (www.ecomuseusantacruz.com.br).
[115] Informações obtidas no website do MUG (www.museudefavela.org).

Oficializar o instrumento é potencializar os processos naturais e estimular novas formas de apropriação e socialização, envolvendo também as crianças e os jovens da comunidade. No caso das antigas fazendas de café que permanecem produtivas, por exemplo, pode e deve ser agregada à história e à arquitetura a forma de cultivo e beneficiamento do café.

Agregar a atividade turística à experiência nas antigas fazendas de café, como acontecem em fazendas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e mesmo no município vizinho Muqui, é uma alternativa econômica para a manutenção das grandes e custosas edificações dos antigos conjuntos rurais. Para o caso de São Pedro do Itabapoana, a experiência deve se favorecer da produção de café ainda em atividade.

Como parte integrante do plano de preservação do território de São Pedro do Itabapoana, somando-se a chancela da paisagem cultural ou ao museu de território, indica-se o tombamento do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana, de um conjunto de fazendas e a valoração da Estação Ferroviária Dona América, como forma de o Iphan contribuir para balizar e demarcar o território de identidade de São Pedro do Itabapoana. Neste sentido foi realizado um estudo para o tombamento do sítio histórico, cuja proposta encontra-se no Apêndice A e uma proposta para o tombamento de fazendas de café, Apêndice B, selecionadas a partir de alguns critérios definidos com base na pesquisa desenvolvida. Quanto à valoração da estação ferroviária indica-se visita ao local para vislumbrar o entorno e verificar se é o caso de incluir o conjunto no processo de valoração.

O tombamento, instrumento utilizado pelo Iphan desde 1937, é adequado à preservação do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana pois se encarrega das questões urbanas inerentes aos núcleos urbanos. Tendo em vista a fragilidade e volatilidade da legislação urbana municipal, a definição de normas de uso e ocupação do solo para a área tombada e entorno são essenciais à preservação do conjunto e do modo de vida da comunidade; também responde à demanda comunitária. Entretanto, precisa estar alinhado com o novo olhar proposto; que os valores atribuídos, não apenas constituídos de pedra e cal, sejam salvaguardados; e que a participação social seja efetiva também na gestão.

Preservar o sítio histórico de São Pedro do Itabapoana não é apenas impedir a demolição de exemplares dos séculos XIX e XX, importantes para a história do país e do Espírito Santo, é salvaguardar elementos essenciais para a manutenção da memória e da identidade de um grupo, é preservar um modo de vida, e porque não, chamar a atenção das autoridades para garantir a permanência da comunidade no local com qualidade de vida e apoiar e potencializar a atividade turística de base comunitária, importante fonte de renda para a sobrevivência no local e conservação do casario.

A gestão é um dos principais problemas do instrumento de tombamento, juntamente com a falta de participação social durante o processo de patrimonialização, uma vez que tende a enrijecer o objeto tombado, desconsiderando que no caso de um sítio histórico, por exemplo, existe uma dinâmica urbana, uma ação humana que incessantemente imprime novos valores, apropriações e marcas na paisagem.

A burocracia do cotidiano e a preocupação com a fiscalização da integridade física dos bens, impede o pensar em ações que garantam a permanência dos seus usuários, a vitalidade e o sentido dos espaços e a sustentabilidade da sua preservação, visto que os recursos necessários para a sua preservação são altos e uma vez reconhecidas as limitações do poder público. Segundo Fonseca (1998) além de restaurar imóveis antigos é preciso dar à área sua devida distinção e que atenda às necessidades e os interesses da sua comunidade.

Ações de promoção e difusão viabilizam a reapropriação simbólica e em alguns casos econômica e funcional dos bens preservados (FONSECA, 2003). “É fundamental que se formulem e se implementem políticas que tenham como finalidade enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, sem que se perca de vista os valores que justificam a preservação” (FONSECA, 2003, p. 75).

O tombamento tem também sua função social. O tombamento estadual de São Pedro do Itabapoana e as demais ações que se desencadearam a partir dele vêm contribuindo para a melhora da autoestima e da dignidade dos moradores locais. A comunidade se reconectou com seu passado. Eventos e festividades têm sido criados com o intuito de resgatar antigas tradições e o antigo fervor cultural e musical de São Pedro do Itabapoana, bem como garantir a sustentabilidade econômica do sítio histórico. O sítio histórico também recebeu melhorias em infraestrutura embora ainda seja carente de rede de coleta e tratamento de esgoto, áreas de lazer, dentre outros. Ainda assim muitas atividades e equipamentos de lazer são promovidos e construídos pelos próprios moradores.

O processo de tombamento relativo às “Edificações e Núcleos Urbanos e Rurais relacionados com a imigração em Santa Catarina” (Processo T-1548-07) demonstra que é possível o tombamento de inúmeros bens relativos a um contexto único, desde que seja parte integrante de uma ação maior e colaborativa entre as diferentes esferas do poder público e organizações locais, proposta no dossiê.

Esse tombamento fez parte do programa Roteiros Nacionais da Imigração, que teve como primeiro e único local de implantação o Estado de Santa Catarina. Segundo consta do Processo de Tombamento, esse projeto tem como objetivo identificar e valorizar o patrimônio cultural dos imigrantes oriundos de diversos países e que estão espalhados pelo Brasil. No

caso de Santa Catarina, o estudo abarcou quarenta municípios. Em seguida foram indicados tombamentos para as três esferas, federal, estadual e municipal, que deveriam se estruturados em roteiros de visitação. Segundo consta no dossiê de tombamento, os roteiros poderão promover um incremento econômico para os pequenos produtores rurais que tem dificuldade para manter a sua propriedade. Para os caminhos é indicado no dossiê o desenvolvimento de uma legislação de proteção ambiental específica.

Mais do que promover o turismo, os idealizadores do projeto o classificam como um programa de reconhecimento e qualificação destas regiões. Além dos tombamentos e da criação dos roteiros turísticos, o programa estabeleceu um convênio de adesão entre os municípios participantes para determinar os compromissos, dentre eles a criação do Fundo de Preservação do Patrimônio Cultural, a ser gerido por um conselho[116], a criação de pelo menos um espaço referência do projeto e de comercialização de produtos locais, e a indicação de um técnico de cada município para ser o representante do programa e estar junto dos moradores, promovendo atividades de turismo e lazer controladas. O convênio de adesão consta em Vieira Filho (2011). Sobre a implantação das demais ações não se obteve informação.

Em números, foram tombados sessenta e três bens, distribuídos em dezesseis municípios de Santa Catarina. Entre esses bens estão incluídos núcleos urbanos, núcleos rurais, uma ponte e edificações individuais de uso religioso, residencial, comercial, educacional e recreativo. Para cada bem tombado foi definida uma área de entorno, cujos principais critérios foram paisagem e visibilidade[117]. Mesmo não sendo possível precisar a área de abrangência, é consideravelmente superior ao território de São Pedro do Itabapoana identificado.

Para o desenvolvimento da proposta de tombamento das fazendas de café de São Pedro do Itabapoana, contida no Apêndice B, foram estabelecidos alguns critérios de seleção. Dentre as quarenta e seis fazendas identificadas no território de identidade, foram escolhidas nove, que balizando o território de norte a sul e de leste a oeste do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana e representam a construção coletiva de valores desta pesquisa, agregando à noção de referência cultural, as relações e significados do tempo presente e os diversos interesses e valores atribuídos.

Desta forma foram estabelecidos quatro critérios. Um dos critérios é a presença de assentamento rural, como uma forma de o Iphan iniciar um diálogo com o INCRA e de os

[116] O conselho deve ser composto por representantes das secretarias municipais de cultura, educação, turismo e planejamento urbano, da Fundação Catarinense de Cultura e do IPHAN.
[117] Para exemplificar, no caso de propriedades rurais, o conjunto composto por casas e estruturais laborais foi tombado e o restante da propriedade foi definido como área de entorno.

novos moradores, com a perspectiva de futuro, começarem uma relação com o território e com a história do local uma vez que é inevitável a presença da sede e de estruturais laborais da antiga fazenda de café nas suas terras. Outro critério é relativo à produção atual de café, uma vez que o cultivo da planta é referência de memória e de identidade, e o grande responsável pela ocupação inicial do território. O critério da história foi utilizado através da identificação das fazendas presentes na memória coletiva da comunidade por causa da música, presente nas bandas musicais e nas festas de interior. A qualidade arquitetônica é outro critério, definido a partir do interesse de preservação das três esferas do poder público.

É importante ressaltar que a proposta de preservação deve ser submetida à comunidade de São Pedro do Itabapoana, de forma a garantir a sua participação em todos os processos de patrimonialização dos seus bens culturais. Na ocasião também poderão surgir novos participantes, novas situações e dados, a serem considerados e debatidos em conjunto e que poderão confrontar ou agregar à proposta de preservação apresentada. Isto porque existe um tempo transcorrido desde o Inventário do Iphan de 2013, fonte de diversos dados utilizados na pesquisa, a repercussão das atividades desenvolvidas com os moradores, e o próprio caráter dinâmico e processual da construção da memória e da identidade local. Além disso, conforme dito anteriormente, a falta de tempo e de recursos impossibilitou o desenvolvimento da segunda etapa das oficinas, onde seria utilizado como instrumento a cartografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O valor de patrimônio identificado em São Pedro do Itabapoana está na rede territorial estabelecida pelos marcos referenciais identificados e nas relações estabelecidas com o passado e no presente. Essa rede diz respeito à memória e à identidade da comunidade, contempla a forma pela qual ela se apropria do ambiente construído e de sua história em seus modos de vida contemporâneos. Somado, e de forma indissociável, ao traçado urbano e ao casario dos séculos XIX e XX, que retratam o período auge da economia cafeeira no sul do estado, e ao modo como a cidade se implantou em meio as montanhas estão a forma como a comunidade local se apropria do lugar e tira partido do ambiente, a maneira como vivem e se relacionam entre si, a hospitalidade e a comida caseira com que recebem os visitantes. O valor também está no modo como a comunidade resgata e recria antigas tradições, como as rodas de sanfona e viola, para fortalecer sua identidade e garantir sustentabilidade econômica ao patrimônio edificado.

Diante de tudo o que foi exposto pode-se concluir, inicialmente, pelo mérito do reconhecimento do território de identidade de São Pedro do Itabapoana como patrimônio nacional. Este reconhecimento permitirá incluir o Estado do Espírito Santo como parte integrante da região sudeste produtora de café no Brasil nos séculos XIX e XX. Destaca-se que a inclusão se dará através de São Pedro do Itabapoana, importante centro cultural, social, político, e econômico da região sul cafeeira do estado naquele tempo, conforme descrito no capítulo 1. Permitirá, sobretudo, dar início a representação do Espírito Santo para além da arquitetura jesuíta, conforme o patrimônio valorizado inicialmente pelo Iphan.

A proposta também atende ao que determina a Constituição Federal uma vez que responde à demanda de um determinado grupo social pelo reconhecimento dos seus bens culturais portadores de referência cultural como patrimônio nacional, para valorização e manutenção de modos de vida.

O território de identidade, delimitado e identificado como bem cultural para preservação, além de sua relação com a memória coletiva que vem sendo mantida e construída pela comunidade local, é testemunha da economia cafeeira, em suas relações territoriais, envolvendo a paisagem, o núcleo urbano, os caminhos, a rede ferroviária, as fazendas e seus modos de produção. Esse tipo de território se perdeu em outras regiões, que embora tenham contado com tombamentos, como é o caso do centro histórico de Vassouras e de algumas fazendas no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, não formam uma rede e já

perderam a possibilidade de se estabelecer hoje uma narrativa de valor associado a esse tipo de bem cultural – o território.

Vale ressaltar que a abordagem de território a ser proposta pela Superintendência do Iphan no Espírito Santo será uma contribuição importante para a política de preservação no Brasil, dentro dos moldes da paisagem cultural, somando-se a outros casos em discussão, exemplificados no capítulo 4. A valorização do território de São Pedro do Itabapoana pelo Iphan, também contribui para as práticas de preservação ao passo que pode se tornar um caso exemplar de gestão compartilhada, uma vez que três entes do poder público (município, estado e Iphan) já estarão envolvidos com a preservação e, mais que isso contando com a colaboração da comunidade.

O estado demonstra disposição através das atividades de fomento e preservação que já desempenha no sítio histórico desde o tombamento estadual. O município apresenta normas municipais que, embora necessitem revisão, já denotam o interesse local pela preservação do patrimônio, conforme visto no segundo capítulo. O momento também é oportuno uma vez que foram desenvolvidas alianças entre as instâncias municipal, estadual, federal e comunidade, motivadas pelas últimas atividades desenvolvidas de maneira coletiva no âmbito desta pesquisa.

Embora entendendo que o Iphan deve de imediato tombar o sítio histórico e algumas fazendas de café, de acordo com o que foi estudado com o apoio da Superintendência ao longo das práticas supervisionadas do Mestrado Profissional do Iphan, a contribuição importante que a Superintendência do Espírito Santo poderá dar é o investimento na preservação do território por meio dos instrumentos apontados no quarto capítulo e de outros que possam ser sugeridos, conforme também prevê a Constituição Federal. Esse seria o diferencial e a contribuição do “esquecido estado do ES” para o patrimônio nacional.

É importante observar a perspectiva sustentável da proposta de preservação do território, que parte da vontade local de reconhecimento, e onde ainda se produz café, onde assentamentos estão ocorrendo, tradições estão sendo inventadas, onde está se desenvolvendo um turismo de base comunitária que se apropria dos bens materiais e do modo de vida tradicional, ou seja, onde existe uma apropriação no presente com perspectivas de futuro, conforme se viu nos capítulos.

É notável que, mesmo com alguns problemas relacionados ao tombamento estadual feito na década de 1980, uma parcela importante da comunidade local se organizou e entende que o reconhecimento nacional é dignificante de suas memórias e da capacidade que tiveram de manter o sítio histórico, apesar do esvaziamento e da estagnação econômica ocorrida em

São Pedro do Itabapoana, em 1930, com a transferência da sede municipal para Mimoso do Sul. As ações de preservação do Iphan se somarão aos esforços locais pela preservação e à Secult, promovendo alguns tombamentos que demarcam a rede territorial, combinados com algum dos instrumentos levantados, contribuindo para a efetivação do valor de território de identidade e para uma prática de gestão compartilhada no campo da preservação.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem "Respondent-driven Sampling" na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.

ALMADA, Vilma Ferreira de. **Escravismo e transição: O Espírito Santo (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. 123 p.

ANAXIMANDRO, Amorim. A Criação da CODES no Contexto da Crise do Café: Por uma Reestruturação da Economia Espírito-Santense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 69, p. 141-162, 2013.

ARCHELA, Rosely S.; GRATÃO, Lucia H. B.; TROSTDORF, Maria A. S. **O lugar dos mapas mentais na representação do lugar**. Geografia, Londrina, v. 13, número 1, p. 127-141, jan/jun, 2004. Disponível em: http://www.geo.uel.br/revista.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10, 2011, Curitiba.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução L. de A. Rego & A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70. 2006.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

BELAS, Carla A.; PIRES, Simone Campos; SILVA, Luciane Freitas da; MAGALHÃES, Yuri Batalha. **Inventário Nacional de Referências Culturais do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras**. Vitória: Iphan, 2016.

BENTO, Jamilda Alves Rodrigues, SIMÃO, Lucieni de Menezes e RODRIGUES, Moacir Alves. **Expressões culturais e ofícios tradicionais em Goiabeiras Velha, Vitória, Espírito Santo**. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida; Rosa Elizabeth Acevedo Marin (Coords). Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Vitória, ES: UEA Edições, v.13, 12 p., 2010.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros: Primeira República, 1892 - 1930, Espírito Santo**. Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-estados-brasileiros/720380. Acesso em: 26 de julho de 2016.

BITTENCOURT, Gabriel**. A formação econômica do Espírito Santo: O roteiro da industrialização. Do engenho às grandes indústrias (1535-1980).** Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987a. 302 p.

_____**. Café e modernização (O Espírito Santo no século XIX).** Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987b. 139 p.

BIZARRICES. **"A Folia de Reis" na Fazenda União em Mimoso do Sul no Espírito**

Santo Brasil (Brazil). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eV3DUH9riE4>. Acesso em 15 de jul. de 2017.

BRAGA, Newton. **Histórias de Cachoeiro**. 2ª Ed. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES e Secretaria da Educação e Cultura, 1986. 92 p.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem** [online]. 2006, vol.15, n.4, pp.679-684.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da Escala. In: Castro, I.E.; Gomes, P.C.C.; Correa, R.L.(org.). **Geografia Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CHAGAS, Mário. **Memória e poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus**. Simpósio Museologia e Desenvolvimento Sustentável na América Latina e Caribe. ICOFOM LAM, Santa Cruz, RJ, Subcomitê Regional para a América Latina e Caribe/ICOFOM LAM: 2000, p. 12-17.

CHUVA, Marcia. A história como instrumento na identificação dos bens culturais. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (orgs.). **Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN. 1998, p. 41-50.

_____. Entre vestígios e interpretações da história: introdução aos estudos sobre patrimônio cultural no Brasil. In: CUREAU, Sandra et al. (Coord). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 37-49.

CONAMA. **Resolução nº 303 de 20 de março de 2002**.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. **Processo nº 07669046-CEC**.

_____. **Resolução nº 01/2007-CEC.** Acréscimo em Tombamento de São Pedro do Itabapoana.

_____. **Resolução nº 01/2008-CEC.** Tombamento de da Igreja São Pedro de Alcântara

_____. **Resolução nº 02/2010-CEC.** Regulamentação do Tombamento de São Pedro do Itabapoana.

_____. **Resolução nº 02/87-CEC**. Tombamento de São Pedro do Itabapoana.

COPEDOC/IPHAN. **Rotas da Alforria: trajetórias da população afrodescendente na região de Cachoeira/BA**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

ECOMUSEU DE SANTA CRUZ. **O que é um ecomuseu?** Disponível em: <http://www.ecomuseusantacruz.com.br/sobre/o_que_e>. Acesso em 28 de Agosto de 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A noção de referência cultural nos trabalhos de inventários. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (orgs.). **Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN. 1998, p. 27-40.

_____. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (orgs.). Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: MinC/IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. p. 111-120.

FRANÇA, Gerson Moraes. **1930 – Só os telegrafistas resistiram**. Vitória, 17 jan. 2017. Disponível em: http://gerson-franca.blogspot.com.br/search?q=1930+%E2%80%93+S%C3%B3+os+telegrafistas+resistiram. Acesso em 30 de jan. 2017.

_____. **A Capela de São Pedro de Alcântara - Parte 1 e 2.** Vitória, 3 jul. 2015. Disponível em: http://gerson-franca.blogspot.com.br/2015/07/a-capela-de-sao-pedro-de-alcantara.html. Acesso em 30 de jun. 2016.

_____. **A fábrica de tecidos de São Pedro do Itabapoana.** Vitória, 25 set. 2014a. Disponível em: http://gerson-franca.blogspot.com.br/2014/09/a-fabrica-de-tecidos.html. Acesso em 30 de jun. 2016.

_____. **A Fazenda União.** Vitória, 5 set. 2014b. Disponível em: http://gerson-franca.blogspot.com.br/2014/09/a-fazenda-uniao.html. Acesso em 07 de jul. de 2017.

_____. **Aldeia de São Pedro e Limeira do Itabapoana - mais um pouquinho.** Vitória, 2 out. 2010a. Disponível em: http://gerson-franca.blogspot.com.br/2010/10/aldeia-de-sao-pedro-e-limeira-do.html. Acesso em 30 de jun. 2016.

_____. **Alforriados antes da abolição**. Vitória, 1 abr. 2010b. Disponível em: http://gerson-franca.blogspot.com.br/2010/04/alforriados-antes-da-abolicao.html. Acesso em 30 de jun. 2016.

_____. **Anchieta esteve no Itabapoana?** Vitória, 11 fev. 2010c. Disponível em: http://gerson-franca.blogspot.com.br/2010/02/anchieta-esteve-no-itabapoana.html. Acesso em 30 de jun. 2016.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Editora Plano, 2003.

GIESBRECHT, Menucci Giesbrecht. **Estações ferroviárias do Estado do Espírito Santo**. Disponível em: < http://www.estacoesferroviarias.com.br/index_es.htm>. Acesso em 30 de jun. 2016.

GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Lei nº 12.040 de 28 de dezembro de 1995.**

_____. **Lei nº 18.030 de 12 de janeiro de 2009**.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades Territoriais**. In: ROSENDAH, Z., CORRÊA, R.L. (orgs). Manifestações da cultura e do espaço. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 102 p.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições.** 3a. Ed. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1997.

IBGE. **Histórico de Mimoso do Sul**. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=320340. Acesso em 29 de janeiro de 2016.

INCRA. **Incra/ES concede área de assentamento à Prefeitura de Mimoso do Sul para projeto de turismo rural.** 27 ago. 2014. Disponível em: http://www.incra.gov.br/noticias/incraes-concede-area-de-assentamento-prefeitura-de-mimoso-do-sul-para-projeto-de-turismo. Acesso em 07 de jul. de 2017.

IPHAN. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2. Ed. Brasília, DF, Iphan, 2014.

_____. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Florêncio et al. Brasília-DF, 2016. 134 p.

_____. **Inventário de conhecimento do acervo de bens materiais relacionado ao processo econômico nos séculos XIX e XX no sul do Espírito Santo.** Mar 2013a.

_____. **Inventário do Patrimônio Cultural da Região do Café do Sul do ES (Muqui e Mimoso do Sul)**. 2015.

_____. **Levantamento histórico e diagnóstico urbanístico e arquitetônico de Muqui**. 2008.

_____. **Levantamento topográfico georreferenciado do sítio histórico de Muqui e do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana. Municípios de Muqui e Mimoso do Sul, estado do Espírito Santo**. Ago. 2013b.

_____. **Portaria 127, de 30 de abril de 2009**. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 5 mai. 2009, sec. 1, n. 83, p. 17.

_____. **Portaria 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 29 abr. 2016, sec. 1, n. 81, p. 06.

_____. **Processo de Tombamento nº 1122-T-84**, Laguna, SC: centro histórico, Laguna-SC.

_____. **Processo de Tombamento nº 1521-T-04**, Sede da Fazenda Independência no Município de Mimoso do Sul no estado do Espírito Santo.

_____. **Processo de Tombamento nº 1548-T-07**, Edificações e Núcleos Urbanos e Rurais relacionados com a imigração em Santa Catarina.

KOZEL, Salete. Representação do espaço sob a ótica, dos conceitos: mundo vivido e dialogismo. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças: espaço de socialização de coletivos, representações e formação dos territórios**. Porto Alegre: Associação dos geógrafos brasileiros, 2010.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins fontes, 1997.

MAGALHÃES FILHO, Fernando S.; OLIVEIRA, Ivanilton J. de. **A construção da paisagem cultural de Goiás/GO: olhares de moradores e visitantes.** In: Congresso Latino-Americano de Investigação Turística, 5., 2012, São Paulo. São Paulo: EACH/USP, 2012.

MAGALHÃES FILHO, Fernando S.; OLIVEIRA, Ivanilton J. de. A utilização de mapas mentais na percepção da paisagem cultural da cidade de Goiás/GO. **CULTUR,** ano 7, n. 3, out. 2013. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano7-edicao3/2.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2017.

MARINS, P. C. G.. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**, Rio de janeiro, v. 29, p. 9-28, 2016.

MEDINA, Grinalson Francisco. **História do antigo município de São Pedro do Itabapoana, estado do Espírito Santo - páginas de nossa terra**. Viper: Rio de Janeiro, 1961.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural; uma revisão de premissas. In: IPHAN. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009.** Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1).

MENEZES, Aline Bezerra de. Texto final do Projeto Básico: Assentamentos jesuíticos: territórios e significados. In: CHUVA, Márcia (org.). **Assentamentos jesuíticos: territórios e significados.** Rio de Janeiro: IPHAN/ Copedoc, 2008. 150 f.

MOFATI, Renato Pires. **De quem é a culpa?** Mimoso do Sul, 24 fev. 2013a. Disponível em: http://www.mimosoinfoco.com.br/voce-in-foco/de-quem-e-a-culpa/. Acesso em 11 de jul. 2017.

_____. **Em algum lugar do passado: As Estações Ferroviárias de nossa região**. Mimoso do Sul, 11 set. 2013b. Disponível em: http://www.mimosoinfoco.com.br/esportes/em-algum-lugar-do-passado-a-importancia-das-estacoes-ferroviarias-de-nossa-regiao/. Acesso em 30 de jun. 2016.

_____. **Encontro comemorativo aos 158 anos da imigração ítalo-samarinense reuniu centenas de famílias**. Mimoso do Sul, 16 dez. 2015a. Disponível em: http://www.mimosoinfoco.com.br/social/encontro-comemorativo-aos-158-anos-da-imigracao-italo-samarinense-reuniu-centenas-de-familias/. Acesso em 30 de jun. 2016.

_____. **Os imigrantes italianos: a nossa gente**! Mimoso do Sul, 16 dez. 2015b. Disponível em: http://www.mimosoinfoco.com.br/historia-de-mimoso/os-imigrantes-italianos-a-nossa-gente-por-renato-pires-mofati/. Acesso em 30 de jun. 2016.

MOTA, Luciana G. S. et al. Desenho e percepção: os mapas mentais na apreensão do espaço público. In: SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃOVEM DESENHO, CULTURA E INTERATIVIDADE, 11., 2015, Feira de Santana. **Anais do XI Seminário de PPGDC.** Feira de Santana: UEFS, 2015.

MOTTA, Lia. **Sítios Urbanos e Referência Cultural: a situação exemplar da Maré.** Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

_____. Valor de Patrimônio e saber técnico institucional. In: CUREAU, Sandra et. al. **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultura**l. Belo Horizonte: Forum, 2011.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (orgs.). **Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPHAN. 1998.

MUF. **Museu de favela – MUF.** Disponível em: < https://www.museudefavela.org/>. Acesso em 28 de ago. 2017.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de preservação. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 26-38, jan/mar 2015.

OLIVEIRA, Carlos Augusto de. A musealização do território como estratégia da gestão do patrimônio e administração da memória. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 2, n. 2, p. 34-51, 2015.

PAULA, Alessandro de. **Casarão vai virar hotel-fazenda**. ATRIBUNA, Vitória, 14 set. 2014. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20161005_aj14227_municipio_mimosodosul.pdf. Acesso em 11 de jul. de 2017.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da Memória Social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória**. Antropologia, Escala e Memória, Lisboa, N^{o} 2 (Nova Série), p.4-23, 2007.

PEREIRA, Jean Carlo da Silva Pereira. **Patrimônio construído, cultura e identidade. Projeto de Preservação e Requalificação do Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana – ES**. Trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2006.

PEREIRA, Marcelo Pedrosa. **São Pedro do Itabapoana: memória e identidade sul capixaba**. Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2009.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos históricos. No10. Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: Estudos históricos. No3. Rio de Janeiro, 1989.

PORTAL MIMOSO. **Dona América – O 1º núcleo histórico do município**. Mimoso do Sul. Disponível em: <http://www.portalmimoso.com.br/distritos/donaamerica/index.html>. Acesso em 15 de ago. 2017.

PRATES, Andrea. **Subsídios para elaboração de proposta visando à proteção do patrimônio cultural na região sul do estado do Espírito Santo**. DEPAM – RJ. Dezembro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIMOSO DO SUL. **Lei nº 1738-2008**, Plano Diretor Municipal de Mimoso do Sul. 2008.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. "Nos trilhos dos trilhos": Os reflexos da expansão ferroviária no Espírito Santo do século XX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 66, p. 165-183, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REA, L.; PARKER, R. A. **Metodologia de pesquisa: do planejamento a execução**. São Paulo: Pioneira, 2000.

ROCHA, Gilmar. A etnografia como categoria de pensamento na antropologia moderna. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tombar, renovar não é por tudo abaixo. **Revista Projeto**, nº 86, p.59-63, 1986.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 200 p.

SECRETARIA DA CULTURA DO ESPÍRITO SANTO - SECULT. **Sítio histórico de São Pedro do Itabapoana: Análise da Proteção do Ambiente Cultural – APAC**. 128 p, Julho 2008.

SILVA, Jacqueline Monteiro de Barros e; PUPPO, Jaquelini Loureiro Del. **Tombar é preservar? Caso de São Pedro do Itabapoana**. Monografia. Vitória: UFES, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

URIARTE, Uri Montoya. Podemos todos ser etnógrafos? Etnografia e narrativas etnográficas urbanas. **REDOBRA**, n.10, p. 171-189, 2012.

VIEIRA FILHO, Dalmo; WEISSHEIMER, Maria Regina (org.). **O Patrimônio Cultural da Imigração em Santa Catarina**. Brasília: IPHAN, 2011. 225 p.

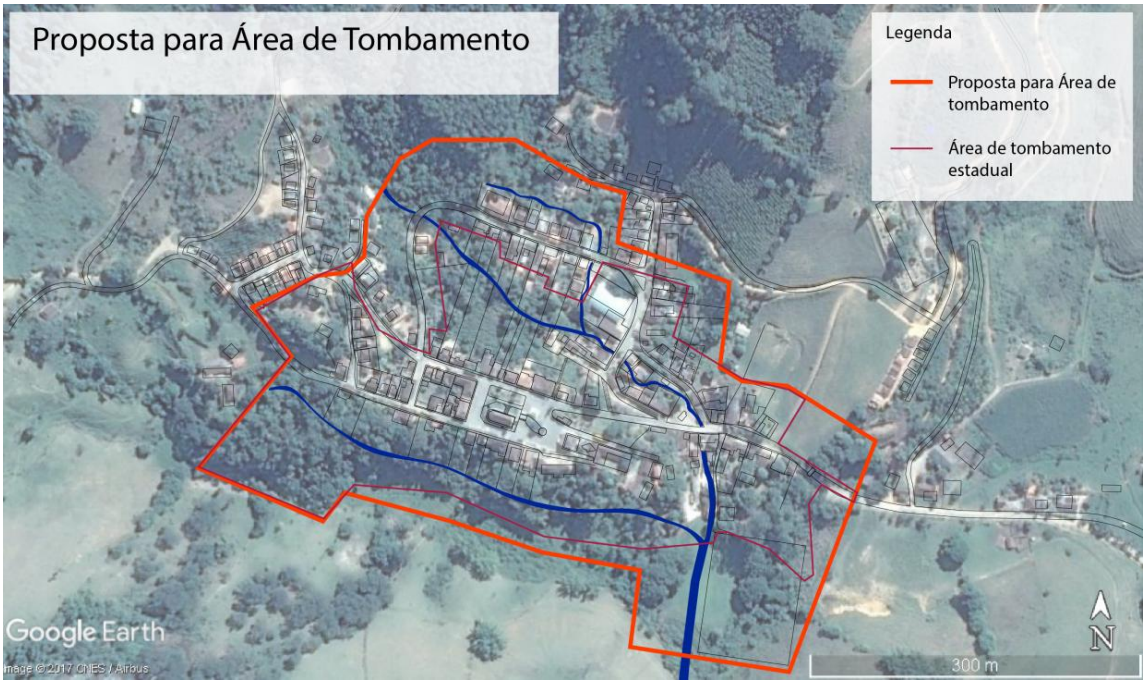
APÊNDICE A – PROPOSTA DE TOMBAMENTO FEDERAL PARA O SÍTIO HISTÓRICO DE SÃO PEDRO DO ITABAPOANA

A proposta de proteção para o sítio histórico que segue abaixo, procurou conciliar os interesses e valores atribuídos pelos moradores e pelo trabalho técnico. Foi exercitada a construção coletiva do patrimônio, que precisa se tornar prática dentro do Iphan, sobretudo quando o assunto é patrimônio material, uma vez que já é um procedimento corrente no registro dos bens de natureza imaterial. Desta forma, o tombamento de Iguape-SP[118], considerado exemplo no que tange o tombamento participativo, poderá ser replicado em todo o país e se tornar prática corrente na instituição.

Trata-se de uma proposta de macrozoneamento, que por incorporar os novos valores atribuídos se distingue da poligonal de tombamento estadual. A área tombada proposta incorpora a Rua das Tábuas, parte integrante do traçado urbano da origem do povoado e presente na memória coletiva da comunidade; o leito do Rio São Pedro resguardados os 30 metros de APP para cada margem conforme a Resolução nº 303 de 20 de março de 2002 do CONAMA; e a quadra de futebol.

Embora grande parte das edificações originais da Rua das Tábuas tenha sido substituída nos anos 80, sua preservação se faz necessária para a compreensão da conformação urbana do povoado e a antiga divisão de classes sociais. Isto somado a sua importância no imaginário popular. Conforme dito anteriormente, as novas edificações na sua maioria preservam a escala da via e harmonizam com o restante do conjunto em porte, ritmo, materiais construtivos, uso e ocupação. Não representam ruído e, pelo contrário, permitem a leitura da forma de ocupação que se deu em São Pedro do Itabapoana. Incluir as novas edificações vem ao encontro de preservar a escala e a toponímia do conjunto, e de assumir que novas incorporações fazem parte do processo histórico das cidades, onde algumas arquiteturas sobrevivem e outras são substituídas. Nas palavras de Carlos Nelson Santos (1986, p.60), as cidades “apresentam conformações cumulativas. Estão no presente, mas podem demonstrar como já foi e como talvez, será.”.

[118] Através de Nascimento e Scifoni (2015).

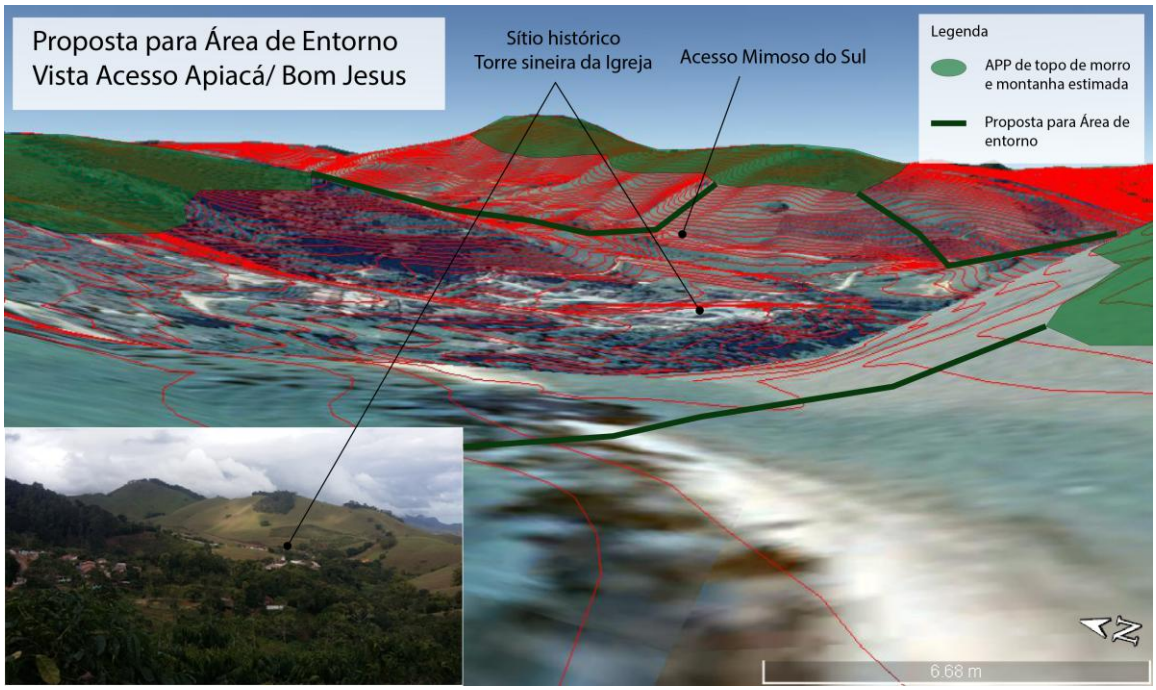


Proposta para área de tombamento do Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana.
Fonte: a autora (2017).

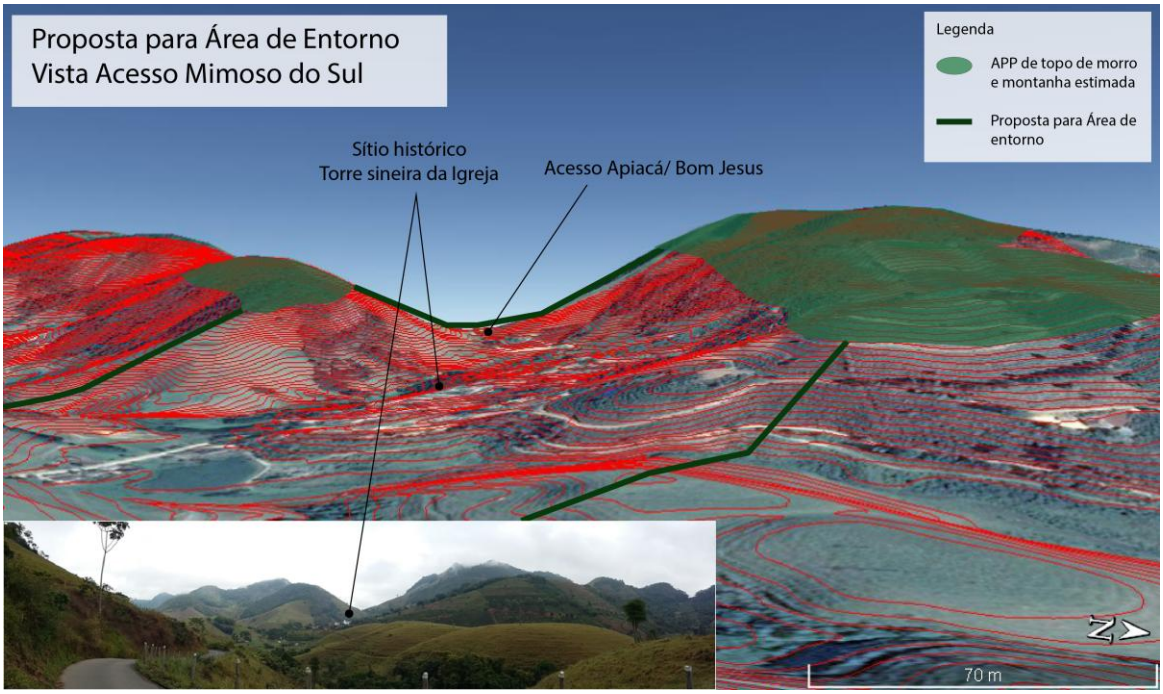
A ambiência de São Pedro do Itabapoana é algo que vem sendo destacado desde o processo de tombamento estadual, reforçado nas atividades com os moradores. Preservar a forma como se deu a ocupação urbana sob o ambiente natural, a relação de escala entre as edificações e a via e para com a Igreja Matriz cuja torre sineira se destaca na paisagem, a forma de ocupação do lote e a presença dos quintais, o aproveitamento de porões e as encostas verdes emoldurando tudo isso é primordial. Estes elementos determinam uma forma de morar e um desenho urbano a ser preservado, por isso, precisam estar presentes quando definidos os parâmetros de uso e ocupação. Para o microzoneamento também é importante recorrer à legislação ambiental, para conciliar a preservação do Rio São Pedro, importante para a memória coletiva e como fonte de água, com a ocupação urbana.

A ambiência também foi o critério utilizado para a proposta de área de entorno. A área de entorno do tombamento estadual foi considerada ineficiente e vulnerável no que tange a preservação da moldura verde do sítio histórico. O seu limite foi definido de acordo o perímetro urbano de São Pedro do Itabapoana definido pelo Plano Diretor de Mimoso do Sul, portanto está suscetível a mudanças e instabilidades políticas municipais. Outro agravante é a falta de parâmetros de uso e ocupação para as zonas rurais do entorno desse perímetro urbano. A nova proposta estende a área de vizinhança até as APP’s de topo de morro e montanha

definidas pela legislação ambiental federal[119], para que possam ser definidos também parâmetros de uso e ocupação nas encostas que circundam o sítio histórico.

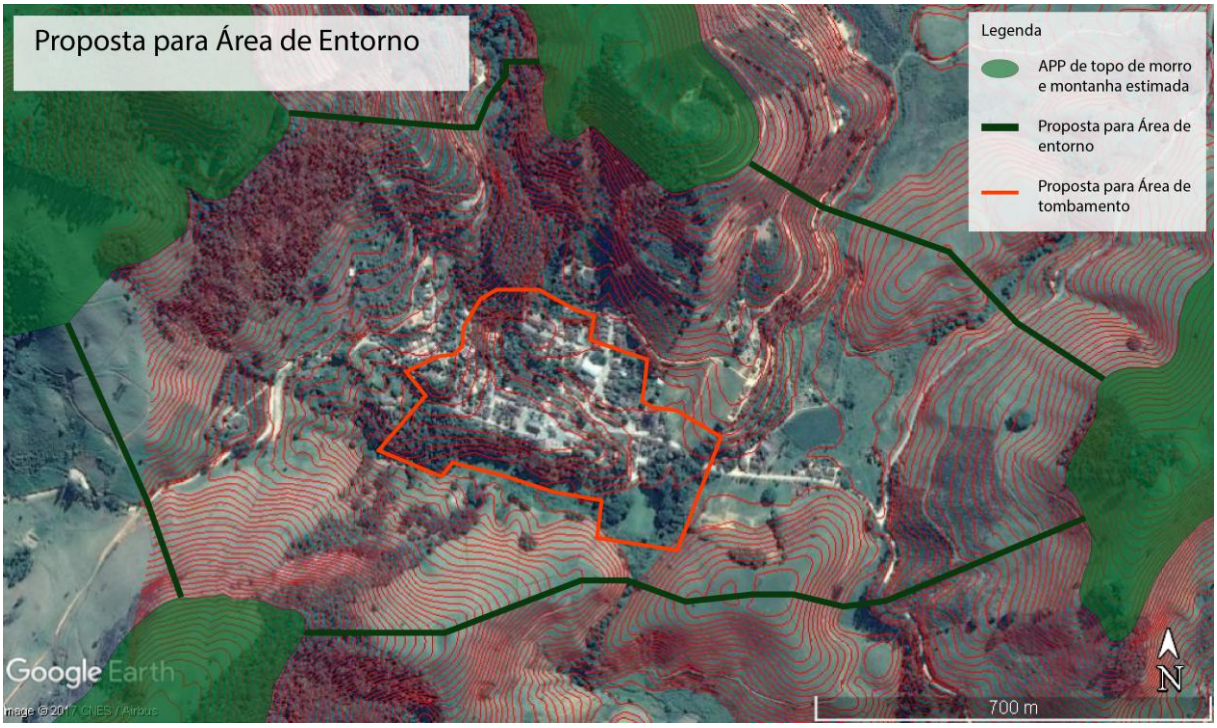


Proposta para área de entorno do Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana. Vista a partir do acesso de Mimoso do Sul.
Fonte: a autora (2017).



Proposta para área de entorno do Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana. Vista a partir do acesso de Apiacá e Bom Jesus.
Fonte: a autora (2017).

[119] Resolução nº 303 de 20 de março de 2002 do CONAMA.

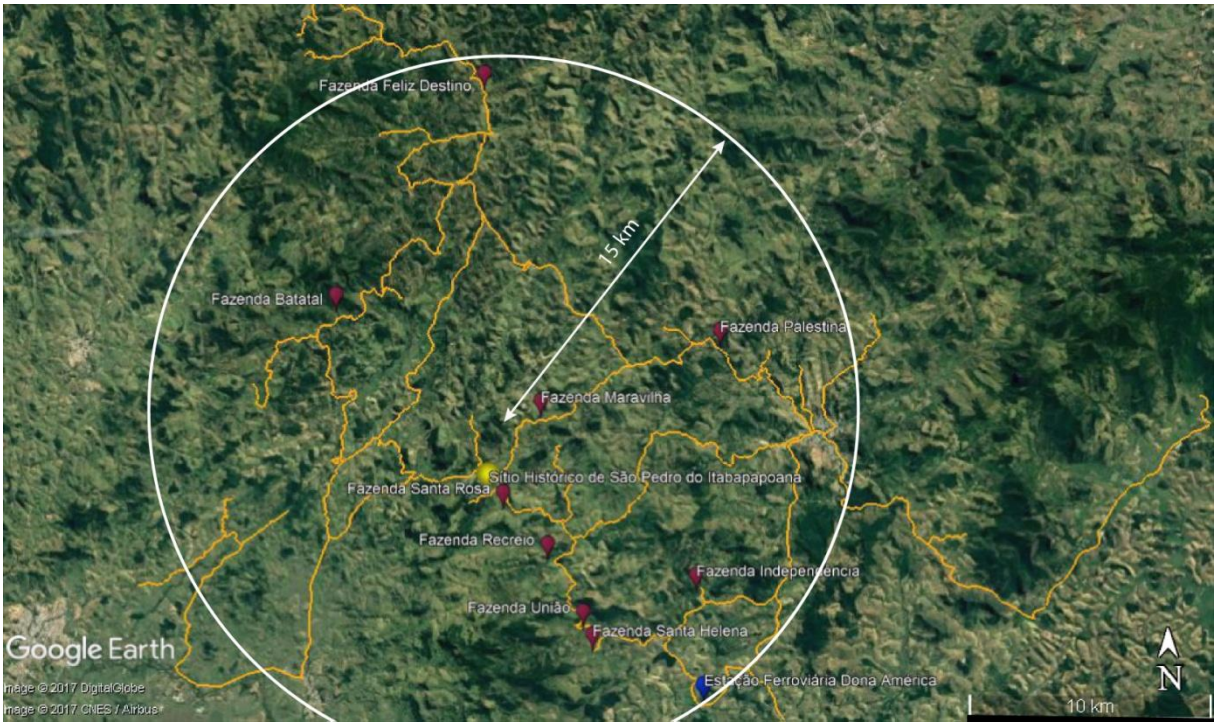


Proposta para área de tombamento e entorno do Sítio Histórico de São Pedro do Itabapoana em planta.
Fonte: a autora (2017).

APÊNDICE B – PROPOSTA DE TOMBAMENTO FEDERAL PARA O CONJUNTO DE FAZENDAS DE CAFÉ

Na proposta de tombamento federal para as fazendas de café do território de identidade de São Pedro do Itabapoana consta a seleção de nove dentre as quarenta e seis fazendas de café identificadas. Somadas à proteção do Sítio Histórico e da Estação Ferroviária Dona América, essas fazendas balizam o território de identidade de São Pedro do Itabapoana, concedendo-o sentido e dimensão.

As noves fazendas selecionadas para o tombamento federal são: Fazenda Palestina, Fazenda União, Fazenda Batatal, Fazenda Recreio, Fazenda Santa Rosa, Fazenda Maravilha, Fazenda Independência, Fazenda Feliz Destino e Fazenda Santa Helena. Conforme demonstrado no mapa abaixo, todas estão contidas em um raio de aproximadamente 15 km do sítio histórico de São Pedro do Itabapoana. É importante destacar que no caso das fazendas Palestina, União, Recreio, Santa Rosa, Independência, e Santa Helena, deve ser protegido o conjunto uma vez que ainda constam além da sede da fazenda outras edificações de apoio à atividade rural, bem como terreiros de secagem de café, casas de colonos, moinhos, aquedutos e capelas.



Proposta para tombamento federal das fazendas de café.
Fonte: a autora (2017).

A tabela que segue apresenta quais os critérios de seleção utilizados e de que forma foram utilizados para determinar a escolha das nove fazendas apresentadas. Com base na pesquisa foram estabelecidos quatro critérios. O critério Assentamento rural identifica quais das fazendas de café foram desapropriadas pelo INCRA para esta finalidade, considerando ser uma forma de o Iphan iniciar um diálogo com o INCRA e de os novos moradores, com a perspectiva de futuro, começarem uma relação com o território e com a história do local uma vez que é inevitável a presença da sede e de estruturais laborais da antiga fazenda de café nas suas terras. Outro critério é relativo à produção atual de café, devido a sua importância para a memória e a identidade local e a perpetuação da atividade que deu origem à ocupação do território e região.

O critério da história foi empregado através da identificação das fazendas presentes na memória coletiva da comunidade por causa da música, presente nas bandas musicais e nas festas de interior. Isto porque a pesquisa evidenciou a música da sanfona e da viola como importante referência para a comunidade, que motivou a criação do Festival de Sanfona e Viola de São Pedro do Itabapoana e do núcleo de ensino que desempenha o importante papel de transmite os instrumentos aos jovens da comunidade. A qualidade arquitetônica também foi um critério adotado em virtude dos valores históricos, construtivos e arquitetônicos das edificações das fazendas de café, das suas sedes e estruturas laborais. Para este critério foram utilizados os dados relativos ao interesse de preservação das três esferas do poder público.

A tabela demonstra de que forma os critérios foram combinados para a escolha das fazendas. Primeiro foram identificadas as fazendas que atendiam ao mínimo de três critérios. Em seguida foram adicionadas três fazendas que atendiam a dois critérios. Trata-se da Fazenda Batatal, por ser hoje um Assentamento rural e cuja motivação de incluí-los já foi mencionado anteriormente; a Fazenda Feliz Destino devido às festas de interior que costumavam acontecer no passado, presente na memória coletiva da comunidade; e a Fazenda Independência devido a sua importância enquanto conjunto rural no Espírito Santo e presença marcante na história oral da comunidade.

Tombamento Federal das fazendas de café						
Fazenda	Critérios					
	Assentamento rural INCRA	Produzindo café hoje	Qualidades arquitetônicas			Memória coletiva relacionada à música
			Interesse municipal	Interesse estadual	Interesse federal	
Palestina	x	x		x	x	
União	x	x	x	x		
Batatal	x	x				
Recreio		x	x		x	
Santa Rosa		x	x		x	x
Maravilha		x			x	x
Independência			x		x	
Feliz Destino		x				x
Santa Helena		x	x		x	
São Domingos			x			
São Carlos		x	x			
Sítio do Meio		x			x	
Santa Marta					x	
Paulicéia		x			x	
da Serra		x			x	
Aparecida					x	
Vargem Alegre		x			x	
Fazendinha		x				
Pedra Riscada		x				
Pouso Alto		x				
Rio Doce		x				
Harmonia		x				
da Gruta		x				
da Presa		x				
Barra da Forquilha		x			Legenda	
Barra dos Pontões		x				Atende a no mín 3 critérios
Muribeca		x				Adicionada devido ao critério assentamento rural
Oriente I (José)		x				Adicionada pela sua importância
Oriente II		x				Adicionada devido ao critério memória coletiva relacionada à música

Critérios de seleção para a escolha das fazendas de café para tombamento federal.
Fonte: a autora (2017).